

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS



## O FENÔMENO DA INTERTEXTUALIDADE EM UMA PERSPECTIVA COGNITIVA

Sandra Maria Silva Cavalcante

Belo Horizonte  
Agosto de 2009

**Sandra Maria Silva Cavalcante**

**O FENÔMENO DA INTERTEXTUALIDADE  
EM UMA PERSPECTIVA COGNITIVA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos, da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Estudos Linguísticos.

Linha de Pesquisa: Estudos da Interrelação entre Linguagem, Cognição e Cultura.

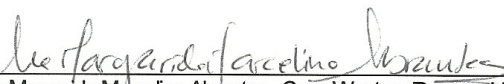
Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Heliana Ribeiro Mello.

Tese intitulada *O fenômeno da intextualidade em uma perspectiva cognitiva*, defendida por SANDRA MARIA SILVA CAVALCANTE em 09/09/2009 e aprovada pela Banca Examinadora constituída pelos Professores Doutores:



---

Heliana Ribeiro de Mello - UFMG  
Orientadora



---

Ana Margarida Marcelino Abrantes - Case Western Reserve University



---

Milton do Nascimento - PUC/MG



---

Delaine Cafero Bicalho - UFMG



---

Carla Viana Coscarelli - UFMG

Para Bernardo

## AGRADECIMENTOS

Para realizar este trabalho de pesquisa, contei com o apoio institucional da UFMG, da PUC Minas e da Escola Internacional Fundação Torino. Nessas três instituições, muitas são as pessoas às quais devo agradecer. Dentre elas, um agradecimento especial aos meus colegas dos grupos de pesquisa InCognito e ELinC, com os quais, certamente, continuarei a cartografar territórios e limites nos estudos da linguagem e da cognição humana.

Este trabalho não seria realizado sem a orientação acadêmica e o incentivo da Profa. Heliana Ribeiro Mello e o apoio acadêmico-científico do Prof. Mark Turner, chefe do Departamento de Ciências Cognitivas da Case Western Reserve University. Meu profundo agradecimento aos professores Mark Turner, Per Aage Brandt e Todd Oakley. Sua intensa produção intelectual contribui, de maneira decisiva, na busca de compreensão do fenômeno em estudo e de outros fenômenos da linguagem humana. Meus sinceros agradecimentos aos colegas de trabalho na Case University, em especial, a Ana Margarida Abrantes, por sua escuta generosa, leitura arguta e sugestões precisas; a Leland McCleary, Ellya Dussalievá, Austin Bennett, Trish Lichtenstein, Todd Fennimore, Samantha Schartman e Oliver Cullis, por seu apoio, incentivo e companheirismo. Aos funcionários do Departamento de Ciências Cognitivas da CASE, por sua presteza e gentileza diárias, em especial a Jessica McGuinness e Larimee Cortnik. A Cris Sinha, por sua escuta e sugestões valiosas, nos primeiros passos da pesquisa, na UFMG.

Colegas aos quais não posso deixar de agradecer, nominalmente, por seu apoio e incentivo em diferentes momentos da realização deste trabalho: André Luiz Souza, Arabie Bezri Hermont, Rosana do Espírito Santo, Avany Chiaretti, Marise Myrrha, Márcia Morais, Ivete Walty, Milton do Nascimento, Adriana Tenuta, Cida Araújo, Eliane Mourão, Umberto Casarotti, Daniella Mendes, Anna Motta. Aos ex-alunos da PUC, Dênia Andrade, Bruna Rodrigues, Julia Salvador, Cida Jacinto, Liliane Amaral, Mariana Alves, Ana Paula Generoso e ex-alunos da Fundação Torino, Pedro Anversa, Verena Dollabela, Elisa Santos, Thaís Batista, Artur Satuf, Renato Araújo, por sua disponibilidade, entusiasmo e reflexão crítica em diferentes momentos da pesquisa.

Meu agradecimento não pode deixar de ser registrado aos amigos, concretamente, envolvidos em meu percurso acadêmico, em especial, a Ermelinda Torres Simões, Marcelo Vitoi, Pi Horta, Isabel Saraiva, Cristiane Verediano, Rosilene Rocha, Johan Konings, Patrícia Lino, Maíra Coelho Castro e Romário Vieira de Mello.

Pelo apoio no direito ao uso das imagens apresentadas na tese, meu agradecimento à artista plástica Sônia Menna Barreto e às agências de publicidade MP e AlmapBBDO, em especial, a Monica Debbane, Anna Maria Marchesini e Mariana Freitas Alves. A Izabel Christina Fiório e Mara Hissa, profissionais sem as quais este trabalho não teria jamais a configuração gráficovisual aqui apresentada.

A Rosa Cavalcante e Ermida Anna Manzoli, por seu exemplo de dedicação e amor. A Claudiana Peixoto, Dalva de Oliveira, Giselle Vicente e Gabriela Cypriano, anjos sem os quais Cleveland seria impossível.

Por fim, o meu mais profundo obrigada a Marcos, Caio, Bernardo e Christina, por seu amor e presença incondicionais.

“Um texto pode sempre ler um outro e, assim por diante, até o fim dos textos.  
Este meu texto não escapa à regra, ele a expõe e se expõe a ela.”  
(Genette, 2006 [1982])

## RESUMO

A Intertextualidade é um fenômeno recursivo na linguagem humana. Esse fenômeno se manifesta quando, no processo de produção e compreensão de um texto alvo, os seres humanos identificam características de um texto fonte ou de uma rede de significados reconhecida, ou seja, previamente estabelecida e compartilhada. Esse é um fenômeno identificado em diferentes formas de expressão da linguagem verbal e não verbal. Neste trabalho de investigação, a intertextualidade, estudada sob uma perspectiva cognitiva, é tomada como uma estratégia argumentativa, essencialmente, envolvida na experiência humana de construção de sentido. O fenômeno é analisado e descrito de acordo com fundamentos teóricos e metodológicos da Linguística Cognitiva. Nesse sentido, é entendido como uma manifestação do princípio dialógico da linguagem (Bakhtin, 2000, 2002 [1929]) e da cognição (Tomasello, 2003, 2008) e como uma manifestação da operação cognitiva básica da Integração Conceptual (Fauconier; Turner, 2002; Brandt, 2004). Considerando a natureza do fenômeno em estudo e os objetivos deste trabalho de pesquisa, a metodologia utilizada para a identificação, seleção, documentação e análise de dados fundamenta-se em pressupostos da análise introspectiva de dados linguísticos. Os textos selecionados para análise caracterizam-se como representativos de três situações interacionais e gêneros textuais diferentes. A seleção de textos representativos de diferentes gêneros textuais justifica-se por sua ampla circulação na sociedade brasileira contemporânea e pelo fato de cumprirem diferentes objetivos sociocomunicativos. Os dados analisados consistem em textos representativos da linguagem publicitária (anúncios impressos e videopropaganda), da linguagem literária (conto de fadas) e da linguagem jornalística (crônica). Além da análise teórica introspectiva realizada pelo pesquisador, o trabalho sinaliza para a possibilidade de realização de estudos de caráter empírico. Para esse fim, a pesquisa apresenta uma análise preliminar de dados que resultam de uma atividade de caráter metacognitivo, videodocumentada em ambiente escolar. Os resultados alcançados por este trabalho de pesquisa apontam evidências em favor de que o fenômeno da intertextualidade, em uma perspectiva cognitiva, pode ser descrito como uma concreta manifestação do processo de integração conceptual.

Palavras-chave: Intertextualidade, Dialogismo, Espaços Mentais, Integração Conceptual.

## ABSTRACT

Intertextuality is a recursive phenomenon in human language. This phenomenon is manifested when, given the process of production and comprehension of a target text, human beings identify features of a source text or of a network of recognized meanings, that is, previously established and shared. This is a phenomenon identified in different forms of verbal and nonverbal language expression. In this research work, Intertextuality, studied under a cognitive perspective, is taken essentially as an argumentative strategy involved in human experience of construction of meaning. The phenomenon is analyzed and described through theoretical and methodological bases of Cognitive Linguistics. In this sense, it is understood as a manifestation of the dialogical principle of language (Bakhtin, 2000, 2002 [1929]) and of cognition (Tomasello, 2003, 2008) and as a manifestation of the basic cognitive operation of Conceptual Integration (Fauconnier; Turner, 2002; Brandt, 2004). Considering the nature of the studied phenomenon and the objectives of this research, the methodology used to identify, select, document and analyze data is based on the presuppositions of introspective analysis of linguistic data. The selection of texts from different genres is justified as they are widespread in contemporary Brazilian society and have different socio-communicative objectives. The data in this research consist of representative texts of advertising language (printed and video advertisements), of literary language (fairy tale) and of journalistic language (short story). In addition to the introspective theoretical analysis made by the researcher, this work points to the possibility of performing empirical studies. Thus, the research presents a preliminary analysis of data resulting from a metacognitive activity video-documented in the school environment. The results obtained by this research point to evidences that intertextuality, from a cognitive perspective, can be described as a concrete expression of the process of conceptual integration.

Key-words: Intertextuality, Dialogism, Mental Spaces, Conceptual Integration.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Rede Básica de Integração Conceptual .....	62
Figura 2 – Rede de Integração Conceptual – “Esse cirurgião é um açougueiro” .....	67
Figura 3 – Domínios Semânticos Básicos .....	75
Figura 4 – Espaço Semiótico Base .....	77
Figura 5 – Espaço Base e Frames de Relevância .....	82
Figura 6 – Rede de Integração “cirurgião-açougueiro” .....	84
Figura 7 – Rede de Integração Conceptual – Encenação Discursiva Intertextual .....	91
Figura 8 – Rede de Integração Conceptual – Hortifruti/Hollywood .....	126
Figura 9 – Rede de Integração Conceptual – “O quiabo veste Prada” .....	133
Figura 10 – Rede de Integração Conceptual – Chuchurek .....	137
Figura 11 – Espaço Semiótico Base – Gol. Uma revolução .....	141
Figura 12 – Rede de Integração Conceptual – Gol. Uma revolução .....	145
Figura 13 – Rede de Integração Intertextual – “Meus seis anos” .....	154
Figura 14 – Rede de Integração Intertextual – Chapeuzinho Amarelo .....	168
Figura 15 – Rede de Integração Intertextual – Chapeuzinho Amarelo-Vermelho .....	178
Figura 16 – Rede de Integração Intertextual – Notícia .....	187
Figura 17 – Rede de Integração Intertextual – Crônica/Notícia .....	192
Figura 18 – Rede de Integração Conceptual – Crônica .....	198
Figura 19 – Rede de Integração Conceptual – Intertextualidade/Integração Conceptual .....	226

## SUMÁRIO

<b>Introdução</b> .....	10
<b>Capítulo 1: Fundamentação Teórica</b> .....	16
1.1. Por uma abordagem do fenômeno da intertextualidade .....	17
1.1.1. Uma nova abordagem necessária e possível .....	18
1.1.2. Nosso ponto de partida .....	21
1.1.3. Do dialogismo como um princípio definatório da linguagem humana .....	26
1.1.3.1. Da atualidade da obra de Bakhtin .....	28
1.2. Por uma abordagem cognitiva da linguagem humana .....	35
1.2.1. Linguagem e cognição: diferentes perspectivas .....	36
1.2.1.1. Das concepções de cognição, linguagem e língua .....	41
1.2.1.2. Do pensamento dialógico como capacidade cognitiva .....	48
1.3. Por uma redefinição preliminar do conceito de intertextualidade .....	52
1.4. Do processo de Integração Conceptual .....	55
1.4.1. A teoria da Integração Conceptual .....	56
1.4.1.1. O que são Espaços Mentais? .....	56
1.4.1.2. Como ocorre a integração de Espaços Mentais? .....	59
1.4.1.3. Integração Conceptual: outra perspectiva possível .....	71
1.5. Por um modelo de análise cognitiva do fenômeno da intertextualidade .....	87
<b>Capítulo 2: Metodologia</b> .....	93
2.1. Linguística Cognitiva: o desafio metodológico .....	94
2.1.1. Da dimensão introspectiva do trabalho de análise linguística .....	95
2.1.2. Das limitações e potencialidades do método de análise .....	98
2.1.3. Do processo de análise de dados .....	102
2.1.4. Da identificação, coleta, documentação e seleção de dados .....	106
2.1.4.1. Por uma atividade de caráter metacognitivo .....	109
2.1.4.1.1. O desenho geral da atividade .....	110
2.1.4.1.2. Os dados coletados através da atividade .....	115
<b>Capítulo 3: Análise de Dados</b> .....	117
3.1. Redes de Integração Conceptual Intertextuais .....	118
3.1.1. As campanhas publicitárias .....	119
3.1.1.1. A campanha “Hollywood” .....	121
3.1.1.2. A campanha “Meus seis anos” .....	139
3.1.2. As narrativas ficcionais .....	155
3.1.3. A crônica jornalística .....	179
3.1.4. Um breve estudo de caso .....	199
3.1.4.1. Dos resultados do protocolo de leitura .....	201
3.1.4.2. Dos resultados da Roda de Leitura .....	206
3.1.4.3. Da potencialidade metodológica da atividade metacognitiva .....	217
<b>Considerações Finais</b> .....	219
<b>Referências</b> .....	231

# INTRODUÇÃO

Uma primeira formulação do problema proposto para investigação, neste trabalho de pesquisa, poderia ser apresentada na forma de uma pergunta: *como compreender e descrever o fenômeno da Intertextualidade em uma perspectiva cognitiva?*

Esse questionamento nos coloca diante da necessidade de compreender o que é a intertextualidade, como e onde esse fenômeno se manifesta e por que propor um estudo sobre o fenômeno na perspectiva cognitiva.

O termo intertextualidade fora proposto por Julia Kristeva (1979) a partir de uma franca influência dos trabalhos realizados por Mikhail Bakhtin (1895-1975). A noção de Intertextualidade, introduzida por Kristeva para o estudo da literatura, chamava atenção para o fato de que a produtividade da escritura literária redistribui, dissemina textos anteriores em um texto atual. Uma vez que todo texto literário apresenta como característica uma relação, implícita ou explicitamente marcada, com textos que lhe são anteriores, essa concepção permite tomar o texto literário como o lugar do intertexto por excelência. “[...] todo texto se constrói como mosaico de citações, todo texto é absorção e transformação de um outro texto” (KRISTEVA, 1979, p. 68).

Na obra *Inéditos*, de Roland Barthes, encontramos uma definição para intertextualidade que, consonante com aquela proposta por Kristeva, está implicada na própria definição de texto. Segundo Barthes, o texto é lugar em que a língua se realiza concretamente.

O texto redistribui a língua (é o campo dessa redistribuição). Um dos caminhos dessa desconstrução-reconstrução é permutar textos, retalhos de textos que existiram ou existem em torno do texto considerado e finalmente nele: todo texto é um intertexto; outros textos estão presentes nele, em níveis variáveis, com formas mais ou menos reconhecíveis. [...] A intertextualidade, condição de todo texto, seja ele qual for, não se reduz, evidentemente, a um problema de fontes ou influências; o intertexto é um campo geral de fórmulas anônimas, cuja origem raramente é detectável, de citações inconscientes ou automáticas, dadas sem aspas. (BARTHES, 2004[1993], p. 275)

Identificada no âmbito da literatura e, da mesma forma, fora dos seus limites, historicamente, a intertextualidade é compreendida como uma propriedade constitutiva do texto, como o conjunto das relações explícitas ou implícitas que um texto ou um grupo de textos determinado mantém com outros textos. Nas últimas décadas, o conceito intertextualidade passa a ser, amplamente, adotado como forma de definir as relações estabelecidas entre textos de um mesmo campo semiótico e textos produzidos em campos semióticos distintos.

Desde a proposição do termo, no campo dos estudos literários, a intertextualidade vem sendo tema de investigação em disciplinas e perspectivas teóricas distintas. Entre essas disciplinas, destacam-se a própria Crítica Literária, a Linguística Textual e a Linguística Antropológica. Poucas são, no entanto, as pesquisas realizadas na perspectiva cognitiva. Poucos são os estudos que buscam compreender e descrever a intertextualidade a partir de princípios e operações cognitivas implicados em sua concreta manifestação semiótica. Nesse contexto, justificamos a necessidade e apontamos para a possibilidade de que um novo ponto de vista sobre o fenômeno, ainda não privilegiado em estudos anteriores, seja criado.

Neste trabalho de pesquisa, a Intertextualidade é investigada como um fenômeno, fundamentalmente, implicado na experiência humana de construção de sentido. Assim sendo, é um fenômeno que — implícita ou explicitamente, indiciado na materialidade lingüística de diferentes espécies e gêneros textuais — permite revelar o caráter eminentemente dialógico da linguagem e da própria cognição humana.

O desafio maior desta tese é propor uma abordagem teórica que permita descrever princípios e operações cognitivas subjacentes à manifestação do fenômeno da Intertextualidade. À luz da concepção de linguagem e dos pressupostos teóricos em que se baseia a área do conhecimento a que denominamos Linguística Cognitiva, neste trabalho, além de concreta

manifestação do princípio do dialogismo, a intertextualidade passa a ser compreendida como concreta manifestação da operação cognitiva básica de integração conceptual. Para fins de atingir o objetivo proposto para a pesquisa, o fenômeno é investigado e descrito a partir de seu indiciamento em cenários discursivos tipológica e funcionalmente diferentes.

A organização geral da tese corresponde a três momentos constitutivos do processo de investigação científica. O primeiro caracteriza-se por uma discussão que delinea os fundamentos teóricos adotados para o trabalho de pesquisa, o segundo, por uma apresentação dos fundamentos metodológicos que orientam o trabalho de identificação, seleção e análise de dados e o terceiro pelo trabalho de análise de dados propriamente dito.

No Capítulo 1, apresentamos as concepções gerais de Cognição, Linguagem e Língua que orientam este trabalho de investigação científica. Para esse fim, dialogamos com trabalhos realizados nos campos da Filosofia da Linguagem (BAKHTIN, 2002 [1929], da Antropologia Evolucionária (TOMASELLO, 2003a, 2003b), da Psicologia Cognitiva (SINHA, 1999) e da Linguística Cognitiva (SALOMÃO, 2004). A partir da explicitação dessas concepções, em função da natureza do fenômeno em estudo e dos objetivos propostos para o trabalho de pesquisa, apresentamos o modelo teórico da Integração Conceptual de acordo com seus precursores (FAUCONIER, 1994, 1997, TURNER, 1996, FAUCONIER; TURNER, 2002) e com a sua reinterpretação (BRANDT, 2004). Por conceber a intertextualidade um fenômeno implicado na experiência humana de construção de sentido e por considerar a configuração do contexto situacional uma dimensão fundamentalmente implicada na produção de cenários discursivos intertextuais, os princípios teóricos do modelo de integração conceptual propostos pela escola de Aarhus (BRANDT, 2004, BRANDT; BRANDT, 2005, OAKLEY; HOUGAARD, 2008) fundamentam o trabalho de análise de dados.

No Capítulo 2, apresentamos os fundamentos metodológicos que orientam o trabalho de análise de dados. Neste momento, discutimos a importância e os limites do uso da introspecção como método de análise lingüística e apresentamos argumentos que apontam para a possibilidade de investigação do fenômeno da intertextualidade também com base em outros métodos de investigação. Nesse capítulo, explicitamos os critérios utilizados para identificação, coleta, seleção e análise do corpo de dados desta tese.

No Capítulo 3, buscamos demonstrar, através da análise de dados, como o fenômeno em estudo está implicado na experiência humana de construção de referência/sentido. Nesse momento, é possível evidenciar a potencialidade do modelo de Integração Conceptual proposto pela escola de Aarhus para a análise de textos em que o fenômeno da intertextualidade esteja explicitamente indiciado. Os dados selecionados e analisados, na tese, são representativos de três diferentes campos discursivos (o publicitário, o literário, o jornalístico) e de diferentes gêneros textuais (anúncios publicitários, vídeo-propaganda, narrativa ficcional para crianças e crônica jornalística). Nesse capítulo, ainda, apresentamos um estudo de caso caracterizado como uma análise qualitativa de dados coletados em uma atividade, de caráter metacognitivo, realizada em ambiente escolar. A opção por uma coleta de dados dessa natureza tem por objetivo sinalizar, mesmo que de maneira preliminar, para a possibilidade de realização de futuros estudos de caráter empírico que decorram dos resultados alcançados por esta pesquisa teórica.

Por fim, apresentamos argumentos que apontam para avanços e limitações que este trabalho de investigação científica permite revelar. Neste momento, reafirmamos a importância da realização de estudos que optem por focalizar o fenômeno na perspectiva cognitiva e apresentamos encaminhamentos possíveis a partir dos resultados alcançados pela pesquisa.

Como pretendemos demonstrar, no decorrer desta tese, por permear os usos das línguas naturais, dos mais correntes aos mais sofisticados, a intertextualidade não deve ser investigada como um fenômeno que se restringe à natureza do texto, qualquer que seja ele, mas como um fenômeno que permite revelar a natureza da própria linguagem e da cognição humana.

Que a imagem da capa, gentilmente cedida pela artista plástica Sônia Menna Barreto, funcione como uma janela que se abre para o texto científico que o leitor tem em mãos. A necessária integração das cenas que a constituem permite ilustrar, de forma pictórica (e metafórica), a maneira com os seres humanos pensam, compartilham sua capacidade de comunicação simbólica, produzem e compreendem (inter)textos.



# **CAPÍTULO 1**

## **Fundamentação Teórica**

## 1.1. Por uma abordagem do fenômeno da intertextualidade

Há, no mínimo, três razões para justificar a escolha do fenômeno da intertextualidade como um objeto de pesquisa no atual momento de estudo das ciências denominadas humanas. A primeira delas diz respeito à centralidade desse conceito para os estudos da linguagem humana em diferentes momentos históricos e em diferentes áreas do conhecimento. A noção de intertextualidade, de alguma forma já inscrita nos primórdios da História da Filosofia<sup>1</sup>, na década de 60, fora introduzida por Julia Kristeva no âmbito dos estudos da Crítica Literária. Com isso, Kristeva nos chamava atenção para o potencial valor de “produtividade” da escritura literária que, por sua natureza, redistribui, dissemina textos anteriores em um texto atual. Essa concepção, visivelmente inspirada nos trabalhos sobre a linguagem realizados por Bakhtin e, posteriormente, rediscutida por outros pensadores — entre os quais Barthes, Genette, Rifaterre, Bloom, Bauman — adquire, no ocidente, um importante status a partir da década de 70.

A segunda razão baseia-se no fato de que esse fenômeno, apesar de potencializado no fazer estético, criativo, em função das habilidades cognitivas humanas responsáveis pela imaginação, não se restringe ao universo da literatura, das artes. Identifica-se todo tempo, nas diversas situações de uso da linguagem. Dessa forma, a intertextualidade é um fenômeno que merece investigação não apenas como um problema característico da natureza do “texto” em que se inscreve, mas como um problema que indicia a própria natureza da cognição e da linguagem humana.

---

<sup>1</sup> Conferir “Towards a history of theories of intertextuality”, em Juvan (2008, p. 49-94). Segundo o pesquisador, na tradição milenar de estudo da Retórica e da Poética, mais precisamente nas obras de Aristóteles (384 a.C. – 322 a.C.), Cícero (106 a. C. – 43 a. C.) e Horácio (65 a.C – 8 a.C), encontra-se a origem do que, séculos mais tarde, seria definido pelo conceito de intertextualidade.

A terceira razão, intrinsecamente relacionada às duas anteriores, advém do fato de a intertextualidade ser um fenômeno que, prevalente no processamento discursivo, vem sendo amplamente estudado no campo da análise literária, da análise do discurso e, mais recentemente, da antropologia cultural. Esses estudos, no entanto, não apresentam respostas para, entre outros, os seguintes questionamentos: se a intertextualidade é um fenômeno prevalente na maneira como os seres humanos produzem discurso, ou seja, na maneira como colocamos a língua em atividade, como e por que os seres humanos desencadeiam, de maneira tão recorrente e em contextos comunicativos tão diversos, esse fenômeno discursivo? Que princípios, operações e mecanismos cognitivos subjazem a atualização desse fenômeno discursivo?

Na Linguística Cognitiva, entre os avanços por ela promovidos nos últimos 30 anos, identificam-se conceitos e noções teóricas que podem ser considerados significativos o bastante quando nos colocamos em busca de respostas para esses questionamentos. Apesar disso, trabalhos de pesquisa com esse objetivo estão por ser escritos. Até este momento, pouco ou quase nada fora investigado sobre o fenômeno da intertextualidade, à luz de conceitos teóricos da Linguística Cognitiva.

Diante dessas constatações, passemos a reflexões que permitirão melhor focalizar o problema em termos dessa vertente da Linguística contemporânea e do diálogo potencial que ela permite estabelecer com outras áreas do conhecimento.

### **1.1.1. Uma nova abordagem necessária e possível**

A evolução da espécie humana está inextricavelmente relacionada às suas vivências socioculturais, mais precisamente, à criação, à manipulação e à

transformação inventiva de diferentes tipos de artefato cultural. A cognição humana é, nesse sentido, profundamente marcada pela criação e pelo uso de artefatos culturais<sup>2</sup>. Em sentido amplo, os signos e as construções linguísticas — organizadas na forma de textos — nada mais são senão artefatos simbólicos culturais.

Já que a principal função da linguagem é manipular a atenção das outras pessoas — ou seja, induzi-las a adotar certa perspectiva sobre um fenômeno, podemos pensar que os símbolos e as construções linguísticas nada mais são senão artefatos simbólicos que os antepassados de uma criança lhe legaram para esse propósito. Ao aprender a usar esses artefatos simbólicos, e assim internalizar as perspectivas que a ele subjazem, a criança acaba conceituando o mundo da maneira que os criadores dos artefatos fizeram. (TOMASELLO, 2003a, p. 210)

No mundo contemporâneo, vivemos a era da ampla e da irrestrita reprodutibilidade técnica. Em todos os meios do saber — arte, religião, ciência —, os artefatos culturais criados pelos seres humanos podem ser reproduzidos, difundidos, comercializados. Nesse contexto, não é difícil constatar que a reprodutibilidade identificada nos meios de produção científica, tecnológica e artística submete os artefatos culturais a transformações profundas e à repercussão de uns sobre os outros. Essa repercussão, manifestada de formas as mais diversas, vem sendo considerada a base de um fenômeno tradicionalmente reconhecido como “intertextualidade”.

De acordo com Walty, Paulino e Cury (1995), o fenômeno da intertextualidade revela uma característica maior dos processos culturais por que passa a sociedade contemporânea. Segundo as pesquisadoras, o mundo social contemporâneo — caracterizado como um mundo de informação e de consumo —

---

<sup>2</sup> Por artefatos culturais, compreendemos todo e qualquer produto ou objeto resultante da mão de obra humana, ou seja, uma forma de cultura material construída pelos seres humanos para um fim determinado. Para melhor compreender a importância da criação, manipulação e reinvenção de “artefatos culturais” na evolução cognitiva da espécie humana, conferir Donald (1999), Mithen (2002); Tomasello (2003).

pode ser metaforicamente definido em termos de uma “grande rede intertextual” em constante e dinâmico movimento.

As produções humanas, embora aparentemente desconexas, encontram-se em constante inter-relação. Na verdade, constrói-se uma grande rede, com o trabalho de indivíduos e grupos, onde os fios são formados pelos bens culturais. Se se considerar toda e qualquer produção humana como texto a ser lido, reconstruído por nós, a sociedade pode ser vista como uma grande rede intertextual, em constante movimento. O espaço da cultura é, pois, intertextual. (WALTY; PAULINO; CURY, 1995, p. 12)

Nos dias atuais, em nossa interação diária com textos de diferentes tipos e funções, não nos causa estranhamento a identificação de grandes fragmentos, de vestígios ou de pequenas pistas que nos remetam a textos produzidos e veiculados em contextos de uso anteriores e muito diferentes do atual. Isso nos permite corroborar a tese de que os processos de interação — e, portanto, de vivência cultural humana — instituem-se intertextualmente.

Seja em filmes assinados por grandes produtoras cinematográficas como Walt Disney, Pixar, Dream Work<sup>3</sup> ou por *video makers* iniciantes, seja no trabalho produzido por renomados pintores ou por grafiteiros anônimos, seja em manchetes de jornais e revistas de circulação local ou internacional, seja em textos literários publicados em *blogs* ou comercializados pelo mercado editorial, seja em campanhas publicitárias ou em um trabalho de natureza científica como este, o fenômeno da intertextualidade se manifesta na cultura contemporânea, de forma tão recorrente, que não há como desconsiderar a sua importância como objeto de estudo e a natureza transdisciplinar de sua possível compreensão.

Diante disso, o fenômeno da intertextualidade pode ser estudado em uma perspectiva restritamente linguística (verbal) ou em uma perspectiva um pouco mais ampla. Em uma perspectiva linguística popularizada pelo senso comum, a intertextualidade vem sendo considerada uma das dimensões possíveis do

---

<sup>3</sup> O mercado cinematográfico infantil tem se mostrado um espaço privilegiado para a identificação de “textos” constituídos com base no recurso da intertextualidade.

enunciado, atualizada na utilização de recursos como a citação, a menção, a alusão, a paráfrase, a paródia, o pastiche. Em uma perspectiva mais ampla, a que adotamos neste trabalho de pesquisa, a intertextualidade passa a ser considerada um fenômeno que, identificado de diferentes formas na materialidade de diferentes tipos de texto, está implicado na experiência humana de construção de sentido.

Nessa perspectiva, o estudo do fenômeno da intertextualidade pode significar uma concreta contribuição para agendas de pesquisa que visam explicitar princípios, operações e mecanismo cognitivos básicos subjacentes à maneira como os seres humanos pensam, como produzem linguagem, como interagem socialmente.

### **1.1.2. Nosso ponto de partida**

A intertextualidade não é, definitivamente, uma noção teórica consensual e precisa nos estudos da linguagem. Apesar de estarmos discutindo um conceito aparentemente familiar, não existe, nos estudos linguísticos e literários, uma única e bem definida caracterização para esse fenômeno. Quando afirmamos que um texto estabelece com um outro texto uma implícita ou explícita relação, uma estreita ou difusa forma de interação, podemos estar tratando de manifestações muito diferentes do fenômeno.

No decorrer do século XX, diferentes teorias que se voltam para a compreensão do fenômeno da intertextualidade, nos campos literário e discursivo, encontram eco em conceitos identificados, muitos séculos antes, na Poética e na

Retórica Clássicas. Dentre esses, destacam-se os clássicos conceitos de Imitação (*mimesis/imitatio*) e de Emulação (*aemulatio*)<sup>4</sup>.

Provavelmente, mais importante é o par *imitatio/aemulatio*, enraizado na tradição da retórica e da poética, [...] que se configuram como questões-chave dentro do paradigma historicista na história literária nacional e comparativa. Muitos teóricos literários enaltecem o grande avanço da intertextualidade ressaltando suas diferenças com os chamados conceitos pioneiros [...]. Além disso, concepções que se emparelhavam ou se assemelhavam ao conceito de intertextualidade se expandiram nos estudos literários, compartilhando, em alguns momentos, com alguns contextos acadêmicos de intertextualidade como, por exemplo, nas teorias de regras imanentes da evolução e tradição literária, na teoria da metacomunicação, em análises do subtexto, na semântica contextual, nas teorias da estilização, da paródia, alusão e citação, na semiótica das relações intra-textuais e assim por diante. (JUVAN, 2008, p. 49, tradução da autora)<sup>5</sup>

Algumas das diferentes formas de manifestação das relações estabelecidas entre textos podem ser flagradas na tipologia das relações transtextuais proposta por Genette (2006 [1982]). Segundo o pesquisador, essas relações podem ser tipologizadas em termos de: *intertextualidade*, que supõe a presença de um texto em outro (por citação, alusão, plágio); *paratextualidade*, que diz respeito ao entorno do texto propriamente dito, sua periferia (títulos, prefácios, ilustrações, encarte); *arquitextualidade*, que põe um texto em relação com as diversas classes às quais ele pertence (um poema de Vinícius de Moraes estaria em relação de arquitextualidade com a classe das obras líricas, com a classe dos poemas, a classe dos sonetos, com a classe das obras da literatura moderna brasileira), e, por fim, a *hipertextualidade*, que recobre fenômenos como a paródia e o pastiche, por exemplo. O trabalho realizado por Genette nos permite constatar que uma definição mais precisa do que tradicionalmente se define como intertextualidade

---

<sup>4</sup> Para aprofundar o assunto, conferir o capítulo "Towards a history of theories of intertextuality", trabalho do pesquisador esloveno Marko Juvan intitulado *History and Poetics of Intertextuality* (JUVAN, 2008, p. 49-54).

<sup>5</sup> A tradução de todos os excertos, retirados de textos escritos em língua estrangeira, são de minha inteira responsabilidade.

(presença de um texto em outro) implica o reconhecimento de diferentes e específicas ocorrências desse fenômeno.

Parece-me, hoje, haver cinco tipos de relações transtextuais, que enumerarei numa ordem crescente de abstração, implicação e globalidade. O primeiro foi, há alguns anos, explorado por Julia Kristeva<sup>6</sup>, sob o nome de intertextualidade, e esta nomeação nos fornece evidentemente nosso paradigma terminológico. Quanto a mim, defino-o de maneira sem dúvida restritiva, como uma relação de co-presença entre dois ou vários textos, isto é, essencialmente, e o mais freqüentemente, como presença efetiva de um texto em um outro. Sua forma mais explícita e mais literal é a prática tradicional da citação (com aspas, com ou sem referência precisa); sua forma menos explícita e menos canônica é a do plágio [...], que é um empréstimo não declarado, mas ainda literal; sua forma ainda menos explícita e menos literal é a alusão, isto é, um enunciado cuja compreensão plena supõe a percepção de uma relação entre ele e um outro. (GENETTE, 2006, p. 7-8)

No que se refere à dimensão textual do fenômeno, de sua manifestação e identificação formal na materialidade do texto, podemos compreender a intertextualidade em termos de “uma relação de co-presença entre dois ou vários textos”, ou ainda, como “a presença efetiva de um texto em outro” (GENETTE, 2006). O que, no entanto, delimitaria, em termos definitórios e operacionais, essa relação entre textos? A identificação de diferentes formas de manifestação do fenômeno, apesar de contribuir para caracterizar a intertextualidade em uma perspectiva tipológica, não permite revelar aspectos fundamentalmente implicados em sua realização, dentre os quais aqueles relativos à sua natureza cognitiva.

Este trabalho de pesquisa parte da hipótese de que a intertextualidade, por permear os usos das línguas naturais — dos mais correntes aos mais sofisticados — precisa ser compreendida como um fenômeno que, manifestado na materialidade do texto de formas diversas (alusão, citação, paráfrase, paródia),

---

<sup>6</sup> KRISTEVA, J. *Introdução à semântica*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005 [1969].



decorre da natureza da linguagem e da cognição humana e, por essa razão, permite revelá-la.

Conceber a intertextualidade nessa perspectiva, ou seja, partindo de sua manifestação concreta no texto — de algumas de suas possíveis ocorrências — para chegarmos à explicitação de princípios, habilidades e operações cognitivas constitutivas do fenômeno, coloca-nos diante de um conjunto de possibilidades, mas também de um desafio: como migrar de uma abordagem textual do fenômeno da intertextualidade para uma abordagem cognitiva?

Como pretendemos demonstrar no decorrer deste trabalho, a proposição de uma abordagem cognitiva para o fenômeno da intertextualidade passa pelo reconhecimento da natureza do fenômeno em estudo.

No capítulo de análise, veremos que a manifestação concreta da intertextualidade pressupõe a (re)contextualização de um cenário discursivo-enunciativo já construído, que passará a ser “recordado”, “recontado”, “reconstruído” com outra perspectiva, em um novo cenário discursivo, em um cenário discursivo intertextual. Se assim compreendemos a intertextualidade, para além de um fenômeno de caráter textual, ela passa a ser entendida como um fenômeno implicado na dimensão enunciativa da linguagem.

Por enunciação, compreendemos, em consonância com Benveniste, o colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização. Segundo Benveniste (1989 [1974], p. 82-83), a enunciação supõe a conversão individual da língua em discurso. Além disso, pressupõe o próprio ato, as situações em que ele se realiza, os instrumentos (fonológicos, lexicais, gramaticais, semânticos) de sua realização.

O ato individual pelo qual se utiliza a língua introduz em primeiro lugar o locutor como parâmetro nas condições necessárias de enunciação. Antes da enunciação, a língua não é senão possibilidade da língua. Depois da enunciação uma instância de discurso, que emana de um locutor, forma sonora que atinge um ouvinte e que suscita uma outra enunciação de retorno. (BENVENISTE, 1989, p. 82)

O processo de enunciação, o ato em que uma pessoa expressa para outra pessoa, em um contorno entonacional único, uma intenção comunicativa relativamente coerente em um dado contexto comunicativo (TOMASELLO, 2006, p. 440), ocorre com vistas à comunicação cooperativa entre os interlocutores, com vistas à co-construção da referência e do sentido pelos sujeitos da interação.

O ato individual de se apropriar da língua (de suas convenções simbólicas) e de mobilizá-la criativamente, ou seja, o ato de colocar a língua em atividade é desencadeado por locutores empíricos que, em um dado contexto comunicativo, necessitam referir e co-referir pelo discurso. Segundo Benveniste,

A condição mesma dessa mobilização e dessa apropriação da língua é, para o locutor, a necessidade de referir pelo discurso, e, para o outro, a possibilidade de co-referir identicamente, no consenso pragmático que faz de cada locutor um co-locutor. A referência é parte integrante da enunciação. (BENVENISTE, 1989, p. 84)

Considerando que o fenômeno da intertextualidade pode ser caracterizado, em estudos linguísticos e literários contemporâneos, por uma rica tipologia (citação, alusão, paródia, paráfrase, carnavalização, pastiche), em busca de compreender o fenômeno em uma perspectiva cognitiva, neste trabalho de pesquisa, adotamos, como ponto de partida, as seguintes premissas:

- i. o fenômeno não se restringe à materialidade textual, apesar de manifestado e identificado na materialidade de textos de diferentes gêneros e funções e em situações comunicativas diversas ;
- ii. o fenômeno está implicado no processo de enunciação, sendo assim, no ato mesmo de os seres humanos inter-agirem, de (co)referirem e de produzirem sentido através do discurso;
- iii. a manifestação da intertextualidade pressupõe a (re)contextualização de um cenário discursivo constituído e identificado em outro contexto sociocomunicativo; assim, esse cenário “conhecido” passa a ser

“recordado”, “recontado”, tomado em outra perspectiva, em um cenário discursivo novo, atual;

- iv. o processo de encenação discursiva intertextual se institui como forma de manifestação concreta, material, do princípio dialógico da linguagem humana<sup>7</sup>.

Diante de premissas que permitem delinear, em linhas gerais, a natureza do fenômeno em estudo, por que e como compreender o dialogismo um princípio da linguagem humana que subjaz o processo de encenação discursiva intertextual?

### 1.1.3. Do dialogismo como um princípio definatório da linguagem humana

Na vasta literatura produzida no campo da Filosofia, da Literatura e, no decorrer do século XX, nos campos da Linguística Textual e da Análise do Discurso, diferentes, convergentes e dissonantes formas de interpretação do fenômeno da intertextualidade são identificadas. Entre essas concepções, **destacam-se aquelas forjadas em duas perspectivas**: a filosófica e a estético-literária.

O termo “intertextualidade” começa a ser utilizado, em estudos contemporâneos, depois do trabalho realizado por Julia Kristeva, na efervescência cultural francesa de meados dos anos 60. Com uma pesquisa realizada a partir da obra de Mikhail Bakhtin, Kristeva cunha o termo. Na época, a palavra *intertextualité* surge como um neologismo na língua francesa. Por sua simplicidade e precisão referencial, o conceito torna-se chave no campo da crítica literária e populariza-se em outras áreas do saber e das artes. Atualmente, o conceito é

---

<sup>7</sup> Esta premissa será devidamente aprofundada logo a seguir.

utilizado, de maneira irrestrita, como forma de descrever as relações estabelecidas entre textos de um mesmo campo semiótico — o literário, por exemplo — e campos semióticos distintos, ou seja, para descrever a relação entre textos produzidos, originalmente, no universo literário que são identificados, de alguma maneira, na produção de “novos” textos, produzidos, por exemplo, no universo cinematográfico, musical, publicitário.

Quando nos debruçamos a estudar trabalhos referenciais sobre o tema, deparamo-nos com um conceito empregado em (con)textos teóricos bastante diversos: estruturalistas, pós-estruturalistas, marxistas, pós-colonialistas, feministas, psicanalíticas<sup>8</sup>.

Não há como estudar o fenômeno da intertextualidade sem que a obra de Mikhail Bakhtin seja revisitada. Isso ocorre pelo fato de o trabalho do pensador russo ter influenciado, explicitamente, a proposição do conceito na modernidade. Julia Kristeva atribui a Bakhtin os pilares sobre os quais o conceito fora constituído. Em Bakhtin (1895-1975), encontramos algumas das mais valiosas reflexões, no século XX, sobre a dimensão dialógica — sociointeracional — da

---

<sup>8</sup> Estudos sobre intertextualidade sistematizados por Clayton e Rothstein (1991) e Allen (2000) permitem confirmar essa afirmação. Na primeira obra, os organizadores selecionam trabalhos em que se discute a tensão estabelecida no uso e no reconhecimento do termo pela crítica literária francesa e norte-americana, dando ênfase ao conceito de “influência” e sua relevância para a crítica norte-americana, sobretudo no trabalho realizado por Harold Bloom. Nessa obra, Susan Friedman (1991, p. 155), ao refletir sobre a tese bartheana da “morte do autor”, no texto “Weavings: Intertextuality and the (re)Birth of the author”, afirma que *The multiplicity of meanings on this side of the Atlantic has been symptomatic of a tendency in American intertextual criticism to ignore or refuse the “death of the author” as a precondition of intertextual readings*, ou seja, segundo Friedman, a multiplicidade de sentidos que a crítica literária americana atribui ao conceito de intertextualidade tem sido sintomática de uma tendência da própria crítica em ignorar a “morte do autor” como uma condição de leituras intertextuais. Nesse sentido, entre os maiores críticos da obra de Kristeva e R. Barthes está Harold Bloom. Segundo Friedman, uma terceira via para a superação da dicotomia, aparentemente estabelecida entre as duas escolas (a francesa e a norte-americana) é proposta pelo crítico Jonathan Culler. Para Culler, há de se estabelecer uma interação dialética entre as duas vertentes. Na segunda obra, Graham Allen (2000) traça um percurso para os diferentes usos do conceito. Allen parte de reflexões que atribuem, aos trabalhos seminais de Ferdinand Saussure, elementos que já promovem noções de intertextualidade e conclui seu trabalho contextualizando o fenômeno e sua importância na cultura pós-moderna. No último texto da obra, Allen discute as intrincadas relações estabelecidas entre intertextualidade, hipertextualidade e internet. Essas relações, por si só, abrem à possibilidade de um amplo e diversificado universo de pesquisas.

linguagem humana. Como veremos a seguir, essa dimensão da linguagem está essencialmente implicada na manifestação discursiva do fenômeno.

### 1.1.3.1. Da atualidade da obra de Bakhtin

Em Bakhtin (2002 [1929]), encontramos um pensador que defende a tese de que “o signo e a situação social estão indissoluvelmente ligados”. A obra deixa entrever um pensador que, apesar de francamente marxista, não se restringe à análise ideológica do signo linguístico e de sua manifestação. Em seu prefácio, Jakobson chama a atenção do leitor para o subtítulo da obra: “Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem”. Isso ocorre pelo fato de que, já no subtítulo, Bakhtin deixa pistas de que anteciparia as atuais explorações realizadas no campo da sociolinguística e, principalmente, das pesquisas semióticas da atualidade, fixando-lhes, já naquela época, tarefas de grande envergadura.

Bakhtin é um pensador que coloca, em primeiro lugar, a questão dos dados reais da linguística, da natureza real dos fatos da língua, em contraposição a uma compreensão de língua como objeto abstrato ideal, sistema sincrônico homogêneo. Dessa forma, opta pela valorização da fala e da enunciação em seus estudos, focalizando a natureza social e, em sua perspectiva, intersubjetiva e ideológica da constituição e dos usos da linguagem humana. Segundo Yaguello, pesquisadora que assina a introdução da obra,

Bakhtin expõe bem a necessidade de uma abordagem marxista da filosofia da linguagem, mas ele aborda, ao mesmo tempo, praticamente todos os domínios das ciências humanas, por exemplo, a psicologia cognitiva, a etnologia, a pedagogia das línguas, a comunicação, a estilística, a crítica literária e coloca, de passagem, os fundamentos da semiologia moderna. (BAKHTIN, 2002 [1929], p. 13)

Apesar de Bakhtin (2002 [1929]) não ter sido objeto de análise para o trabalho em que Kristeva, futuramente, definiria o conceito de intertextualidade, acreditamos que dois textos dessa obra são merecedores de nossa atenção neste trabalho de pesquisa. Trata-se dos capítulos “A interação verbal” e “O ‘discurso de outrem’”, respectivamente. Nesses textos, Bakhtin defende o papel do “outro” no ato da enunciação como parâmetro para os processos de interação humana.

O pensador russo conceitua o ato de enunciação como decorrência de processos e contextos multidimensionais. Em Bakhtin, a enunciação implica a interação de interlocutores que se instituem em contextos ou situações socioculturais concretas de uso da linguagem. Essas diferentes situações de uso da linguagem ativam — de maneira mais ou menos explícita — diferentes papéis e valores sociais que os interlocutores instituem e representam no ato de encenação discursiva. Esses valores estão indiciados na palavra em cena, que sempre se dirige a um interlocutor e que sempre variará no e de acordo com o jogo enunciativo estabelecido pelos interlocutores. Qualquer que seja o jogo enunciativo — seja aquele flagrado em um discurso familiar íntimo e ordinário, seja aquele forjado em um complexo e fantasioso texto ficcional, a dimensão social identificada e estabelecida pelos interlocutores ali instituídos indicia um horizonte ético e estético do momento histórico em que se instituem esses interlocutores.

Com efeito, a enunciação é o produto da interação de dois indivíduos socialmente organizados e, mesmo que não haja um interlocutor real, este pode ser substituído pelo representante médio do grupo social ao qual pertence o locutor. *A palavra dirige-se a um interlocutor*: ela é função da pessoa desse interlocutor: variará se se tratar de uma pessoa do mesmo grupo social ou não, se esta for inferior ou superior na hierarquia social, se estiver ligada ao locutor por laços sociais mais ou menos estreitos (pai, mãe, marido etc.). Não pode haver interlocutor abstrato; não teríamos linguagem comum com tal interlocutor, nem no sentido próprio nem no sentido figurado. Se algumas vezes temos a pretensão de pensar e de exprimir-nos *urbi et orbi*, é claro que vemos “a cidade e o mundo” através do prisma do meio social concreto que nos engloba. Na maior parte dos casos, é preciso supor além disso um certo horizonte social definido e estabelecido que determina a criação ideológica do grupo social e da época a que pertencemos, um horizonte contemporâneo da nossa

literatura, da nossa ciência, da nossa moral, do nosso direito. (BAKHTIN, 2002 [1929], p. 112)

Na perspectiva bakhtiniana, a interação verbal, instaurada pelos seres humanos através do ato de enunciação, só ocorre entre um “eu” e um “outro” (inter-locutores) socialmente organizados, socialmente constituídos. A vida social e a cultura à qual os seres humanos pertencem, os diferentes e simultâneos tipos de relação social que estabelecem, são/estão marcados em sua percepção de mundo (físico, social, estético), nos termos de Bakhtin, na “atividade mental humana” e na maneira, melhor dizendo, nas diferentes maneiras como discursivamente os seres humanos exprimem essa percepção.

A atividade mental do sujeito constitui, da mesma forma que a expressão exterior, um território social. Em consequência, todo itinerário que leva da atividade mental (o “conteúdo a exprimir”) à sua objetivação externa (enunciação) situa-se complementarmente em território social. Quando a atividade mental se realiza sob a forma de uma enunciação, a orientação social à qual ela se submete adquire maior complexidade graças à exigência de adaptação ao contexto social imediato do ato de fala e, acima de tudo, aos interlocutores concretos. (BAKHTIN, 2002 [1929], p. 117)

Ao conceber o ato da enunciação — e a própria atividade mental — como “atividade” de caráter social, Bakhtin traz para o eixo de seu trabalho o conceito do “diálogo”. O pensador russo compreende esse termo em um sentido mais amplo que o adotado pelo senso comum. Segundo Bakhtin (2002 [1929], p. 118), o “diálogo” deve ser compreendido como “toda comunicação verbal, de qualquer tipo que seja”. O “diálogo” é, assim, um elemento definidor de todas as formas e esferas de comunicação verbal. O ato de fala — escrito ou oral — implica refutar, confirmar, antecipar, criticar, responder, em síntese, dialogar com intervenções anteriores. Instaurar qualquer forma de processo enunciativo pressupõe, implícita ou explicitamente, inter-agir com outras enunciações, ativar relações entre textos, significa entrelaçar “textos” em um novo terreno discursivo, em uma nova situação de produção, ou seja, significa entrelaçar (con)textos. Nessa perspectiva,

todo tempo, os seres humanos estão expostos a frações enunciativas de uma corrente de comunicação verbal que ocorre de maneira ininterrupta, evolutivamente contínua e, inextricavelmente, constituída de diferentes tipos de comunicação. Segundo Bakhtin,

Qualquer enunciação, por mais significativa e completa que seja, constitui apenas uma *fração* de uma corrente de comunicação verbal ininterrupta (concernente à vida cotidiana, à literatura, ao conhecimento, à política, etc.). Mas essa comunicação verbal ininterrupta constitui, por sua vez, apenas um momento na evolução contínua, em todas as direções, de um grupo social determinado. [...] A comunicação verbal entrelaça-se inextricavelmente aos outros tipos de comunicação e cresce com eles sobre o terreno comum da situação de produção. (BAKHTIN, 2002 [1929], p. 123-124)

Ao considerarmos o discurso citado (a citação) uma das formas mais comuns de como o fenômeno da intertextualidade se manifesta na materialidade textual, não há como desconsiderar algumas reflexões de Bakhtin no clássico texto “O ‘Discurso de Outrem’”. Segundo o pensador, nas formas de transmissão do discurso de outrem, manifesta-se uma *relação ativa* de uma enunciação a outra, e isso não no plano temático, de conteúdo, mas através de construções estáveis da própria língua. Segundo Bakhtin,

Nas línguas modernas, certas variantes do discurso indireto, em particular do discurso indireto livre, têm uma tendência inerente a transferir a enunciação citada do domínio da construção lingüística ao plano temático, de conteúdo. Entretanto, mesmo assim, a diluição da palavra citada no contexto narrativo não se efetua, e não poderia efetuar-se, completamente: não somente o conteúdo semântico, mas também a estrutura da enunciação citada permanecem relativamente estáveis, de tal forma que a substância do discurso do outro permanece palpável, como um todo auto-suficiente. (BAKHTIN, 2002 [1929], p. 145)

O discurso de outrem, identificado em um discurso atual, coloca em cena, portanto, o problema do “diálogo”. Isso é compreensível uma vez que, em toda interação, particularmente em sua manifestação oral, ou seja, na fala, a língua não



se realiza em uma enunciação monológica individual e isolada, mas na interação de, pelo menos, duas enunciações, isto é, no diálogo.

Quando o processo de interação verbal se instaura em determinado contexto, ocorre, nas palavras de Bakhtin (2002 [1929]), a *recepção ativa do discurso de outrem*. Essa recepção pressupõe que os inter-locutores envolvidos no processo interacional desencadeiem um processo de *apreensão apreciativa da enunciação de outrem*. Essa “apreensão” do discurso de outrem — que compreendemos como processo que ocorre de maneira pervasiva e intencional no ato de produção da linguagem humana — caracteriza a essência do fenômeno da intertextualidade.

A *apreensão apreciativa* se manifesta, na materialidade textual, em situações concretas de uso (produção/recepção) da linguagem verbal. Ademais, responde a fins específicos do processo de interação humana (narrar, descrever, contestar, comparar) e implica, simultaneamente, uma segunda pessoa (um interlocutor com quem o “locutor” interage na forma de citação, alusão) e uma terceira pessoa, um interlocutor a quem estão sendo “transmitidas” as enunciações citadas, aludidas. Essas são condições da comunicação sócioverbal que determinam as diferentes formas de apreensão e os diferentes usos do discurso de outrem e nosso próprio discurso.

Essas reflexões permitem concluir, em consonância com o trabalho realizado por Bakhtin (2002 [1929]), que:

a linguagem humana e a atividade mental subjacente à mesma, manifestadas pelo processo de interação verbal, são essencialmente marcadas pela vida social, pelas vivências culturais dos seres humanos;

- o diálogo, tomado em sentido amplo, é uma marca definidora dos processos de interação verbal, dos processos de enunciação;
- a transmissão do discurso de outrem manifesta uma relação ativa entre discursos, entre enunciações produzidas em diferentes contextos, em situações de uso de linguagem as mais diversas.

Já em Bakhtin (2003 [1979]), na obra em que são publicados textos inéditos que incluem seus primeiros e últimos escritos, podemos encontrar elementos que nos permitem entrever em que contexto epistemológico o conceito de intertextualidade pôde ser cunhado por Kristeva. Nessa obra, intitulada *Estética da Criação Verbal*, encontramos um pensador que, na forma de textos em rascunho, permite-nos confirmar a importância do conceito de diálogo para uma abordagem social da linguagem.

Para Bakhtin, a linguagem e o pensamento do homem são necessariamente intersubjetivos. Diante dessa premissa, não fica difícil compreender por que o pensador russo atribui ao diálogo o papel definidor da consciência e da própria vida humana. Ao rascunhar o que seria um projeto de retomada da obra *Problemas da Poética de Dostoiévski* (2005 [1929]), Bakhtin afirma:

Natureza dialógica da consciência, natureza dialógica da própria vida humana. A única forma adequada de *expressão verbal* da autêntica vida do homem é o *diálogo inconcluso*. A vida é dialógica por natureza. Viver significa participar do diálogo: interrogar, ouvir, responder, concordar, etc. Nesse diálogo, o homem participa inteiro e com toda a vida: com os olhos, os lábios, as mãos, a alma, o espírito, todo o corpo, os atos. Aplica-se totalmente na palavra, e essa palavra entra no tecido dialógico da vida humana, no simpósio universal.

As imagens reificadas (coisificadas, objetificadas) para a vida e para a palavra são profundamente inadequadas. O modelo reificado de mundo é substituído pelo modelo dialógico. Cada pensamento e cada vida se fundem no diálogo inconclusível. É igualmente inadmissível a reificação da palavra: sua natureza é também dialógica. (BAKHTIN, 1979, p. 348)

Para Bakhtin, o mundo social em que nós — seres humanos — estamos imersos é elemento constitutivo, indispensável a todo e qualquer estudo de problemas relativos à linguagem humana. Em consonância com o pensamento bakhtiniano, considerar o mundo social e sua importância nas diferentes formas e usos da linguagem verbal significa assumir como pressuposto a natureza dialógica da vida humana manifestada pelo pensamento e pela linguagem.

Ao assumir a explicitação da natureza social dos fatos linguísticos, Bakhtin ancora a questão do **dialogismo** numa dupla e indissolúvel dimensão: a interdiscursiva e a intersubjetiva.

Por um lado, o dialogismo compreende-se como o permanente diálogo entre diferentes discursos que configuram uma comunidade, uma cultura, uma sociedade. Nesse sentido, o dialogismo pode ser interpretado como o elemento que instaura a natureza interdiscursiva, intertextual, da linguagem. Por outro lado, compreende-se como as relações que se estabelecem entre o eu e o outro nos processos discursivos instaurados historicamente pelos sujeitos, que, por sua vez, instauram-se e são instaurados por esses discursos. (BRAIT, 1997, p. 98)

No trabalho filosófico realizado por Bakhtin, a dimensão dialógica da linguagem humana se explicita pelo exercício permanente da alteridade, da intersubjetividade. Segundo o pensador, culturalmente, é impossível pensar no homem como um sujeito de linguagem fora das relações que o ligam ao outro. “As palavras se dividem, para cada um de nós, em palavras pessoais e palavras do outro, mas as fronteiras entre essas categorias podem ser flutuantes, sendo nas fronteiras que se trava o duro combate dialógico” (BAKHTIN, 2002 [1929], p. 384).

É importante observar que “as palavras” de que trata Bakhtin, no excerto anterior, indiciam a natureza dialógica da linguagem à medida que se organizam e se manifestam, socioculturalmente, na forma de texto(s). Em um cenário discursivo, em qualquer enunciação, o diálogo — consoante ou dissonante — entre textos, entre diferentes vozes enunciativas já indiciadas no *continuum* discursivo em que estamos inseridos, explicita — mais do que uma dimensão — um princípio definatório da linguagem humana. Como veremos no capítulo destinado à análise de dados, esse é um princípio fundamentalmente implicado na manifestação discursiva do fenômeno da intertextualidade.

## 1.2. Por uma abordagem cognitiva da linguagem humana

“Without imagination, nothing in the world could be meaningful.  
Without imagination, we could never make sense of our experience.  
Without imagination, we could never reason toward knowledge of reality.”  
(Mark Johnson, 1990)

A relação entre linguagem e interação social, entre linguagem e cultura, entre linguagem e diferentes formas de conhecimento, não é uma questão nova. Desde a Antiguidade Clássica, essa é uma preocupação que se explicita, de maneira evidente, na História da Filosofia. Partindo dos sofistas, passando por Platão e Aristóteles, até chegarmos a filósofos contemporâneos como Wittgenstein, Heidegger, Derrida, Foucault, entre outros, são múltiplos os caminhos que o fenômeno da linguagem percorre quando tomado como objeto de reflexão.<sup>9</sup>

Na sociedade moderna, esses diferentes caminhos parecem ser ainda mais evidentes. Isso pode ser constatado pelo fato de que, além de objeto no campo da reflexão filosófica, a relação entre linguagem, atividade mental e vida social passa a ser importante objeto de investigação em diferentes campos do conhecimento científico: na Psicologia, na Antropologia, na Neurociência, nas Ciências Computacionais e, entre muitos outros, no universo da Linguística. Diante dessa constatação, podemos concluir que uma intrínseca interrelação entre Linguagem, Cognição e Cultura não foi descoberta ou exclusivamente proposta pela recente área da Ciência Cognitiva.

---

<sup>9</sup> Sobre isso, conferir Martins (2004).

### 1.2.1. Linguagem e cognição: diferentes perspectivas

Uma abordagem mais sistematizada e programática do que denominamos Ciência Cognitiva surge a partir da década de 1950. Isso ocorre como uma franca reação ao *Behaviorismo* que, na época, fundamentava estudos fortemente orientados a partir da observação e mensuração das reações humanas a determinados estímulos, sem que fossem considerados aspectos relativos a diferentes “estados mentais”, “intenções”, “vontades” ou outros elementos que pudessem ser compreendidos no âmbito da subjetividade. Essa reação ocorre, também, pelo fato de que, ao restringir o trabalho de pesquisa à observação do comportamento humano, abordagens behavioristas deixam de considerar que esse é apenas um fraco reflexo de processos cognitivos ativados por complexas habilidades cognitivas como a categorização, a atenção, a memória, o raciocínio.

Uma retomada do percurso adotado pela Ciência Cognitiva, no que concerne ao campo da Linguística, coloca-nos diante de estudos que se encaminham em diferentes perspectivas. Uma primeira perspectiva, assumida por cognitivistas clássicos, toma como objetos de investigação aspectos mentais, considerados inatos, autônomos e universais no processamento linguístico, que permitiriam uma precisa descrição lógico-formal de sua estruturação. Uma severa crítica a essa forma de investigação científica se constitui com base no argumento de que, quando se trata da relação entre linguagem e sociedade, essa perspectiva poderia denominar-se *descorporificada*<sup>10</sup>, isto é, uma perspectiva que considera a mente como radicalmente dissociada do “corpo” humano e de suas capacidades e experiências sensório-perceptuais. Na obra *Philosophy in the Flesh*, Lakoff e Johnson (1999) apresentam essa crítica.

---

<sup>10</sup> Sobre isso, conferir Lakoff e Johnson (1999).

Herdamos da tradição filosófica ocidental uma teoria psicológica, segundo a qual temos uma “faculdade” da razão que se encontra separada e independente daquilo que fazemos com nossos corpos. Em particular, a razão é vista como independente da percepção e dos movimentos corporais. Na tradição ocidental, essa capacidade autônoma da razão é considerada como aquilo que nos torna essencialmente humanos, distinguindo-nos de todos os outros animais [...]. As evidências fornecidas pela Ciência Cognitiva mostram que esta psicologia clássica baseada na faculdade da razão está errada. Não há nenhuma faculdade da razão autônoma, separada e independente de capacidades corporais como a percepção e o movimento. (LAKOFF; JOHNSON, 1999, p. 16-17, tradução da autora)

Como podemos constatar pelo excerto, uma concepção subjacente a essa primeira perspectiva fundamenta-se em uma visão objetivista (platônico-aristotélica) da natureza da linguagem, da produção de sentido e da racionalidade humana<sup>11</sup>. Essa visão, pautada na longa tradição filosófica ocidental, tem exercido forte influência em um amplo e dominante programa de pesquisa que congrega um número expressivo de disciplinas — Filosofia, Psicologia, Ciências Computacionais e, como carro-chefe, a própria Linguística.

Ao discutir os fundamentos da tradição filosófica ocidental objetivista, no prefácio da obra *The Body in the Mind*, Johnson (1987) contesta a concepção racionalista da realidade, segundo a qual a razão é uma capacidade puramente formal de conectar e “desenhar” conceitos literais de acordo com regras lógicas. Segundo Johnson, nessa perspectiva, para descrever uma realidade objetiva, precisamos de uma linguagem que expresse conceitos que possam ser mapeados entre objetos, propriedades e relações que se instituem de forma contextualmente literal, unívoca e independente.

Crescente a partir dos anos 80, uma segunda perspectiva dos estudos da linguagem, também denominada Linguística Cognitiva, contrapõe-se francamente ao cognitivismo clássico e investe no desenvolvimento de práticas investigativas

---

<sup>11</sup> A esse respeito, conferir “A crisis in the theory of meaning and rationality”, em Johnson (1987). Além disso, em Lakoff e Johnson (1999), o capítulo que dá nome à obra *Philosophy in the flesh*.

de caráter empírico que buscam compreender a linguagem como uma forma de ação no mundo, integrada a habilidades cognitivas mais gerais, dentre as quais a percepção, a atenção, a memória, a esquematização, a categorização, a perspectivação. Investigações científicas que privilegiam essa compreensão de linguagem têm apresentado importantes avanços no que se refere à corporeidade da mente, à inconsciência cognitiva e ao pensamento metafórico.

Na verdade, estamos defendendo a idéia de que a segunda geração da Ciência Cognitiva adote uma nova postura diante da filosofia — a de uma filosofia corporificada que será consistente com as descobertas sobre a corporificação da mente, o inconsciente cognitivo e o pensamento metafórico [...]. A Linguística Cognitiva surgiu de mãos dadas com a segunda geração da Ciência Cognitiva e, ao longo dos anos, vem se tornando parte dela. Tal lingüística não está sujeita à intrusão da filosofia cartesiana e formalista. Ela, certamente, tem suas próprias pressuposições filosóficas, mas essas são de natureza metodológica, tendo a ver com a demanda por generalizações, por evidências convergentes e pela realidade cognitiva. Elas [essas evidências] não especificam, *a priori*, o que a investigação empírica deve descobrir [...]. (LAKOFF; JOHNSON, 1999, p. 495-496, tradução da autora)

As perspectivas teórico-metodológicas adotadas pelo Cognitivism Clássico e pela segunda geração da Ciência Cognitiva, apesar de serem consideradas controversas em sua essência, apontam para o fato de que o heterogêneo campo de estudo em que se investigam as relações entre linguagem e cognição configura-se a partir de um consenso: a linguagem humana é um “fenômeno”, indiscutivelmente, complexo, multifacetado e, portanto, passível de diferentes e nem sempre convergentes abordagens. Geeraerts (2006), assim, descreve o cenário em que essas diferentes abordagens se instituem no final do século XX e início do século XXI:

O desenvolvimento da lingüística no século XX se caracteriza pela sucessão de duas abordagens predominantes: a estruturalista e o gerativista. Atualmente, na primeira década do século XXI, o paradigma gerativista não é mais a moldura principal, embora não haja ainda, de forma clara, uma nova abordagem central. Se olharmos para a Lingüística Cognitiva a partir desta perspectiva, há indicações de que ela combina

um número de tendências que podem ser encontradas em outros desenvolvimentos contemporâneos da lingüística teórica, ou seja, no amplo leque de abordagens funcionalistas da lingüística. [...] Especificamente falando, se reconhecemos que a descontextualização é uma característica subjacente fundamental do desenvolvimento da teoria gramatical na lingüística do século XX, podemos dizer que a Lingüística Cognitiva corporifica vigorosamente a tendência de recontextualização que é compartilhada pela maioria das abordagens funcionalistas. (GEERAERTS, 2006, p. 25)

Nesse percurso epistemológico, o final da década de 80 do século XX marca um importante momento: a busca de pesquisadores de diversas áreas do conhecimento por respostas para uma antiga pergunta: *que relação há entre cognição humana, linguagem e vida social?*

Assumir este questionamento pressupõe integrar-se a uma agenda de investigação científica que focaliza os processos cognitivos relacionados à linguagem como processos que se, por um lado, são determinados pela fisiologia cerebral, pela arquitetura mental da espécie humana, por outro, constituem e são constituídos pelas práticas sociais e culturais dos diferentes grupos em que os seres humanos se organizam. As práticas sociais e culturais, por sua vez, se realizam — e se atualizam — em concretas situações de interação humana, ou seja, nas concretas e dinâmicas formas de uso da linguagem a que os seres humanos se integram, desde a mais tenra infância.

As habilidades lingüísticas que um indivíduo possui em qualquer momento — sob a forma de um “inventário estruturado de unidades simbólicas” — resulta de suas experiências acumuladas com a língua e são obtidas pela totalidade de eventos de usos ao longo de sua vida. Essa experiência lingüística acumulada sofre processos de entrincheiramento, devido aos usos repetidos de expressões específicas no decorrer desses eventos de uso, e a processos de abstração resultantes das variações de expressões específicas no decorrer dos eventos de uso. Sob esse foco, nos eventos de uso e nos processos de aprendizagem de línguas, que ocorrem nesses eventos, um aspecto crucial na agenda de pesquisa dos modelos de língua baseados em uso é, ou deveria ser, o estudo de como os seres humanos constroem os aspectos mais básicos de sua competência lingüística desde a infância (TOMASELLO, 2006, p. 439)



Da mesma forma como deve ser compreendido o próprio conhecimento humano, no desafio maior da agenda de pesquisas do início do século XXI, a linguagem humana passa a ser concebida — e, portanto, investigada — como um “fenômeno” inextricavelmente biofisiológico, psicocognitivo, sociocultural e histórico<sup>12</sup>. O aparato científico-metodológico e tecnológico de que dispomos nos tem permitido alcançar importantes resultados de pesquisa sobre a linguagem humana nessas diferentes dimensões<sup>13</sup>. Esses resultados provêm do aprofundamento de estudos realizados em áreas do conhecimento como a Biologia Evolucionária, a Antropologia Cognitiva, a Psicologia Cognitiva, a Psicolinguística, a Linguística Cognitiva.

Em função da longa tradição lógico-formal que ainda se institui, inclusive, no campo das Ciências Humanas, esse aparato científico, no entanto, ainda não nos permitiu uma abordagem que integrasse, definitivamente, essas diferentes e inextricáveis dimensões. No decorrer de séculos, dividimos o ser humano em peças tão pequenas, organizadas em compartimentos tão bem definidos, que, hoje, nos custa um esforço enorme a reconstituição da imagem original que se esconde entre as partes desse quebra-cabeça.

Nesse contexto, cabe enfatizar que, independentemente da ascendência filosófica a que nos afiliemos, da peça que desejemos eleger como fundamental para a montagem desse complexo quebra-cabeça, da perspectiva epistemológica que adotemos, a opção por um paradigma “pragmaticista” ou um paradigma “mentalista” que fundamente um trabalho científico sobre a constituição e o funcionamento da linguagem humana não nos permite desconhecer —

---

<sup>12</sup> Para fundamentar a necessária abordagem multidimensional da construção do conhecimento humano e, em especial, da linguagem humana, conferir Morin (1999, 2004).

<sup>13</sup> Recursos amplamente utilizados pelas Tecnologias da Comunicação e da Informação, dentre os quais gravação em som e vídeo digital; aparelhos de ressonância magnética e de tomografia computadorizada; tecnologia *Eyetracking*, softwares especializados (ELAN, CHILDS), vêm contribuindo, de forma significativa, para a qualidade de trabalhos de pesquisa que investigam diferentes aspectos da linguagem humana.

desconsiderar — a natureza multifacetada, pluridimensional e, portanto, complexa desse objeto de investigação.

### 1.2.1.1. Das concepções de cognição, linguagem e língua

Uma análise histórica das origens da Linguística como ciência nos coloca diante da recomendação saussuriana de que a adoção de um determinado ponto de vista define o objeto de investigação (SAUSSURE, 2002, p. 25).

Recentes trabalhos empíricos realizados no campo da Antropologia Evolucionária e da Psicologia Cognitiva vêm apresentando evidências científicas que nos permitem defender a tese de que a **cognição humana** é, fundamentalmente, marcada por processos *filogenéticos, históricos e ontogenéticos* que permitem ao homem beneficiar-se das diversas formas de conhecimento acumuladas pelos grupos sociais e que, ao mesmo tempo, determinam essas diversas formas de conhecimento, entre elas, a própria comunicação linguística.

Na obra *Origens Culturais da Aquisição do Conhecimento Humano*, Tomasello afirma que a cognição humana tem as qualidades únicas da espécie porque

- (1) filogeneticamente, os seres humanos modernos desenvolveram a capacidade de identificar-se com seus co-específicos, o que levou a uma compreensão destes como seres mentais e intencionais iguais a eles mesmos,
- (2) historicamente, isso favoreceu novas formas de aprendizagem cultural e sociogenese, que levou a artefatos culturais e tradições comportamentais que acumularam modificações ao longo do tempo histórico,
- (3) ontogeneticamente, as crianças humanas crescem no meio desses artefatos e tradições social e historicamente construídos, o que faculta a elas (a) beneficiar-se do conhecimento e das habilidades acumuladas de seus grupos sociais, (b) adquirir e usar representações cognitivas perspectivas na forma de símbolos lingüísticos (e analogias e metáforas construídas a partir desses símbolos) e (c) internalizar certos tipos de interações discursivas, o que promove a capacidade de metacognição,

redescrição representacional e pensamento dialógico. (TOMASELLO, 2003a, p. 13)

Por que uma hipótese multidimensional da cognição humana revela-se coerente para o propósito de compreensão do fenômeno da intertextualidade em uma perspectiva cognitiva?

Para responder a esse questionamento, pensemos em duas das mais revolucionárias descobertas da espécie humana: o fogo e a roda. Não inventamos o fogo ou a roda todos os dias. Imaginamos e (re)inventamos os artefatos culturais com base na experiência que acumulamos filogeneticamente, historicamente e ontogeneticamente. Nossa evolução cultural é cumulativa. Desenvolvemos, utilizamos, compartilhamos e perpetuamos o nosso potencial cognitivo em meio a artefatos e práticas sociais que, apesar de sempre novos, não surgem do nada. Esses artefatos e práticas sociais reúnem a memória social da espécie humana, ou seja, toda experiência e sabedoria coletiva acumulada pelos grupos sociais a que pertencemos. A cognição humana é, nesse sentido, essencialmente social.

O fato de nascermos e crescermos em um mundo cultural traz implicações cognitivas profundas para a constituição da espécie. Sobre isso, o cientista cognitivo Merlin Donald, em trabalho intitulado *Origens do Pensamento Moderno*, afirma:

Talvez os nossos genes sejam muito idênticos aos dos chimpanzés e dos gorilas, mas a nossa arquitetura cognitiva não é. E tendo atingido um ponto crucial na nossa evolução cognitiva, somos criaturas que usam símbolos, ligados em rede, diferentes de qualquer criatura anterior a nós. Independentemente de o nosso contexto cronológico atual vir a ser posto em causa ou radicalmente alterado por investigações futuras [...]: os seres humanos são diferentes. As nossas mentes funcionam em vários planos representacionais, filogeneticamente novos, nenhum dos quais está disponível aos outros animais. Atuamos em coletividades cognitivas, em simbioses com sistemas externos de memória. À medida que desenvolvemos novas configurações simbólicas externas e novas modalidades, reconstruímos a nossa própria arquitetura mental de uma forma não trivial. (DONALD, 1999, p. 456)

Desde crianças bem pequenas, reconhecemos no outro um sujeito intencional e compartilhamos com esse sujeito a aprendizagem das regras de sobrevivência natural e, da mesma forma, das regras de sobrevivência cultural, social. Nossa percepção, atenção, memória, nossa capacidade de categorizar, de perspectivar, de criar analogias e metáforas, de resolver problemas, de referenciar e de significar, através do uso comunicativo, estético e religioso de símbolos linguísticos e não linguísticos, criados e compartilhados culturalmente, enfim, nossa cognição é impactada e parametrizada pelas nossas vivências culturais, pelas nossas experiências sociais. Essas, por sua vez, se instituem, desde a mais tenra infância, de maneira subjetiva, pessoal, idiossincrática e, simultaneamente, de maneira intersubjetiva, compartilhada, conjunta, coletiva.

A cognição humana pressupõe o conjunto de atividades mentais que envolvem a aquisição, a representação, a transformação e o emprego das diferentes formas de conhecimento e de experiências sensório-perceptuais humanas. Essas atividades são passíveis de realização porque, diferentemente de outras espécies animais, os seres humanos modernos desenvolveram um modo particular de interagir com o mundo físico e social em que vivem. Esse modo particular de interação decorre de processos identificados nas inextricáveis dimensões — filogenética, histórica e ontogenética — que constituem a espécie. Dessas três dimensões, desdobram-se três estruturas temporais distintas que constituem a cognição humana.

[...] não se pode compreender plenamente a cognição humana — ao menos nos seus aspectos exclusivamente humanos — sem considerar em detalhes seu desdobramento em três estruturas temporais distintas:

- no tempo filogenético, quando o primata humano desenvolveu sua maneira única de compreender os co-específicos;
- no tempo histórico, quando essa forma particular de compreensão social conduziu a formas particulares de herança cultural com artefatos materiais e simbólicos que acumulam modificações no transcurso do tempo; e
- no tempo ontogenético, quando crianças humanas absorvem tudo o que suas culturas têm para oferecer, desenvolvendo, nesse processo,

modos únicos de representação cognitiva baseado na diversidade de perspectiva. (TOMASELLO, 2003a, p. 283)

Compreender a cognição humana, com base na concepção teórica anteriormente descrita, nos leva a adotar uma concepção de linguagem que também se institui em uma perspectiva multidimensional. Neste trabalho de pesquisa, em consonância com Salomão, a linguagem humana é compreendida como

uma capacidade de expressão simbólica, através de estruturas fônicas, lexicais e gramaticais, que permitem acesso a domínios organizadores de conhecimento, ou que, alternativamente, permitem organizar domínios de conhecimentos, de tal modo que o sujeito de expressão possa entender o outro e fazer-se entender pelo outro. No exercício desta capacidade, o sujeito enunciador processará sucessivos enquadramentos (focalizações) do contexto comunicativo, entendido, nesta concepção, como dimensão dinâmica e compartilhadamente sustentada pelos participantes da cena comunicativa. (SALOMÃO, 2004, [s.p.])

Ao discutir a função estruturante da linguagem, no desenvolvimento cognitivo da espécie humana, resultados de pesquisa de caráter empírico realizadas por Tomasello (2003a, 2006, 2008) corroboram essa concepção de linguagem. Nessas pesquisas, identificam-se evidências que apontam para o fato de que a linguagem humana não deve ser compreendida como um objeto, mas como uma capacidade de expressão simbólica, associada a capacidades cognitivas mais gerais, dentre as quais as capacidades de compreensão dos processos de atenção e de intenção que os seres humanos compartilham, constroem conjuntamente, desde a infância. Segundo Tomasello,

[...] no transcurso do tempo histórico, os seres humanos criaram em colaboração uma incrível coleção de perspectivas e interpretações categoriais sobre todo tipo de objetos, eventos e relações, e as incorporaram em seus sistemas de comunicação simbólica chamados de línguas naturais. À medida que as crianças se desenvolvem ontogeneticamente, usam suas aptidões básicas [...] em combinação com a capacidade de compreender as intenções comunicativas dos adultos — para aprender o uso das formas simbólicas relevantes. Isso lhes permite

tirar vantagem de um vasto número de categorias e analogias que outros membros de sua cultura consideraram adequado criar e simbolizar e que muito provavelmente elas nunca teriam pensado em criar sozinhas. Além disso, é claro, em alguns casos elas também podem generalizar isso tudo e criar categorias e analogias novas por conta própria — lembrando sempre que a linha individual de desenvolvimento funciona a partir de materiais fornecidos pela linha cultural de desenvolvimento — que outras pessoas podem vir a adotar. (TOMASELLO, 2003a, p. 236-237)

Os atos linguísticos são atos sociais que um indivíduo dirige ao outro de forma intencional (e acentua que está fazendo isto) para fins de direcionar a intenção e imaginação do outro de formas específicas, de modo que um irá fazer, conhecer ou sentir aquilo que o outro deseja que ele queira. Tais atos só serão bem sucedidos quando tanto um participante quanto o outro estiverem equipados de uma infra-estrutura psicológica de habilidades e motivações de intencionalidade compartilhada desenvolvidas para facilitar interações com os outros por meio de atividades colaborativas. A linguagem, ou melhor, a comunicação lingüística não é, portanto, um tipo qualquer de objeto, seja ele formal ou não; ao contrário, é uma forma de ação social constituída por convenções sociais para atingir finalidades sociais, sob premissas que contenham, no mínimo, alguns entendimentos bem como propósitos compartilhados dentre seus usuários. (TOMASELLO, 2008, p. 343, tradução da autora)

Advogamos, portanto, a tese de que a **linguagem humana** se caracteriza como uma “capacidade de comunicação simbólica” inerente, inata, à espécie humana. Essa capacidade se institui e se manifesta pela ativação de domínios de conhecimento construídos, adquiridos e compartilhados intencionalmente pelos seres humanos em situações concretas de comunicação.

Nesse contexto epistemológico, as **línguas naturais** são compreendidas como um “sistema simbólico de comunicação” que se institui pela ativação de diferentes domínios de conhecimento semântico-pragmático<sup>14</sup>, manifestados na forma de estruturas fônicas, lexicais e sintáticas compartilhadas por interlocutores que se instituem sujeitos enunciadorees — aqueles que colocam a língua em atividade.

---

<sup>14</sup> Esses domínios do conhecimento serão mais precisamente descritos no tópico destinado à apresentação de Teoria da Integração Conceptual adotada para realização deste trabalho de pesquisa.

Esses sujeitos, ao se instituírem e interagirem, em uma dada cena comunicativa, produzem sucessivos e simultâneos enquadramentos ou focalizações do contexto comunicativo, através de padrões subjetivos e intersubjetivos de percepção, de atenção e de intenção que lhes permitem selecionar, desse contexto, informações que lhes sejam relevantes no e para o processo interacional. Esses diferentes enquadramentos e focalizações são operações cognitivas implicadas no que denominamos atos de referenciação e de significação.

O ato de referenciação se institui em termos de especificações e reespecificações sucessivas de informações que, perceptualmente, identificamos e selecionamos como sendo relevantes para o contexto comunicativo em foco. Referenciar não é um ato intrinsecamente linguístico, mas sim um ato que decorre de rotinas cognitivas que se instituem em episódios pré-linguísticos de atenção conjunta e de performance gestual (SINHA, 1999, p. 17). Da mesma forma que o ato de referenciação, o ato de significação, de produção de sentidos, é uma atividade cognitiva discursivamente situada e dependente do contexto comunicativo. Ao selecionar informações consideradas relevantes para um dado contexto, os seres humanos desencadeiam formas inventivas, imaginativas, figurativas de “apreensão” e de “representação” dessas informações. O ato de significação pressupõe essas diferentes maneiras que o ser humano constrói para apreender e para representar o mundo. A produção de sentidos que emergem do processo de identificação, de seleção e, como veremos adiante, de integração de informações que consideramos relevantes para certo contexto comunicativo, é uma atividade cognitiva subjetivamente experienciada e intersubjetivamente compartilhada.

Faz-se importante notar que, nessa perspectiva teórica, o **contexto comunicativo** não é compreendido em termos de propriedades objetivas de uma

situação social, mas como a instauração de bases de conhecimentos comuns, consideradas relevantes para os participantes envolvidos na situação interacional.

Em Tomasello, identificamos uma definição de contexto comunicativo que, à medida que enfatiza a noção de “relevância” para os sujeitos da situação interacional, converge para aquela que adotamos neste trabalho de pesquisa.

Para os seres humanos, o contexto comunicativo não se resume simplesmente a tudo aquilo que está no ambiente imediato, desde a temperatura de uma sala até o som dos pássaros ao fundo, mas, ao contrário, o contexto comunicativo é aquilo que é “relevante” para a interação social, ou seja, aquilo que o participante percebe como relevante e sabe que o outro sabe disso também e assim por diante, potencialmente e *ad infinitum*. Este tipo de contexto compartilhado e intersubjetivo é o que podemos denominar, como faz Clark (1996), de terreno comum ou, algumas vezes, (quando desejamos enfatizar o contexto perceptual compartilhado), de moldura atencional conjunta. Este terreno comum inclui tudo que ambos conhecemos (e pensamos que conhecemos, etc.) a partir de fatos sobre o mundo até o modo como pessoas racionais atuam em certas condições, e àquilo que as pessoas acham particularmente saliente e interessante. (TOMASELLO, 2008, p. 74-75, tradução da autora)

Consideradas as concepções de cognição, linguagem, língua e, a partir dessas concepções, aquelas que adotamos para os atos de referenciação, de significação e, por fim, para contexto comunicativo, resta-nos refletir, de forma um pouco mais detida, sobre uma última concepção teórica em que se fundamenta este trabalho de pesquisa.

Neste momento, pretendemos apresentar argumentos em defesa da tese de que o dialogismo, para além de um princípio constitutivo da linguagem (BAKHTIN, 2000 [1929], 2002 [1929]), pode ser compreendido como uma capacidade cognitiva básica da espécie humana (TOMASELLO, 2003a[1999], 2003b, 2008).



### 1.2.1.2. Do pensamento dialógico como capacidade cognitiva

Pesquisas científicas de caráter empírico realizadas por Tomasello (2003a [1999], 2003b, 2008), no campo da Psicologia Evolucionária, permitem afirmar que, desde a mais tenra idade<sup>15</sup>, em uma perspectiva ontogênica, o pensamento dialógico é elemento constitutivo da cognição humana.

Tanto no campo social como no campo físico do conhecimento [...] envolver-se dialogicamente com outras mentes por meio de símbolos e de discursos durante um período de vários anos acaba por transformar as habilidades cognitivas de crianças de um ou dois anos [...]. Sem esse envolvimento dialógico com outras mentes, essa transformação não ocorreria. (TOMASELLO, 2003a, p. 243)

As pesquisas realizadas pelo psicólogo evolucionista com vistas à comprovação de sua hipótese filogenética, histórica e ontogenética da cognição humana, corroboraram o argumento de que o dialogismo, para além de um princípio constitutivo da linguagem humana, pode ser compreendido como uma capacidade básica específica da cognição humana. Essa capacidade pode ser flagrada, de diferentes maneiras, no processamento discursivo, dentre as quais, por meio do que, tradicionalmente, denomina-se intertextualidade.

O ato de colocar a língua em funcionamento na forma de textos, para fins da comunicação cooperativa humana, pressupõe o envolvimento dialógico do ser humano com outras mentes. Pelo processo de interação linguística, o ser humano cria um complexo “cenário” discursivo, a partir da instauração de vozes que polemizam entre si, se completam ou respondem umas às outras. Essa parece ser a essência da comunicação linguística dos seres humanos modernos.

---

<sup>15</sup> Sobre esse assunto, conferir, também, Sinha (1999): *Biology, culture and the emergence and elaboration of symbolization*. Tradução de Kenia Osório a ser publicada na obra *Linguística Cognitiva: caderno de traduções* (2008). No prelo.

Interagimos, comunicamo-nos cooperativamente, no decorrer de toda a vida e em situações as mais diversas, através de textos, e não de um inventário de palavras ou de expressões linguísticas desamarradas entre si, des(con)textualizadas e não intencionais, ou seja, desconectadas da nossa relação com outros seres humanos e da situação comunicativa em foco. O texto verbal é um dos artefatos simbólico-culturais com os quais os seres humanos convivem desde o nascimento.

As origens da comunicação cooperativa humana são, portanto, muitas e sua culminância em habilidades de comunicação linguística representam uma instância a mais — talvez a instância fundamental — do processo coevolucionário pelo qual habilidades cognitivas básicas evoluem filogeneticamente, permitindo, historicamente, a criação de produtos culturais que, por sua vez, provêem crianças em desenvolvimento com ferramentas biológicas e culturais de que necessitam para se desenvolverem ontogeneticamente. (TOMASELLO, 2008, p. 345, tradução da autora)

Através do uso sistemático e criativo do artefato simbólico-cultural a que denominamos “textos”, os seres humanos interagem entre si, instituem-se intersubjetivamente como sujeitos de linguagem, evoluem culturalmente e, dessa forma, potencializam outra habilidade cognitiva básica da espécie humana, inextricavelmente associada ao pensamento dialógico: a perspectivação conceitual.

Desde os primórdios da civilização humana e, da mesma forma, da mais tenra idade à velhice, os seres humanos utilizam os sentidos da visão, audição, tato e gustação para estabelecer e marcar sua relação com o mundo que o cerca. Sua sobrevivência e evolução dependem, comprovadamente, de suas habilidades perceptuo-cognitivas. Dentre as habilidades ontogênicas que os seres humanos compartilham, associada ao pensamento dialógico, destaca-se a habilidade de criar perspectivas, ou seja, a habilidade de focalizar, em maior ou menor nível de precisão (proximidade e afastamento), os objetos, os cenários, os eventos com que interagem.

Diante de uma dada posição no espaço, os objetos e os cenários com os quais interagimos são vistos em algum de seus aspectos. Quando o sujeito da visão muda sua posição ou o seu ponto de vista, outros aspectos do mesmo objeto entram em (ou saem de) seu espaço de visão. Mover-se em torno de um objeto ou mover o objeto diante de nós não são as únicas maneiras, no entanto, de experimentar um relação sinestésica com um dado objeto da nossa percepção.

Os seres humanos coexistem e interagem em seu ambiente sociocultural; portanto, percebem o que os demais seres humanos veem de outros pontos de vista e aprendem a tomá-los como outras perspectivas para um mesmo objeto perceptual. O mesmo ocorre quando o ser humano adquire, (re)cria e utiliza, para fins comunicativos, os símbolos linguísticos. Ao utilizar os símbolos linguísticos para fins de ativar um processo de encenação discursiva, na forma de textos, a perspectivação conceitual, habilidade perceptuo-cognitiva preliminarmente descrita em termos da interação com um objeto físico, também é ativada.

Quando utilizadas em atos de comunicação, [...] habilidades sociocognitivas servem para criar símbolos linguísticos entendidos intersubjetivamente e perspectivamente, os quais podem ser usados para convidar as outras pessoas a conceptualizar fenômenos de alguma das várias perspectivas, simultaneamente, disponíveis. A internalização de tais atos de comunicação simbólica cria formas de representação cognitiva especialmente flexíveis e poderosas e essas, então, mais tarde, na ontogenia, permitem pensamentos metafóricos, dialógicos e reflexivos. (TOMASELLO, 2003b, p. 11, tradução da autora)

A intersubjetividade, estreita relação estabelecida entre os seres humanos no ato de produzir linguagem, está associada às aptidões humanas de pensar dialogicamente e de adotar diferentes perspectivas para construir uma determinada referência.

[...] a intersubjetividade é de fundamental importância para compreender o modo como os símbolos linguísticos funcionam, [...] mas não diferencia os símbolos linguísticos de outros símbolos humanos. O que distingue o símbolo linguístico, de modo mais claro, é sua natureza perspectiva. Esse

aspecto deriva da aptidão humana de adotar diferentes perspectivas sobre a mesma coisa para propósitos comunicativos diversos e, inversamente, de tratar diferentes entidades como se fossem uma mesma para algum propósito comunicativo; na medida em que as perspectivas estão incorporadas em símbolos, elas criam contrastes. A intersubjetividade dos signos lingüísticos revela-se para as crianças pequenas muito cedo no processo de aquisição da linguagem, mas sua natureza perspectiva emerge de forma mais gradual à medida que a criança percebe que existem modos alternativos de ver as coisas e de falar sobre elas. (TOMASELLO, 2003a, p. 171-172)

A espécie humana interage intersubjetivamente para fins comunicativos. Do ponto de vista cognitivo, essa interação é possível porque os seres humanos compartilham a capacidade de perspectivação conceitual, ou seja, a capacidade de criar, reconhecer e adotar diferentes perspectivas para um mesmo objeto referencial, para um mesmo evento, para uma mesma situação. A perspectivação conceitual é uma capacidade que se desencadeia, ao longo da infância, por meio dos diversos tipos de interação discursiva a que a criança está exposta em seu cotidiano, ou seja, por meio da interação discursiva que se estabelece com aqueles que a criança reconhece como sujeitos intencionais e atencionais iguais a ela.

[...] o que acontece é que, gradualmente, ao longo da primeira infância, as crianças ganham experiência com o interjogo entre suas próprias mentes e as dos outros, sobretudo por meio de vários tipos de interações discursivas. [...] Para compreender as comunicações alheias, as crianças têm de simular, de alguma forma, a perspectiva das outras pessoas quando elas se expressam linguisticamente, e, nesse sentido, o ir e vir da conversa obriga a criança a uma constante mudança de perspectiva, da sua para a dos outros e novamente para a sua. (TOMASELLO, 2003a, p. 246)

A fim de se comunicarem cooperativamente, os seres humanos, ontogeneticamente, vivenciam e compartilham a natureza, simultaneamente, intersubjetiva — portanto dialógica — e perspectiva da cognição.

Diante de resultados de pesquisa alcançados, contemporaneamente, no campo da psicologia evolucionária, alguns dos *insights* filosóficos de Bakhtin (1895-1975) parecem ganhar sustentação de caráter científico. Naqueles

apresentados por Tomasello (2003a, 2003b, 2008), é possível constatar que, na perspectiva ontogênica, duas habilidades cognitivas básicas constitutivas da espécie humana podem ser descritas em termos da aquisição e do uso de representações cognitivas perspectivas, na forma de símbolos linguísticos, e do desenvolvimento do “pensamento dialógico”. Segundo o psicólogo evolucionista, enquanto a primeira habilidade (a perspectivação conceitual) subjaz no uso de analogias e de metáforas, a segunda (a intersubjetividade) se desenvolve à medida que os seres humanos, desde a infância, internalizam certos tipos de interação discursiva, aprendidas e utilizadas em concretos contextos comunicativos (TOMASELLO, 2003a, p. 14).

De acordo com os argumentos aqui apresentados, também o fenômeno da intertextualidade — identificado de diferentes formas em diferentes situações de uso da linguagem verbal — passa a ser compreendido como uma manifestação concreta da natureza, simultaneamente, dialógica e perspectiva da cognição humana. Diante dessa compreensão, podemos redefinir ou delimitar, ainda que de maneira preliminar, o conceito do fenômeno em estudo.

### **1.3. Por uma redefinição preliminar do conceito de intertextualidade**

Como discutido no tópico anterior, os seres humanos modernos compartilham um aparato cognitivo que se institui com base em experiências cumulativas vivenciadas, simultaneamente, nas dimensões filogenética, histórica e ontogenética da espécie.

Na dimensão filogenética, desenvolvemos a capacidade de nos identificar com os nossos coespecíficos, reconhecendo-os como sujeitos mentais e intencionais

iguais a nós mesmos. Na dimensão histórica, compartilhamos artefatos culturais e tradições comportamentais que, na forma de textos (orais e escritos), acumulam modificações ao longo do tempo. Na dimensão ontogenética, crescemos em meio aos artefatos culturais, dentre os quais “textos” dos mais variados tipos e funções. A aquisição e uso desses artefatos simbólico-culturais nos facultam capacidades específicas à espécie humana, dentre essas capacidades, destacam-se o pensamento dialógico e a perspectivação.

Através da interação verbal, os seres humanos se instituem sujeitos de linguagem, ou seja, sujeitos que colocam a língua em atividade em concretos contextos sociocomunicativos. Esses contextos são intersubjetivamente construídos para fins comunicativos, em última análise, para fins da co-construção da referência e do sentido, e isso ocorre a partir da adoção de diferentes perspectivas.

Podemos retomar os argumentos anteriores, adotando um outro modo de dizer, uma outra perspectiva. Isso pode ser flagrado, em todo momento, no processo de leitura de uma tese acadêmica, no decorrer de um romance, em situações informais e íntimas de interação, como em uma conversa entre amigos.

Nós, seres humanos, nos constituímos sujeitos de linguagem na relação que estabelecemos com outros sujeitos de linguagem. Produzimos discurso/texto na relação que estabelecemos com outros discursos/textos. Através do ato de enunciação, instauramos e revelamos a capacidade humana de pensar dialogicamente, de interagir com outros sujeitos empíricos que reconhecemos como sujeitos de linguagem, que reconhecemos como coespecíficos, iguais a nós mesmos. O processo de enunciação pode ser compreendido, metaforicamente, como um “palco” em que, no aqui-e-agora do discurso, diferentes vozes e diferentes dizeres são flagrados em diferentes espaços e tempos. Essas vozes e dizeres não se instituem de maneira fundadora, inaugural, adâmica. Elas polemizam com vozes identificadas em outras situações interacionais, em outros

discursos, em outros textos, que passam a ser, no aqui-e-agora, recordados, recontados, conhecidos em outra perspectiva. No palco enunciativo em que todos nós atuamos, podem ser flagradas manifestações concretas daquilo que ocorre nos bastidores da cognição: a capacidade humana de pensar dialogicamente e de criar e reconhecer diferentes perspectivas para um mesmo objeto.

A manifestação do fenômeno da intertextualidade pressupõe a (re)contextualização de um cenário enunciativo já construído, que passa a ser “recordado”, “recontado”, “reconstruído”, “reconhecido”, no aqui-e-agora, em outra perspectiva. Cenários enunciativos, já vivenciados e compartilhados culturalmente, quando recontados, reconstruídos, tomados em outra perspectiva e reconhecidos pelos interlocutores de uma dada situação interacional, desencadeiam a construção e a compreensão de um cenário discursivo novo, denominado “cenário discursivo intertextual”.

Na linguagem verbal, os aspectos discursivos recontextualizados pelo/no processo de encenação discursiva intertextual podem ser reconhecidos em diferentes níveis de granularidade, ou seja, nas dimensões fonético-fonológica, lexical, morfossintática, semântico-pragmática<sup>16</sup>.

Em termos operacionais, a intertextualidade pode ser compreendida como um processo de encenação discursiva desencadeado por interlocutores que, em um dado contexto comunicativo, recontextualizam, reperspectivam, intencionalmente, aspectos de um cenário discursivo prévio e, dessa forma, criam um cenário discursivo novo, atual.

Em termos cognitivos, um processo de encenação discursiva intertextual, indiciado em textos de diferentes tipos e funções e em diferentes níveis de

---

<sup>16</sup> Quando adotamos um conceito mais amplo de texto, este artefato simbólico-cultural pode ser constituído em outras semioses e, sendo assim, com base em outros sistemas simbólicos. Dessa forma, podemos falar de textos pictóricos, cinematográficos, musicais, matemáticos etc. O fenômeno da intertextualidade não se restringe, portanto, ao uso do sistema simbólico linguístico. Acreditamos que, em outros universos semióticos, o fenômeno também esteja indiciado em diferentes níveis de granularidade, o que abre possibilidade para que outros trabalhos de pesquisa sobre o tema possam ser realizados.

granularidade, ocorre porque os seres humanos compartilham capacidades cognitivas específicas à espécie — dentre as quais o pensamento dialógico e a perspectivação conceitual — e, ainda, porque os seres humanos são capazes de desenvolver uma operação cognitiva básica subjacente à experiência de construção de sentido: a integração conceptual.

Como veremos a seguir, na perspectiva cognitiva adotada neste trabalho de pesquisa, em termos cognitivos, é possível compreender e descrever o fenômeno da intertextualidade com base no processo de integração conceptual.

## **1.4. Do processo de Integração Conceptual**

Um quadro teórico que busca explicitar princípios constitutivos e operacionais implicados no processo de Integração Conceptual fora originalmente proposto pelos pesquisadores Gilles Fauconnier e Mark Turner (2002). Esse quadro teórico vem gerando valiosos *insights* para a realização de um grande número de pesquisas que, em diferentes áreas, focalizam a relação entre linguagem e cognição.

Como uma abordagem mais sistemática dos estudos da construção de significado, a teoria vem contribuindo para a implementação de projetos de pesquisa em áreas como a Semiótica Cognitiva (BRANDT, 2004) e a Análise do Discurso (OAKLEY; HOUGAARD, 2008).



### 1.4.1. A teoria da Integração Conceptual

A teoria da Integração Conceptual formulada por Fauconnier e Turner, na obra *The Way We Think: Conceptual Blending and the Mind's Hidden Complexities* (2002), constitui um amplo estudo sobre processos cognitivos que subentendem a habilidade humana de produzir significados.

O modelo teórico proposto por Fauconnier e Turner (2002) pressupõe que, na linguagem natural humana, o discurso materializa e, ao mesmo tempo, esconde estratégias e estruturas cognitivas responsáveis pela produção de sentido. Nessa perspectiva, os pesquisadores afirmam que, à medida que o discurso acontece, muito mais acontece por trás das cenas que o constituem: antigos e novos domínios conceptuais se estabelecem, conexões entre esses domínios são forjadas, operam-se projeções abstratas, estruturas cognitivas emergem e espalham-se, diferentes pontos de vista e focos de atenção são acionados. Essas diferentes operações de caráter cognitivo são possíveis pela ativação e integração de espaços mentais.

#### 1.4.1.1. O que são Espaços Mentais?

Um dos conceitos fundadores da Teoria da Integração Conceptual designa-se Espaços Mentais. Esse conceito baseia-se na premissa de que as expressões linguísticas *per se* não portam o sentido, mas servem de guia para a produção do mesmo. Na busca de identificar e de mapear os “acontecimentos” que subjazem o processo de produção de sentido/referência, Fauconnier (1994 [1985]) propõe o conceito de Espaços Mentais como configurações mentais necessariamente

construídas à medida que os seres humanos pensam e (inter)agem através da linguagem verbal e não verbal.

Dentre as “conexões” que nossa mente estabelece no processamento discursivo, Fauconnier postula a identificação/integração de Espaços Mentais, definidos por ele como constructos que, distintos das estruturas linguísticas, são acionados, em qualquer tipo de discurso, de acordo com as pistas oferecidas pelas expressões lingüísticas: “[...] introduzo a noção de espaços mentais, constructos distintos das estruturas lingüísticas, mas construídos em qualquer discurso de acordo com as pistas fornecidas pelas expressões lingüísticas” (FAUCONNIER, 1994 [1985], p. 16, tradução da autora).

Fauconnier e Sweetser (1996), ao discutirem as possíveis relações estabelecidas entre “estrutura cognitiva e estrutura linguística”, afirmam que, ao considerarmos que cognição humana é, de fato, configurada contextualmente, é crucial examinar que tipos de conexões nossas mentes tendem a fazer, e quais tipos de efeitos são produzidos em diferentes contextos.

Se a cognição humana é tão configurada contextualmente, é vital examinarmos quais tipos de conexões nossas mentes tendem a fazer, bem como os tipos de efeitos que são produzidos por diferentes contextos. O exame do uso lingüístico é uma ferramenta poderosa para este estudo cognitivo. (FAUCONNIER; SWEETSER, 1996, p. 2, tradução da autora)

Em estudos posteriores, Fauconnier (1997, 1998) define Espaços Mentais como domínios que o discurso constrói com a função de produzir um substrato cognitivo para o raciocínio e para a interface entre os usuários da língua e o mundo físico e, ainda, como “pequenos pacotes conceituais construídos à medida que pensamos e falamos”. “Os espaços mentais são os domínios que o discurso constrói para prover um substrato cognitivo para o entendimento (compreensão, interpretação, explicação) e a interface com o mundo”. (FAUCONNIER, 1997, p. 34, tradução da autora).

Os espaços mentais são pequenos pacotes conceituais construídos à medida que pensamos e falamos, para o propósito de compreensão e ação local. Eles são [...] estruturados por *frames* e modelos cognitivos. Estão interconectados e podem ser modificados no desenrolar do pensamento e do discurso. (FAUCONNIER, 1998, p. 9, tradução da autora)

Os Espaços Mentais, nesse modelo teórico, são compreendidos como configurações mentais ativadas, na/pela memória de trabalho, à medida que os seres humanos interagem entre si e com o mundo físico e social do qual fazem parte. Essas configurações mentais, estruturadas à medida que os seres humanos pensam, falam, leem, escrevem, apreciam uma obra de arte, brincam ou saboreiam um café, são evocadas dos conjuntos de conhecimento estáveis que os seres humanos estruturam e compartilham em suas vivências culturais e pessoais. A esses conjuntos de conhecimentos culturais e pessoais estáveis, as Ciências Cognitivas atribuem o nome de *conceptual frames*, em português brasileiro, conceito que vem sendo traduzido como molduras conceptuais.

Em nossa cultura, por exemplo, esses conjuntos de conhecimento cultural incluem *comprar e vender, parar no sinal vermelho, mudar-se para uma residência, ir ao cinema*. [...] As molduras conceptuais são pacotes convencionais de conhecimento que geralmente incluem papéis (tais como, *comprador, vendedor, preço, lugar, tempo*, e assim por diante) e várias interações entre elementos. Essas molduras podem ser bastante abstratas (*o mais forte versus o mais fraco*) ou muito específicas (*um time escala o Monte Everest, uma peregrinação para o Vaticano, tentar encontrar um lugar para estacionar em Manhattan, tentar passar entre passageiros no Aeroporto Internacional JFK*).

Uma vez que operações mentais funcionam por molduras de conhecimento cultural, e que essas molduras podem variar dramaticamente de uma cultura para outra, e que os propósitos e condições também podem variar dramaticamente, diferentes culturas podem ser e são impressionadamente diferentes. Os *produtos* da cognição variam através das culturas mesmo que seus membros partilhem operações cognitivas básicas. (TURNER, 2001, p. 12-13, tradução da autora)

Uma moldura conceptual é um feixe de conhecimento esquemático convencional. Por exemplo, temos uma moldura para “viagem aérea”. Uma moldura [conceptual] geralmente inclui papéis (passageiro, piloto, curso, aeronave, aeroporto de partida, aeroporto de chegada, e assim por

diante) e relações entre esses papéis (o piloto comanda o avião, o avião é um veículo para viagem de passageiros, o avião segue um curso, e assim por diante). Nós emolduramos mentalmente uma situação sempre que tornamos uma instância de uma moldura conceptual genérica, esquemática e convencional. [...] Molduras conceptuais são usadas para organizar e estruturar coleções específicas de conhecimento. Por essa razão, o ato de emoldurar também se refere frequentemente a um tipo de “cognição esquemática”. Por exemplo, podemos ter uma moldura [conceptual] esquemática para *governo de uma democracia do Ocidente*. Utilizamos isso [esse tipo de conhecimento esquemático] para emoldurar a pessoa Jacques Chirac por considerar que ele exerce o *valor* do papel de *chefe de estado* na moldura conceptual *governo de uma democracia ocidental*. (TURNER, 2001, p. 67-68, tradução da autora)

De maneira específica, os Espaços Mentais (doravante EM) são configurações cognitivas acionadas por “pistas” de caráter linguístico (fonético-fonológico, léxico-gramatical, semântico-pragmático) e de caráter não linguístico (gestos, sons, cheiros, imagens). Os EM podem ser compreendidos, portanto, como configurações cognitivas — sempre novas — que, a partir de molduras conceptuais, se instauram de maneira instantânea, dinâmica e integrada, em forma de rede, com vistas à produção de significado/referência.

#### 1.4.1.2. Como ocorre a integração de Espaços Mentais?

Segundo Fauconnier e Turner (2002), os seres humanos criam, historicamente, inúmeras, diferentes e elaboradas formas (as línguas, a matemática, a música, a arte) porque possuem habilidades muito especiais e efetivas para a construção do significado. As formas não portam, mas desencadeiam os significados, e esses se processam a partir das operações cognitivas básicas, complexas e, em sua maioria, inconscientes de Identificação, de Integração e de Imaginação. Essas três operações são o que Fauconnier e Turner caracterizam como os três “is” da mente humana.

Com base nesse argumento, os pesquisadores apresentam alguns dos importantes fundamentos de sua teoria, postulando que as operações descritas por esses três “is” traduzem um processo cognitivo básico denominado *Blending*<sup>17</sup> ou *Conceptual Integration*. Em Fauconnier e Turner (2002), a Mesclagem é uma operação cognitiva de caráter conceptual que ocorre pela instauração e integração de diferentes tipos de Espaços Mentais.

Como vimos anteriormente, a instauração de Espaços Mentais ocorre sempre que pensamos, falamos, agimos. Nesse contexto, evocamos, do conjunto de conhecimentos cognitivamente estáveis a que denominamos *frames* — molduras conceptuais — aqueles conhecimento que, na situação interacional em questão, são considerados salientes. Diante de uma situação interacional concreta, ao utilizar expressões linguísticas que exercem o papel de construtores de espaços mentais, evocamos de molduras conceptuais esquemáticas, socialmente compartilhadas, conhecimentos que permitirão instaurar uma Rede de Integração Conceptual. Nessa rede, há espaços mentais que funcionam como *input* — como entrada — e espaços mentais que, como veremos, se caracterizam por exercer outra função. Uma rede de integração conceptual se institui pela instauração de, pelo menos, quatro espaços mentais: dois espaços mentais de entrada, um espaço genérico e o espaço mescla.

Os **Espaços de Entrada** se instituem a partir do uso de estruturas informacionais próprias denominadas “construtores de espaços mentais”. Os construtores de espaços mentais são, no caso de expressões linguísticas, aqueles que podem instaurar um espaço mental novo na Rede de Integração Conceptual, ou que podem re-instaurar um espaço mental já instituído no/pelo discurso (FAUCONNIER, 1994[1985]). Dentre as estruturas discursivas consideradas construtores de espaços mentais destacam-se: expressões nominais (uma menina,

---

<sup>17</sup> No Brasil, a expressão “*Conceptual Blending*” vem sendo amplamente traduzida para Mesclagem Conceptual.

Nina, o presidente, Lula, os irmãos Grimm, Chapeuzinho Vermelho); elementos dêíticos (você, aquela, este, eu, ontem, naquele dia, aqui, lá); verbos epistêmicos (pensar, imaginar, acreditar, compreender); verbos *dicendi* (dizer, falar, perguntar, afirmar, contestar); estruturas contrafactuais (“se eu fosse você, não tentaria comprar aquele juiz”, “ele dirige como se fosse o Barrichello”); relações predicativas (“ele é um lobo mau”; “esse é o cara”).

De acordo com Fauconnier e Turner (2002), as estruturas de sentido que emergem do processo de integração conceptual resultam do mapeamento e da projeção de elementos identificados nos espaços de entrada. Os elementos constitutivos dos espaços de entrada estabelecem, entre si, conexões de contraparte. Essas acontecem uma vez que, entre os elementos constitutivos dos espaços de entrada, estabelecem-se “combinações parciais” de diferentes tipos (papel, identidade, singularidade, mudança, relação parte-todo, relação causa-efeito, intencionalidade<sup>18</sup>). Das conexões de contraparte estabelecidas nos espaços de entrada, decorre uma projeção que permite a criação de um outro tipo de espaço mental: o espaço genérico. Os elementos comuns aos espaços de entrada, ao serem mapeados entre si, são projetados para ou “capturados” pelo espaço genérico. O **Espaço Genérico** se institui, portanto, através do mapeamento desencadeado por elementos que, nos espaços de entrada, estabelecem entre si uma relação de contraparte.

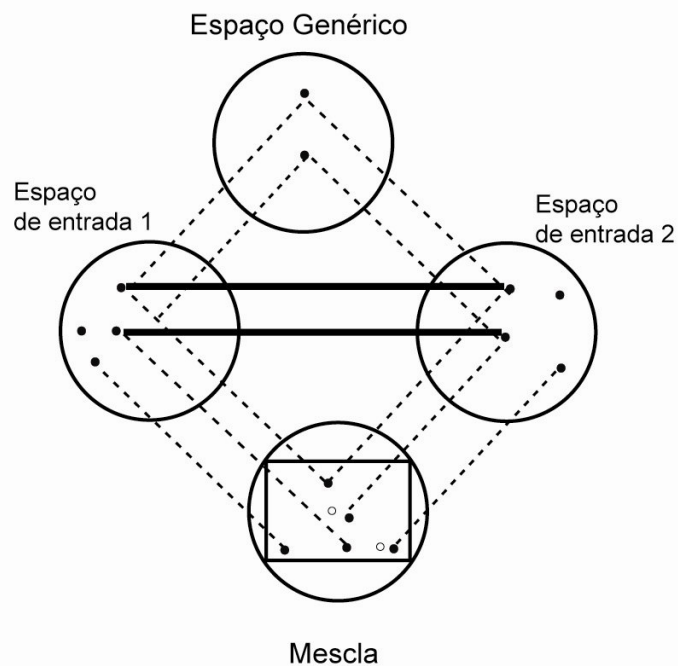
De acordo com Fauconnier e Turner (2002), o **Espaço Mescla**, o espaço mental decorrente do processo de integração conceptual, é o espaço mental em que se integram (e comprimem) as estruturas de contraparte capturadas pelo espaço genérico, estruturas de sentido identificadas nos espaços de entrada que não desencadeiam conexões de contraparte e, ainda, estruturas de sentido novas, diferentes daquelas identificadas, originalmente, nos espaços de entrada.

---

<sup>18</sup> Para aprofundar esse aspecto do quadro teórico, conferir o capítulo intitulado “Vital Relations and Their Compressions”, em Fauconnier e Turner (2002, p. 89-111).

É importante destacar que, nesse modelo teórico, as estruturas de sentido que emergem no espaço mescla não são “copiadas” diretamente de nenhum espaço de entrada, mas geradas com base em três operações simultâneas: a *composição*, que se refere às projeções ocorridas entre os espaços de entrada; o *completamento*, baseado no recrutamento inconsciente de “partes” do conjunto de conhecimentos culturais de que são formados os espaços de entrada para a constituição da mescla; a *elaboração*, que diz respeito às diversas possibilidades criativas e imaginativas que permitem fazer com que a rede “funcione”. Através das operações de *composição*, *completamento* e *elaboração*, a mescla pode se instituir de formas ilimitadamente diferentes.

Nesse modelo teórico, a dinâmica de instauração e de integração de espaços mentais (espaços de entrada, genérico e mescla) caracteriza a estrutura básica de uma rede de integração conceptual. Os pesquisadores propõem a Figura 1, a seguir, como a representação pictórica do modelo básico de uma Rede de Integração Conceptual.



**Figura 1 – Rede Básica de Integração Conceptual** (FAUCONNIER; TURNER, 2002, p. 46).

No diagrama, os círculos representam os diferentes tipos de Espaços Mentais. Os pontos, os elementos constitutivos de cada espaço. As linhas contínuas, as conexões de contraparte entre os elementos construtores dos espaços de entrada que se projetam para o Espaço Genérico. As linhas pontilhadas representam a dinâmica de projeção entre os espaços mentais para fins de construção de novas estruturas de sentido que emergem no Espaço Mescla. Essas estruturas de sentido emergentes estão representadas no quadrado em linha contínua. Fauconnier e Turner (2002, p. 317) enfatizam que, nesse modelo teórico, os diagramas não devem ser interpretados como se houvesse um lugar em que o processo de Integração Conceptual ocorre no cérebro humano.

Para compreender, de forma mais concreta, os princípios básicos<sup>19</sup> implicados na descrição do processo de construção e de integração de Espaços Mentais, de acordo com o modelo teórico proposto por Fauconnier e Turner (2002), passemos à análise do enunciado metafórico a seguir. Para isso, consideremos como contexto comunicativo plausível uma conversa, no leito de um hospital, entre um paciente e um visitante. Nessa conversa, o paciente, ao mostrar uma cicatriz ao visitante, formula um enunciado que tem por objetivo tecer uma crítica à competência do cirurgião que o teria operado.

“Esse cirurgião é um açougueiro.”<sup>20</sup>

---

<sup>19</sup> A Teoria de Integração Conceptual se estrutura com base em Princípios Constitutivos e Princípios de Governabilidade que, neste trabalho, não estão sendo focalizados ou discutidos amiúde. Uma apresentação panorâmica da teoria, neste capítulo de Fundamentação Teórica, justifica-se pelo fato de que, dos conceitos básicos de Espaços Mentais e de Mescla Conceptual, propostos originalmente por Fauconnier (1994[1985], 1997, 1998), Turner (1996), Turner (2001), Fauconnier e Turner (2002), decorre a proposição do modelo de Teoria de Integração Conceptual da Universidade de Aarhus (BRANDT, 2004, BRANDT; BRANDT, 2005, OAKLEY, 2008), adotado neste trabalho de pesquisa.

<sup>20</sup> O exemplo em questão fora analisado, originalmente, por Veale (1996). Posteriormente, o mesmo exemplo é retomado por Grady, Oakley e Coulson (1999), para fins de que sejam explicitadas diferenças fundamentais entre as Teorias da Metáfora Conceptual e da Mesclagem Conceptual. Uma análise do mesmo enunciado também pode ser encontrada em Turner (2001, p. 16-17).



Em consonância com a Teoria da Mesclagem Conceptual (TMC), o processo de produção de referência/sentido que o enunciado metafórico em questão permite desencadear pressupõe a instauração de uma Rede de Integração Conceptual. Nessa perspectiva, para produzir referência/sentido para o enunciado em questão, os falantes recrutam, da memória de longo-termo, um conjunto de conhecimentos específicos e cognitivamente estáveis, uma moldura conceptual, para *cirurgia*. Esses conhecimentos delineiam-se em termos de elementos e de ações que são esquematizadas pelos seres humanos com base nos conhecimentos socioculturais que compartilham para o papel de um *cirurgião*. Dentre os elementos e ações implicados na moldura conceptual evocada, destacam-se: o papel de um agente (cirurgião); a identidade do agente em questão (esse cirurgião); o papel de um paciente (uma pessoa); a identidade desse paciente (o falante que teria sofrido a ação do cirurgião); um espaço (centro cirúrgico, sala de operação); os procedimentos realizados nesse espaço (anestesiari, cortar, sangrar, suturar, medicar); instrumentos (seringa, agulhas, bisturi, tesouras, pinças); os resultados desses procedimentos (corte, sangue, sutura, cicatriz, cura).

Da mesma forma, o enunciado desencadeia o recrutamento de um conjunto de conhecimentos estáveis no que se refere à moldura conceptual *açougue*. Dentre esses conhecimentos, destacam-se: o papel de um agente (açougueiro); o papel de um paciente (animal/produto); um espaço (açougue, lugar em que se realizam cortes e venda de carne); os procedimentos realizados nesse espaço (golpear, cortar, sangrar, mutilar, escarpelar, retalhar, pesar, acondicionar); instrumentos (machado, facas, ganchos); os resultados desses procedimentos (corte, sangue, carne em partes, acondicionamento, venda).

Como afirmamos anteriormente, de acordo com o modelo da Teoria da Integração Conceptual proposto por Fauconnier e Turner (2002), as estruturas de sentido que emergem do processo de integração conceptual não se restringem ao recrutamento de informações estáveis da memória de longo-termo para que, na

situação comunicativa em foco, sejam instaurados espaços mentais de entrada. Para que a Rede de Integração Conceptual se estruture, entre os espaços de entrada, estabelecem-se conexões de contraparte que, mapeadas entre si, são estruturadoras de um outro tipo de espaço mental: o Espaço Genérico.

No caso do enunciado metafórico em análise, as conexões conceptuais de contraparte estabelecidas entre elementos identificados nos dois espaços de entrada são mapeadas entre si e projetadas para o Espaço Genérico. Dentre os elementos mapeados, destacam-se: agentes (cirurgião-açougueiro); pacientes (pessoa-animal); procedimentos (cortar-retalhar); instrumentos (bisturi-faca); resultados (cicatriz-mutilação). Esse mapeamento de contrapartes, projetado para o Espaço Genérico, é parcialmente projetado para o Espaço Mescla. Como vimos, essa projeção é apenas uma das dimensões constitutivas (não a única) do Processo de Integração Conceptual e, portanto, da construção de novas estruturas de sentido. De acordo com o modelo teórico proposto por Fauconnier e Turner, a rede de integração conceptual instaurada pelo enunciado metafórico em análise se institui pela dinâmica estabelecida entre quatro diferentes tipos de espaços mentais: Espaços de Entrada 1 e 2, Espaço Genérico e Espaço Mescla.

O Espaço Mescla — constructo cognitivo do qual emergem as novas estruturas de sentido — é construído com base na integração de estruturas de sentido capturadas dos espaços de entrada, daqueles que se projetam para o espaço genérico e de estruturas de sentido novas que se constroem, criativamente, por e nessa rede de integração conceptual em particular. No caso do enunciado em análise, para que a estrutura de sentido *incompetência* do cirurgião seja construída no espaço mescla, integram-se — de forma dinâmica, imaginativa — elementos identificados nos espaços mentais 1 e 2 que não estabelecem, entre si, contraparte.

Com base nas operações básicas de composição, completamento e elaboração, integram-se no espaço mescla: a identidade de um agente (“esse cirurgião” em particular) ao papel de um outro agente (um açougueiro); a

identidade do paciente (o falante, aquele cujo corpo tem uma cicatriz indesejada) ao papel de um outro paciente (um animal). No contexto comunicativo aqui proposto, o efeito de sentido *incompetência* do cirurgião é construído à medida que os falantes envolvidos na cena comunicativa ativam conhecimentos estáveis que, para aquela situação interacional, por um princípio de relevância, são selecionados e projetados de forma a se integrarem, dinamicamente, no Espaço Mescla. Nesse contexto comunicativo, em função do conjunto de informações possivelmente relevantes para os interlocutores, não estaria pressuposta nenhuma dúvida quanto ao fato de que a cirurgia tenha ocorrido no centro cirúrgico de um hospital nem de que instrumentos cirúrgicos como bisturi, tesouras e pinças tenham sido utilizados no procedimento; por outro lado, a incompetência do cirurgião é uma inferência que decorre da incongruência identificada entre os procedimentos realizados por um cirurgião (anestésiar, operar, suturar) e aqueles realizados por um açougueiro (golpear, cortar, retalhar). Por uma relações de analogia e desanalogia estabelecidas entre os procedimentos do cirurgião e os procedimentos do açougueiro, decorre um certo tipo de cicatriz, resultado indesejado para o paciente daquele cirurgião.

O processo de integração conceptual desencadeado pelo enunciado em análise pode ser descrito, de maneira esquemática, através da Figura 2 a seguir.

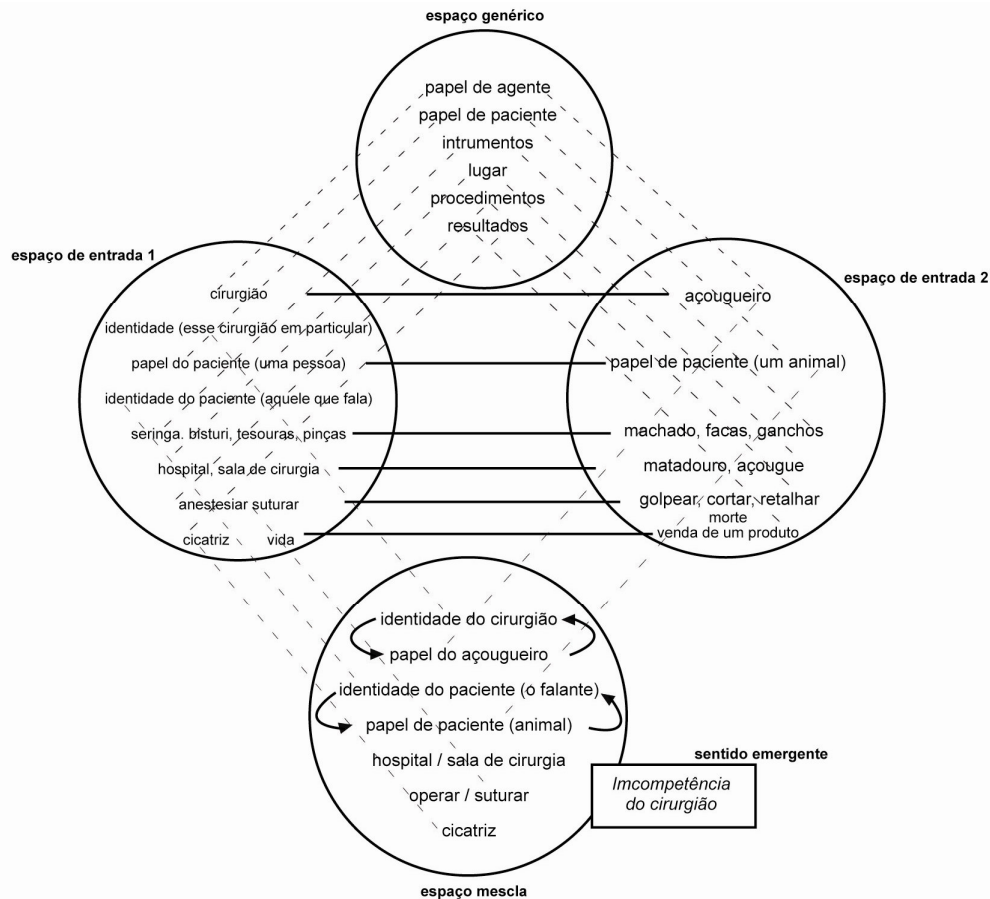


Figura 2 – Rede de Integração Conceptual – “Esse cirurgião é um açougueiro”.

Segundo a TMC, podemos concluir que um dos efeitos de sentido possivelmente emergente (a *incompetência* do cirurgião) do uso comunicativo do enunciado se institui pela instauração de uma rede de integração conceptual, cujo Espaço Mescla, além de herdar estruturas de sentido parciais identificadas nos Espaços de Entrada, desenvolve estruturas de sentido novas: o cirurgião é incompetente porque age “como” um açougueiro e não como um cirurgião deveria agir; aquele paciente sofre a ação daquele cirurgião “como se” fosse um animal que sofre a ação de um açougueiro. Observe que a inferência construída a partir desse enunciado metafórico, a de que “o cirurgião é incompetente”, decorre de uma relação de contraparte “incompatível”, “incongruente” entre os papéis exercidos pelo cirurgião e pelo açougueiro e, da mesma forma, por aqueles que

sofrem a ação dos dois profissionais, no caso do cirurgião, um profissional que “opera” seu paciente em busca de cura para um determinado mal; no caso do açougueiro, um profissional que “corta” um animal e busca abatê-lo e transformá-lo em produto para o consumo humano.

Ao analisar o exemplo acima, Turner descreve como e por que um “cirurgião-açougueiro” deve ser compreendido em termos de um conceito mescla.

Um cirurgião que é um açougueiro é uma noção mesclada — nem um cirurgião prototípico ou um açougueiro prototípico. *Incompetência* é o traço central de açougueiro-cirurgião, mesmo que *incompetência* não pertença nem a um cirurgião prototípico nem a um açougueiro prototípico. O sentido *incompetência* emerge na mescla: não está disponível em nenhum dos espaços de entrada, então nem o cirurgião prototípico nem o açougueiro prototípico é, de forma alguma, um incompetente. A mescla, o “cirurgião-açougueiro”, é descendente de dois espaços de entrada *cirurgião* e *açougueiro*, mas tem seu próprio sentido “emergente” dado por nenhum desses espaços: *incompetência*. Até agora, na história da língua, a palavra “açougueiro” pode ser usada convencionalmente por qualquer um que fizer um trabalho desleixado, mas uma mescla nova e não familiar, que ainda não se tornou convencional para nós funciona da mesma forma: “o cirurgião é um lenhador”, pode ser interpretado como cedendo *incompetência* para a mescla lenhador-cirurgião, embora *incompetência* não pertença ao lenhador prototípico nem ao cirurgião prototípico. “Lenhador” pode se tornar convencional, da mesma forma que “açougueiro” o é. O cirurgião-lenhador é uma mescla, enquanto o descendente conceptual de *cirurgião* e de *lenhador* tem cada um o seu significado próprio, um novo significado que “emerge” somente na mescla: *incompetência*. (TURNER, 2001, p. 17)

Como pretendemos ter demonstrado através da análise desse exemplo, no âmbito da TMC, o sentido não é uma estrutura imanente à forma linguística, ao “texto” com o qual interagimos em nosso dia a dia. O sentido se institui — se constitui — de maneira emergente, sempre nova, como decorrência dos processos de instauração e de integração de espaços mentais. A ativação de Redes de Integração Conceptual é, nessa concepção teórica, a operação cognitiva básica realizada pela espécie humana para fins de produção de sentido.

Ao proporem o modelo teórico da Mesclagem Conceptual para descrever as operações cognitivas subjacentes à relação entre forma e construção de sentido,

Fauconnier e Turner defendem a tese de que o complexo e dinâmico processo cognitivo de Integração Conceptual não se restringe ao universo simbólico das formas linguísticas.

Construímos os mundos físico, mental e social nos quais vivemos por meio das integrações que alcançamos por meio da biologia e da cultura. Não temos outro modo de apreender o mundo. A Mesclagem não é algo que fazemos em acréscimo para viver no mundo; ela é a nossa forma de viver no mundo. Viver no mundo humano é “viver na mescla”, ou melhor, viver em muitas mesclas coordenadas. (FAUCONNIER; TURNER, 2002, p. 390, tradução da autora)

Como podemos notar pelo excerto anterior, segundo os pesquisadores, a integração conceptual é a operação cognitiva básica que permite aos seres humanos construir e apreender os mundos físico, mental e social; assim sendo, é uma operação cognitiva essencialmente implicada na forma como os seres humanos pensam e vivem.

Como discutido na seção 1.2.1.2, momento em que buscamos explicitar em que concepções de cognição e de linguagem esta pesquisa se baseia, os seres humanos se instituem sujeitos de linguagem na relação que estabelecem com outros seres humanos, com outros sujeitos intencionais com os quais compartilham padrões intersubjetivos de atenção para fins de comunicação.

Se a Integração Conceptual é uma operação cognitiva básica subjacente à maneira como os seres humanos — ontem, hoje e amanhã — pensam e produzem linguagem, à maneira como constroem referência/sentido, faz-se necessário considerar que essa operação não pode ser compreendida e descrita sem que dimensão intersubjetiva da cognição seja considerada.

A despeito de compreenderem os conhecimentos culturais produzidos e compartilhados pelos seres humanos, uma importante dimensão do/no processo de integração conceptual, Fauconnier e Turner (2002) propõem um modelo teórico para descrição do processo de Integração Conceptual que não considera,

explicitamente, a intersubjetividade e o dialogismo como dimensões constitutivas da instauração e da integração de espaços mentais.

Neste trabalho de pesquisa, advogamos em favor da tese de que um modelo teórico, que vise compreender e descrever o processo de integração conceptual como uma operação cognitiva básica da espécie humana, precisa incorporar, “explicitamente”, a intersubjetividade e o dialogismo como princípios constitutivos da cognição e da linguagem humana. Esse passo pode ser dado à medida que o contexto comunicativo, a situação interacional, a dimensão enunciativa da linguagem sejam considerados elementos constitutivos do modelo teórico e não uma dimensão pressuposta a ele.

Este trabalho de pesquisa parte da hipótese de que a integração conceptual é a operação cognitiva básica subjacente ao fenômeno da intertextualidade. Como afirmamos, em busca de definir a natureza desse objeto de estudo, ao desencadear o processo de enunciação, ao colocar a língua em atividade, os seres humanos sistematicamente o fazem de maneira a “reinventar”, intersubjetivamente, em um cenário discursivo atual, cenários discursivos construídos em outros contextos de uso da linguagem, em outras situações interacionais.

O propósito de compreender e de descrever o fenômeno da intertextualidade em uma perspectiva cognitiva nos coloca diante do desafio de adotar/propor um modelo de integração conceptual que incorpore, explicitamente, a dimensão enunciativa da linguagem. Como vimos, o modelo proposto por Fauconnier e Turner (2002), a despeito de sua importância e enorme contribuição para os estudos contemporâneos da linguagem humana na perspectiva cognitiva, não incorpora explicitamente essa dimensão. A partir dos *insights* promovidos por Fauconnier e Turner, no entanto, é possível propor um modelo de Integração Conceptual em que a dimensão contextual-enunciativa da linguagem seja explicitamente considerada.

### 1.4.1.3. Integração Conceptual: outra perspectiva possível

Como afirmamos anteriormente, o modelo de Teoria da Integração Conceptual proposto por Fauconnier e Turner tem fundamentado e inspirado trabalhos realizados em diferentes áreas. Nos últimos anos, o Centro de Semiótica da Universidade de Aarhus, na Dinamarca, vem realizando trabalhos de investigação científica a partir da proposição de um modelo que, baseado nos conceitos de espaços mentais e de mesclas conceptuais, possibilita uma descrição do processo de produção de significado/referência de forma a considerar a dimensão enunciativa da linguagem e a relevância do contexto da situação interacional no processo de integração conceptual.

Por considerarmos a configuração do contexto situacional uma dimensão fundamentalmente implicada na produção de cenários discursivos intertextuais, o modelo de integração conceptual proposto pela escola de Aarhus é o quadro teórico que fundamentará o trabalho de análise sistematizado nesta tese.

Como veremos a seguir, o modelo proposto por Brandt (2004) apresenta semelhanças essenciais, mas também francas divergências com o modelo teórico proposto por Fauconnier e Turner (2002). Uma das diferenças mais significativas está na própria compreensão do que vêm a ser espaços mentais.

Segundo Brandt (2004, p. 22-23), se assumimos que a evolução humana é responsável pela *sensibilidade formal* através da qual podemos apreender — entender, reter e compreender — ocorrências experienciadas no mundo exterior e pelas representações linguísticas (através das quais, muito frequentemente, acessamos experiências vividas anteriormente e nos lembramos delas), é possível haver uma conexão entre as “construções gramaticais” e os “estilos” ou “preferências seletivas” que decorrem da nossa sensibilidade perceptual do mundo. Esse tipo de conexão pode diminuir o abismo existente entre conteúdos



expressivos (na linguagem) e sentidos realmente “significados” (em nosso mundo).

Para o pesquisador, em um nível fundamental, os seres humanos parecem processar a sua experiência de ESPAÇO, TEMPO E IDENTIDADE diferentemente. Segundo Brandt (2004, p. 23), os seres humanos compartilham:

- a. especializações semânticas dedicadas a figuras e configurações *espaciais*;
- b. especializações semânticas dedicadas a eventos de força-dinâmica e padrões de ação *temporais*;
- c. *variações dêiticas* na configuração de identidade, tais como a “designação” de propriedades, a indicação de pontos de vista, foco, enquadramento e escala ou outra forma de subjetivação, ou seja, o apropriar-se, identificar, reconhecer coisas e seres através do espaço e do tempo.

O pesquisador propõe que esses tipos fundamentais de “significado” se relacionem a possíveis domínios básicos da experiência humana “com” o mundo. Nessa perspectiva, esses domínios da experiência humana são compreendidos, ao mesmo tempo, como semânticos e ontológicos.

Segundo Brandt (2004, p. 23), parece razoável supor que os indivíduos humanos são preparados para navegar em, pelo menos, três “tipos de mundo”:

1. a NATUREZA: o ambiente macrofísico, material e gravitacional, geo- bio- e zoológico;
2. a CULTURA: o horizonte coletivo formado por grupos de sujeitos humanos e densamente informado por comportamentos intencionais e miméticos de todos os tipos, práticos ou simbólicos e, por fim, com a mesma importância;
3. o ESPÍRITO: a esfera da interação direta com outras mentes pelo contato expressivo, permitindo que os seres humanos compartilhem ideias e sentimentos com outros indivíduos em uma relação face a face.

Se essas três séries (a-c e 1-3) forem interrelacionadas, obteremos uma visão realista da possível base experiencial de uma soma significativa das formas

semióticas. Esses (a-c) poderão ser compreendidos como o desenvolvimento e a emergência desse conjunto de domínios (1-3). Como afirmamos anteriormente, o pesquisador defende a tese de que esses domínios devem ser considerados, ao mesmo tempo, semânticos e ontológicos.

Os domínios básicos da experiência humana devem ser considerados *semânticos*, uma vez que

as coisas referidas por suas representações são “significadas” como entidades que pertencem, naturalmente, a um domínio no qual são significativas: o significado principal de um “sinal” ou de uma “idéia” pode ser o significado de seu conteúdo em um contexto dado por um domínio [de experiência] desse conjunto básico. (BRANDT, 2004, p. 24, tradução da autora)

Por outro lado, o conjunto básico de domínios de experiências proposto por Brandt deve ser considerado ontológico, “no sentido de que constitui um mapa das regiões básicas do ‘mundo-da-vida’ humano: [...] um domínio natural, um domínio cultural e um domínio espiritual” (BRANDT, 2004, p. 24, tradução da autora).

O pesquisador afirma ser possível comparar esses três domínios básicos da experiência humana com as classes de palavras na maioria das línguas: substantivos, verbos e adjetivos. Segundo Brandt (2004), as classes de palavras podem ser diretamente baseadas nos domínios da experiência humana. Dessa forma, em termos de “domínios semânticos”, a origem dos substantivos seria decorrência de nossas experiências no/com o domínio “natural”; a origem dos verbos, com o domínio “cultural” e a origem dos adjetivos, com o domínio “espiritual”.

Além desses três domínios básicos, Brandt (2004) admite a existência de um domínio *mental* interior. Esse domínio é compreendido, da mesma forma que os demais, como possuindo esquemas e categorias que lhe sejam básicos. Algumas categorias parecem, na verdade, nascer na mente. Segundo o pesquisador, a

categoria /sonho/ é um exemplo disso. Os advérbios de modo, circunstância, condição são classes de palavras naturais para expressar fenômenos pertencentes ao *domínio mental*.

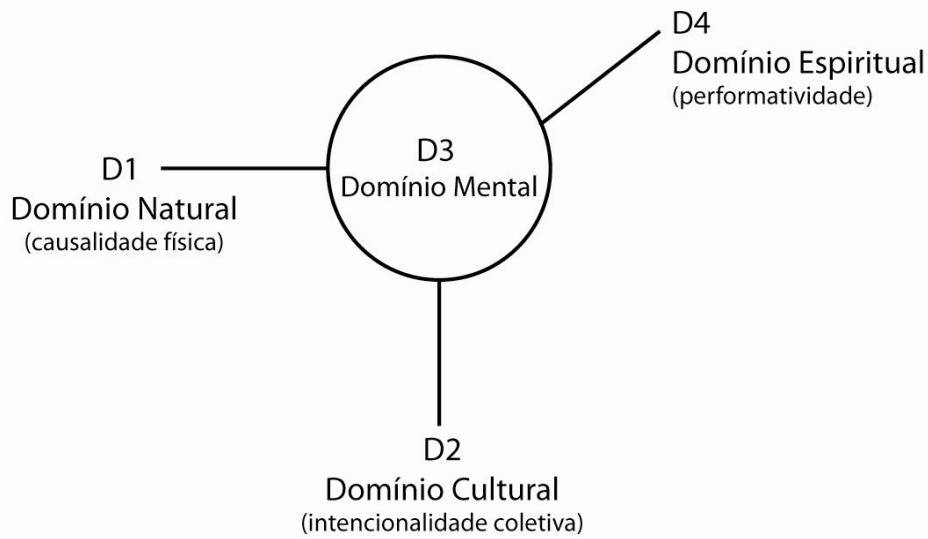
Como forma de explicar a maneira como os seres humanos “operam” com o domínio mental, o pesquisador dá ênfase, por exemplo, ao fenômeno da analogia. Diante do esquema /x É COMO y/, isto é, diante do sentimento de afinidade entre formas, subjaz uma avaliação e uma caracterização de valor afetivo ou epistêmico das coisas. Em suas reflexões, Brandt (2004) chama atenção para o fato de que a analogia, geralmente, não se restringe à interrelação de entidades co-presentes na situação enunciativa. O fenômeno da analogia envolve a memória, ou seja, a interrelação com entidades co-presentes em outras situações enunciativas. Esse é um argumento que, como veremos no capítulo de análise, traz implicações para o trabalho de investigação do fenômeno da intertextualidade.

Pelo que vimos até o momento, nessa perspectiva, os seres humanos compartilham uma mesma estrutura básica de domínios de experiência (domínios semânticos). Segundo Brandt (2004), da interação (combinação) desses quatro domínios básicos, todos os domínios semânticos implicados na experiência do homem com o “mundo da vida”<sup>21</sup> se instituem.

A Figura 3, a seguir, é o digrama proposto pelo pesquisador para fins de representar os quatro domínios semânticos básicos anteriormente descritos.

---

<sup>21</sup> Conceito filosófico identificado no campo da fenomenologia, em especial, nas obras de Husserl (1859-1938) e Habermas (1929).



**Figura 3 – Domínios Semânticos Básicos** (BRANDT, 2004, p. 26).

No diagrama, o círculo (na forma de um container) representa o sujeito humano e as antenas indicam as diferentes direções (ou relações) que esse sujeito estabelece com o mundo.

Nas mais diversas situações de interação (assistir a um filme, visitar um museu, ler um livro, contar e ouvir uma história), os seres humanos criam “cenas”, “cenários”, dramaticamente estruturados, em torno de “agentes”, “objetos”, “relações”, “estados” e “processos”. Essas “dinâmicas cenas” são o que Brandt (2004) denomina “Espaços Mentais”. A construção do significado, pelos seres humanos, envolve, via de regra, a integração dessas “cenas dinâmicas”, na forma de uma rede da qual emergem significados sempre novos. Para o pesquisador, a linguagem é, por si mesma, uma fonte de teatralidade. O diálogo — implicado na produção de linguagem (verbal ou não verbal) — é inerentemente teatral.

Nessa perspectiva epistemológica, a construção de sentido pressupõe que os seres humanos compartilhem domínios semânticos básicos e que esses estão, necessariamente, implicados na construção de Espaços Mentais. Se a produção de sentido pelos seres humanos é essencialmente teatral, os Espaços Mentais são

“mini-dramas dinâmicos” que contam com recursos esquemáticos (a-c, 1-3) de interatividade. Os Espaços Mentais (esses pequenos dramas implicados no processo de significação) são estruturados pelos domínios semânticos nas diferentes situações e pelas diferentes formas de interação humana.

Sendo assim, em seu modelo teórico, Brandt (2004) considera que o processo de significação desencadeado por todo e qualquer tipo de “texto” se institui com base na ativação de estruturas esquemáticas ativadas em uma situação enunciativa específica. Nesse contexto, caracterizado pelo aqui-e-agora do discurso, os interlocutores, sujeitos empíricos implicados na situação enunciativa, compartilham padrões subjetivos e intersubjetivos de atenção em relação a um determinado “elemento referencial”.

Para fins de ilustração, retomemos, como exemplo, o enunciado analisado anteriormente<sup>22</sup>. Para isso, consideremos novamente a situação comunicativa em que, na enfermaria de um hospital, um paciente, ao interagir com um visitante, mostra sua cicatriz e faz um comentário sobre o cirurgião que a operou.

“Esse cirurgião é um açougueiro.”

Em consonância com o modelo proposto por Brandt (2004), a criação dessa rede de integração conceptual implica que, a partir de um determinado contexto interacional, um **Espaço Semiótico Base** se institui. Isso acontece conforme a dinâmica da relação estabelecida pelos interlocutores naquela situação enunciativa específica.

Em uma análise sobre o enunciado em questão, Brandt e Brandt (2005, p. 227) explicam que o espaço base pressupõe três tipos de determinação que, neste modelo, são representadas por uma disposição concêntrica de três esferas. Em

---

<sup>22</sup> A escolha desse exemplo permitirá ao leitor identificar semelhanças e diferenças básicas entre as duas versões de Teoria de Integração Conceptual apresentadas: Fauconnier e Turner (2002), Brandt (2004). A análise do exemplo em questão está francamente baseada no trabalho realizado por Brandt e Brandt (2005).

uma esfera, identifica-se o ato expressivo de interação entre os sujeitos implicados na cena enunciativa. Essa esfera está contida em uma esfera maior que “comprime” informações relativas às circunstâncias que caracterizam a situação específica em que os participantes se encontram. Por fim, a esfera mais ampla “comprime” as condições que são universalmente dadas pelo mundo fenomenológico.

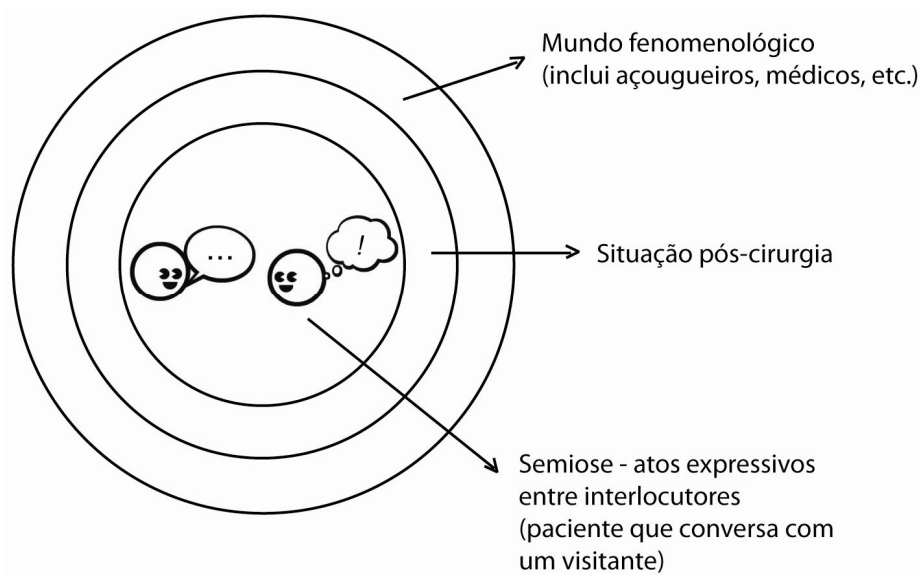


Figura 4 – Espaço Semiótico Base (BRANDT; BRANDT, 2005, p. 226).

Segundo Brandt e Brandt (2005), no espaço base, estruturas esquemáticas são ativadas a partir de um clássico construtor de espaços mentais: uma expressão dêitica. Dessa forma, instaura-se o **Espaço de Referência**, relativo à realidade do falante. O espaço de referência, construído a partir da expressão dêitica “esse cirurgião” se institui em “contraste” com o conteúdo do espaço da predicação “é um açougueiro”. O construtor de espaço é dêitico e, nesse contexto, o referente da expressão é predicado por circunstâncias específicas e concretas da enunciação.

Um único espaço (Espaço de Referência) para a compreensão de um enunciado como metafórico não é suficiente. Dessa forma, instauram-se dois novos espaços: o de Apresentação, altamente Figurativo, e o Virtual (espaço mescla). Nesse modelo teórico, os espaços de referência e de apresentação são espaços assimétricos por serem funcionalmente distintos. O primeiro, ao exercer a função de espaço fonte, se institui e se especifica com base na categoria dêitica “esse cirurgião”. O segundo, altamente Figurativo, exercendo a função de espaço alvo, se institui com base na estrutura predicativo-metafórica genérica “é um açougueiro”.

O **Espaço de Apresentação** se institui, no modelo de Brandt (2004), como o espaço em que os interlocutores compartilham atenção intencional na maneira como o conteúdo referencial se apresenta e se constrói discursivamente. Esse é um espaço alvo, uma vez que, para fins de co-construir com o seu interlocutor a “identidade” e “singularidade” de um referente (“esse cirurgião”), o falante opta por caracterizá-lo pelo “papel” que exerce um outro profissional (“um açougueiro”). Os interlocutores dessa situação enunciativa — em um contexto interacional em que a cicatriz indesejada do paciente é objeto de atenção — compartilham um conjunto de conhecimentos que diz respeito aos papéis que exercem cirurgiões e açougueiros no mundo fenomenológico. Nessa situação semiótica específica, “aquele cirurgião” (indivíduo reconhecido pelos interlocutores como o profissional que realiza procedimentos para fins de curar e promover a vida de seus pacientes) é “apresentado”, predicado, pelo falante, de maneira a ativar conhecimentos que os interlocutores compartilham sobre “um açougueiro” (profissional que realiza procedimentos para fins de escalpelar um animal e vendê-lo a um consumidor).

No **Espaço Mescla**, o referente (A) é apresentado “*como se*” fosse idêntico ao conteúdo (B) do espaço da Apresentação. Como Brandt e Brandt (2005) explicam, esse vínculo de identidade é *virtual* por definição e, assim sendo, gera espaços

mescla que devem ser considerados virtuais. Os espaços mescla são, portanto, “ficções momentâneas” que, por sua vez, geram inferências duradouras. Um “cirurgião açougueiro”, como o proposto pelo cenário enunciativo aqui analisado, existe em um “plano virtual”, ao passo que um “cirurgião” e um “açougueiro” existem no mundo fenomenológico no qual os interlocutores interagem.

No Espaço Virtual, integram-se elementos mapeados entre os espaços de Referência e de Apresentação. Em ambos, há implicada uma relação de “papéis” (cirurgião, açougueiro), mas em um desses espaços (o espaço Virtual) o papel de cirurgião é “preenchido” diferentemente da forma como, geralmente, é compreendido. E por que isso ocorre? A instauração desses diferentes espaços mentais não nos permite perceber por que “aquele cirurgião” é conceptualizado “como se” fosse um açougueiro. Afinal, o paciente não está em bom estado de saúde?

Sem a noção de relevância, o processo de produção de sentido, descrito em termos de integração conceptual, seria desencadeado de forma completamente arbitrária. O uso do enunciado em análise, no contexto interacional descrito, coloca em cena **Frames de Relevância**. Toda informação contextual relevante para a situação interacional é central para o processamento da mente que o modelo de Integração Conceptual supõe representar. Sendo assim, não há como representar o processo de produção de sentido, na perspectiva cognitiva aqui adotada, sem que se considere a relevância do contexto e da ativação de determinados *frames* para a situação interacional em questão. “O(s) elemento(s) que constituem relevância na situação instituída no Espaço Semiótico Base funciona(m) como um regulador, um estabilizador do processo de integração conceptual” (BRANDT, 2004, p. 56).

No caso do cirurgião-açougueiro, a cicatriz mostrada pelo paciente ativa, no espaço semiótico, um *frame* de relevância situacional (procedimentos médicos geram consequências, de forma mais específica, cirurgias geram cicatrizes). No espaço de referência, esse *frame* é ativado (um cirurgião age sobre um paciente).



No espaço de apresentação, esse *frame* também é ativado (um açougueiro age sobre um animal). Identifica-se, no entanto, uma contraposição, uma incongruência entre as duas cenas: o corpo humano vivo e o corpo do animal morto (entidades referenciadas como pacientes). Essa contraposição é uma importante faceta de significado na/para a situação enunciativa em questão. Uma enorme e marcada cicatriz como decorrência do procedimento médico determina o foco atencional dos interlocutores. Realizar uma cirurgia e receber no corpo uma cicatriz indesejada são fatores relevantes para o processo de construção e de compreensão da ocorrência particular dessa metáfora. A atenção que os interlocutores compartilham para esses fatores afeta a construção do espaço de referência. Nesse espaço, estão proeminentes a relação que se estabelece entre aquele cirurgião (agente) e o seu paciente (um ser humano), através de um procedimento específico (cortar/operar) e a consequência desse procedimento (uma enorme e indesejada cicatriz). Esses são traços proeminentes selecionados pelos interlocutores, a despeito de outros traços constitutivos de um cenário prototípico de cirurgia, por exemplo, as ferramentas utilizadas na cirurgia (bisturi, tesoura, pinça), ou mesmo o lugar em que a cirurgia tenha ocorrido (o centro cirúrgico).

Esse mesmo *frame* de relevância situacional influencia o conteúdo do Espaço de Apresentação, ou seja, influencia a representação predicativa do cirurgião em termos de um açougueiro. No espaço de apresentação, o traço proeminente é a relação que se estabelece entre um açougueiro (agente) e a entidade sobre a qual esse profissional age — o corpo de um animal morto — através de um procedimento específico (o ato de cortar carne). Esses dois “cenários”, contextualmente construídos e “emoldurados”, estabelecem uma representação “mesclada”. Nessa representação, os interlocutores co-constroem um cenário virtual através do qual buscam compartilhar em que sentido específico esse cirurgião é um açougueiro. Na mescla, o resultado (cicatriz) de um

procedimento (cortar) realizado por um agente (cirurgião) em um paciente (corpo humano) é compreendido como sendo o procedimento (cortar) realizado por um agente (açougueiro) em uma entidade (animal morto).

Outro tipo de *frame* de relevância influencia a mescla “cirurgião-açougueiro”. Esse dado de relevância diz respeito ao “ponto de vista” argumentativo adotado pelo falante. No caso, esse ponto de vista pressupõe um esquema básico de “avaliação dos atos humanos”. Brandt e Brandt (2005, p. 236) denominam esse esquema de “esquema ético”. O que esse falante estabelece como “ponto de vista” ao referenciar o cirurgião “como se” fosse um açougueiro diz respeito ao conhecimento enciclopédico esquemático, compartilhado com o seu interlocutor, de que as ações humanas podem ser avaliadas em uma perspectiva “ética” ou “não ética”. No caso do cirurgião, esse esquema conceptual evoca conhecimentos prototípicos, para o cenário de uma cirurgia, relativos aos atos de ajudar e de curar um paciente, e não de causar-lhe um mal ou de levá-lo à morte.

Por fim, podemos afirmar que esse enunciado, no contexto comunicativo em que fora proferido, coloca em cena um terceiro *frame* de relevância. Segundo Brandt e Brand (2005, p. 238), um *frame* de relevância ilocucionária. Esse *frame* é determinado por aquilo que acontece com o/no ato expressivo de enunciar essa metáfora naquela situação específica: o falante parece requerer garantias para o resultado do procedimento médico.

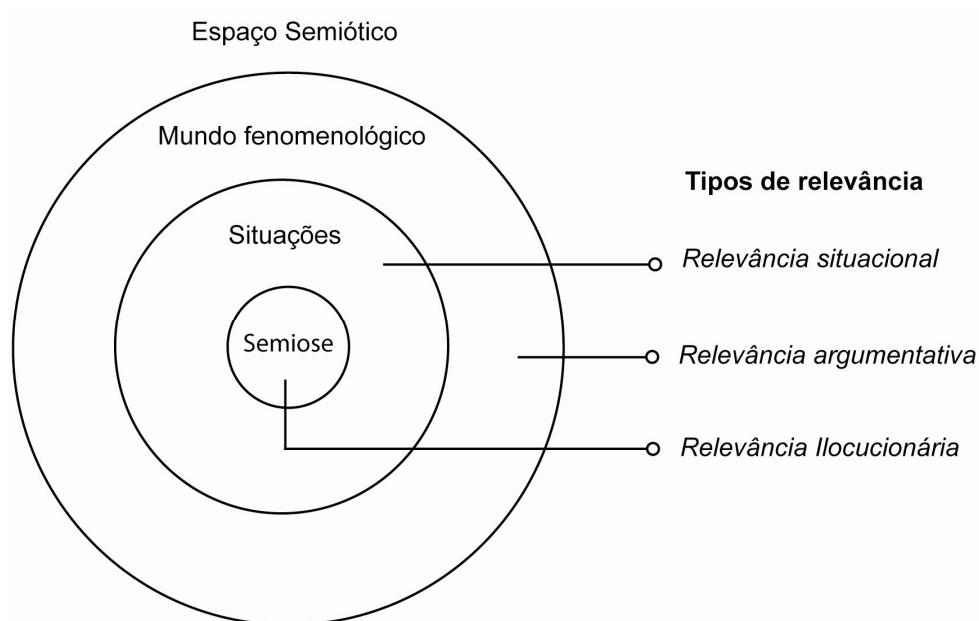
O sentido que emerge do uso desse enunciado metafórico é determinado, portanto, pela evocação, dinâmica e simultaneamente, de três *frames* relevantes para a situação descrita:

- um *frame* ilocucionário, evocado pela força enunciativa da metáfora (cirurgião-açougueiro) que, no caso, é utilizada como forma de o falante requerer garantias de sucesso para o procedimento cirúrgico a que fora submetido;

- um *frame* situacional, evocado a partir da atenção que os interlocutores compartilham em torno do resultado concreto daquela cirurgia (uma cicatriz indesejada);
- um *frame* argumentativo, que pressupõe a evocação de conhecimentos esquemáticos relativos à dimensão ética de um procedimento cirúrgico (cirurgiões ajudam seus pacientes/ cirurgiões promovem a cura).

No caso do exemplo em análise, esses três *frames* de relevância são evocados dos conhecimentos que os interlocutores compartilham sobre as três esferas constitutivas do espaço semiótico base: da esfera da semiose (dos atos expressivos dos interlocutores), a evocação de um *frame* ilocucionário; da esfera daquela situação pós-cirurgia (a cicatriz indesejada), um *frame* situacional; e, da esfera do mundo fenomenológico (cirurgiões curam), um *frame* argumentativo de caráter ético.

A Figura 5, a seguir, permite observar a relação entre as esferas constitutivas do espaço semiótico base e os frames de relevância.



**Figura 5 – Espaço Base e Frames de Relevância** (BRANDT; BRANDT, 2005, p. 238).

O processo de produção de sentido, desencadeado no cenário enunciativo em análise, se institui, portanto, a partir de um Espaço Semiótico Base. Desse espaço, elementos contextualmente relevantes ativam *frames* (de caráter ilocucionário, situacional, argumentativo) implicados na construção dos espaços mentais de referência e de apresentação, respectivamente. Desses dois espaços mentais, elementos proeminentes são projetados para a construção de um espaço em que a cirurgia em um paciente humano é virtualmente realizada por um açougueiro. Desse espaço virtual (mesclado) emergem novos sentidos. Esses geram Implicações (semântico-pragmáticas) que (re)configuram o espaço semiótico base em que o discurso se institui e, a partir do qual, novos espaços de referência e de apresentação serão instituídos e integrados, de forma dinâmica e imaginativamente complexa.

Com a análise do exemplo, Brandt e Brandt (2005) buscam demonstrar como uma operação mental corriqueira para os seres humanos “*ver uma coisa como outra coisa*” desencadeia a instauração de redes de integração conceptual e como essas redes podem ser descritas diferentemente do modelo de Integração Conceptual proposto por Fauconnier e Turner (2002).

A Figura a seguir é a representação da estrutura básica de rede de integração conceptual desencadeada pelo cenário enunciativo “esse cirurgião é um açougueiro”, de acordo com o modelo Brandt e Brandt (2005).

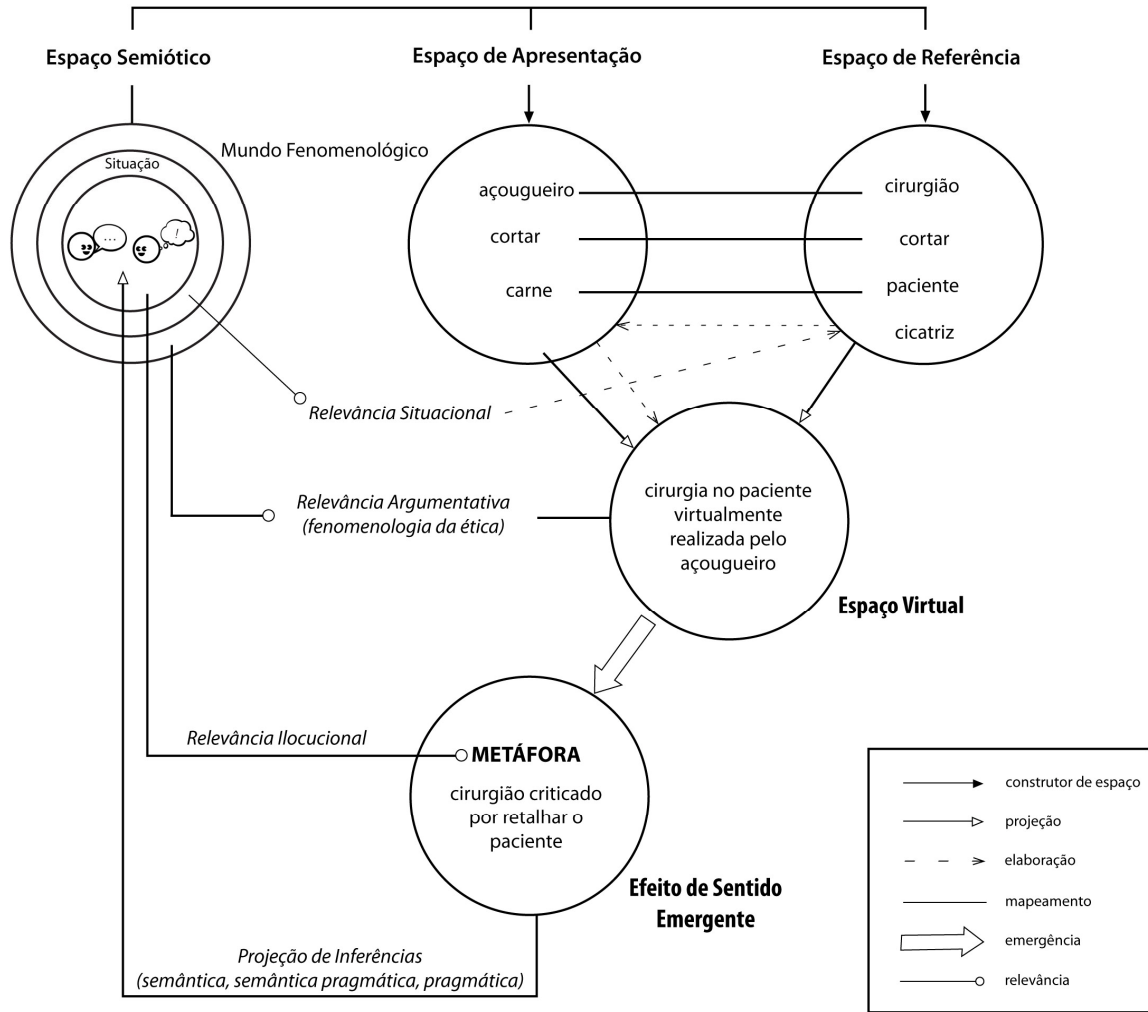


Figura 6 – Rede de Integração “cirurgião-açougueiro” (BRANDT; BRANDT, 2005, p. 239).

Segundo Brandt (2004), a integração conceptual só é possível pelo funcionamento “imagístico”, “semiótico” da mente humana. Da mesma forma que Fauconnier e Turner (2002), Brandt (2004) acredita que esse funcionamento talvez seja uma das mais importantes condições para o ser humano moderno pensar de forma prática e aprender com a experiência.

Como pretendemos ter demonstrado pelo percurso argumentativo aqui adotado, os pesquisadores divergem entre si. Essa divergência ocorre, fundamentalmente, no que se refere à natureza do processo de integração conceptual. No quadro teórico proposto por Fauconnier e Turner (2002), os

espaços mentais de que se constituem as redes de integração conceptual, que supostamente descrevem o processo de produção de sentido, não são especificados semioticamente, ou seja, são constructos cognitivos utilizados pelos seres humanos à medida que falam e pensam, mas não estão ancorados na situação semiótica, enunciativa, concreta da interação. No modelo de Fauconnier e Turner (2002), esses constructos são instaurados na mente “privada” de um ser humano à qual o analista teria acesso. Como vimos anteriormente, para Fauconnier e Turner, os espaços mentais são compreendidos como:

constructos que, distintos das estruturas lingüísticas, são acionados, em qualquer tipo de discurso, de acordo com as pistas oferecidas pelas expressões lingüísticas. (FAUCONNIER, 1994, p. 16, tradução da autora)

domínios que o discurso constrói com a função de produzir um substrato cognitivo para o raciocínio e para a interface entre os usuários da língua e o mundo físico. (FAUCONNIER, 1997, p. 34, tradução da autora)

pequenos pacotes conceituais construídos à medida que pensamos e falamos para propósitos da compreensão e da ação local. [...] Os Espaços Mentais são conectados ao conhecimento esquemático de longo termo. (FAUCONNIER; TURNER, 2002, p. 40, tradução da autora)

De acordo com os pesquisadores, a mesclagem conceptual ocorre entre espaços mentais que, simetricamente, se instauram e, portanto, assim são descritos (espaço de entrada 1, espaço de entrada 2, espaços de entrada 3).

No modelo proposto pela Universidade de Aarhus, os espaços mentais são

minidramas dinâmicos que contam com recursos esquemáticos de interatividade. O formato dos espaços mentais revela a forma como uma cena é integrada a outra cena para formar uma terceira, cena virtual (ou mesclada), com características ontológicas únicas. (OAKLEY; HOUGAARD, 2008, p. 85, tradução da autora)

Nesse modelo, a instauração e integração de espaços mentais é um evento cognitivo de carácter representacional, semioticamente motivado.

As representações são essenciais para a vida mental dos humanos como agentes semióticos; nós representamos conteúdos mentais para nós mesmos [...] e uns com os outros no ato comunicativo. Os agentes semióticos não ignoram a situação em que sua comunicação se realiza. Tanto a representação da situação de comunicação quanto as representações do conteúdo (semântico-pragmático) do intercâmbio comunicativo são experienciadas pelos participantes [do ato comunicativo] — e pelo semanticista, tendo compreendido o significado daquilo que foi expresso. (BRANDT; BRANDT, 2005, p. 244, tradução da autora)

Neste trabalho de pesquisa, ao propor uma abordagem do fenômeno da intertextualidade em uma perspectiva cognitiva, adoto o modelo de integração conceptual da Universidade de Aarhus por considerá-lo o modelo teórico mais adequado ao processo de compreensão e de descrição do fenômeno em estudo nessa perspectiva. Essa escolha se justifica, primeiramente, em função de que configuração do contexto comunicativo — constituído pelos interlocutores de forma intersubjetiva e dialógica — é uma dimensão fundamentalmente implicada na produção de cenários discursivos intertextuais e, assim sendo, não pode ser dissociada de sua descrição. No modelo teórico proposto por Brandt (2004), esse é um princípio constitutivo básico do processo de Integração Conceptual. Em segundo lugar, como veremos na seção a seguir, considerando que um cenário discursivo intertextual se caracteriza pelo reconhecimento e pela reconstrução — em outra perspectiva — de um cenário discursivo já compartilhado culturalmente, essa escolha se justifica pela distinção de funções e pela assimetria que o pesquisador propõe para a constituição e para a integração de espaços mentais.

## 1.5. Por um modelo de análise cognitiva do fenômeno da intertextualidade

Neste momento, pretendo demonstrar como o modelo teórico de integração conceptual proposto por Brandt (2004) permite a compreensão e descrição de operações cognitivas básicas implicadas no processo de criação e compreensão de cenários discursivos intertextuais.

Como vimos anteriormente, esse modelo pressupõe que o processo de integração conceptual se institui sempre a partir de uma situação interacional concreta. Nessa situação e dessa situação concreta, institui-se um espaço semiótico base a partir do qual o ato de referenciação e de significação se instituem.

O **Espaço Semiótico Base** deve ser compreendido como o espaço em que os interlocutores compartilham, em uma concreta situação interacional, padrões intersubjetivos de atenção para fins da co-construção da referência e dos sentidos. Esse é o espaço que corresponde ao aqui-e-agora do discurso, espaço a partir do qual o processo de enunciação se institui e é, portanto, o espaço em que os interlocutores, em busca da co-construção da referência, se colocam em relação com sua própria enunciação. No espaço semiótico base, ao atentarem intersubjetivamente para elementos contextualmente relevantes, os interlocutores evocam e compartilham diferentes **Frames de Relevância**.

No caso de uma interação em que o fenômeno da intertextualidade esteja em jogo, esse fenômeno evoca, pelo menos, três frames de relevância. Um **frame de relevância situacional** se institui com base em conhecimentos esquemáticos, compartilhados pelos interlocutores, quanto às *características discursivo-enunciativas próprias do jogo enunciativo* em questão: narrar um fato episódico, defender um ponto de vista, criar uma situação fictícia ou imaginária, ironizar alguém ou algo em particular, vender um produto, declarar um sentimento. Ao evocar um frame



situacional, por um processo de elaboração, os interlocutores instauram e compartilham, simultaneamente, os Espaços Mentais de Referência e de Apresentação. A evocação de um frame situacional é um elemento determinante na construção da Rede de Integração Conceptual. Essa evocação influencia, fundamentalmente, a seleção dos elementos que passarão a ser considerados proeminentes no Espaço de Referência. Além disso, influenciarão as relações que esses elementos proeminentes estabelecem com a sua representação predicativa, ou seja, o frame situacional influencia tanto “o quê” os interlocutores selecionam como elemento referencial do/ para o seu “dizer” quanto “o como” esses interlocutores “dizem”, ou selecionam esses elementos referenciais.

Além do frame situacional, um **frame de relevância argumentativa** também é evocado no processo de Integração Conceptual. Esse *frame* se configura com base em conhecimentos esquemáticos relativos ao fato de que *cenários discursivos já compartilhados podem gerar cenários discursivos novos*. Os interlocutores compartilham conhecimentos esquemáticos relativos ao fato de que um jogo de encenação discursiva que seja “vivenciado” em uma situação interacional diferente da atual pode ser retomado, reconstruído, no aqui-e-agora e que essa retomada pressupõe a criação de uma outra perspectiva. Na rede, os conhecimentos esquemáticos constitutivos do *frame* de relevância argumentativa se projetam no Espaço Mescla. Nesse espaço, dois ou mais cenários discursivos são, virtualmente, integrados — mesclados — em um cenário discursivo novo.

Por fim, um **frame de relevância ilocucionária** também é evocado. Como vimos no trabalho de análise realizado por Brandt e Brandt (2005), esse *frame* é evocado, na esfera dos atos expressivos dos interlocutores, na esfera da semiose, pela força enunciativa que o jogo interacional coloca em cena. Esse *frame*, que será definido no e pelo jogo interacional em questão, influencia, de maneira essencial, a construção dos efeitos de sentido que emergem do espaço virtual. Esses efeitos de sentido geram implicações (semântico-pragmáticas) que (re)configuram o espaço

semiótico base e, a partir do qual, novos espaços de referência e de apresentação serão instituídos e integrados.

Neste trabalho de pesquisa, advogamos a tese de que, da mesma forma como ocorre com qualquer processo de encenação discursiva, um processo de encenação discursiva intertextual se institui, cognitivamente, a partir de um espaço semiótico base em que se instauram e integram dois espaços mentais: um espaço de referência e um espaço de apresentação.

O **Espaço de Referência** é, na perspectiva cognitiva aqui adotada, o espaço em que se identificam elementos referenciais que, para aquele cenário discursivo, são considerados proeminentes. Esse é o espaço em que se identifica aquilo que (ou O QUÊ) é o objeto de atenção dos interlocutores. Por outro lado, o **Espaço de Apresentação** deve ser compreendido como o espaço em que os interlocutores compartilham atenção intencional na maneira como o conteúdo referencial se apresenta, se constrói discursivamente. Esse é o espaço da predicação, da figuratividade. Nesse espaço, processamos conhecimentos relativos ao COMO o processo de referenciação está se instituindo.

Neste trabalho de pesquisa, o espaço de apresentação é o espaço mental em que figuram elementos que, acessados de cenários discursivos já conhecidos dos interlocutores, funcionam como contraparte de elementos considerados proeminentes no Espaço de Referência. Assim sendo, a construção e utilização pelos falantes das línguas naturais de cenários discursivos intertextuais pode ser compreendida como uma espécie de estratégia, como um modo de apresentação de um determinado conteúdo referencial.

O processo de construção de sentido que subjaz um cenário discursivo marcadamente intertextual pressupõe um mapeamento entre elementos identificados nos espaços de referência e de apresentação. A integração conceptual, operação cognitiva implicada nesse mapeamento, permite aos seres

humanos, criar espaços virtuais, mescla, sempre novos e profundamente dinâmicos.

Os **Espaços Virtuais** são, portanto, os espaços em que a integração conceptual, efetivamente, ocorre. Desses espaços, emergem facetas de significado sempre novas, diferentes daquelas identificadas nos espaços de referência e de apresentação. Como afirmam Brandt e Brant (2005, p. 227), os Espaços Virtuais devem ser considerados “espaços de ficções momentâneas que geram inferências duradouras”. Essas inferências, por sua vez, são ativadas, de maneira sempre nova e desencadeiam implicações, de caráter semântico-pragmático no Espaço Semiótico Base, do qual novas redes de integração conceptual serão instauradas.

Como pretendo demonstrar, no capítulo destinado à análise de dados, os seres humanos modernos, recursivamente, utilizam cenários discursivos já conhecidos para fins comunicativos diversos. A finalidade desse uso é um dado que assume papel relevante na/para a situação interacional em curso. Cenários discursivos intertextuais, por sua vez, são configurados pelo acesso do falante/ouvinte a “vestígios” de cenários discursivos que desencadeiam uma experiência de construção de sentidos já vivenciada em outra situação interacional.

Em termos argumentativos, um dado a ser considerado relevante na experiência de construção de sentidos que esses cenários desencadeiam diz respeito ao que, neste trabalho de pesquisa, denominaremos “fenomenologia do intertexto”. O ser humano, ao se reconhecer um sujeito intencional e aos seus coespecíficos como sujeitos intencionais iguais a si mesmo, aprende que as suas ações, as suas palavras, as suas obras, os artefatos culturais que constrói, podem refletir uma estreita relação com outras ações, palavras, obras, artefatos culturais já existentes. Dessa forma, os seres humanos sabem que cenários discursivos já conhecidos podem gerar, *ad infinitum*, cenários discursivos novos.

Mesclas conceptuais intertextuais se instituem pela identificação — por parte do falante/ouvinte — de elementos que, proeminentes no cenário enunciativo em foco, encontram uma contraparte em cenários enunciativos já conhecidos ou experienciados pelo(s) sujeito(s) participante(s) daquela situação em particular. Elementos que se caracterizam como proeminentes em cenários discursivos já conhecidos podem ser de natureza diversa: gestual, prosódica, lexical, gramatical, semântica, pragmática ou de outra natureza.

A Figura 7, a seguir, apresenta, na forma de um diagrama, o modelo teórico aqui proposto para descrição da experiência de construção de sentidos que cenários discursivos intertextuais desencadeiam.

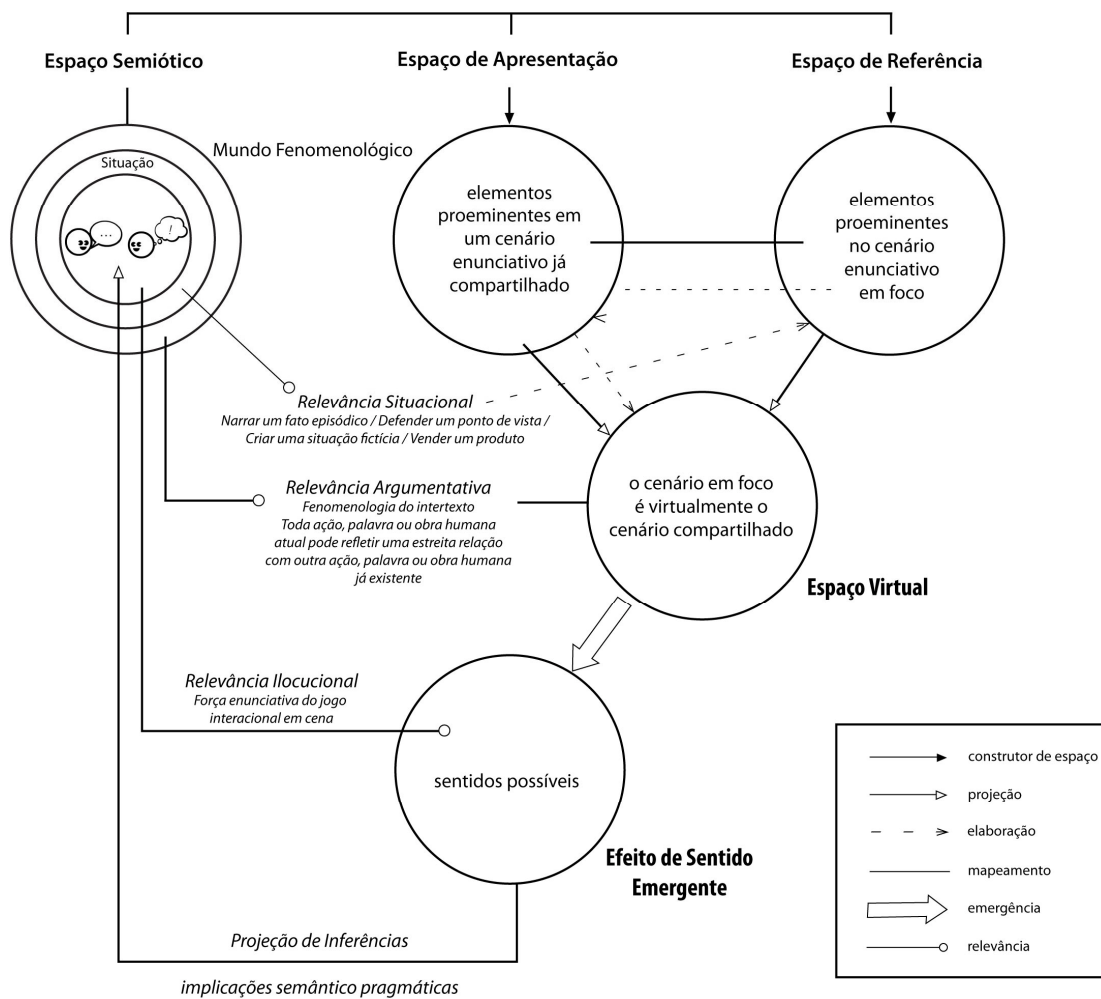


Figura 7 – Rede de Integração Conceptual – Encenação Discursiva Intertextual

Como afirmamos no início do capítulo, o fenômeno da intertextualidade é um fenômeno que está, intrinsecamente, implicado na experiência humana de construção de referência/sentido. A instauração de Redes de Integração Conceptual é uma operação cognitiva básica implicada na construção de sentido e está, portanto, fundamentalmente implicada na manifestação do fenômeno em estudo.

Como veremos no Capítulo 3, a partir do modelo teórico aqui apresentado, é possível descrever o processo de integração conceptual que subjaz a experiência humana de construção de sentidos com cenários discursivos, explicitamente, intertextuais.

No Capítulo 2, a seguir, serão apresentados os fundamentos metodológicos que orientam o trabalho de identificação, de seleção e de análise dos dados desta pesquisa.

## **CAPÍTULO 2**

### **Metodologia**

Neste capítulo, serão apresentados os fundamentos metodológicos em que se baseia este trabalho de pesquisa. Partindo da constatação de que a dimensão metodológica é um importante desafio a ser assumido por estudos que se alinham aos princípios teóricos da Linguística Cognitiva, apresentaremos argumentos que validam a importância do uso da introspecção como método de análise de dados linguísticos. Para esse fim, refletiremos sobre algumas críticas atribuídas ao uso dessa metodologia no trabalho de análise conceptual de fenômenos linguísticos e sobre argumentos que permitem validar a sua importância. Em um segundo momento, passaremos à descrição dos critérios adotados para os processos de coleta e de análise de dados da pesquisa.

## 2.1. Linguística Cognitiva: o desafio metodológico

Refletir sobre a potencialidade e as limitações dos métodos adotados em pesquisas que visam explicitar a dimensão cognitiva da linguagem humana é um desafio que vem sendo sistematicamente assumido por pesquisadores da área da Linguística Cognitiva<sup>23</sup>. Esse desafio nos coloca diante de uma constatação: pesquisas realizadas nesse campo vêm se instituindo, cada vez mais, com base em diferentes abordagens metodológicas. Dentre as mais utilizadas, estão: a introspecção; a análise qualitativa de dados áudio e vídeografados, a análise de corpora e métodos de natureza experimental que apresentam estreita relação com trabalhos realizados no campo da Psicologia e da Psicolinguística.

---

<sup>23</sup> Um esforço coletivo, nesse sentido, inicia-se com o *wokshop Empirical Methods in Cognitive Linguistics*, evento realizado na Cornell University em 2003. Dos trabalhos realizados para o evento, decorre a publicação da obra *Methods in Cognitive Linguistics* organizada por Gonzalez-Marquez *et al.* (2006).

Como veremos a seguir, dada a natureza do fenômeno da intertextualidade e dos objetivos deste trabalho, as abordagens metodológicas utilizadas para identificação, seleção, documentação e análise de dados desta pesquisa se caracterizam por uma conjunção estabelecida entre o método de análise introspectiva de dados linguísticos, implementado pelo pesquisador, e a realização de uma atividade introspectiva, também de caráter metacognitivo, realizada por um pequeno grupo de estudantes de nível médio de ensino.

### **2.1.1. Da dimensão introspectiva do trabalho de análise linguística**

Um dos métodos de pesquisa mais utilizados no campo dos estudos linguísticos continua sendo, no início do século XXI, a introspecção. Ao utilizar esse método, o pesquisador parte do princípio de que certos aspectos da linguagem espontânea e do pensamento podem ser evocados e manifestados na consciência dos usuários da língua e, assim sendo, podem ser objeto de análise científica.

No prefácio da obra *Methods in Cognitive Linguistics* (GONZALEZ-MARQUEZ *et al.*, 2006), Leonard Talmy destaca a introspecção como um importante método de pesquisa no campo da Linguística Cognitiva. Esse método pressupõe que o pesquisador trabalhe com diferentes níveis de consciência no processo de análise de dados linguísticos. Segundo Talmy (2006, p. XII), a “consciência de primeiro nível” ocorre quando o usuário da língua dirige a sua atenção consciente para aspectos particulares da linguagem da forma como os manifesta a sua própria cognição. Isso significa que certos aspectos da linguagem humana podem se manifestar, espontaneamente ou através da evocação, na consciência dos usuários da língua. Um segundo nível de consciência, no processo



de introspecção, ocorre quando o usuário da língua elege como objeto de análise os conteúdos linguísticos identificados no/pelo primeiro nível de consciência. Esse segundo nível de consciência — ou de atenção — pode ser evocado, volitivamente e diretamente, para um dado elemento linguístico. A acessibilidade a um aspecto específico da linguagem pelo uso da atenção consciente dirigida depende de cinco fatores: da organização cognitiva em geral; das particularidades da cognição do indivíduo; da situação comunicativa em curso; das condições atencionais e, por fim, da categoria do objeto da atenção.

Talmy (2006, p. XII-XIII) explica que, de acordo com o **primeiro fator**, a cognição entre indivíduos parece ser estruturada de forma tal — quer de maneira inata ou a partir de condições comuns de desenvolvimento — como que para privilegiar certos aspectos da linguagem em detrimento de outros. Como **segundo fator**, observa que, a despeito de diferenças cognitivas individuais — quer resultem de diferenças inatas ou de treino, prática — aspectos particulares da linguagem podem ser mais ou menos acessíveis para um mesmo usuário consciente da língua. Como **terceiro fator**, explica que a acessibilidade que vários aspectos da linguagem permitem desencadear na consciência pode variar, todo tempo, em um mesmo indivíduo de acordo com as mudanças ocorridas na situação em curso ou de acordo com seus próprios interesses. O **quarto fator** nos permite observar que a acessibilidade para a consciência de vários aspectos da linguagem difere de acordo com o que pode ser chamado de condições atencionais.

Para ilustrar em que medida as condições atencionais podem servir de parâmetro no método de introspecção, Talmy (2006) destaca três condições. A primeira diz respeito aos usos individuais de segundo nível de consciência por parte do pesquisador para observar, em isolado, certos aspectos da linguagem em partes extraídas do discurso, tais como uma palavra, uma sentença, um período. Na segunda condição, focalizam-se esforços individuais para observar, com

segundo nível de consciência, aspectos da linguagem que aparecem, em primeiro nível, no curso de um evento de comunicação em que o usuário da língua participe como falante ou ouvinte. A terceira condição baseia-se na hipótese de que algum traço do primeiro nível de consciência sobre algum aspecto da linguagem pode continuar a ser presente por um pequeno tempo, desaparecendo, gradualmente, logo após sua evocação em algum evento comunicativo. Em seu trabalho, Talmy (2006) sugere que, em alguns casos e em alguma medida, o pesquisador pode utilizar o segundo nível de consciência para observar essa breve preservação do primeiro nível de consciência e para examinar o que seu conteúdo poderia ser durante a ativação imediatamente precedente.

O **quinto fator**, implicado no uso da atenção consciente dirigida para análise de dados linguísticos, diz respeito à categoria do objeto da atenção. Isso pode variar do significado de uma palavra até a gramaticalidade de uma sentença ou a entonação da fala de alguém. Esse fator precisa ser considerado em conjunção com as propriedades dos fatores anteriores.

A explicitação desses cinco fatores nos permite inferir que, no que se refere ao uso da linguagem verbal, no conjunto de metodologias que se aplicam à investigação da estrutura conceptual, podemos incluir

- i. a introspecção por parte do pesquisador com vistas a descrever os sentidos que emergem das estruturas das formas linguísticas, tanto em isolado quanto em um contexto de uso concreto da linguagem e, da mesma forma,
- ii. a comparação de uma introspecção própria de alguém — no caso, a do pesquisador — com aquelas reportadas por outros falantes/ouvintes da língua em estudo.

A reflexão introspectiva, aqui compreendida como uma atividade de caráter metacognitivo, é a base metodológica da análise de dados realizada neste trabalho de pesquisa. Como veremos mais adiante, isso se justifica, por três motivos: pela natureza do fenômeno em estudo; pelos objetivos propostos para

este trabalho de investigação científica; pela natureza da ferramenta teórica adotada na descrição do fenômeno: o modelo de Integração Conceptual proposto pela Escola de Aarhus.

Antes de passarmos à explicitação de fatores que servem como parâmetros para a análise introspectiva de dados, realizada no âmbito desta pesquisa, teceremos considerações sobre críticas que a Linguística Cognitiva vem recebendo por adotar a introspecção como método de análise.

### **2.1.2. Das limitações e potencialidades do método de análise**

Independentemente da natureza do fenômeno em estudo, pesquisadores que assumem o objetivo de descrever a experiência da construção do sentido a partir do mecanismo cognitivo da Integração Conceptual enfrentam diferentes tipos de crítica. Dentre elas, destacam-se aquelas relativas ao privilégio de uma clássica análise introspectiva de dados linguísticos em detrimento do uso de métodos científicos de caráter experimental.

Essa opção metodológica, comum a grande parte dos estudos linguísticos do século XX, promove inquietação e recebe críticas, sobretudo, de psicólogos e psicolinguistas que também trabalham em busca da explicitação de mecanismos cognitivos implicados na produção/recepção de linguagem verbal, mais especificamente, na construção de sentidos. Para esses pesquisadores, a análise introspectiva de dados está fortemente baseada na intuição individual do analista e, por ser decorrência de *insights* pessoais de um pesquisador — que mesmo tendo sido treinado para isso, trabalha na análise de textos, de “produtos finais” —, essa análise não constituiria um tipo de dado objetivo, replicável e, assim sendo, não permitiria checar o nível de falseabilidade de seus resultados. Para os críticos, a

Linguística Cognitiva deveria observar, com mais cuidado, a necessidade do uso de métodos experimentais de observação, replicáveis e realizáveis em outros contextos e por outros pesquisadores.

Dentre as críticas mais contundentes à dimensão metodológica dos trabalhos realizados pela Linguística Cognitiva, no geral, e à Teoria da Integração Conceptual, em particular, destaca-se a de Raymond Gibbs (2006). Para Gibbs, por ser fortemente baseado nas intuições do analista, o método da introspecção não permite a constituição de dados objetivos e replicáveis — estratégia metodológica cara aos estudos científicos realizados nas áreas das Ciências Naturais, das Ciências Matemáticas e, também, das Ciências Cognitivas. O psicólogo afirma que a Linguística Cognitiva, como disciplina, poderia ganhar status e maior reconhecimento nas Ciências Cognitivas, se dedicasse maior atenção a explicar os métodos que utiliza e a demonstrar como esses métodos proveem resultados de pesquisa consistentes. Ao discutir o mérito da introspecção como um método a ser utilizado na análise de dados, Gibbs afirma:

O fato de que pensamos e de que podemos acessar, introspectivamente, o trabalho interno de nossas mentes, não significa que essas intuições, mesmo que decorrentes de treino, sejam consistentes e precisas. (GIBBS, 2006, p. 4, tradução da autora)

[...] o tipo de atividade mental utilizado quando uma pessoa escuta um discurso real ou lê um texto em um tempo real é bem diferente do processo envolvido quando uma pessoa reflete sobre aquilo que está escutando ou lendo. Isso é também um grande problema e talvez seja a razão principal do por que muitos cientistas cognitivos, especialmente na Psicologia, são profundamente céticos quanto às idéias da Linguística Cognitiva. (GIBBS, 2006, p. 8, tradução da autora)

No que se refere à Teoria da Mesclagem Conceptual, o pesquisador faz uma crítica ainda mais incisiva. Segundo Gibbs (2006, p. 7-9), a teoria merece uma abordagem experimental que comprove (ou falsifique), em termos de plausibilidade psicológica, os seus pressupostos relativos à ubiquidade dos mecanismos cognitivos implicados na construção do sentido.

A despeito dessas e de outras críticas, da forma como tradicionalmente vem sendo adotada, a Teoria da Mesclagem Conceptual — em sua formulação clássica ou naquela proposta pela Escola de Aarhus — tem sido considerada uma importante ferramenta na busca de descrição de mecanismos cognitivos implicados na construção de referência/sentido. O problema metodológico atribuído ao(s) quadro(s) teórico(s) não é difícil de ser compreendido. Para isso, basta refletir um pouco sobre a concepção de pesquisa científica e de produção de conhecimento científico que essas críticas encerram.

No momento em que importantes avanços tecnológicos invadem universidades e centros de pesquisa, oferecendo ferramentas que, aparentemente, permitem observar a mente humana e toda sua potencialidade em situações concretas de interação, em contextos de uso muito próximos do cotidiano dos sujeitos estudantes, parece ser importante a validação da plausibilidade psicológica e até neurobiológica da teoria. Esse contexto científico-tecnológico aponta para o desafio de uma análise de dados que corresponda ao rigor científico, sobretudo de caráter quantitativo, adotado em outras áreas do conhecimento.

Não podemos nos esquecer, no entanto, de que, a despeito de toda e qualquer crítica, desde a Antiguidade Clássica, a reflexão introspectiva teórica vem gerando importantes formas de conhecimento sobre diferentes dimensões da vida humana e, em particular, sobre a linguagem.

No caso de estudos que tenham por objetivo descrever a experiência fenomenológica da construção do sentido, os resultados alcançados pela reflexão introspectiva de um pesquisador podem ser comparados a resultados alcançados por outros pesquisadores e, eventualmente, por resultados alcançados pela análise introspectiva, metacognitiva, de falantes/ouvintes não especialistas. Dessa forma, o trabalho de introspecção é científico, sujeito a críticas e, a partir delas, tende a tornar-se cada vez mais preciso. Isso não significa que deva ser testado com o

mesmo tipo de precisão científica que outras áreas do conhecimento adotam. Os resultados alcançados pela reflexão teórica introspectiva não são testados, por exemplo, com precisão matemática. Sua realização não é orientada ou verificada, de forma plausível, por nenhuma medida dessa natureza. Talvez por esse motivo, muitos pesquisadores venham buscando, cada vez mais, outros métodos para análise de dados.

Quando nos deparamos com resultados de pesquisa alcançados, nas últimas décadas, pela Linguística Cognitiva, constatamos que a análise e descrição teórica de fenômenos linguísticos não se restringem mais ao uso da “introspecção”<sup>24</sup>. Essa constatação não invalida, no entanto, o seu uso efetivo em pesquisas da área. A reflexão teórica introspectiva sobre um determinado fenômeno linguístico é uma estratégia metodológica necessária e válida para a realização de diferentes tipos de análise linguística e, em especial, para a análise semântica. Se assim não o fosse, teríamos que desconsiderar a importância e o valor científico de resultados de pesquisa alcançados por, por exemplo, Leonard Talmy (2003a, 2003b), George Lakoff e Mark Johnson (1980, 1999), Ronald Langacker (2000, 2002, 2004), Gilles Fauconnier (1994 [1985]), Mark Turner (1996, 2001, 2006), Per Aage Brandt (2004), Per Aage Brandt e Line Brandt (2005), e centenas de outros pesquisadores que, atuando em centros de excelência acadêmica de várias partes do mundo, orientam seu trabalho de pesquisa com base na reflexão teórica introspectiva e não na utilização de métodos experimentais.

Como pretendemos demonstrar na seção a seguir, a reflexão teórica introspectiva a ser desenvolvida, na análise de dados desta pesquisa, implica esforço atencional consciente e volitivo do pesquisador para fins de acessar e descrever, com base na própria experiência de falante/ouvinte da língua, a integração conceptual, aqui compreendida como um mecanismo cognitivo básico,

---

<sup>24</sup> Sobre isso, conferir Kövecses (2002).

de caráter representacional, que subjaz a construção dos sentidos que emergem de um cenário discursivo intertextual.

Através desse tipo de esforço atencional, o pesquisador assume o papel de um especialista que busca “retardar”, “desacelerar”, o ritmo da imaginação humana em busca de descrever como um significado surge, cognitivamente, em uma dada situação comunicativa. Essa é uma concepção de método de análise que compartilhamos com Brandt e Brandt (2005).

O método é para colocar em câmera lenta a nossa imaginação de forma que possamos descrever como um significado surge cognitivamente, a partir de uma perspectiva fenomenológica. A análise resultante deve ser reconhecível por outros sujeitos cognoscentes que apresentem a mesma questão. As descrições introspectivas podem ser comparadas e ajustadas. (BRANDT e BRANDT, 2005, p. 242, tradução da autora)

Nessa perspectiva, enfatizamos que a descrição que resulta de uma análise introspectiva de dados pode ser comparada e ajustada por outros pesquisadores e, eventualmente, por outros métodos, para que atinja cada vez maior nível de consistência e precisão.

### **2.1.3. Do processo de análise de dados**

Uma reflexão teórica introspectiva a partir da qual o pesquisador descreva a experiência fenomenológica de construção de sentidos que emergem da produção e do uso comunicativo de cenários discursivos intertextuais pode decorrer, nos termos propostos por Talmy (2006), da “consciência de segundo nível”. Para fins de produzir essa descrição teórica, o pesquisador dedica atenção consciente, volitiva e dirigida para o trabalho de identificação e de análise de conteúdos discursivo-cognitivos implicados na manifestação do fenômeno em estudo. Como

veremos, essa é a essência metodológica do modelo da integração conceptual da Escola de Aarhus, utilizado para fins de descrição da experiência fenomenológica da construção de sentidos.

Neste trabalho de pesquisa, o método da introspecção, caracterizado pela consciência de segundo nível, nos permite descrever teoricamente diferentes formas de conhecimento que o falante/ouvinte pode evocar no processo de construção e de compreensão de um cenário discursivo intertextual. Essa descrição teórica pode ser realizada com base na observância de três fatores: a situação comunicativa em curso; as condições atencionais dos sujeitos envolvidos nessa situação e a própria categoria do objeto de análise.

Esses três fatores convergem para os fundamentos teóricos e metodológicos do modelo proposto pela Escola de Aarhus.

A mesclagem é um evento cognitivo semiótico e a cognição semiótica é representacional. As representações são essenciais para a vida mental dos seres humanos como agentes semióticos; **nós representamos conteúdos para nós mesmos, sempre que estamos conscientes e, entre nós, na comunicação. Agentes semióticos também não ignoram a situação em que sua comunicação se realiza.** Tanto a representação da situação da comunicação quanto as representações do conteúdo semântico/pragmático da interação comunicativa são experienciadas pelos participantes da situação comunicativa — e pelo semanticista, depois de ter compreendido o significado daquilo que foi expresso. **A diferença entre produzir dados e analisá-los é que o evento cognitivo original da experiência do sentido de um signo é meticulosamente reconstruído em uma simulação mental lenta.** A Semiótica Cognitiva, portanto, propõe uma abordagem fenomenológica do significado: **os fenômenos a serem descritos pertencem ao mundo da experiência humana.** (Brandt e Brandt, 2005, p. 243, tradução e grifos da autora)

No que se refere à natureza do objeto em estudo, retomemos, de maneira breve, argumentos que permitem caracterizá-la da forma como esse objeto é compreendido neste trabalho de investigação. Como vimos no Capítulo 1, a análise do fenômeno da intertextualidade aqui proposta se baseia em um conjunto de quatro premissas. Para fins de facilitar a retomada dessas premissas, transcrevo-as em seguida.



- i. Apesar de manifestado e identificado na materialidade de textos de diferentes gêneros e funções e em situações comunicativas diversas, o fenômeno não se restringe à materialidade textual;
- ii. esse é um fenômeno que está implicado no processo de enunciação, sendo assim, no ato mesmo de os seres humanos inter-agirem, de (co)referirem e produzirem sentido através do discurso;
- iii. a manifestação da intertextualidade pressupõe a (re)contextualização de um cenário discursivo constituído e identificado em outro contexto sociocomunicativo; assim, esse cenário “conhecido” passa a ser “recordado”, “recontado”, tomado em outra perspectiva, em um cenário discursivo novo, atual;
- iv. o processo de encenação discursiva intertextual se institui como forma de manifestação concreta, material, do princípio dialógico da linguagem humana.

Dentre essas premissas, uma merece maior atenção, neste momento do trabalho: aquela que aponta para o fato de que a manifestação da intertextualidade pressupõe a (re)contextualização de um cenário discursivo constituído e identificado em outro contexto sociocomunicativo e, assim sendo, pressupõe que um cenário já “conhecido” pelo falante/ouvinte passe a ser “recordado”, “recontado”, “evocado”, “tomado em outra perspectiva”, em um cenário discursivo novo, atual.

Por essa premissa, podemos constatar que a investigação do fenômeno em estudo não pode ocorrer sem que consideremos as situações concretas de uso — ou de possibilidade de uso — da linguagem e, portanto, de manifestação do fenômeno. A construção de sentidos que emergem de cenários discursivos intertextuais só pode ser desencadeada em uma concreta situação de uso da linguagem — o que corresponde, no modelo de análise, a uma situação semiótica base. Essa situação concreta é instituída pelos sujeitos do processo comunicativo.

A situação semiótica base é um elemento constitutivo da produção de cenários discursivos intertextuais e, por isso, determinante para o trabalho de análise introspectiva a ser realizado pelo pesquisador que vise descrever, na perspectiva cognitiva aqui adotada, os sentidos que emergem desses cenários. Cada cenário discursivo em análise demandará do pesquisador um cuidadoso trabalho de descrição da situação semiótica a partir da qual a construção de sentidos é experienciada, ou seja, redes de espaços mentais passam a ser criadas.

No que se refere às condições atencionais, essas estão inextricavelmente implicadas na configuração da situação concreta em que o fenômeno da intertextualidade se manifesta. A descrição introspectiva dos sentidos que emergem de um processo de encenação discursiva intertextual pressupõe da parte do analista esforço atencional para identificar, com base em elementos relevantes para aquela situação semiótica em questão, diferentes tipos de conhecimento implicados no ato de o falante/ouvinte “recordar”, “recontar”, “evocar”, em um cenário discursivo atual, um cenário discursivo “já conhecido” para fins de construir novos sentidos. Esses diferentes tipos de conhecimentos desencadeiam a construção de uma rede constituída de diferentes tipos de espaços mentais.

Como veremos no capítulo seguinte, como base no trabalho de reflexão teórica introspectiva, o modelo de integração conceptual da Escola de Aarhus permite ao investigador a descrição de uma rede de espaços mentais desenhada, em forma diagramática, para refletir como produzimos mesclas conceptuais de caráter intertextual.

Neste momento, é importante enfatizar que a rede de integração de espaços mentais é um modelo teórico hipotetizado para ser aplicável, de forma generalizada, para todas as integrações virtuais de sentido. Como nos explicam Brandt e Brandt (2005, p. 242), o diagrama do espaço mental semiótico base reflete o fato de que mesclas semióticas (em que um espaço *input* torna-se signo de outro) são construídas *on-line*. Como vimos no capítulo anterior, de acordo com esse

modelo teórico, as mesclas conceptuais, além de ocorrerem na cognição *on-line*, são contextualmente sensíveis, tanto com relação à maneira como o conteúdo descrito nos espaços de entrada é construído como no que diz respeito à relevância semântica e pragmática da própria mescla para a situação interacional em questão. Em seu trabalho de análise de dados, o pesquisador precisa dispor de esforço atencional consciente, dirigido e volitivo para descrever, em termos teóricos, os aspectos constitutivos da criação de mesclas conceptuais.

Discutidos os fatores que parametrizam o trabalho de reflexão teórica introspectiva a ser sistematizado no processo de análise, passemos à definição dos critérios utilizados no trabalho de identificação, documentação e seleção dos dados desta pesquisa.

#### **2.1.4. Da identificação, coleta, documentação e seleção de dados**

A criação de cenários discursivos intertextuais pode ser identificada em situações interacionais as mais diversas e, dessa forma, utilizada para fins retóricos e/ou estéticos também diversos. Aquilo que a literatura científica tradicionalmente caracteriza como “intertexto” pode estar, materialmente, indiciado em textos representativos de gêneros que variam de uma piada, contada em uma roda de amigos, a uma tese de doutoramento, escrita e defendida de acordo com os trâmites formais, institucionais, do ambiente acadêmico.

A intertextualidade — a (re)contextualização de um cenário discursivo já conhecido em um cenário discursivo atual, novo — pode ser indiciada de diferentes formas: pela alusão, pela paráfrase, pela paródia, pela carnavalização, pelo pastiche. Dessa forma, o acesso a textos em que o fenômeno se manifeste nos coloca diante de um campo de imensuráveis possibilidades.

No decorrer dos últimos três anos, este trabalho de pesquisa vem gerando um banco de dados que conta, hoje, com centenas de textos produzidos em linguagem verbal e em outras semioses: desenho, pintura, música, filme. Os textos em questão estão veiculados em diferentes mídias: jornais, revistas, livros, vídeos, filmes, CDs, DVDs, internet, flyers. Esses textos, já documentados em meio eletrônico, poderão gerar futuras pesquisas sobre o assunto, na perspectiva cognitiva aqui adotada e em outras perspectivas teóricas. No CD em anexo, o leitor pode ter acesso a uma pequena parte desse banco de dados.

Dentre os dados coletados, os textos selecionados para análise caracterizam-se como representativos de três situações interacionais e gêneros textuais diferentes. Esse critério é definido de maneira a corroborar, uma vez mais, o conjunto de cinco premissas adotadas como ponto de partida para a realização da pesquisa.

Através da seleção de textos representativos desses diferentes gêneros e situações comunicativas, pretendemos demonstrar que, por não se restringir a um elemento identificado na materialidade do texto, o fenômeno em estudo está implicado na forma como os seres humanos interagem entre si, ou seja, na forma como co-constroem referência/sentido.

Do conjunto de dados, preliminarmente, selecionado para análise, optamos por privilegiar o trabalho com textos representativos dos seguintes gêneros: anúncio publicitário, narrativa ficcional para criança e crônica jornalística. A seleção de textos representativos desses gêneros se justifica por sua ampla e concreta circulação na sociedade brasileira contemporânea. Além desse, a seleção dos dados corresponde a outro critério: nesses textos, o fenômeno em estudo está indiciado de diferentes maneiras e é utilizado para cumprir diferentes objetivos comunicativos, ou seja, neles, a intertextualidade é uma estratégia utilizada para finalidades interacionais diversas. Cada um dos textos selecionados será mais precisa e aprofundadamente caracterizado no momento de sua análise.

Como afirmamos na seção 2.1.1 deste capítulo, no conjunto de metodologias que se aplicam à análise conceptual de estruturas e fenômenos linguísticos, podemos incluir a comparação entre os resultados alcançados pelo trabalho de introspecção do pesquisador, caracterizado como “consciência de segundo nível”, com aqueles alcançados quando o usuário da língua dirige sua atenção consciente para aspectos ou fenômenos particulares da linguagem, da maneira como os manifesta a sua própria cognição — o que ocorre com base no que Talmy (2006) denomina “consciência de primeiro nível”.

Neste trabalho, para fins de melhor compreender o fenômeno em estudo, buscaremos triangular a Reflexão Teórica Introspectiva com outro método de análise: o Estudo de Caso. Como veremos em mais detalhes a seguir, esse estudo de caso é proposto em busca de cumprir objetivos específicos, dentre os quais está: coletar dados que permitam ao pesquisador observar como falantes/ouvintes nativos da língua portuguesa dirigem e compartilham a sua atenção consciente na tarefa de identificar o processo de encenação discursiva intertextual.

Antes de passarmos ao detalhamento do processo de coleta e de documentação de dados para o Estudo de Caso, consideramos importante destacar que este e outros trabalhos de pesquisa realizados na perspectiva metodológica que ora adotamos vão ao encontro do que, no início do século XX, Bakhtin (2002[1929], p. 124) já defendia como sendo uma “ordem metodológica para o estudo da linguagem”. Segundo o filósofo russo, o estudo de todo e qualquer problema sobre a língua deve, em síntese, levar o pesquisador a tomar a enunciação, e não o código linguístico em abstrato, como objeto de análise. Nessa perspectiva, cabe ao pesquisador: a) considerar as diferentes formas e tipos de interação verbal (cotidiana, científica, literária) em “ligação” com as condições concretas em que se realiza e b) examinar as formas da língua na sua interpretação linguística habitual.

Diante dos inúmeros estudos realizados sobre o fenômeno da intertextualidade, até o momento, não podemos desconsiderar que essa “ordem metodológica”, tendo sido proposta décadas antes de Julia Kristeva cunhar o termo “intertextualidade” a partir da obra do próprio Bakhtin, nem sempre é observada.

#### **2.1.4.1 Por uma atividade de caráter metacognitivo**

Como vimos no decorrer deste capítulo, se, por um lado, a introspecção continua significando uma ampla e importante estratégia metodológica para trabalhos realizados no âmbito da linguística contemporânea, por outro, quando utilizada como método único para a análise de dados, sofre críticas severas por, em tese, restringir o potencial analítico-descritivo do pesquisador.

Em resposta a essas críticas, surgem pesquisas que permitem comparar a reflexão teórica introspectiva realizada pelo pesquisador a exercícios de introspecção realizados por sujeitos de linguagem não especialistas.

Neste trabalho de pesquisa, além da reflexão teórica introspectiva realizada pelo pesquisador, pretendemos apresentar resultados de uma atividade, proposta em ambiente escolar, em que é possível flagrar, em duas situações, a percepção que um pequeno grupo de estudantes brasileiros demonstra ter sobre como, em sua perspectiva, se institui o processo de encenação discursiva intertextual em um dado texto. Da forma como fora desenhada e documentada, a atividade corrobora, por um lado, a “ordem metodológica” proposta por Bakhtin; por outro, uma vez mais, o conjunto de premissas adotado como ponto de partida para a realização desta pesquisa.

As duas situações propostas aos estudantes configuram-se, na perspectiva daquele pequeno grupo, como sendo um exercício de caráter metacognitivo. Ambas exigirão deles a explicitação de conhecimentos de natureza metacognitiva<sup>25</sup>. A primeira, com base no uso individual e silencioso da linguagem escrita; a segunda, através da linguagem oral, mais precisamente através de uma conversa informal entre os estudantes. Ambas as situações foram promovidas de maneira semiestruturada, uma vez que sem a presença *in loco* do pesquisador.

#### 2.1.4.1.1. O desenho geral da atividade

Em obra intitulada *The Literary Mind: the Origins of Thought and Language*, Mark Turner (1996) defende a tese de que a imaginação narrativa, a capacidade de contar histórias, é um instrumento fundamental do pensamento humano. Segundo Turner, as capacidades racionais humanas dependem da imaginação narrativa que é a forma mais importante, encontrada pelos seres humanos modernos, de retomar experiências passadas, de olhar para o futuro, de pregar, de planejar, de explicar. Essa capacidade “literária” é indispensável à cognição humana em geral. É o primeiro indício de que a mente humana, mais do que habilitada a operar com textos produzidos no domínio literário, é essencialmente literária.

Considerando a tese de que a mente humana seria, essencialmente, literária e, sendo assim, que os seres humanos possuem uma capacidade natural à espécie de contar e de compreender histórias antigas (preservadas pelas comunidades discursivas) e histórias novas (criadas permanentemente em situações de uso da

---

<sup>25</sup> Segundo Flavell, Miller e Miller (1999) a metacognição compreende o conhecimento e as crenças adquiridos pelos seres humanos através da experiência. Esse não se trata de um conhecimento específico, formalizado, sobre uma determinada área — matemática, música, linguagem, por exemplo. Conhecer, na perspectiva metacognitiva, é integrar conhecimentos empíricos, emocionais, afetivos, científicos, entre outros, que os seres humanos constroem pela experiência.

linguagem as mais diversas — do diálogo familiar a um sofisticado filme de ficção científica), surge a ideia de propor a um pequeno grupo de estudantes brasileiros uma atividade de caráter metacognitivo que vise investigar, empiricamente, “aspectos” cognitivos implicados na capacidade de recordar e de recontar histórias, nas modalidades escrita e oral.

A atividade pode ser descrita, em termos gerais, como a eliciação de uma situação de uso real da linguagem em que um texto representativo da Literatura Infantil Brasileira Contemporânea, explicitamente marcado pelo processo de encenação discursiva intertextual, é objeto de leitura e de análise para um grupo de adolescentes. Através dessa atividade, seria possível ao pesquisador coletar dados que decorressem do registro de uma situação de uso real da linguagem — oral e escrita — em que textos marcados pelo processo de encenação discursiva intertextual fossem o objeto de análise de estudantes.

A atividade proposta baseou-se em uma experiência comum no ambiente escolar: uma leitura individual, silenciosa, semiestruturada de um texto, seguida de uma discussão em grupo, semicontrolada, que permitisse aos participantes confrontar os seus percursos individuais de leitura. Com alguma alteração, recebendo outros nomes e em busca de realizar outros objetivos, essa é uma prática metodológica bastante comum no ensino médio e no ensino superior brasileiros.

Por meio de uma atividade apresentada aos participantes com o nome “Roda de Leitura”, pretendíamos criar um contexto de uso da linguagem verbal que já fosse conceptualizado pelos sujeitos estudantes, ou seja, que de alguma forma já fizesse parte do seu repertório discursivo e, portanto, de suas práticas socioculturais.

A Roda de Leitura, portanto, nada mais é do que uma situação concreta de uso da linguagem verbal. Essa situação foi proposta em dois momentos. O primeiro caracterizado pela leitura individual, silenciosa, seguida por um



protocolo de leitura a ser respondido pelo estudante a partir de uma reflexão introspectiva sobre o texto lido. O segundo, por uma situação conversacional em que os participantes dialogam informalmente, de forma a compartilhar as respostas que dão, por escrito, ao protocolo de leitura.

A proposição da atividade — constituída de dois diferentes exercícios de uso da linguagem verbal — atingiu o objetivo concreto de documentação de dados relativos à maneira como os estudantes realizaram as tarefas que lhes foram propostas (ler, recontar e analisar individualmente um texto) e como compartilharam suas reflexões em grupo.

A ideia básica foi propor aos participantes dois tipos de tarefa: um exercício de atenção consciente, introspectivo, intuitivo (não teórico), individual de leitura e de análise de um texto e um exercício de interação conversacional, de partilha e de comparação dos resultados do trabalho realizado individualmente. Essas atividades foram desenhadas e propostas com base em duas hipóteses:

- i. a sistematização, por escrito, do exercício de análise introspectiva ofereceria ao pesquisador recurso para observação e análise de regularidades discursivo-cognitivas na comparação entre as respostas dos estudantes;
- ii. a conversação espontânea ofereceria outro recurso analítico importante, uma vez que cada turno, ao ser respondido por um segundo turno, permitiria ao pesquisador ver exibida, *on-line*, a dinâmica da análise, avaliação e reestruturação do “primeiro” turno realizada pelos interlocutores, ou seja, a explicitação concreta do pensamento dialógico.

Pelo fato de que, no contexto de realização de uma atividade escolar em um grande grupo, os estudantes se movimentam, se levantam, caminham pela sala e de que a infraestrutura tecnológica de câmeras e microfones, necessária ao registro audiovisual desse rico contexto, demandaria investimento financeiro, a atividade aqui proposta foi realizada por um grupo pequeno de estudantes. O critério para seleção dos estudantes foi o de que fossem leitores habituais de jornais, de revistas

e de textos literários e que se dispusessem a conversar entre si sobre o seu processo individual de leitura. Os quatro estudantes selecionados apresentavam, na época, entre 16 e 18 anos de idade e frequentavam uma mesma escola particular na cidade de Belo Horizonte.

O texto literário selecionado para a atividade foi *Chapeuzinho Amarelo*, texto escrito por Chico Buarque (1980). Essa narrativa ficcional, voltada para o público infantil, fora selecionada como um dos textos a ser analisado pelo pesquisador.

O primeiro exercício proposto ao grupo, o protocolo de leitura, foi respondido por escrito, individualmente, no tempo que cada estudante necessitou ou desejou para realização da tarefa. O segundo, a conversa informal, durou por volta de uma hora. A realização dos dois exercícios não contou, em nenhum momento, com a presença do pesquisador.

Através do protocolo de leitura, os estudantes foram convidados a ler o texto selecionado para a atividade e recontar o que leram livremente. Além disso, com base em três questões, refletir sobre a maneira como o processo de encenação discursiva intertextual teria sido construído no texto.

Ao utilizar o protocolo de leitura como estratégia metodológica, pretendíamos orientar a atenção do estudante/leitor para que explicitasse em que medida o texto em análise se estrutura com base na retomada de elementos identificados em outro texto. Para atingir esse objetivo, prevíamos que o estudante precisaria operar com as habilidades cognitivas de analogia e desanalogia. Por esses motivos, o protocolo de leitura fora estruturado com as seguintes orientações e questionamentos.

**i. Leitura**

Leia o texto em anexo atentamente e, com base nas questões propostas a seguir, volte a ele quantas vezes considerar necessário.

**ii. Reconto**

Reconte, livremente, o texto que acabou de ler.

**iii. Releitura**

1. O texto lido lembra algum outro? Qual ou quais?
2. Se sim, como esse(s) texto(s) pode(m) ser identificado(s) no texto lido?
3. O que há de semelhante entre o texto lido e esse(s) outro(s) texto(s)?
4. O que há de diferente entre eles?
5. O que há de semelhante entre o texto lido e esse(s) outro(s) texto(s)?

Para funcionar como uma espécie de distrator do trabalho de reflexão introspectiva desencadeado pelo protocolo de leitura, o segundo momento da atividade, a Roda de Leitura propriamente dita, ocorreu um dia depois do primeiro.

A Roda de Leitura pode ser caracterizada como uma situação de uso real da língua portuguesa em que os participantes conversam e, portanto, podem compartilhar a sua leitura pessoal e a sua reflexão introspectiva primeira sobre o texto em foco. No início da atividade, os estudantes foram orientados para comparar e, eventualmente, confrontar os resultados de suas respostas ao protocolo de leitura. O processo de interação oral, de conversação informal, ocorreu de maneira parcialmente livre, uma vez que sem a presença do pesquisador. Essa discussão, com duração de uma hora, foi videodocumentada e transcrita, preliminarmente, de acordo com regras do registro escrito da Língua Portuguesa. A interação oral dos estudantes gerou um banco de dados constituído pela alternância de 1280 turnos, registrados em 50 páginas de transcrição<sup>26</sup>.

---

<sup>26</sup> A transcrição dos dados coletados pela atividade está disponível no DVD em anexo.

#### 2.1.4.1.2. Os dados coletados através da atividade

Os dados videografados a partir da atividade proposta aos estudantes, antes mesmo do trabalho de transcrição, exigiu do pesquisador um atento trabalho de observação. Naquele momento, fazia-se necessário investigar aspectos relativos à natureza contextual da realização da atividade, mais precisamente, aqueles relativos ao comportamento dos estudantes e à realização ou não da tarefa proposta.

A Roda de Leitura, realizada sem a participação do pesquisador, exigiria do grupo de estudantes um exercício de automonitoramento. No processo de observação, ficou claro que o pequeno grupo realizou a tarefa de maneira espontânea e informal, com os estudantes todo tempo motivados pela proposta de comparação e pelo confronto de sua percepção própria, considerada primeira, individual, sobre o texto em foco. Foi possível observar, ainda, que à medida que o grupo se envolvia em uma discussão espontânea sobre o texto, cada um dos integrantes passou a desenvolver uma espécie de avaliação e de eventual reestruturação do seu primeiro ponto de vista, da perspectiva adotada no momento do protocolo.

Essas observações permitiram ao pesquisador confirmar as duas hipóteses a partir das quais a atividade fora desenhada. Os dados documentados em sua forma audiovisual permitem observar que a escolha de um instrumento menos estruturado, sem questões fechadas em um conjunto de múltiplas respostas a serem escolhidas pelos sujeitos, permite obter informações bastante ricas que, potencialmente, podem gerar outros tipos de análise. Por essa estratégia metodológica, foi possível registrar imagens bastante verossímeis e próximas do quanto complexa é a análise que o fenômeno em estudo pressupõe, tanto da parte

do especialista quanto do usuário da língua. A análise desses dados, no entanto, não permitirá, da parte do pesquisador, generalização.

Ultrapassada a primeira fase de observação, fez-se necessária a transcrição dos dados coletados em linguagem audiovisual para um registro em língua escrita. Dessa transcrição, decorre um trabalho de análise de outra natureza.

A partir desse momento, o pesquisador focaliza sua atenção em busca de acessar, pela análise dos dados coletados e transcritos, a consciência que aqueles usuários da língua demonstram possuir sobre o fenômeno linguístico em estudo.

No Capítulo 3, a seguir, os dois diferentes momentos constitutivos da análise dos dados coletados pela atividade metacognitiva aqui descrita serão retomados para fins da realização do estudo de caso.

Por fim, faz-se importante enfatizar que a opção por uma coleta de dados dessa natureza tem por objetivo sinalizar, mesmo que de maneira preliminar, para a possibilidade de realização de estudos de caráter empírico que decorram dos resultados alcançados por esta pesquisa teórica. Por reconhecer a importância da realização de pesquisas de caráter experimental que contribuam para a validação psicológica de resultados de pesquisa teórica, esse é um dos passos a ser adotado como encaminhamento futuro. Voltaremos ao assunto mais adiante.

## **CAPÍTULO 3**

### **Análise de Dados**

### 3.1. Redes de Integração Conceptual Intertextuais

Neste capítulo, pretendemos demonstrar como a experiência da construção de sentidos que decorre do processo de interação com “cenários discursivos intertextuais” pode ser descrita, na perspectiva cognitiva, em termos da instauração de redes de integração conceptual. Como discutido nos Capítulos 1 e 2, para esse fim, adotamos o modelo teórico de Integração Conceptual proposto pela Escola de Aarhus no trabalho de análise de dados representativos de diferentes gêneros textuais.

Os textos selecionados para análise são representativos de três diferentes campos de discurso: a publicidade, a literatura e o jornalismo. Desses campos, foram escolhidos os gêneros: anúncio publicitário, vídeopropaganda, narrativa ficcional para crianças, crônica jornalística. O trabalho de análise parte da explicitação de características discursivas dos gêneros textuais em questão, o que permite justificar, de forma mais precisa, os critérios utilizados no processo de seleção dos respectivos textos. Através do método de análise teórica introspectiva, buscamos descrever a experiência de construção de sentidos que esses textos desencadeiam.

Ao final do capítulo, com o objetivo de apontar para a potencialidade do processo de triangulação metodológica, apresentamos um breve estudo de caso, caracterizado pela análise qualitativa de dados coletados, empiricamente, através de uma atividade de caráter metacognitivo realizada em ambiente escolar.

### 3.1.1. As campanhas publicitárias

Uma campanha publicitária se caracteriza por um conjunto de textos de diferentes gêneros (anúncios, jingles, filmes, sites, malas diretas) produzidos por profissionais da área de publicidade de forma cuidadosamente planejada. Esses textos são um “produto” geralmente comercializado por uma empresa de publicidade para um determinado cliente (o anunciante da campanha). No caso de grandes anunciantes, as campanhas publicitárias são constituídas de textos que serão veiculados em diferentes mídias (rádio, televisão, jornal, revista, internet, celular, telefone) e seu planejamento, comumente, está associado aos resultados de uma pesquisa de mercado.

A principal característica dos textos produzidos no âmbito de uma campanha publicitária é preservar, entre os diferentes textos que a constituem, uma identidade, uma uniformidade de caráter editorial e estético-visual. Em termos discursivos, esse planejamento tem por objetivo aumentar o impacto comercial do produto (serviço ou marca) no mercado, ou seja, interferir no comportamento do público consumidor.

Textos produzidos no campo publicitário são, fortemente, marcados pelo uso do repertório cultural da comunidade em que são veiculados. Sendo assim, não é incomum identificarmos, em campanhas publicitárias dos mais diversos tipos, o uso de “textos” amplamente conhecidos por aquela comunidade. Por outro lado, mesmo que não se apropriando de textos já amplamente veiculados, as campanhas publicitárias são organizadas no sentido de que seja estabelecida uma franca e estreita interação entre os diferentes tipos de texto que, naquele momento, as constituem. Assim sendo, a produção e a recepção de textos produzidos no âmbito de uma campanha publicitária pressupõem uma situação interacional em



que um processo de encenação discursiva intertextual é, intencionalmente, implementado.

Nas últimas décadas, as campanhas publicitárias são produzidas de maneira a que se integrem, de forma cada vez mais inventiva, informações decorrentes do uso da linguagem verbal e da linguagem não verbal. No caso de anúncios publicitários produzidos para serem veiculados no suporte em papel (jornais, revistas, *folders*, *outdoors*), os textos se estruturam com base na associação intencional de informações que decorrem de imagens (cores, texturas, tipos gráficos, fotos, gravuras, ilustrações, logomarcas) e da linguagem verbal no registro escrito. No caso dos anúncios produzidos para serem veiculados em mídias eletrônicas (TV, Rádio, Cinema, Internet), os textos se estruturam com base na associação intencional de informações que, simultaneamente, decorrem de imagens, sons, movimentos e de informações próprias ao uso da linguagem verbal oral e escrita.

Atualizar textos já conhecidos pela comunidade discursiva em textos novos é um recurso amplamente utilizado em campanhas publicitárias. Não são poucos os jogos de encenação discursiva criados com objetivos comerciais, institucionais, políticos, culturais, religiosos, em que podemos flagrar a existência de cenas discursivas que nos são familiares. Sendo assim, como podemos descrever, na perspectiva cognitiva, a experiência de construção de sentidos implicada na interação com textos em que o jogo de encenação discursiva intertextual esteja indiciado?

### 3.1.1.1. A campanha “Hollywood”

O conjunto de textos a ser analisado, nesta seção, é parte de uma campanha publicitária intitulada “Hollywood”. Essa campanha, amplamente veiculada nos estados do Espírito Santo e do Rio de Janeiro, no ano de 2008, é assinada pela agência MP e tem por anunciante a empresa de produtos alimentícios Hortifruti.

A campanha da Hortifruti tem início com a divulgação de um anúncio que visa preparar o consumidor para a interação com as diferentes peças que dela farão parte. Nesse anúncio, a marca HORTIFRUTI aparece associada a um ícone da cultura e economia americanas: a indústria cinematográfica de HOLLYWOOD.



Como é possível notar, nas imagens anteriores, a campanha publicitária é iniciada por uma espécie de justaposição de imagens. Essa justaposição se estabelece entre uma paisagem, mundialmente conhecida, da cidade de Los Angeles, e uma paisagem que muito comumente pode ser encontrada no Brasil, mais precisamente, nos estados em que a campanha é veiculada: Espírito Santo e Rio de Janeiro.

A paisagem americana revela a palavra HOLLYWOOD esculpida em grandes letras brancas fixadas em um dos pontos altos de um distrito de Los Angeles. A paisagem brasileira, de maneira ficcional, revela a palavra HORTIFRUTI esculpida e fixada da mesma forma em uma paisagem semelhante.

Divulgado em diferentes suportes — *outdoors*, painéis de metrô, revistas, *baners* — o anúncio publicitário em análise se estrutura, do ponto de vista discursivo e estético, de maneira a apresentar ao leitor/consumidor a ideia de que a Hortifruti, da mesma forma como a indústria cinematográfica de Hollywood, tem “estrelas” que, por algum motivo, podem “ganhar o mundo”. Além disso, o enunciado apresenta, de modo imperativo, um convite a seu leitor/consumidor para que aguarde a fim de saber mais sobre o assunto.

Na dimensão linguística, o texto veiculado pelo anúncio não revela ao leitor/consumidor que estrelas a empresa Hortifruti apresentará em breve. Pelo processo de interação com o anúncio, o leitor é convidado a aguardar outro anúncio ou outros anúncios em que a Hortifruti, possivelmente, apresentará o que considera ser suas estrelas. Seriam seus funcionários, produtos, serviços? Diante de uma situação semiótica concreta de leitura do anúncio, essa é uma questão em que, eventualmente, o leitor/consumidor poderia pensar.

A experiência de construção de sentido que esse anúncio permite ao leitor vivenciar, em termos conceptuais, pode ser descrita com base no modelo de rede de integração conceptual. Para descrever essa experiência, pensemos em uma

situação semiótica em que uma mãe de família se depara com o *outdoor* da Hortifruti ao parar seu carro em um sinal de trânsito.

Ao ver o anúncio gigante diante de si, a mãe de família focaliza sua atenção na mensagem que ele apresenta. Ao focalizar a sua atenção naquele texto particular, dados de **relevância situacional** são evocados pela mãe. Por saber que a Hortifruti é uma empresa que vende alimentos naturais em sua cidade, a mãe evoca um conjunto de conhecimentos esquemáticos, culturalmente compartilhados e relativamente estáveis, sobre, por um lado, o que vem a ser, que elementos constituem um anúncio publicitário divulgado em um *outdoor* e, por outro, informações relativas ao tema que esse anúncio publicitário, em particular, coloca em questão. Dessa forma, desencadeia-se a experiência de construção de sentido com o texto.

A partir do espaço semiótico base em que o anúncio passa a ser objeto de atenção, duas pequenas cenas dramáticas, dois espaços mentais, são instaurados. Um espaço mental em que figuram conhecimentos esquemáticos relativos ao elemento referencial Hortifruti que, naquela situação semiótica, podem ou devem ser evocados. Dentre tais saberes, poderiam figurar aqueles relativos ao fato de a Hortifruti ser um agente (uma empresa) que vende alimentos naturais, com um determinado padrão de qualidade, para um determinado tipo de consumidor, em um dado lugar e que, para isso, conta com funcionários, fornecedores, parceiros comerciais. A outra cena, denominada espaço de apresentação, é elaborada com base em conhecimentos esquemáticos relativos à forma como a Hortifruti está sendo predicada, apresentada ao leitor/consumidor, naquele texto. No caso do anúncio em análise, nesse espaço, figura o elemento Hollywood. Para a situação semiótica descrita, alguns dos conhecimentos que poderiam ser evocados sobre esse agente dizem respeito ao fato de Hollywood ser uma empresa que gera e vende produções cinematográficas, com um determinado padrão de qualidade,

em um determinado lugar e que, para isso, conta com estrelas (atores, atrizes), fornecedores, parceiros comerciais.

Nessa rede de integração conceptual, o espaço mescla é instaurado pela projeção de elementos que, nos espaços de referência e de apresentação, estabelecem entre si uma relação de contraparte. A interação com o anúncio em análise desencadeia a instauração de um espaço mescla que se configura pela projeção de informações relativas ao agente (empresa Hortifruti) e a um elemento que se associa a esse agente (como veremos em seguida, os produtos que a empresa comercializa). Além desses elementos, são projetados para o espaço mescla informações relativas à forma como esse agente e esse elemento estão sendo apresentados ao leitor. No caso, são projetadas informações referentes a outro agente (Hollywood) e a um elemento que se associa a esse agente (suas estrelas). No espaço mescla, temos configurada, portanto, uma cena em que “Alimentos Hortifruti são, virtualmente, estrelas de Hollywood”.

Um dado de **relevância argumentativa** que subjaz à configuração do espaço semiótico base, anteriormente descrito, e que está diretamente implicado na configuração do espaço mescla, diz respeito aos conhecimentos esquemáticos que aquela mãe possui quanto à necessária ou desejável qualidade que alimentos naturais (hortifrutigranjeiros), amplamente comercializados nas cidades, devem ter. Esse é um conhecimento socioculturalmente definido e compartilhado. Alimentos naturais são perecíveis, perdem a sua validade muito facilmente. A qualidade dos alimentos naturais, com frequência, está associada à sua integridade, beleza, frescor, durabilidade e preço. Outro dado de relevância argumentativa subjacente à configuração do espaço semiótico base e, diretamente, implicado na configuração da mescla diz respeito aos conhecimentos esquemáticos que a mãe possui quanto ao que denominamos, nesta pesquisa, fenomenologia do intertexto.

Os seres humanos, ao utilizarem e compartilharem habilidades cognitivas como a percepção, a atenção, a categorização e a memória, aprendem que toda ação, palavra e obra humana podem revelar uma estreita relação com outra ação, palavra ou obra humana já existentes. Assim sendo, aprendem e sabem que todo texto pode revelar uma estreita relação com outro(s) texto(s) já existente(s).

No caso do espaço semiótico base, aqui descrito, por vivenciar uma experiência culturalmente construída e compartilhada sobre Hollywood, a mãe possui conhecimentos esquemáticos relativos a esse elemento referencial e à forma como é predicado em outras situações semióticas (indústria que produz filmes de qualidade, indústria milionária, lugar em que trabalham e vivem “estrelas” do cinema). Esses diferentes dados de relevância argumentativa são elementos que permitem “calibrar”, “equilibrar” um processo de integração conceptual em que “Alimentos Hortifruti são, virtualmente, estrelas de Hollywood”. Desse espaço mescla, é possível emergir, como efeito de sentido, algo como “os alimentos da Hortifruti são de ótima qualidade”.

Esse efeito de sentido, por sua vez, está associado a um dado de **relevância ilocucionária** que, também, está implicado na configuração do espaço semiótico base. No efeito de sentido anteriormente descrito, estão implicados conhecimentos esquemáticos relativos ao valor comercial que um produto de boa qualidade adquire e, mais precisamente, relativos ao objetivo comunicativo de um anúncio: persuadir clientes. Uma experiência de construção de sentido que desencadeia essa rede de integração conceptual pressupõe a criação de inferências que estão francamente associadas a esse dado de relevância ilocucionária. A partir da experiência de construção de sentido estabelecida com o anúncio publicado no *outdoor*, é possível à mãe inferir se deve (ou não deve) comprar alimentos comercializados pela Hortifruti.

A Figura 8 permite apresentar, de forma diagramática, a análise anteriormente descrita.

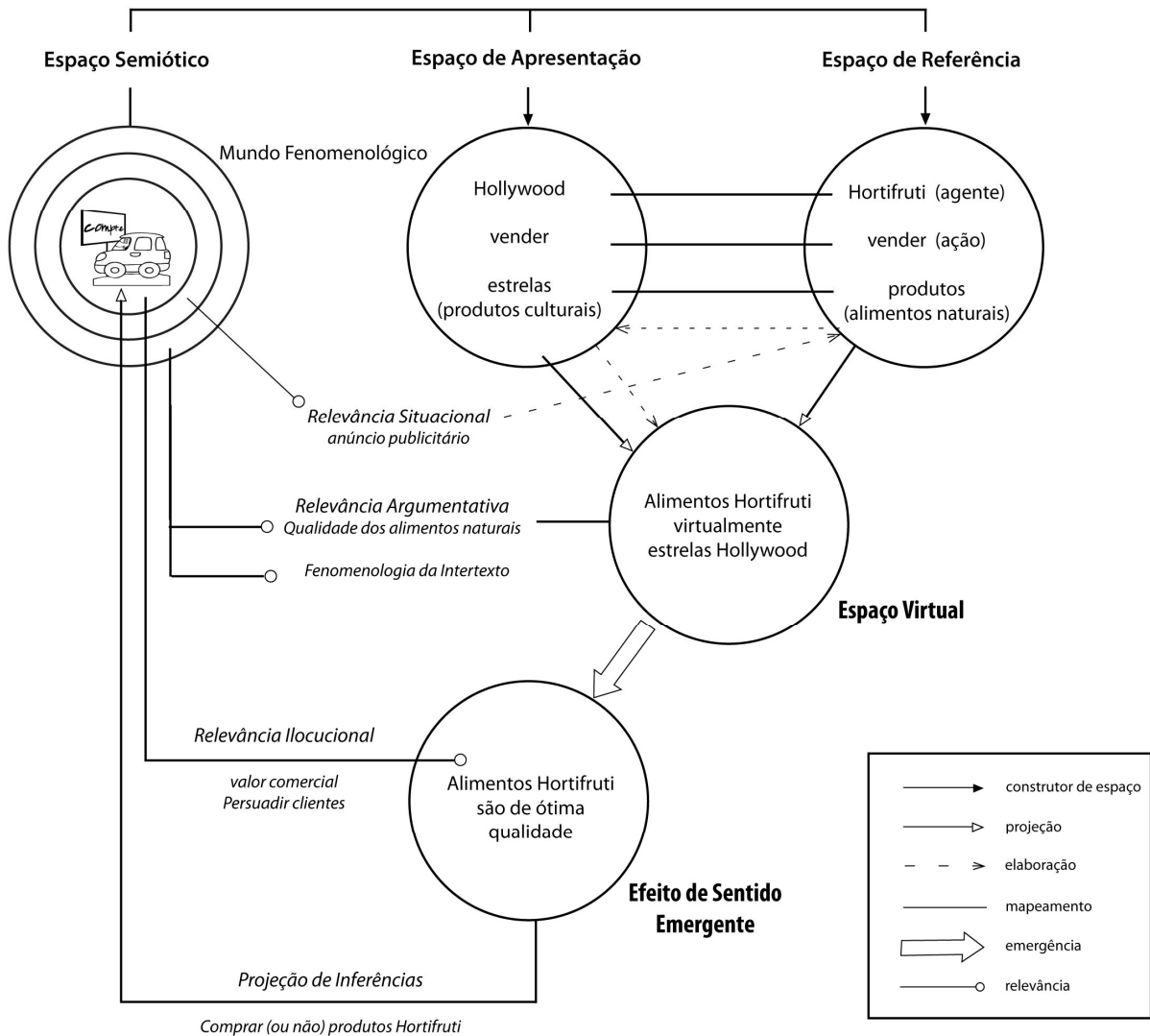


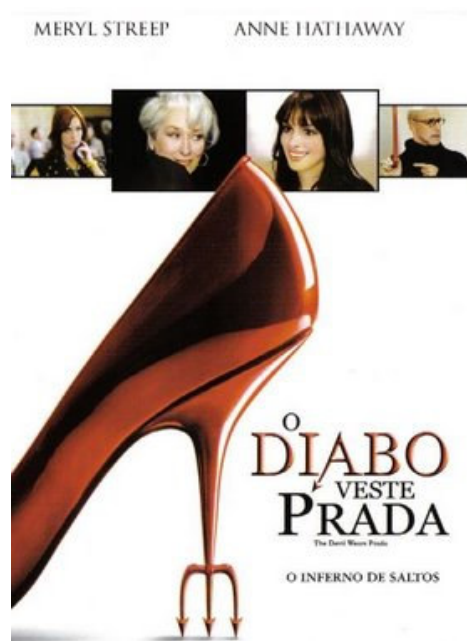
Figura 8 – Rede de Integração Conceptual – Hortifruti/Hollywood

Passemos, agora, à análise de dois outros anúncios da campanha Hollywood, selecionados como objeto para investigação neste trabalho de pesquisa.

O anúncio em questão revela ao leitor um concreto jogo de encenação discursiva intertextual. Para fins de vender a qualidade dos alimentos comercializados pela Hortifruti, o texto apresenta como estratégia a retomada do anúncio publicitário de uma aclamada produção cinematográfica de Hollywood: “O Diabo veste Prada”.

A retomada não se restringe à criação de um trocadilho entre os enunciados “o diabo veste prada” e “o quiabo veste prada”. O anúncio coloca o leitor/consumidor que teve acesso a informações sobre o filme diante da possibilidade de vivenciar uma experiência de construção de sentido particular, pois também retoma a forma como, esteticamente, o anúncio de Hollywood foi criado.

Para melhor compreender essa experiência de construção de sentido, faz-se importante observar, a seguir, como a relação entre um anúncio e outro está construída.





Em busca de descrever conceitualmente a experiência de construção de sentido que a campanha publicitária da Hortifruti desencadeia, consideremos uma situação semiótica em que aquela mesma mãe, semanas depois de se deparar com o *outdoor*, ao ler uma revista, focaliza sua atenção no anúncio “O Quiabo veste Prada”.

Por este anúncio, a mãe pode evocar um conjunto de conhecimentos relativos ao filme. Nesse filme, a protagonista, uma jovem recém-formada em jornalismo, entra no seletivo mundo da imprensa especializada em moda e descobre que, em meio à beleza, à riqueza e ao *glamour* das grandes marcas da indústria da moda, pode encontrar o Diabo (pessoa que paga qualquer preço para permanecer no lugar do poder). O filme metaforiza, por um lado, a ideia de que há pessoas que entregam a própria vida (seu tempo, sua família, seus amigos, sua saúde) ao Diabo (a atitudes como a falta de escrúpulos, a deslealdade, a arrogância, a intolerância) para se manter com o *glamour* e a fortuna gerados pela indústria da moda. Por outro lado, o filme metaforiza a ideia de que essa é uma indústria seletiva, ou seja, que gera e comercializa produtos a que nem todo consumidor pode ter acesso. No caso do universo criado pelo filme, da mesma forma como acontece no mundo não ficcional, poucos são aqueles que vestem produtos com marcas como Prada, Christian Dior, Giorgio Armani e outros.

No caso da situação semiótica aqui descrita, essas informações podem não ser, no entanto, evocadas, ou seja, podem não se tornar relevantes ou coerentes para aquela mãe. No processo de construção de referência/sentido desencadeado por esse anúncio, em particular, a imagem de um quiabo, que, virtualmente, veste um Prada, pode colocar em jogo conhecimentos culturalmente construídos e compartilhados daquilo que representa o uso de um produto caracterizado pela marca Prada. Essa parece ser a faceta de significado que tanto o anúncio quanto a campanha publicitária colocam em cena.

Ao se deparar com o anúncio impresso e em busca de construir sentido para as informações que tem diante de si, a mãe evoca conhecimentos esquemáticos de diferentes tipos. Uma dessas formas de conhecimento diz respeito ao fato de que ela está defronte de um anúncio publicitário (e não outro tipo de texto) e, ainda, ao fato de que esse é um anúncio que faz parte da campanha publicitária iniciada pela Hortifruti algumas semanas antes.

Por conhecer o filme e a forma como fora divulgado pela indústria cinematográfica, a mãe pode perceber, por um processo de analogia e desanalogia, a existência de uma intrínseca relação entre a forma como o anúncio da Hortifruti se estrutura esteticamente e a forma como o anúncio do filme (produto de Hollywood) se estrutura esteticamente.

Ao focalizar sua atenção na informação “*Aqui a natureza é a estrela*”, associada à logomarca da empresa Hortifruti, a mãe pode compreender a que “estrelas” se referia, semanas antes, o anúncio publicado no *outdoor*. No processo de interação com o anúncio, é possível que a natureza seja compreendida metonimicamente em termos dos alimentos que ela produz. Por um processo metafórico, é possível que os alimentos produzidos pela natureza (verduras, legumes, frutas) sejam compreendidos como as estrelas (poucas, selecionadas, de boa qualidade) que a Hortifruti comercializa. Poderíamos descrever como esse processo desencadeia a instauração de outras redes de integração conceptual, o que não será feito, uma vez que não é o objetivo central deste trabalho de análise.

Por interagir diariamente com textos constitutivos de campanhas publicitárias, a mãe reconhece que aquele texto, em particular, apresenta como elemento referencial a empresa Hortifruti e um dos muitos alimentos naturais que ela comercializa: o quiabo (uma verdura). A mãe também reconhece, por sua vez, que, no anúncio, esse elemento é predicado de forma nada convencional.

Na situação semiótica aqui descrita, instauram-se, portanto, dois espaços mentais: um espaço de referência, em que figuram os elementos relativos à

empresa Hortifruti (seus produtos, seus serviços, seu “seleto mundo”); um espaço de apresentação em que figuram elementos constitutivos da forma como a Hortifruti é predicada no anúncio. Essa predicação ocorre pela explícita retomada de outro anúncio publicitário em que figura, como elemento referencial, um dos produtos da indústria cinematográfica de Hollywood: o filme “O Diabo veste Prada”.

Alguns dos elementos identificados nos espaços mentais de referência e de apresentação estabelecem entre si uma relação de contraparte. Entre essas relações, motivadas por uma analogia de caráter fonológico, destacam-se os agentes (“quiabo” e “diabo”). É importante enfatizar que o enunciado “O quiabo veste Prada” também desencadeia, a partir do elemento “Prada”, um processo predicativo, simultaneamente metonímico e metafórico<sup>27</sup>.

Na forma escolhida para predicar os alimentos Hortifruti, o que parece estar em jogo é um conhecimento que evidencia a importância, a qualidade, a beleza e a sofisticação do mundo da moda e, em particular, do produto Prada e não, propriamente, conhecimentos relativos à metáfora maior que o filme constrói. Em “O quiabo veste Prada”, o elemento referencial a ser predicado é o “quiabo”, aquele que, no anúncio, representa os alimentos naturais comercializados pela Hortifruti. Esse elemento é predicado para que, diante de outros, seja evidenciada a sua qualidade (beleza, preço, durabilidade). No caso do filme “O Diabo veste

---

<sup>27</sup> O modelo teórico adotado e os dados selecionados para análise, neste trabalho de pesquisa, nos permitem observar que, em termos conceituais, a metonímia é um fenômeno que merece maior investigação. Apesar de sua manifestação discursiva revelar aparente distinção em relação à metáfora, conceptualmente, o processamento metonímico parece estar associado ao processamento metafórico. Em ambas as situações, prevalece a função cognitiva de predicar um dado elemento referencial. Quando optamos por dizer algo como “ele comprou um Apple”; “meu filho sempre toma dois copos”; “ela adora Mia Couto”; “esse não é nenhum Brastemp”, o fazemos por que essas construções permitem explicitar informações de caráter predicativo consideradas relevantes para aquela situação semiótica. Essas informações estão relacionadas a aspectos específicos do elemento referencial em foco. Por uma breve reflexão sobre os exemplos anteriores, poderíamos destacar, entre esses possíveis aspectos: o tamanho, o valor, a cor, a quantidade, a beleza, o estilo, a utilidade dos elementos em questão. Sendo assim, caracterizar a metonímia como uma figura de linguagem que consiste no emprego de um termo por outro, dada a relação de contiguidade entre eles não explica, definitivamente, como o processo desencadeado por essa dita “figura de linguagem” está, inextricavelmente, implicado na experiência humana de construção de sentido. Compreender e descrever a metonímia, na perspectiva discursivocognitiva, é uma tarefa que merece, portanto, profunda investigação.

Prada”, a marca “Prada” é utilizada para referenciar tanto o produto (um sapato) quanto a qualidade desse produto (um tipo particular de sapato, culturalmente reconhecido como ícone de sofisticação, beleza, durabilidade, *design* de moda). No caso do anúncio Hortifruti, a marca “Prada”, ao predicar o produto “quiabo”, desencadeia um jogo discursivo semelhante.

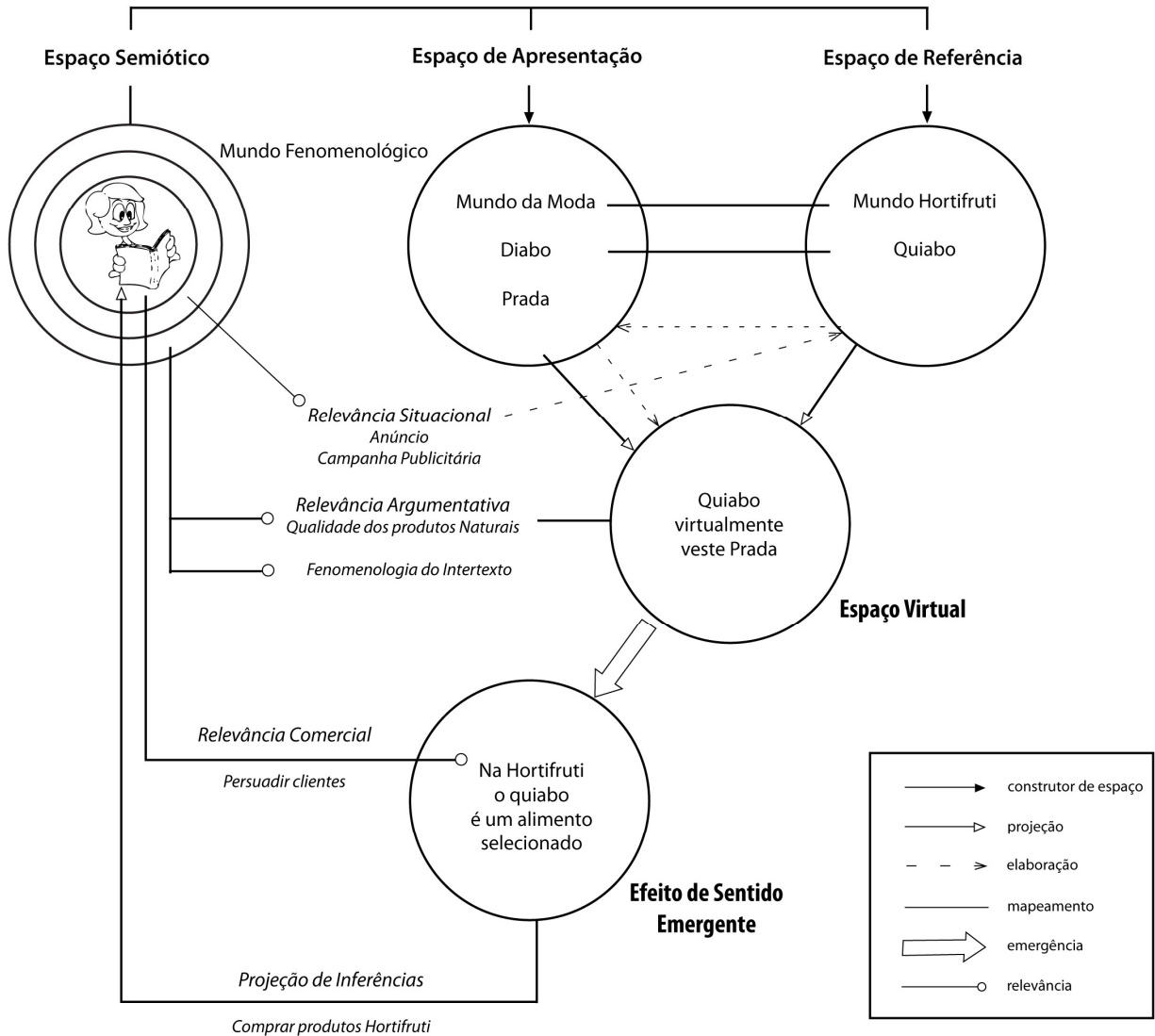
O anúncio “O Quiabo veste Prada”, ao retomar, explicitamente, a estrutura esteticodiscursiva do anúncio “O Diabo veste Prada”, conceptualmente, coloca em cena um elemento referencial (o quiabo), predicado de uma forma particular (vestindo-se com um Prada). A construção de um espaço mescla em que um “quiabo virtualmente veste um Prada” pressupõe um mapeamento entre elementos que estabelecem uma relação de contraparte entre os espaços de referência e de apresentação. Dentre esses elementos, destacam-se dois agentes (quiabo, diabo) e dois lugares (no seletto mundo Hortifruti, no seletto mundo da moda). Enquanto *no mundo Hortifruti*, o agente (quiabo — alimento natural) precisa ser apresentado ao consumidor de maneira diferente, criativa, sofisticada, *no mundo da moda*, o agente (diabo) é apresentado ao consumidor de maneira diferente, requintada, sofisticada.

Para que a mescla se estruture de forma não aleatória, para que seja calibrada, faz-se necessário evocar formas de conhecimento esquemático que adquirem **relevância argumentativa** para aquela situação semiótica. A primeira forma de conhecimento caracteriza-se pelo que denominamos fenomenologia da Intertextualidade. Essa forma de conhecimento permite à mãe que lê o anúncio, na revista, perceber que há nele elementos que podem ser mapeados com elementos identificados em um cenário discursivo já conhecido, experienciado em outra situação interacional. Na rede de integração conceptual aqui descrita, outra forma de conhecimento esquemático, evocada no espaço semiótico base, diz respeito à qualidade dos alimentos naturais a serem comercializados. Naquela situação semiótica específica, a mãe evoca conhecimentos relativos ao fato de que alimentos

naturais a serem comprados e vendidos demandam cuidados, precisam ser selecionados, precisam ter boa aparência e estar em bom estado de conservação.

Essas duas diferentes formas de conhecimento permitem compreender por que, no espaço mescla, um “quiabo, virtualmente, veste um Prada”. O espaço mescla revela, portanto, uma realidade surreal, somente construída no/pelo uso da linguagem. Essas duas formas de conhecimento permitem que a mescla se estruture de forma que o quiabo (um alimento natural comercializado pela Hortifruti) seja associado a um Prada (um produto sofisticado comercializado pela indústria da moda). Desse espaço, pode emergir como sentido algo do tipo “na Hortifruti, o quiabo (alimento natural) é um produto selecionado”. A força enunciativa do jogo interacional em cena permite à mãe evocar uma outra forma de conhecimento esquemático que adquire **relevância de caráter ilocucionário**. Essa forma de conhecimento diz respeito ao fato de que a campanha publicitária e o anúncio, em particular, da maneira como estão estruturados, compartilham o objetivo comunicativo de persuadir clientes, de influenciar na atitude do consumidor. Em decorrência da instauração dessa rede de integração conceptual, são criadas inferências que trazem implicações semântico-pragmáticas para o espaço semiótico base. Dentre as possíveis inferências decorrentes dos efeitos de sentido que emergem da mescla, podemos destacar aquelas relativas à compra (ou não) de alimentos naturais na Hortifruti.

A Figura 9 tem por objetivo apresentar, de forma diagramática, o processo de integração conceptual anteriormente descrito.



**Figura 9 – Rede de Integração Conceitual – “O quiabo veste Prada”**

Passemos, agora, à análise de outro anúncio da mesma campanha publicitária. Ao focalizarmos atenção no anúncio, a seguir, é possível observar que há, em sua estruturação esteticodiscursiva, uma relação de caráter intertextual com elementos da produção cinematográfica americana Shrek.



Essa produção cinematográfica, produzida com o recurso da animação gráfica, conta com uma trilogia que conquista sucesso de crítica e de público em todo o mundo. O filme Shrek 2 tem como protagonista um Ogro (personagem de conto de fadas) que, casado com uma princesa, precisa sair do seu pântano para ir ao encontro do rei e da rainha, pais de sua esposa, no Reino de Tão Tão Distante.

Para fins de descrever a experiência de construção de sentido que esse anúncio desencadeia, consideremos uma situação semiótica em que a mesma mãe

que teve acesso ao anúncio “O quiabo veste Prada”, de posse de outra revista, focaliza atenção no anúncio “Chuchurek”.

Essa situação semiótica desencadeia uma experiência de construção de sentido em que uma rede de integração conceptual intertextual é, necessariamente, ativada. Nessa situação, instaura-se um espaço semiótico base a partir do qual e no qual a experiência de construção de sentido acontece. Nesse espaço semiótico, a mãe focaliza sua atenção em um anúncio da campanha publicitária Hortifruti que, concretamente, está associado aos demais. Esse é um dado que pode exercer relevância para a situação interacional em questão. A esse assunto, retornaremos em seguida<sup>28</sup>.

Ao focalizar atenção no anúncio Chuchurek, uma vez mais, a mãe evoca conhecimentos esquemáticos relativos ao fato de que tem diante de si um anúncio publicitário e não outro tipo de texto. Esse é um dado de relevância situacional implicado na instauração dos espaços mentais de referência e de apresentação. No espaço de referência desencadeado pela interação com o anúncio, figuram o elemento referencial (chuchu) e um lugar (a Hortifruti, empresa em que esse alimento é comercializado). No espaço de apresentação, constituído com base na forma como esses elementos referenciais são predicados, figuram a personagem ficcional Shrek e o lugar para onde essa personagem viaja (o reino de Tão Tão Distante). Esses elementos estabelecem entre si uma relação de contraparte que é projetada para o espaço de integração conceptual. Pelo jogo de encenação criado pelo anúncio, os agentes (Chuchu e Shrek) partem de um lugar (a Horta e o Pântano) para chegar a outro lugar (a Hortifruti e o reino de Tão Tão Distante). Ao serem projetados, temos uma mescla surreal em que “um chuchu é virtualmente Shrek”; assim, construímos uma personagem mescla: Chuchurek.

---

<sup>28</sup> O assunto será abordado, com o devido aprofundamento, na análise da campanha publicitária “Meus seis anos”, ainda nesta seção.



A experiência de construção de sentido vivenciada pela mãe coloca em cena outras formas de conhecimento relevantes para o espaço semiótico base anteriormente descrito. Uma dessas formas diz respeito aos saberes que a mãe possui sobre a origem dos alimentos naturais que consome na cidade (a natureza). A mãe sabe que os legumes, verduras e frutas que consome partem de um lugar distante (da natureza, da fazenda, da horta) para chegar à cidade (a feiras livres e empresas como a Hortifruti). Além disso, no caso da concreta interação com o anúncio em questão, faz-se necessário evocar conhecimentos relativos à fenomenologia do intertexto, assim sendo, conhecimentos relativos ao fato de que o jogo de encenação (anúncio), que focaliza a atenção da mãe, estabelece uma relação discursiva e estética com outro jogo de encenação já conhecido pela mãe (o filme *Shrek*). Essas diferentes formas de informação estabilizam, no espaço mescla, a criação de um Chuchurek surreal, que parte de (um reino) Tão Tão Distante para a Hortifruti. Dessa mescla, é possível emergir como sentido “o chuchu parte da natureza para chegar à Hortifruti”.

Na instauração da rede de integração conceptual aqui descrita, está implicada a evocação de outra forma de conhecimento esquemático, culturalmente compartilhado e relativamente estável, que deve ser compreendida como um dado que, no espaço semiótico base, adquire relevância ilocucionária. Todo o jogo de encenação esteticodiscursiva aqui descrito é utilizado como forma de persuadir o leitor, de sensibilizar o cliente real ou potencial da empresa, para o valor comercial da compra de alimentos na Hortifruti.

Desencadeada por uma concreta experiência de interação com o anúncio publicitário, a rede de integração conceptual aqui descrita gera inferências que exercem a função de reequilibrar o espaço semiótico base. Dentre essas inferências, está a possibilidade de que o objetivo comunicativo proposto pelo anúncio se cumpra, concretamente, ou seja, de que a mãe realize suas compras na empresa Hortifruti.

A Figura 10 tem por objetivo apresentar, na forma do diagrama proposto pela escola de Aarhus, a experiência de construção de sentido aqui descrita.

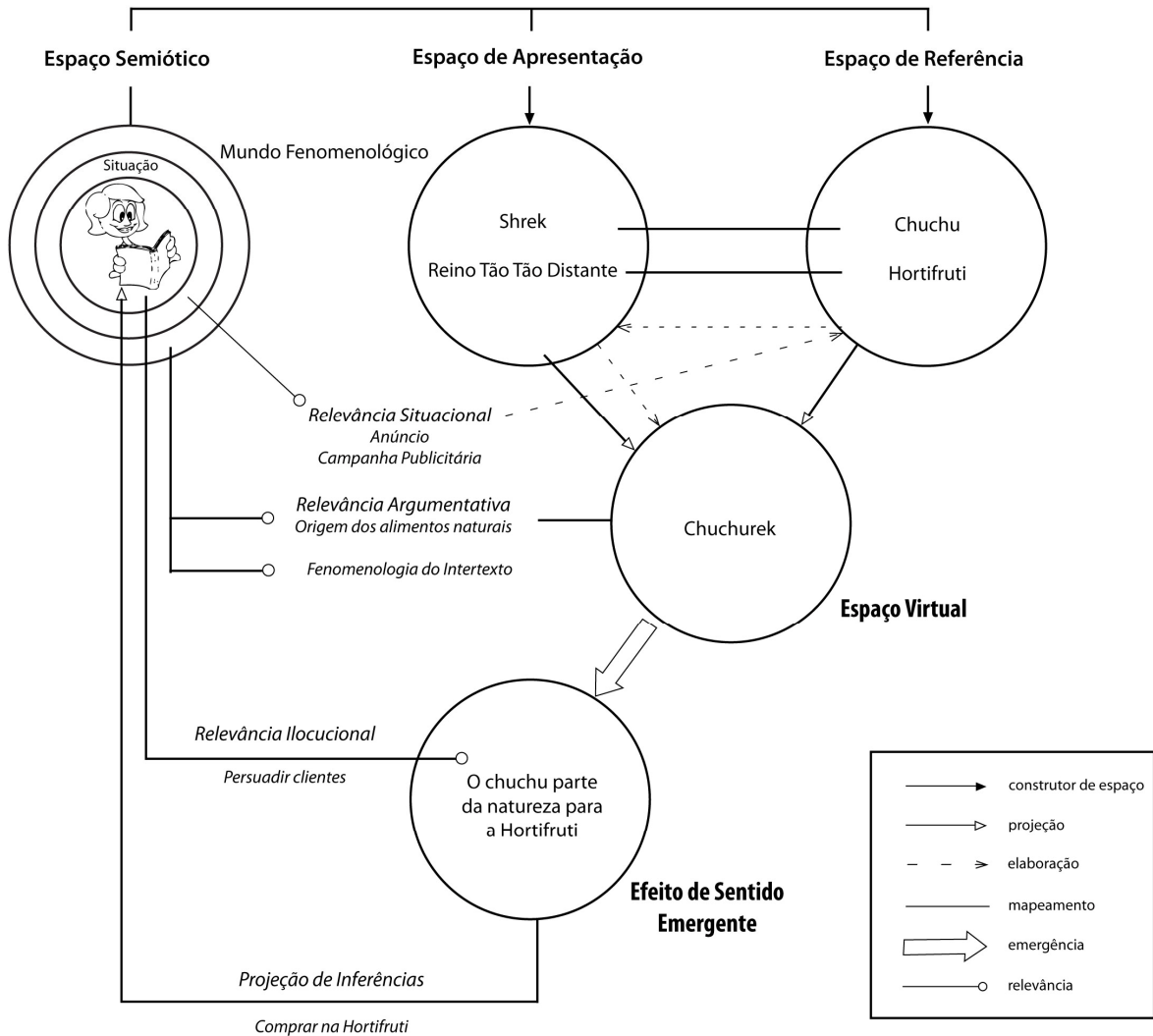


Figura 10 – Rede de Integração Conceitual – Chuchurek

Faz-se importante enfatizar que o processo de integração conceitual desencadeado pelo anúncio Chuchurek é motivado, por um lado, pela semelhança fonológica existente entre os itens lexicais Chuchu e Shrek e, por outro, pelo uso intencional de imagens que estimulam o leitor a evocar conhecimentos relativos ao

jogo de encenação criado pelo filme. Essa é uma estratégia esteticodiscursiva e conceptual que não se restringe a esse anúncio. A mesma estratégia pode ser flagrada no processo de criação dos anúncios “Hollywood/Hortifruti” e “O quiabo veste Prada” e em todos os anúncios dessa campanha publicitária<sup>29</sup>. Isso se justifica pelo fato de que, como veremos de forma mais aprofundada logo a seguir, a criação de um anúncio publicitário implica uma intrínseca e planejada relação entre imagem e texto verbal.

A partir da análise da campanha publicitária Hortifruti, é possível constatar que a estratégia de retomada e de recontextualização de um cenário discursivo já conhecido em um cenário discursivo atual não se repete, em cada um dos anúncios, de forma aleatória. Pelo contrário, é utilizada para que a campanha publicitária, como um todo, cumpra o mesmo objetivo comunicativo de cada anúncio, em particular: persuadir, sensibilizar o consumidor tendo em vista a compra dos produtos Hortifruti.

Os anúncios de uma campanha publicitária, independentemente de retomarem cenários discursivos já compartilhados, estabelecem entre si uma relação de caráter intertextual. Campanhas publicitárias compartilham o mesmo caráter argumentativo: os textos que as constituem são produzidos para atingir um mesmo objetivo comunicativo. Com a finalidade de descrever a experiência de construção de sentido desencadeada por anúncios em que, aparentemente, não seja utilizada a retomada de cenários discursivos já compartilhados, selecionamos, como dado a ser investigado, outra campanha publicitária.

---

<sup>29</sup> Para conferir a estratégia esteticodiscursiva utilizada por esta campanha publicitária, acesse as imagens dos anúncios e do filme no DVD anexado ao trabalho.

### 3.1.1.2. A campanha “Meus seis anos”

Neste momento, passemos à análise de peças criadas para uma campanha publicitária que tem por anunciante a Empresa Aeroportuária Gol. Essa campanha, intitulada “Meus seis anos”, foi produzida pela agência AlmapBBDO, no ano de 2007 e, nesse mesmo ano, foi amplamente veiculada na mídia escrita, televisiva, radiofônica e digital brasileira<sup>30</sup>.

No anúncio selecionado, encontra-se, em destaque, o enunciado que funciona como um mote para a campanha publicitária que, neste trabalho de pesquisa, será objeto de análise: *“Gol. Uma revolução tão grande que pouca gente lembra que ela só tem 6 anos de vida”*.



<sup>30</sup> Todos os anúncios e o filme produzidos para essa campanha encontram-se disponíveis no DVD anexado a este trabalho de pesquisa.

Como vimos anteriormente, o processo de produção de um anúncio publicitário implica uma intrínseca e planejada relação entre imagem e texto verbal. No texto em análise, identifica-se, em primeiro plano, a imagem de crianças caracterizadas como “funcionários” da empresa aérea. Essa é uma imagem apresentada ao leitor de maneira intencional e, por esse motivo, exigirá dele atenção, ou seja, o reconhecimento de que um sujeito — intencional como ele — seleciona, organiza e apresenta uma determinada informação (imagem/texto verbal) para a qual deve atentar. Quando, em uma dada situação interacional, o texto em questão é selecionado pelo sujeito leitor como objeto de sua atenção, desencadeia-se o processo de referenciação/significação.

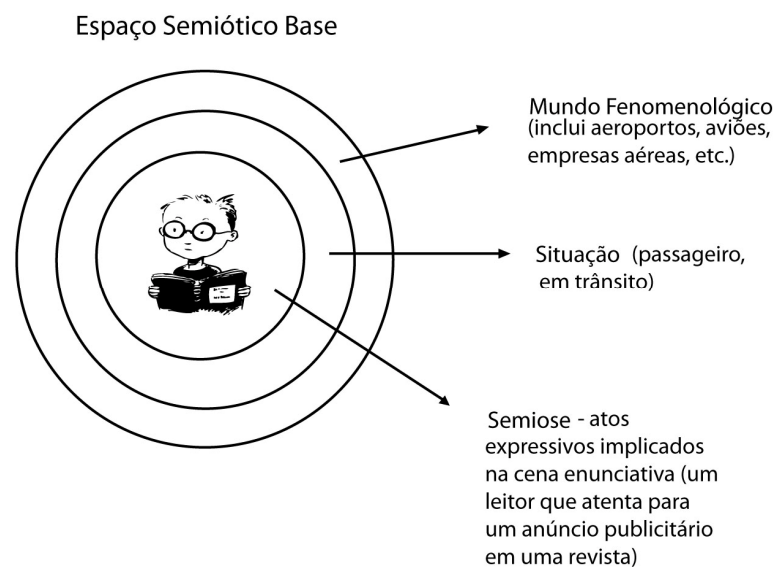
O anúncio da Gol Linhas Aéreas é produzido e veiculado para atingir objetivos comunicativos claros. Dentre esses, podemos destacar a conquista ou a fidelização de clientes para a empresa aérea. Esses clientes potenciais podem interagir com o texto em questão em situações cotidianas as mais diversas: enquanto folheiam um jornal ou revista em sua própria casa, em um café, no transporte, no trabalho.

Consideremos que o leitor seja um passageiro que lê uma revista enquanto espera seu voo no saguão de um aeroporto brasileiro. O processo de referenciação/significação que o texto desencadeia estará determinado por um contexto situacional específico. Nesse caso, o espaço semiótico básico, a partir do qual a referência/sentido se constrói, institui-se, a partir de:

- i. uma cena concreta em que um leitor interage com sua revista;
- ii. uma situação, também concreta, em que esse leitor exerce o papel de um passageiro em trânsito em um aeroporto e
- iii. um contexto fenomenológico em que, para essa situação semiótica particular, identificam-se elementos constitutivos do *frame* “viagem de avião” (empresas áreas, aeroporto, aviões, passageiros, passagem, destino, chegada).

Não podemos nos esquecer de que, no contexto fenomenológico mais amplo, se instituem todas as possíveis relações estabelecidas pelo homem com o “mundo da vida”.

Na Figura 11, encontram-se representadas as três dimensões do Espaço Semiótico Base anteriormente descritas.



**Figura 11 – Espaço Semiótico Base – Gol. Uma revolução.**

A experiência de construção de referência/sentido vivenciada pelo leitor ao interagir com o anúncio, nessa situação semiótica, pressupõe a instauração de diferentes espaços mentais. Um desses institui-se à medida que o leitor identifica o elemento referencial que, naquela situação interacional, passa a ser o foco de sua atenção.

Linguisticamente, essa focalização está associada ao reconhecimento do tópico discursivo “Gol”. Não podemos desconsiderar que esse tópico, no anúncio, está diretamente associado à imagem, em primeiro plano, de duas crianças que exercem o papel de comissários de bordo frente a um dos aviões da Gol. No texto

em análise, o referente é apresentado ao leitor com base na integração de conhecimentos que a imagem e o texto permitem evocar. Esse texto é topicalizado com uma frase nominal constituída, apenas, por um substantivo próprio: “Gol”. Na estrutura discursiva do anúncio, o elemento referencial “Gol” é retomado, em termos anafóricos, pela expressão nominal (“uma revolução”) e pelo pronome pessoal (“ela”). A partir da identificação do referente “Gol”, construído, simultaneamente, em linguagem verbal e não-verbal, todas as informações apresentadas, no enunciado em análise, exercem a função de predicar esse elemento. Essa predicação é construída em uma perspectiva metafórica (“a Gol é uma revolução”).

De acordo com a perspectiva cognitiva aqui adotada, o processo de referenciação/significação, desencadeado pela leitura do anúncio, instaura-se em um espaço semiótico básico a partir do qual dois outros diferentes espaços são, simultaneamente, instaurados: os espaços de referência e de apresentação, respectivamente.

Se considerarmos os espaços mentais pequenas cenas, dramaticamente estruturadas, em torno de agentes, ações, objetos, estados, os elementos constitutivos desse anúncio permitem ao leitor construir, simultaneamente, duas diferentes cenas. Em uma cena, figura a Gol (um agente/empresa), uma ação (prestar serviços de aviação), um lugar (no Brasil), um tempo (em, apenas, seis anos). Em outra cena, figura o conceito abstrato “revolução” que, por sua vez, pressupõe um agente (ou agentes), uma ação (mudar profundamente um estado de coisas), um “lugar” (um país, um município, um segmento social), de maneira contínua ou repentina (em pouco ou muito tempo). A produção de referência/sentido instaurada pela interação com o anúncio implica que esses dois diferentes espaços (cenas) se integrem na criação de uma terceira cena (virtual). Para essa cena, circunstancialmente, projetam-se facetas de significado mapeadas entre os espaços de referência e de apresentação.

A construção de um espaço de referência e de um espaço de apresentação não basta, no entanto, para a descrição, em termos conceptuais, do processo de construção de sentido instaurado pela interação com o anúncio. Isso ocorre porque, conceptualmente, ao criarmos um terceiro espaço, de caráter virtual, a Gol (empresa aérea) passa a ser conceptualizada em termos de uma revolução. Nesse espaço, um agente (a Gol) realiza uma ação (uma “revolução”) em um determinado lugar (no mercado de aviação civil brasileiro) e em um determinado tempo (em apenas seis anos).

Como esse processo de integração conceptual ocorreria? Como diferentes elementos identificados nos espaços de entrada (de referência e de apresentação) são mapeados e projetados para um espaço mescla, virtual? Para que todo e qualquer processo de integração conceptual se efetive, informações relevantes para o âmbito da interação são, intencionalmente, selecionadas e compartilhadas pelos sujeitos da cena interacional em questão.

No caso da situação semiótica em questão, o enunciado, que passa a ser objeto de atenção do passageiro, atualiza o gênero “anúncio publicitário”. Como veremos logo a seguir, informações compartilhadas socialmente sobre o funcionamento desse gênero textual são relevantes para a criação dos “efeitos de sentido” pretendidos por aquele que produz ou propõe o texto e para aquele que lê o texto.

O contexto interacional em que esse anúncio passa a ser objeto de atenção do leitor nos permite identificar dados que exercem diferentes tipos de relevância. Um dado de relevância situacional se institui, concretamente, à medida que o leitor focaliza a sua atenção em um “anúncio publicitário” e não em um texto de outra natureza. A interação com esse gênero textual pressupõe a evocação de um conjunto de conhecimentos esquemáticos, culturalmente compartilhados e relativamente estáveis, sobre um texto que é produzido e veiculado para cumprir objetivos comunicativos específicos: vender uma ideia, uma marca, um produto. A



interação com o anúncio publicitário é, no contexto situacional descrito, um dado relevante para a instauração dos Espaços de Referência e de Apresentação.

Além desse dado, a situação descrita coloca em cena outro que exerce relevância argumentativa no processo de construção de sentido. Ao interagir com aquele texto publicitário, naquela situação semiótica, o leitor do texto evoca conhecimentos esquemáticos relativos ao próprio conceito de revolução: ação que leva à mudança irreversível de um estado de coisas, de uma ordem instituída. Esse conceito pressupõe que um agente ou um grupo de agentes promova ações que possam gerar mudanças profundas em determinado ambiente. Diante do texto publicitário, esses conhecimentos esquemáticos permitem ao leitor reconhecer que um agente (uma empresa), em um dado cenário (no mercado de aviação civil brasileira), em um dado tempo (apenas seis anos), pode gerar mudanças irreversíveis (criar novos produtos, novos serviços, oferecer benefícios para os passageiros).

Tendo diante de si o anúncio, focalizando sua atenção na forma como fora estruturado e evocando conhecimentos esquemáticos relativos à maneira como uma revolução é realizada, o leitor passa a conceptualizar a “Gol” como uma “revolução”. Com base na evocação de conhecimentos esquemáticos relativos a “agentes que realizam mudanças profundas em uma dada realidade”, o espaço mescla passa a ser “calibrado”. Considerando esse dado de relevância argumentativa, da configuração do espaço mescla, é possível emergir como efeito de sentido “a Gol é uma empresa que realiza mudanças profundas no mercado de aviação civil brasileiro”.

Desse efeito de sentido, decorrerá a evocação de outro tipo de conhecimento esquemático, também relevante para a experiência de construção de sentido que o texto desencadeia. Esse conhecimento é evocado à medida que o leitor reconhece que anúncios publicitários têm por objetivo persuadir clientes e que aquele anúncio publicitário, em particular, tem por objetivo persuadi-lo (o

leitor) para um determinado fim (o uso dos serviços oferecidos pela companhia área). Ao evocar um dado de relevância de caráter ilocucionário, o leitor passa a criar inferências que reorganizam — ou re-equilibram — o espaço semiótico básico. Dentre as possíveis inferências decorrentes da interação com o anúncio, podemos prever a opção (ou não) pela compra de serviços e produtos da Gol.

A Figura 12, a seguir, tem por objetivo representar, na forma do diagrama proposto pela escola de Aarhus, o processo anteriormente descrito.

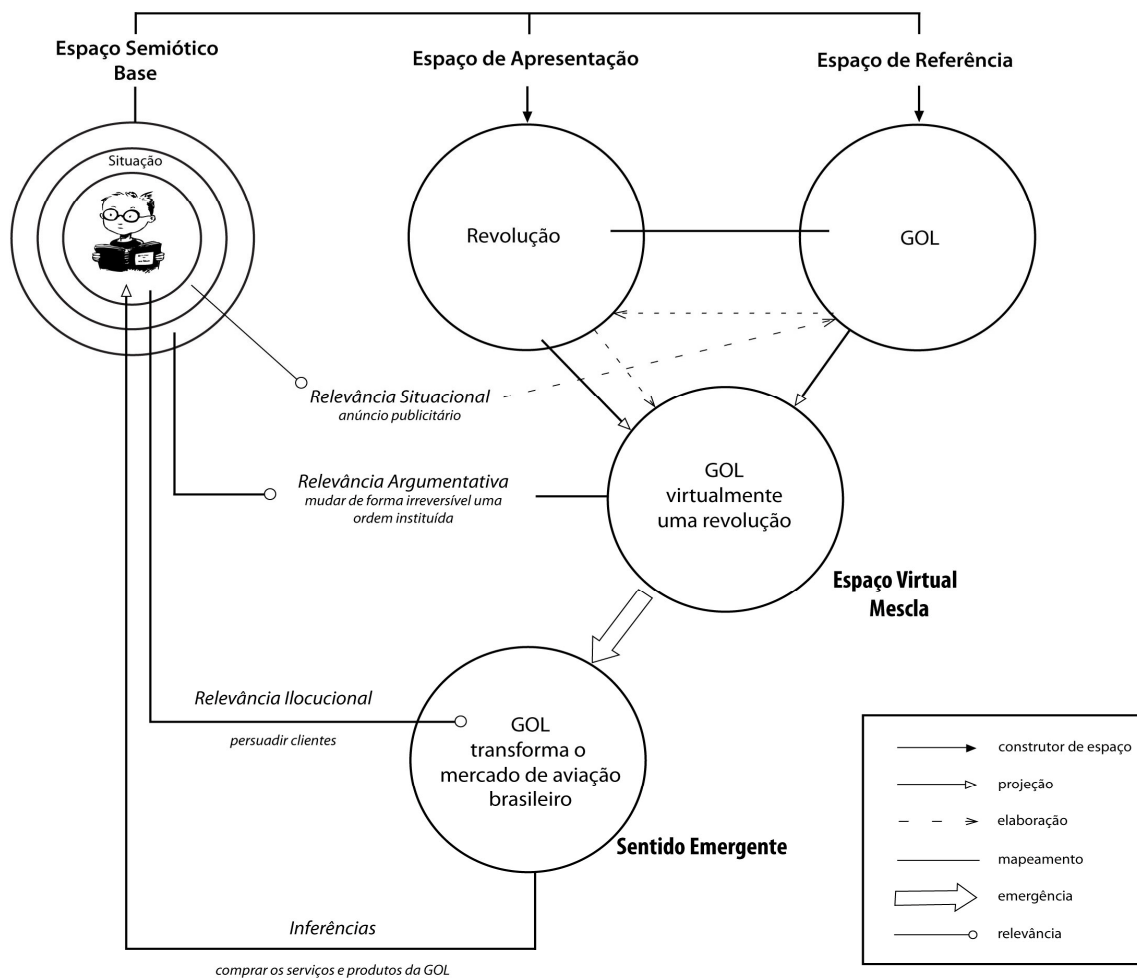


Figura 12 – Rede de Integração Conceptual - Gol. Uma revolução.

O processo de referenciação/significação anteriormente descrito fica ainda mais complexo se, considerando a leitura do enunciado em análise, buscamos explicitar, de forma mais detalhada, o fato de que o elemento referencial (Gol) também é predicado com base em uma noção de tempo ([a empresa] *que tem apenas seis anos*). Essa forma de predicação associada às imagens, em primeiro plano, de um comandante/menino e de uma aeromoça/menina que se apresentam vestidos com o uniforme da empresa potencializa um processo de predicação metafórica integrado àquele descrito anteriormente, mas diferente dele. Nesse cenário, além de uma revolução, “a Gol é virtualmente uma criança”. Do processo de integração conceptual implicado nessa predicação metafórica, pode decorrer um efeito de sentido do tipo: “a Gol é uma empresa com pouco tempo de existência”. A partir desse efeito de sentido, podemos inferir que uma empresa de apenas seis anos (a Gol), da mesma forma que as crianças, em primeiro plano no anúncio, têm, potencialmente, um longo futuro pela frente.

Em termos conceptuais, a produção de sentido desencadeada por esse anúncio particular nos permite realizar análises muito mais detalhadas. Esse não é, no entanto, o objetivo desta pesquisa. O texto em análise foi escolhido pelo fato de estabelecer, com as demais peças publicitárias da campanha “Meus seis anos”, uma relação de caráter intertextual. Essa relação pode ser flagrada se compreendermos a intertextualidade como um fenômeno que se institui à medida que um cenário discursivo “conhecido”, compartilhado culturalmente, passa a ser “recordado”, “reconstruído”, “recontextualizado”, em um cenário discursivo novo, atual.

Para fins de descrever como a campanha publicitária “Meus seis anos” permite explicitar aspectos cognitivos implicados no fenômeno da intertextualidade, passemos à análise de outra peça da mesma campanha: a videopropaganda.

O processo de encenação discursiva estabelecido pelo filme da campanha “Meus seis anos” permite ao espectador identificar, em um cenário discursivo atual, elementos constitutivos de um cenário discursivo com o qual, possivelmente, já interagiu.

Leia, a seguir, a transcrição do texto verbal apresentado na videopropaganda<sup>31</sup>.

### Videopropaganda “Meus sei anos”

T1	— <i>Atenção, passageiros do voo 734!</i>
T2	— Nós temos o maior orgulho de trabalhar na Gol.
T3	— A empresa que democratizou o avião no Brasil.
T4	— A gente fez mais de sete milhões de pessoas voarem pela primeira vez.
T5	— <i>Boa viagem!</i>
T6	— Aliás, muita coisa a gente fez primeiro.
T7	— Criamos a venda de passagens e o <i>check in</i> pela internet e celular.
T8	— Descomplicando tudo.
T9	— Só voamos em aviões novinhos.
T10	— Desenvolvemos junto com a <i>Boeing</i> um avião para as pistas brasileiras.
T11	— E o nosso centro de manutenção, então?
T12	— É o mais avançado do continente.
T13	— Preserva os aviões.
T14	— E a natureza.
T15	— Somos quase doze mil pessoas que dividem o mesmo sonho, romper com ideias antigas e fazer mais gente voar.
T16	— Temos apenas seis anos.
T17	— Mas já revolucionamos a aviação do Brasil.
T18	— Gol, aqui todo mundo pode voar!

<sup>31</sup> Neste momento, faz-se importante assistir à videopropaganda, que se encontra disponível no DVD anexado ao trabalho. Como não será feita aqui uma análise de aspectos prosódicos do texto oral, a transcrição fora realizada de acordo com as regras do padrão escrito da língua portuguesa, destacando-se, para efeito dessa análise, apenas o número de turnos que o texto em questão apresenta. Por turnos, compreendemos, neste momento, os enunciados que se encadeiam e se alternam, sucessivamente, no decorrer do fluxo discursivo.

Como sabemos, um texto fílmico é construído com base em informações de diferentes tipos. Apesar de ser um produto cultural que, comumente, parte de um roteiro produzido em linguagem verbal, a produção de um filme (propaganda, curta metragem, longa metragem, *clip* musical) se realiza pela utilização de diferentes linguagens.

A propaganda “Meus seis anos” coloca, em cena, crianças que, com um figurino próprio, representam o papel de aeromoças, pilotos, atendentes de *check-in*, engenheiros, mecânicos, projetistas etc, em diferentes ambientes de um aeroporto. O conjunto de imagens revela, mais precisamente, crianças que, em grupo, manifestam alegria e disposição ao executar rotinas profissionais cumpridas, diariamente, por funcionários da Gol Linhas Aéreas.

A interação com o texto fílmico “Meus seis anos” desencadeia, no espectador, uma experiência de construção de referência/sentido que pressupõe a criação de dinâmicas e intrincadas redes de integração conceptual.

Imaginemos, agora, uma situação semiótica em que um espectador, em casa, assiste à propaganda da Gol em meio à programação diária da TV. O texto fílmico que, na TV, passa a ser objeto de atenção do espectador, caracteriza-se pela presença, em primeiro plano, de crianças que atuam em diferentes situações da rotina do trabalho da Gol Linhas Aéreas.

Pela interação com a vídeopropaganda, é possível observar que o texto verbal por ela apresentado se organiza com base na alternância de vozes, uma característica própria do discurso dramático, produzido para fins de ser representado.

Introduzido por uma voz (T1) que, em 1ª pessoa, anuncia a passageiros o número de um voo (*Atenção, passageiros do voo 734*), o texto começa por orientar a atenção do espectador/ouvinte para a identificação do lugar em que é encenado: um aeroporto.

A partir de uma segunda voz (T2), também marcada pelo uso da 1ª pessoa, encena-se um discurso em que “trabalhadores” da Gol se alternam para, na forma de um depoimento aparentemente espontâneo, falar sobre um sentimento (orgulho) em relação às conquistas que a companhia aérea conseguiu realizar em, apenas, seis anos de existência. O segundo turno (T2) tem, portanto, a função discursiva de introduzir para o espectador/ouvinte o elemento que referenciará todos os demais turnos.

Em termos enunciativos, uma marcação dêitica de lugar, indiciada em T1 (*Atenção, passageiros do voo 734*), e uma marcação dêitica de pessoa, indiciada a partir de T2, pelo emprego do pronome “nós” (“Nós temos o maior orgulho”) orientarão a atenção do ouvinte/espectador para identificar aquilo que, em um primeiro momento, será apresentado como tema (aquilo sobre o que o texto parece tratar) “o orgulho de trabalhar na [empresa aeroportuária] Gol”. O texto permite observar, no entanto, que esse turno (“Nós temos o maior orgulho de trabalhar na Gol”) tem a função discursiva de introduzir aquilo que sustentará, de fato, a atenção do leitor no decorrer de todo o processo de encenação discursiva. Todos os turnos a partir de T2 (T3-T18) exercem a função predicativa de enumerar as conquistas que a Gol Linhas Aéreas conseguiu realizar até aquele momento, ou ainda, as conquistas que o trabalho realizado pelos funcionários da (na) Gol permitiu realizar, nos seis primeiros anos de atuação da empresa no mercado brasileiro de aviação.

Ao topicalizar o pronome de primeira pessoa do plural (nós), colocando em cena um enunciador que deseja compartilhar, em termos atencionais, com um enunciatário (ouvinte/espectador), um tema — o orgulho de trabalhar na Gol — o texto permite revelar aquele que, de fato, é o objeto referencial em foco: a própria Gol. O jogo de encenação discursiva criado pela propaganda faz com que a identidade da empresa (Gol) seja construída pela voz daquelas personagens em cena (os “funcionários” da Gol).

Não podemos nos esquecer, no entanto, de que as personagens desse filme são crianças. A estratégia de que funcionários da Gol sejam representados por crianças de seis anos não é aleatória. O que há em jogo, no uso dessa estratégia, é a instauração de um claro processo de predicação metafórica (a Gol, representada por seus funcionários, é uma criança).

Analisado em outra perspectiva, esse processo de encenação discursiva também pode ser caracterizado como metonímico (a Gol é seus funcionários). A relação funcionários/empresa é uma relação mereológica, ou seja, implica uma relação parte/todo. Pelo jogo enunciativo que a propaganda coloca em cena, os funcionários da empresa (um dos elementos constitutivos do conceito abstrato que compartilhamos para “empresa”) representam a própria empresa (todos os profissionais e ações que a constituem). Ao interagir com a propaganda, o espectador está exposto, portanto, a um jogo de encenação discursiva, simultaneamente, metafórico e metonímico. Esse jogo é criado para desencadear determinados efeitos de sentido.

Ao topicalizar um mesmo sujeito, na primeira pessoa do plural (nós) e apresentar, progressivamente, um conjunto de ações realizadas por esse sujeito, o texto orienta a atenção do seu leitor/ouvinte/espectador para o conjunto de ações realizadas pela própria empresa. Nesse processo de encenação, cabe às “crianças-funcionários” o papel de agentes de todas as ações, realizações e conquistas da empresa (a Gol).

**A gente fez** mais de sete milhões de pessoas voarem pela primeira vez/  
Aliás, muita coisa **a gente fez primeiro** / **Criamos** a venda de passagens e o *check in* pela internet e celular (...) / Só **voamos** em aviões novinhos / **Desenvolvemos** (...) um avião para as pistas brasileiras / E o **nosso centro de manutenção**, então? (...) / **somos** quase doze mil pessoas que dividem o mesmo sonho(...) / (...) já **revolucionamos** a aviação do Brasil (...)

Os mecanismos discursivos implicados na construção da referência/sentido da propaganda e do anúncio anteriormente analisado permitem-nos considerar

que, em termos conceptuais, a partir de uma determinada situação semiótica, simultâneas, intrincadas e dinâmicas redes de integração conceptual se instauram.

Com base na análise discursiva anteriormente apresentada, poderíamos descrever, de forma detalhada, duas redes de integração conceptual que (co)ocorrem na experiência de construção de sentido desencadeada com a vídeopropaganda “Meus seis anos”: uma metafórica e outra metonímica. Neste momento, no entanto, outro tipo rede passará a ser o nosso objeto de análise.

Com maior ou menor nível de consciência sobre os processos implicados na produção de uma campanha publicitária, o sujeito empírico que interage com textos publicitários sabe, por suas vivências culturais, que esse tipo de texto apresenta um jogo de encenação discursiva que pode estabelecer (e quase sempre estabelece) uma estreita relação com outros jogos de encenação discursiva.

Ao adotarmos o ponto de vista daquele sujeito (leitor/espectador) que lê o anúncio publicitário no aeroporto ou que assiste à propaganda em sua TV, em termos conceptuais, podemos descrever uma rede de integração de espaços mentais que subjaz a própria produção do produto cultural a que denominamos “campanha publicitária”.

Os textos que constituem uma campanha publicitária — anúncio, rádiopropaganda, vídeopropaganda — são produzidos e veiculados para fins de “fixar” para o cliente um conjunto de valores e de crenças relativo a um determinado produto, marca, serviço. Essa “fixação” é desencadeada pela veiculação simultânea, na comunidade discursiva, de textos que apresentam um jogo de encenação discursiva muito semelhante. Isso ocorre de forma tão ostensiva que o leitor/espectador corre o risco de julgar que se trata de um mesmo texto, o que, na verdade, não é.

No caso da campanha publicitária “Meus seis anos”, criada pela agência AlmapBBDO, tendo sido construído para predicar um mesmo elemento referencial (a Gol) e com base em “modos de apresentação” muito parecidos (a



predicação metafórica e metonímica, por exemplo), o anúncio, anteriormente analisado, apresenta um processo de estruturação discursiva semelhante, mas distinto daquele utilizado na/pela videopropaganda. Isso pode ser constatado quando reconhecemos as características próprias das mídias em que esses textos são veiculados (papel e vídeo). Esses diferentes “suportes” impõem limites ao processo de estruturação discursiva. Um anúncio não é uma propaganda a ser veiculada em televisão. Uma propaganda não é um anúncio a ser veiculado em papel.

Ao serem veiculados, ao mesmo tempo e em um mesmo contexto social — na mídia televisiva, radiofônica e impressa do Brasil — os textos que constituem a campanha em análise desencadeiam a construção de um tipo de rede de integração conceptual particular: uma rede de integração intertextual.

Para fins de construção de um mesmo elemento referencial (a Gol), elementos dêiticos indiciadores de pessoa (nós), de lugar (na Gol), de tempo (seis anos), são colocados em cena tanto no anúncio quanto na propaganda. Ainda em termos discursivos, um mesmo jogo de encenação metafórica e metonímica é reconhecido no processo de interação que o leitor/espectador estabelece tanto com o anúncio quanto com a propaganda.

Redes de integração conceptual que permitem construir espaços virtuais (cenários virtuais) em que uma empresa seja uma revolução; em que crianças sejam funcionárias de uma empresa; em que funcionários de uma empresa sejam a própria empresa, podem ser instituídas a partir de diferentes textos que passem a ser objeto de atenção em diferentes situações semióticas.

Em termos conceptuais, o sujeito que interage, em um dado contexto social, com as diferentes peças da campanha publicitária da Gol, evoca conhecimentos esquemáticos que dizem respeito à fenomenologia do intertexto: um *cenário enunciativo atual (a propaganda) reflete uma estreita relação com um cenário enunciativo já conhecido (o anúncio)*. Esses conhecimentos constituem um dado que se faz

relevante no processo de interação que o sujeito estabelece com as diferentes peças da mesma campanha publicitária. Esse dado permite calibrar a construção de uma mescla conceptual em que "a propaganda é virtualmente o anúncio". Essa mescla "intertextual" se institui pela projeção de elementos que se mapeiam como contraparte entre a propaganda e o anúncio. Não podemos nos esquecer de que, como vimos anteriormente, propaganda e anúncio interagem intencionalmente entre si.

Na perspectiva cognitiva aqui adotada, podemos afirmar que esses dois textos (anúncio e propaganda) integram-se, mapeiam-se, através de elementos que constituem um processo de encenação, simultaneamente, metafórico e metonímico: a Gol é uma criança, a Gol é seus funcionários. Outros processos de integração conceptual estão implicados na construção de sentido/referência que decorre da interação com cada texto em particular, mas esses não serão objeto de análise neste momento.

A rede de integração intertextual implicada na experiência de construção de sentido que decorre da interação com a campanha publicitária "Meus seis anos" coloca em cena outra informação que adquire relevância ilocucionária na experiência de construção de sentido.

Campanhas publicitárias em geral e, em particular, a campanha publicitária da Gol aqui descrita, são produzidas para "persuadir" clientes potenciais. Essa informação é um dado de relevância que levará ao (re)equilíbrio do espaço semiótico base para o qual são projetadas e, portanto, emergem inferências relativas ao processo de compra (ou não) dos serviços e produtos da Gol.

A Figura 13 permite revelar, de maneira diagramática, a experiência de construção de sentido que a campanha publicitária "Meus seis anos" permite construir.

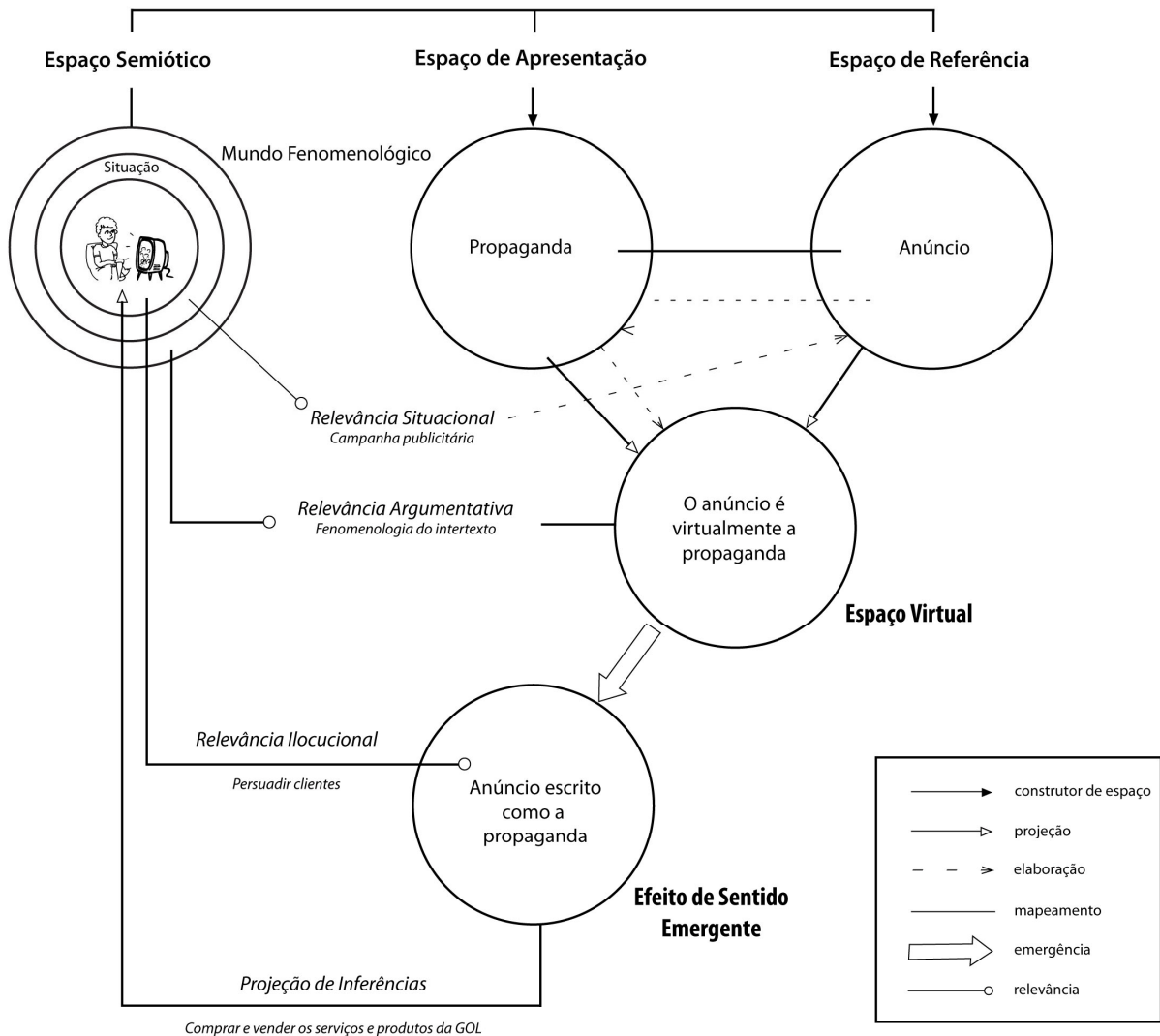


Figura 13 – Rede de Integração Intertextual – “Meus seis anos”

A análise das campanhas publicitárias “Hollywood” e “Meus seis anos” nos permite constatar, neste momento, que a experiência de construção de sentido desencadeada pela interação com um produto cultural dessa natureza pode significar a manifestação do fenômeno da intertextualidade em duas perspectivas:

1. o cenário discursivo em foco, que passa a ser objeto de atenção do leitor, pode revelar uma estreita relação com um cenário discursivo já conhecido/experenciado por ele em outra situação semiótica;

2. o cenário discursivo em foco, que constitui cada peça da campanha (anúncio, videopropaganda), pode apresentar indícios de que essas estabelecerão, entre si, uma estreita relação.

O produto cultural “campanha publicitária” é construído com objetivos comunicativos precisos: persuadir a comunidade discursiva quanto ao valor “comercial” de um produto, marca, instituição, ideia. Para alcançar esse objetivo, as peças (os textos) que constituem a campanha reiteram, de diferentes maneiras, o valor desse produto para a comunidade. Uma das estratégias utilizadas para isso é desencadear, de maneira intencional, criativa, inventiva, uma estreita relação entre textos.

Pela análise conceptual de textos representativos das duas campanhas publicitárias, buscamos demonstrar como a evocação de conhecimentos esquemáticos relativos à fenomenologia do intertexto é um dado relevante para a experiência concreta de construção de sentido.

Passemos à análise de dados representativos de outros gêneros textuais.

### **3.1.2. As narrativas ficcionais**

Compreender os mecanismos constitutivos de um texto que transporta os seres humanos para um mundo caracterizado como ficcional é um desafio que mobiliza pesquisadores de diversas áreas. A narrativa ficcional constitui, há décadas, um importante objeto de análise para estudos realizados no campo da Crítica Literária, da Narratologia, da Análise Estilística, da Psicologia e da Linguística.

Em estudos que propõem uma abordagem cognitiva da linguagem humana, o interesse pelas narrativas ficcionais vem se tornando cada vez maior.

Na perspectiva cognitiva, da mesma forma como ocorre com outros tipos de textos, a narrativa ficcional passa a ser investigada como uma “janela” através da qual se poderia ter acesso a operações cognitivas que os seres humanos realizam ao produzir linguagem, ao construir sentido. Nesse contexto, cresce o número de estudos que, para fins de descrever a experiência da construção de sentido, propõem uma abordagem da narrativa ficcional em termos da manifestação do processo de integração conceptual, do processo de criação de redes de espaços mentais.

A escolha pelo trabalho com narrativas ficcionais, na perspectiva cognitiva, se justifica à medida que pesquisas realizadas no campo da Antropologia Linguística e das Ciências Cognitivas revelam que imaginação narrativa, capacidade que os seres humanos desenvolveram de criar, integrar e compartilhar “histórias,” traz um salto incomensurável para a evolução de espécie.

As capacidades narrativas são a força básica que está por trás do uso da linguagem, particularmente, na fala: a capacidade de descrever e de definir objetos está no centro da aquisição da linguagem. As capacidades narrativas dos grupos levam a uma versão colectiva da realidade; a narrativa é quase sempre pública. (DONALD, 1999, p. 312)

Criar histórias é, portanto, uma capacidade natural da mente humana. Nossa experiência, nosso conhecimento e o nosso pensamento são organizados por histórias para fins de construir sentido, e não por “coisas” ou “objetos”.

O significado não é um depósito em um container conceptual. O significado é vivo e ativo, dinâmico e distribuído, construído para propósitos locais do conhecer e do agir. Significados não são objetos mentais delimitados em lugares conceptuais, mas operações complexas de projetar, amarrar, ligar, mesclar e integrar sobre múltiplos espaços. O significado é parabólico e literário. (TURNER, 2006, p. 57, tradução da autora)

As histórias com as quais e pelas quais interagimos cotidianamente, ao serem esquematizadas na forma do que denominamos memória, podem ser

integradas, projetadas entre si e, dessa forma, fazem emergir recursivamente novas histórias. A projeção de uma história em outra leva o ser humano à criação de parábolas. A mente humana é, essencialmente, parabólica.

Com a história, a projeção e seu poder de combinação em parábola, nós temos uma base cognitiva a partir da qual a linguagem pode ter sido originada. A história precede a gramática. A projeção precede a gramática. A linguagem surge dessas capacidades mentais como uma consequência, ela é seu produto complexo. A linguagem é a criança da mente literária.

A parábola é a raiz da mente humana — do pensar, do saber, do agir, do criar e, provavelmente, até do falar. (TURNER, 2006, p. 168)

A narrativa ficcional é um mundo construído, linguisticamente, pelo jogo enunciativo, pelo jogo do dizer. Esse jogo pressupõe a adoção de diferentes pontos de vista, de diferentes perspectivas, sobre um mesmo objeto. A narrativa ficcional é um palco em que, sob diferentes pontos de vista, vão sendo realizados todos os eventos, ações, conflitos e acontecimentos. Na perspectiva benvenistiana, o jogo enunciativo (ficcional ou não ficcional) só pode ser criado à medida que, dialogicamente, um locutor se institui enunciador a um enunciatário, em um tempo espaço que serão sempre o aqui-e-agora do discurso.

Para que uma narrativa ficcional se institua discursivamente, um sujeito empírico cria, intencionalmente, uma instância de enunciação a partir da qual todas as demais instâncias serão criadas e deverão ser interpretadas. No caso da ficção narrativa, um sujeito-locutor (autor) empírico, intencionalmente, cria uma voz representacional — um enunciador — que, por sua vez, atrai a atenção de um interlocutor representacional — um enunciatário. O enunciatário é “quem” ou é “aquele que” o locutor empírico teve ou poderia ter em mente, enquanto cria(va) a narrativa ficcional. A teatralidade própria da narrativa ficcional se realiza, portanto, a partir de uma instância zero de enunciação.

O locutor empírico que coloca em cena uma narrativa ficcional pressupõe que o jogo teatral proposto por sua trama atrairá a atenção de um sujeito empírico,

um agente intencional, como ele. As cenas que se instituem a partir da instância zero e das demais instâncias de enunciação são, portanto, parte desse jogo intencionalmente criado. A narrativa ficcional sempre conduzirá a um complexo processo de construção de referência/sentido. Cada vez que esse tipo de enunciação é colocado em cena, cada vez que é tomado como estratégia de interação ou objeto de interpretação, revela significados sempre novos e mais profundos.

A análise de textos de natureza literária, na perspectiva cognitiva aqui adotada, permite postular que a capacidade humana de criar e integrar histórias pressupõe a instauração e articulação de diferentes perspectivas (pontos de vista) para a criação de uma mesma história. Como veremos, no decorrer desta análise, discursivamente, essas diferentes perspectivas se constroem à medida que um locutor empírico desencadeia o jogo da enunciação ficcional.

Alguns tipos de narrativa ficcional se constroem com base em conflitos e sequências de eventos bastante prototípicos para o gênero que atualizam. Dentre essas narrativas, destacam-se aquelas que atualizam o gênero “contos de fadas”. Esse tipo de texto não foge à regra do jogo da enunciação ficcional anteriormente descrito.

Os contos de fadas, geralmente, se estruturam a partir de uma instância zero em que se identifica um enunciador “olímpico”, “imparcial”. Esse enunciador reconhecido, no campo dos estudos literários, como “narrador onisciente” marca o início de um jogo enunciativo que, muito comumente, é desencadeado por uma construção linguística típica para o gênero: *Era uma vez*. A partir de uma instância de enunciação zero, que se institui com base nessa construção linguística, todas as ações e conflitos da trama narrativa passam a ser criados. A partir dessa construção linguística, todas as forças antagônicas que se confrontam na forma de personagens humanas e não-humanas, todas as ações fantásticas, mágicas, só realizáveis no mundo ficcional, passam a ser interpretadas pelo leitor.

Distante de estar associado ao entretenimento de adultos, que marca a sua origem, na modernidade, o conto de fadas é um texto que se caracteriza pelo tom moralizante ou pedagógico e está, francamente, associado ao universo infantil. Além disso, esse tipo de narrativa ficcional, via de regra, apresenta personagens que vivenciam conflitos de caráter existencial. Esses conflitos, geralmente, se apresentam em quatro etapas. Para cada etapa, a superação de um conflito que leva o herói ou a heroína em direção à autodescoberta. Segundo Cashdan (2000, p. 48), a jornada de quatro etapas que caracteriza os contos de fadas pode ser, assim, descrita:

1. TRAVESSIA: ação que leva o herói ou heroína a uma terra diferente, marcada por acontecimentos mágicos e criaturas estranhas.
2. ENCONTRO: evento que ocorre diante de uma presença ameaçadora, diabólica — uma madrasta malévola, um ogro assassino, um mago ou outra figura com características de feiticeiro.
3. CONQUISTA: momento em que o herói ou a heroína mergulha numa luta de vida ou morte com uma personagem antagonista, o que leva inevitavelmente à morte dessa última.
4. CELEBRAÇÃO: momento em que se comemora a vitória sobre o antagonista e em que é enaltecida a continuidade harmônica da vida (*“viveram felizes para sempre”*).

Na modernidade, muitas são as formas de retomada dos contos de fadas. Nessas “releituras” — literária, musical, pictórica — algumas das marcas constitutivas, caracterizadoras, do gênero são preservadas, outras, subvertidas. Como veremos, esse movimento realizado em torno do gênero e de uma história em particular não ocorre aleatoriamente.

Neste trabalho de pesquisa, selecionamos para análise um texto que promove uma explícita “releitura” ou “retomada” de um clássico conto de fadas: Chapeuzinho Vermelho. O texto em estudo, “Chapeuzinho Amarelo”, é uma



narrativa ficcional criada por Chico Buarque de Holanda. Sua publicação rendeu ao autor dois dos mais importantes prêmios da literatura infantil no Brasil<sup>32</sup>. Apesar da riqueza de suas ilustrações — o que deve ser considerado no processo construção de sentido, no concreto processo de interação do leitor com a obra literária — em função dos objetivos a serem atingidos neste trabalho, deter-nos-emos na análise do texto “Chapeuzinho Amarelo” que apresentamos a seguir.

## **Chapeuzinho Amarelo**

Chico Buarque

*Era a Chapeuzinho Amarelo. Amarelada de medo. Já não ria. Não subia escada nem descia. Não estava resfriada, mas tossia. Ouvia conto de fada e estremecia. Não brincava mais de nada, nem de amarelinha.*

*Tinha medo de trovão. Minhoca, para ela, era cobra. E nunca apanhava sol porque tinha medo da sombra. Não ia pra fora pra não se sujar. Não tomava sopa pra não se ensopar. Não tomava banho pra não descolar. Não falava nada pra não engasgar. Não ficava em pé com medo de cair. Então vivia parada, deitada, mas sem dormir, com medo de pesadelo.*

*Era a Chapeuzinho Amarelo.*

*E de todos os medos que tinha, o medo mais que medonho, era o medo do tal do LOBO. Um LOBO que nunca se via, que morava lá para longe, do outro lado da montanha, num buraco da Alemanha, cheio de teia de aranha, numa terra tão estranha que vai ver que o tal do LOBO nem existia.*

*Mesmo assim a Chapeuzinho tinha cada vez mais medo do medo do medo do medo de um dia encontrar um LOBO. Um LOBO que não existia.*

*Chapeuzinho Amarelo, de tanto pensar no LOBO, de tanto sonhar com o LOBO, de tanto esperar o LOBO, um dia topou com ele que assim: carão de LOBO, olhão de LOBO, jeitão de LOBO e principalmente um bocão tão grande que era capaz de comer duas avós, um caçador, rei, princesa, sete panelas de arroz e um chapéu de sobremesa.*

*Mas o engraçado é que, assim que encontrou o LOBO, a Chapeuzinho Amarelo foi perdendo aquele medo, o medo do medo do medo de um dia encontrar um LOBO. Foi passando aquele medo de medo*

---

<sup>32</sup> A obra recebeu o selo “Altamente Recomendável para Crianças” da Fundação Nacional do Livro Infantil, em 1979 e o Prêmio Jabuti de Ilustração, da Câmara Brasileira do Livro, em 1998.

*que tinha do LOBO. Foi ficando só um pouco do medo daquele lobo. Depois acabou o medo e ela ficou só com o lobo.*

*O lobo ficou chateado de ver aquela menina olhando para cara dele, só que sem o medo dele. Ficou mesmo envergonhado, triste murcho e branco-azedo, porque um lobo tirado o medo, é um arremedo de lobo. É feito um lobo sem pêlo. Lobo pelado.*

*O lobo ficou chateado. Ele gritou: sou um LOBO! Mas a Chapeuzinho, nada. E ele gritou: sou um LOBO! Chapeuzinho deu risada. E ele berrou: EU SOU UM LOBO!!! Chapeuzinho. Já meio enjoada, com vontade de brincar de outra coisa. Ele gritou bem forte aquele seu nome de LOBO umas vinte e cinco vezes, que era pro medo ir voltando e a menininha saber com quem estava falando:*

*LO-BO-LO-BO-LO-BO-LO-BO-LO-*

*Aí, Chapeuzinho encheu e disse: "Pára assim! Agora! Já! Do jeito que você tá!" E o lobo parado assim do jeito que o lobo estava já não era mais um LO-BO. Era um BO-LO. Um bolo de lobo fofo, tremendo que nem pudim, com medo da Chapeuzim. Com medo de ser comido com vela e tudo, inteirim.*

*Chapeuzinho não comeu aquele bolo de lobo, porque sempre preferiu de chocolate. Aliás, ela agora come de tudo, menos sola de sapato. Não tem mais medo de chuva, nem foge de carrapato. Cai, levanta, se machuca, vai à praia, entra no mato, trepa em árvore, rouba fruta, depois joga amarelinha com o primo da vizinha, com a filha do jornalista, com a sobrinha da madrinha e o neto do sapateiro.*

*Mesmo quando está sozinha, inventa uma brincadeira. E transforma em companheiro cada medo que ela tinha: o raio virou orrái, barata é tabará, a bruxa virou xabru e o diabo é bodiá.*

*Fim*

*Ah, outros companheiros da Chapeuzinho Amarelo: o Gãodra, o Jacoru, o Barão-Tu, o Pão-Bichopa e todos os trosmons.*

Como ocorre em toda narrativa ficcional, o processo de construção de sentido que decorre do texto em estudo, pode ser descrito em diferentes dimensões. Dentre essas, focalizaremos aquelas implicadas na produção da narrativa, por parte do sujeito empírico Chico Buarque, e em sua recepção, por parte de um leitor potencial.

A produção do texto "Chapeuzinho Amarelo" pressupõe que um sujeito empírico (Chico Buarque) assuma o papel de um "escritor", do criador do texto

literário. Chico Buarque, no caso do texto em análise, pretendeu representar — na teatralidade própria da narrativa ficcional — conflitos existenciais vivenciados pelas crianças. Esse objetivo pode ser flagrado de duas maneiras: por informações identificadas na epígrafe da obra e pela configuração discursiva do texto propriamente dito.

A historinha foi feita para Luísa. O livro é dela, da Silvia, da Helena, da Janaína, da Alaíde, da Luíza, do Antônio e dos outros.

A criação de uma narrativa ficcional é a maneira encontrada por Chico Buarque (sujeito empírico), para representar literariamente conflitos gerados pelos temores que as crianças vivem na infância. Para esse fim, Chico Buarque opta pela construção de um conto de fadas: a história de uma menina (a Chapeuzinho) que enfrenta medos de vários tipos (medo de realizar ações como rir, aparecer em festa, subir e descer escadas, ouvir conto de fada, brincar etc; medo de fenômenos da natureza como o trovão; medo de animais como a cobra, a minhoca; medo até de si mesma, uma vez que *“vivia parada, deitada, mas sem dormir, com medo de pesadelo”*). Com base em uma sequência de ações realizadas pela protagonista, Chico Buarque apresenta ao leitor a história de uma menina que, como outras crianças, encontra formas de enfrentar e superar seus próprios temores.

A “historinha” Chapeuzinho Amarelo pode ser compreendida como a forma que o locutor Chico Buarque (sujeito empírico) encontrou de criar para crianças leitoras potenciais de seu texto (Luísa, Silvia, Helena, Janaína, Luíza, Antônio e outras) um palco onde pudessem ser representados seus conflitos interiores (seus medos).

Do ponto de vista cognitivo, conceptual, a narrativa passa a ser escrita, à medida que um locutor (sujeito empírico) focaliza sua atenção no ato mesmo de criar uma história para crianças. Esse é um dado que, relevante na situação semiótica aqui descrita, permite ao locutor (Chico Buarque) evocar um conjunto

indefinido de conhecimentos esquemáticos relativos ao seu propósito de escrever um texto para crianças. Nesse conjunto de conhecimentos evocados, três tipos estão implicados, de maneira relevante, no ato de produzir um texto ficcional para crianças, aqueles relativos a “o que contar”, “como contar”, e “para que contar” uma história para crianças. Como veremos, no decorrer desta análise, esses conhecimentos esquemáticos são dados que se mostrarão relevantes para as dimensões situacional, argumentativa e ilocucionária da experiência de construção de sentidos que buscamos descrever.

Na perspectiva cognitiva aqui adotada, o ato de produzir um texto ficcional para crianças pressupõe a construção, dinâmica e *online*, de uma rede de espaços mentais. No caso do texto *Chapeuzinho Amarelo*, um sujeito empírico (Chico Buarque), ao focalizar sua atenção no ato de escrever uma narrativa ficcional para crianças, constrói, iconicamente, uma pequena cena dramática em que crianças/leitoras/ouvintes (agentes intencionais) enfrentam (agem sobre) o medo (um sentimento). Essa cena, apesar de poder motivar a produção de um texto, não basta para desencadear a experiência de construção de sentido que o texto *Chapeuzinho Amarelo* efetivamente desencadeia.

A forma como a pequena cena dramática em que agentes agem sobre um sentimento (crianças-enfrentam-medo) é “apresentada” ao leitor é um elemento fundamentalmente implicado no processo de construção de sentido, no processo de construção de uma rede de espaços mentais. Nesse caso, os elementos referenciais anteriormente descritos são, metaforicamente, construídos. Isso acontece através da ação de uma personagem (a menina do *chapeuzinho amarelo*) que, no decorrer da narrativa, enfrenta conflitos que lhe permitirão vivenciar e, por fim, superar diferentes tipos de medo.

Até este momento, para a situação interacional aqui apresentada, temos descrita a instauração de três cenas conceptuais: a partir de um espaço semiótico base, temos instaurados, de forma dinâmica e simultânea, um espaço de referência

e um espaço de apresentação. A descrição desses três espaços, no entanto, não basta para revelar a dinâmica do processo de construção de sentido que a situação em foco desencadeia.

De acordo com o modelo teórico adotado nesta pesquisa, essa dinâmica pressupõe um mapeamento entre elementos constitutivos do Espaço de Referência e do Espaço de Apresentação. Assim, conhecimentos esquemáticos que o sujeito empírico tem sobre crianças (um ser humano que vive a primeira fase da vida), sobre um sentimento infantil (o medo) e sobre agentes que, potencialmente, são causadores desse sentimento infantil (fenômenos da natureza, animais, pessoas desconhecidas) são mapeados com conhecimentos esquemáticos evocados para a construção de uma personagem (a menina do chapeuzinho amarelo), sobre o seu sentimento (o medo) e sobre agentes causadores desse sentimento (animais, fenômenos da natureza, histórias, brincadeiras). Para fins de construir sentido, os elementos mapeados entre essas duas pequenas cenas dramáticas são projetados para um espaço em que o medo da criança (do leitor imaginado, desejado, por Chico) é, virtualmente, o medo da personagem (a chapeuzinho) criada por Chico Buarque.

Como afirmamos anteriormente, o Espaço Semiótico Base, coloca em cena informações que não podem ser desconsideradas no processo de integração conceptual. Como visto no Capítulo 1, toda informação contextual relevante para a situação interacional é central para o processamento da mente que o modelo de Integração Conceptual supõe representar.

Do ponto de vista situacional, ao escrever uma narrativa ficcional dessa natureza, o locutor (Chico Buarque) precisa evocar e selecionar conhecimentos esquemáticos — culturalmente construídos e compartilhados — sobre a relação “escritor-leitor”, mais precisamente, sobre a relação “escritor de literatura para crianças — leitor criança”. Dentre esses conhecimentos cognitivamente esquematizados, podemos destacar: escrever para crianças é escrever para um

leitor exigente; escrever para crianças é escrever sobre um sentimento que a criança vivencia; escrever para crianças é escrever sobre ações que a criança realiza; escrever para crianças é escrever sobre um mundo imaginário. A ativação desses conhecimentos implica reflexão e uma atenção consciente da parte do locutor (escritor) quanto a “o que escrever” para crianças. Na produção de “Chapeuzinho Amarelo”, alguns desses conhecimentos esquemáticos geram consequências para a configuração dos espaços de referência e de apresentação. Como dito anteriormente, a criação desses espaços mentais não ocorre de forma arbitrária. No caso do texto ficcional escrito por Chico Buarque, o *frame* (escritor-leitor de literatura infantil) é, francamente, ativado no Espaço de Referência. Isso justifica a opção (culturalmente compartilhada e subjetivamente assumida) de escrever um texto sobre uma criança e seus medos infantis.

Do ponto de vista argumentativo, a situação semiótica permite ao locutor evocar conhecimentos esquemáticos relativos ao “como escrever” uma história para crianças. Pela evocação desses conhecimentos, o locutor opta por criar, intencionalmente, um cenário enunciativo ficcional em que, de forma lúdica e criativa, é contada a história da menina do chapeuzinho amarelo. A opção pelo trabalho estético e lúdico com a linguagem pode ser identificada, no texto, pelos jogos de palavras, aliteraões, assonâncias, enfim, pelos trocadilhos criados pelo escritor para fins de contar a história de uma menina e seu medo.

O lobo ficou chateado de ver aquela menina olhando para cara dele, só que sem o medo dele. Ficou mesmo envergonhado, triste murcho e branco-azedo, porque um lobo tirado o medo, é um arremedo de lobo. É feito um lobo sem pêlo. Lobo pelado.

Diante de um conjunto de possibilidades relativas ao “como” construir uma história para crianças que trate dos medos infantis, o locutor opta, intencionalmente, por construir um jogo de encenação ficcional que estabeleça uma estreita relação com um jogo de encenação ficcional já existente e

compartilhado pela comunidade discursiva. Para o processo de construção de sentido desencadeado pela criação da história da menina do chapeuzinho amarelo, esses dados, relevantes na constituição do Espaço Semiótico Base, exercem uma função: estabilizar ou calibrar a construção da mescla, espaço mental a partir do qual sentidos novos emergem.

Não podemos nos esquecer de que, nessa rede de integração conceptual, o espaço mescla se institui a partir da projeção de elementos que, constitutivos dos espaços de Referência e de Apresentação, estão mapeados entre si. No caso de Chapeuzinho Amarelo, no pequeno cenário conceptual denominado mescla, o medo da criança (leitor potencial da história) é, virtualmente, o medo concretizado pela personagem Chapeuzinho. Como vimos anteriormente, a opção consciente do locutor (Chico Buarque) pela construção de um cenário enunciativo intertextual em que um narrador conta, de forma lúdica, através de brincadeiras com as palavras, a história de uma personagem que vivencia, enfrenta e supera o seu medo é, nessa rede de integração conceptual, um elemento calibrador, estabilizador, do espaço virtual (mescla).

Nesse espaço virtual, a personagem Chapeuzinho sente seu medo, reconhece-o, dá nome a ele (Lobo), brinca com ele, zomba dele e o supera. Pela forma como fora construída a narrativa, através da linguagem, do uso lúdico da palavra, Chapeuzinho supera seus medos. Nesse espaço virtual, pela linguagem, pelo uso lúdico da palavra, a criança (leitora/ouvinte potencial da narrativa), da mesma forma que a menina do chapeuzinho amarelo, também vivencia, enfrenta e supera seus medos. O efeito de sentido pretendido pela integração desses dois pequenos cenários dramáticos (a criança e seus medos / Chapeuzinho e os seus medos) é estabilizado por um dado de relevância, o uso lúdico, criativo da palavra. Essa é uma informação que, evocada no Espaço Semiótico Base, está implicada — de maneira relevante — na construção dos efeitos de sentido (das inferências) que poderão emergir da mescla. O efeito de sentido emergente da

mescla — crianças vencem o medo pela palavra — institui, na rede, um dado de relevância ilocucionária. A força enunciativa do jogo interacional em cena, ou seja, a força discursivocognitiva da metáfora “crianças são Chapeuzinho Amarelo”, é potencializada por conhecimentos esquemáticos relativos ao valor didático do gênero “conto de fadas”. Ao focalizar atenção na escrita de um conto de fadas, que se constrói com base em um intencional trabalho estético e lúdico com a linguagem, é possível projetar, no espaço semiótico base, inferências que também decorrem do valor didático do gênero. Uma dessas inferências pode ser descrita em termos da possibilidade de as crianças aprenderem que “o medo é um sentimento que pode ser vencido pela palavra”.

Os efeitos de sentido que emergem dessa rede de integração conceptual promovem, enfim, implicações semanticoprágmatias que levarão a uma reconfiguração do Espaço Semiótico Base. Essas implicações dizem respeito à interação que o locutor estabelece com o próprio fazer narrativo naquela situação específica. No caso da *“historinha feita para Luísa (e para os outros)”*, essa rede de integração conceptual pressupõe uma interação que, como veremos mais adiante, permita relacionar eventos, situações, sentimentos vividos por sujeitos empíricos, no mundo físico, e aqueles que estão sendo vividos pelas personagens, no mundo ficcional.

Buscar apreender e descrever uma rede de integração conceptual a partir do ponto de vista de quem produz um texto ficcional é uma iniciativa que, em um primeiro momento, pode ser considerada controversa. O que temos em mãos, na verdade, é o texto (artefato cultural pronto, acabado, publicado). No caso da obra selecionada, no entanto, com base em uma epígrafe em que o sujeito empírico (Chico Buarque) assume um dizer sobre o processo de criação de sua “historinha”, do livro que o leitor tem em mãos, essa dimensão do texto (a da produção do texto ficcional) pode ser parcialmente apreendida.





Chico Buarque fora selecionada para análise pelo fato de ser caracterizada por um jogo de encenação discursiva intertextual.

O conto de fadas de Chico Buarque (texto em foco) é criado com base na evocação de conhecimentos esquemáticos, culturalmente compartilhados, sobre um conto de fadas clássico (texto fonte). O jogo de encenação discursiva criado por Chico Buarque para o conto de fadas “Chapeuzinho Amarelo” se institui com base na evocação de conhecimentos culturais esquematizados sobre o conto de fadas “Chapeuzinho Vermelho”.

Como vimos no início desta seção, na dimensão discursivo/enunciativa, o processo de produção de referência/sentido de uma narrativa ficcional se institui com base na identificação de diferentes instâncias de discurso que se articulam em uma instância inaugural, aqui denominada instância zero do discurso.

Em *Chapeuzinho Amarelo*, a Instância zero se institui por uma voz que tudo sabe e tudo vê. A essa voz, criada pelo locutor empírico, passaremos a denominar “enunciador olímpico”. Em *Chapeuzinho Amarelo*, o enunciador olímpico (Zero) se institui apresentando o elemento referencial que orientará a atenção do leitor no decorrer de toda a trama narrativa (*Era a Chapeuzinho Amarelo*). Nessa Instância zero, através do substantivo próprio “Chapeuzinho Amarelo,” identificamos o agente que protagonizará a sequência de eventos e de conflitos no decorrer da trama.

A maneira como a Instância zero (a cena inaugural) da narrativa se configura permite ao leitor inferir que os eventos e situações que passarão a ser narrados podem ser associados à experiência de leitura/escuta de outra história que já conhece: *Chapeuzinho Vermelho*.

Na instância zero de discurso, o substantivo próprio *Chapeuzinho Amarelo* (*Era a Chapeuzinho Amarelo. Amarelada de medo. Tinha medo de tudo aquela chapeuzinho.*) funciona como construtor de um cenário narrativo que se institui, de forma especular, com um cenário narrativo já conhecido do leitor. Nessa

Instância zero, instituída a partir de um enunciador olímpico, o elemento referencial Chapeuzinho Amarelo (agente) começa a ser predicado, caracterizado (*amarelada de medo. Tinha medo de tudo aquela Chapeuzinho. [...] No início da trama ficcional, aquela Chapeuzinho (aquele agente) é caracterizada como uma menina que tinha medo de tudo que a cercava, além disso, como uma menina paralisada diante de seus medos (Então vivia parada, deitada, mas sem dormir, com medo de pesadelo).*

Pelo processo de predicação, o leitor tem acesso àquele que será considerado o medo maior de todos os medos da personagem. A trama da narrativa em foco se desenvolve, portanto, a partir da relação que uma menina (Chapeuzinho Amarelo) estabelece com o seu maior medo (o Lobo). No decorrer da trama, serão identificados, entre outros importantes elementos, os cenários em que as ações são realizadas (a casa e o pensamento da menina), os agentes ontológicos envolvidos na trama (a própria menina, o lobo, as crianças com que a menina passa a conviver), as ações realizadas por esses agentes (sentir medo, paralisar-se diante do medo, enfrentar o medo, brincar com o medo, superar o medo, brincar entre si, comer etc.).

Ao atualizar o gênero "conto de fadas", a narrativa ficcional criada por Chico Buarque parece se organizar com base nas etapas que Cashdan (2000) assinala como prototípicas para o gênero. Em um primeiro momento (travessia), "aquela Chapeuzinho" se depara, na própria casa, sozinha, com medo de tudo que a rodeia, o que faz com que fique "amarelada de medo", "parada". Nesse momento, a maioria dos verbos que caracterizam as ações da personagem e do seu antagonista (o Lobo) são apresentados no pretérito imperfeito (era a Chapeuzinho; não ria; não aparecia; tossia; ouvia; estremecia; não brincava; não falava etc). Em um segundo momento (encontro), as ações realizadas pelos agentes da trama ficcional (Chapeuzinho e o Lobo) são manifestadas por verbos conjugados no pretérito perfeito (topou, encontrou, acabou, gritou, encheu, preferiu, comeu). Nos

dois últimos momentos da história (conquista/celebração), os verbos passam a ser conjugados no presente do indicativo (enfrenta, submete, come, foge, vai, inventa).

O uso de tempos e aspectos verbais distintos em uma narrativa ficcional não ocorre de maneira aleatória. No caso de *Chapeuzinho Amarelo*, essa estratégia Linguística permite ao leitor atentar para a constituição de um cenário enunciativo em que as personagens (os agentes da trama) e as suas realizações (ações) vão sendo, diferentemente, predicadas.

No pretérito imperfeito, tempo enunciativo diferente do aqui-e- agora do discurso, a menina do chapeuzinho amarelo é caracterizada como uma criança que é vítima ou refém de "forças" que parecem ser superiores a ela (*Tinha medo de trovão. Minhoca pra ela era cobra.*). Nesse tempo verbal, ainda, é predicada (caracterizada) a maior força antagonista da história (*Ele era assim: carão de LOBO, olhão de LOBO, jeitão de LOBO e principalmente um bocão tão grande [...]*).

Com o uso do pretérito perfeito, narra-se o momento em que a personagem protagonista enfrenta o seu antagonista. Nesse momento, a personagem predicada em primeiro plano passa a ser o LOBO (*Ela ficou só com o lobo. O lobo ficou chateado de ver aquela menina [...] sem o medo dele. Ficou mesmo envergonhado [...]*). Esse é o momento em que, no texto, se institui uma segunda instância de enunciação. Nessa instância, o Lobo (enunciador) interage (no presente) com Chapeuzinho (enunciatária) para demonstrar a sua força. (*EU SOU UM LOBO!!!*)

No processo de encenação discursiva desencadeado pelo texto, o uso do tempo presente só se dá no momento em que a menina reconhece a própria força e passa a dominar o seu antagonista. Nesse momento, institui-se uma terceira instância de discurso. Dessa vez, Chapeuzinho Amarelo (enunciador) interage, diretamente, com o Lobo (enunciatário) em busca de superá-lo, dominá-lo. Isso acontece pelo discurso direto (*Pára assim! Agora! Já! Do jeito que está!*).

Em seguida à interação direta de Chapeuzinho com o lobo, o leitor reativa a instância zero do discurso, adota o ponto de vista do enunciador olímpico que

retoma a palavra utilizando o pretérito perfeito (*Chapeuzinho não comeu aquele bolo de lobo, porque sempre preferiu de chocolate*) e passa a utilizar o presente para caracterizar (predicar) Chapeuzinho. Nesse momento do fluxo discursivo, a personagem, predicada no presente, passa a usufruir (celebrar) a superação do medo (*[...] ela agora come de tudo, menos sola de sapato. Não tem mais medo de chuva nem foge de carrapato [...]*).

A alternância de enunciadores-enunciatários que assumem seu "dizer" em diferentes tempos verbais permite ao leitor identificar, além dos diferentes momentos em que as ações se desenrolam, as diferentes formas como a personagem Chapeuzinho Amarelo e seu antagonista vão sendo predicadas no decorrer da trama.

O processo de estruturação discursiva, adotado em Chapeuzinho Amarelo, leva o leitor a (re)conhecer uma personagem que lhe é, imediatamente, caracterizada (*Amarelada de medo*). O enunciador olímpico (narrador) que nos conta a história da Chapeuzinho Amarelo descreve para o leitor, já no início da história, o perfil psicológico da personagem, sua fragilidade, seus medos. O narrador faz isso deixando marcas da sua própria percepção sobre os conflitos enfrentados pela personagem (*Um LOBO que nunca se via, que morava lá pra longe [...] que vai ver que o tal do lobo nem existia [...] Mas o engraçado é que assim que encontrou o LOBO [...] por que um lobo tirado o medo é um arremedo de LOBO [...] Aliás, ela agora come de tudo [...] Ah, outros companheiros da Chapeuzinho Amarelo: o Gãodrão [...]*).

Ao interagir com a história da menina do chapeuzinho amarelo a partir do ponto de vista do narrador, o leitor é conduzido a reconhecer que o LOBO (*o maior de todos os medos da menina*) só está em seu pensamento. O narrador (enunciador olímpico identificado na instância zero do discurso) cria um ponto de vista a partir do qual todas as ações da história serão reveladas. No decorrer da trama, seu ponto de vista conduz à percepção que o leitor passa a ter da protagonista (Chapeuzinho) e do seu sentimento (medo). O narrador interfere, concretamente,

na trama. Com base nessa estratégia discursiva, o leitor é convidado a aproximar-se do narrador e do seu ponto de vista, ganhando um relativo distanciamento da protagonista Chapeuzinho Amarelo e dos medos que ela cria. Se isso ocorre, por empatia com o narrador, é possível que o leitor passe a dar nome aos próprios medos, distanciando-se deles, relativizando-os. Como veremos logo a seguir, esse é um importante elemento a ser considerado na experiência de construção de sentido e, portanto, de integração conceptual que o texto permite vivenciar.

Retomando um paralelo com Cashdan (2000), enquanto as fases de “encontro” e de “conquista” da protagonista desse conto de fadas ocorrem em seus pensamentos, em sua imaginação, e são temporalmente realizadas no passado, as fases de “travessia” e de “celebração” da personagem acontecem em um cenário caracterizado como do mundo físico, do mundo natural e do mundo doméstico em que a menina vive. A primeira, também no passado. A última — a celebração da vitória sobre o medo (Lobo) — no presente.

Em “Chapeuzinho Vermelho”, uma narrativa oral que ultrapassa fronteiras culturais e temporais, a forma como as diferentes instâncias de enunciação são instituídas no texto também permite ao leitor/ouvinte conhecer a protagonista nas diferentes fases de sua jornada. A personagem Chapeuzinho Vermelho, no entanto, não é apresentada ao leitor a partir de seu perfil psicológico e das mudanças sofridas nesse perfil, mas a partir das ações que realiza no decorrer da história (ouvir o pedido da mãe, desobedecer-lhe, seguir por um caminho desconhecido etc.). Diferentemente de Chapeuzinho Amarelo, a protagonista Chapeuzinho Vermelho vai sendo construída à medida que os acontecimentos da história vão se sucedendo.

Muito mais haveria o que ser descrito sobre a dimensão discursiva do texto “Chapeuzinho Amarelo”. Por se tratar de uma narrativa ficcional em que o fenômeno da intertextualidade está, explicitamente, indiciado, as dimensões enunciativas aqui descritas estão concretamente implicadas na relação que esse

texto em foco (alvo da atenção do leitor) estabelece com o texto base no qual fora inspirado.

Ao interagir semioticamente com o texto “Chapeuzinho Amarelo”, o leitor identificará uma estreita e dinâmica relação discursiva com o texto em que se baseia (Chapeuzinho Vermelho). Como pretendemos ter demonstrado, isso ocorre de diferentes maneiras:

- pela identificação dos elementos constitutivos dos dois textos (agentes, cenários, ações etc.);
- pela forma como as narrativas “atualizam” as diferentes fases constitutivas de um conto de fadas;
- pelo tipo de conflito e de correlação de forças que os agentes (protagonista-antagonista) estabelecem entre si nas duas narrativas;
- pelo jogo polifônico que esse conflito coloca em cena (diferentes enunciadore e diferentes perspectivas);
- pela forma como esse jogo polifônico permite ao leitor caracterizar as personagens e as ações que a narrativa encena.

O processo de produção de sentido desencadeado pelo jogo de encenação intertextual de “Chapeuzinho Amarelo” pressupõe, portanto, uma (re)contextualização de “Chapeuzinho Vermelho”. Em termos discursivos, essa (re)contextualização permite criar:

Novo conto de fadas	Novo contexto de produção, circulação e recepção
Novos personagens	<p><i>“Era a Chapeuzinho Amarelo.”</i></p> <p><i>“Um LOBO que não existia.”</i></p>
Nova caracterização	<p><i>“Amarelada de medo. <u>Tinha medo de tudo aquela Chapeuzinho.</u>”</i></p> <p><i>“Um LOBO que nunca se via, que morava lá pra longe [...] vai ver que <u>o tal LOBO nem existia.</u>”</i></p>
Novo cenário Interno	<p><i>“<u>Não brincava mais de nada, nem de amarelinha.</u> [...] E <u>nunca apanhava sol</u> porque tinha medo de sombra.”</i></p> <p><i>“Chapeuzinho Amarelo, de tanto pensar no LOBO, de tanto sonhar com o LOBO, de tanto esperar o LOBO, um dia topou com ele [...]”</i></p>
Nova estruturação discursiva Dimensão estética, lúdica	<p><i>“Não ia pra fora pra não se sujar. Não tomava sopa pra não se ensopar. Não tomava banho pra não descolar. Não falava nada pra não engasgar.”</i></p> <p><i>LO-BO-LO-BO-LO-BO-LO-BO-LO-BO</i></p>
Novos efeitos de sentido Rompimento com o caráter moralizante. Adoção do valor didático	<p><i>“O lobo ficou chateado.” “Mesmo quando está sozinha, inventa uma brincadeira. E transforma em companheiro cada medo que ela tinha.”</i></p> <p><i>“Ah, outros companheiros da Chapeuzinho Amarelo: o Gãodra, o Jacoru, o Barão-Tu, o Pão-Bichopa e todos os trosmons.”</i></p>

Neste momento, em busca de descrever, na perspectiva cognitiva, a experiência de construção de sentido desencadeada pela interação do leitor com o



texto *Chapeuzinho Amarelo*, seu processo de encenação discursiva, consideremos uma situação interacional em que duas crianças leem esta história.

Ao lerem a história da menina do chapeuzinho amarelo, as crianças evocam conhecimentos esquemáticos relativos ao gênero "conto de fadas", texto que passa a ser objeto de sua atenção. As crianças sabem, por experiência cultural, como esse tipo particular de texto se estrutura. No caso do texto da narrativa ficcional "*Chapeuzinho Amarelo*", as crianças percebem, imediatamente, que a história se estrutura em torno de elementos que, em muito, se assemelham aos elementos discursivos identificados em outro texto: *Chapeuzinho Vermelho*.

Ao interagirem com esse antigo conto de fadas, as crianças identificam cenários (a casa de uma menina, uma floresta, a casa de sua avó); agentes ontológicos (uma menina "*Chapeuzinho Vermelho*", sua mãe, sua avó, um lobo, caçadores) e ações (receber ordens, desobedecer, caminhar, distrair-se, encontrar ameaças, superar dificuldades, cumprir o propósito).

A identificação dos mesmos elementos em meio a elementos distintos, em ambos os cenários narrativos, permite àqueles que interagem com o texto *Chapeuzinho Amarelo* mapear, por um processo de analogia, os elementos comuns às duas narrativas e projetar esses elementos comuns em um cenário mescla.

Nesse cenário, a história da menina do chapeuzinho amarelo, em alguma medida, é a história da menina do chapeuzinho vermelho (conhecida do leitor). Em cada espaço, estão comprimidas todas as informações relativas a cada uma das histórias, aquela que é foco da atenção naquele momento ("*Chapeuzinho Amarelo*"), e a outra que essa permite retomar ("*Chapeuzinho Vermelho*"). No espaço virtual (mescla), integram-se informações que são mapeadas entre os dois cenários narrativos. Esse mapeamento, no entanto, nada mais faz do que permitir a identificação dos elementos análogos em um e outro espaço (agentes ontológicos, ações, espaços, caracterização dos agentes). A projeção conceptual

analogica, portanto, ainda não é suficiente para apreendermos, em termos do processo de integração conceptual, o fenômeno da intertextualidade.

O espaço semiótico base desencadeado pela experiência de interação com a história de Chico Buarque permite às crianças evocarem diferentes formas de conhecimento esquemático. Uma dos conhecimentos evocados diz respeito à própria fenomenologia do intertexto: aquele cenário enunciativo, foco de sua atenção, apresenta "vestígios" de um cenário enunciativo já conhecido. Outra forma de conhecimento esquemático implicada na configuração deste espaço semiótico base é relativa à dinâmica de forças instaurada e identificada na trama ficcional. Nesta trama, as personagens Chapeuzinho Amarelo e Chapeuzinho Vermelho são "agentes" que, em seu ambiente cultural, precisam enfrentar e superar um obstáculo, metaforizado pela personagem "Lobo".

Essas são formas de conhecimento esquemático que, implicadas na experiência de construção de sentido, adquirem relevância argumentativa e são evocadas para fins de calibrar uma mescla conceptual em que "a menina do chapeuzinho amarelo é, virtualmente, a menina do chapeuzinho vermelho". Dessa mescla, é possível emergir como efeito de sentido uma cena conceptual em que "a Chapeuzinho (amarelo/vermelho) é uma personagem de contos de fadas que vence o medo". A construção desse efeito de sentido implica a evocação de outra forma de conhecimento esquemático que adquire, nessa rede de integração conceptual, relevância de caráter ilocucional. Na experiência de construção de sentido que decorre da interação com o texto de Chico, as crianças evocam conhecimentos relativos ao valor didático inerente a textos caracterizados como "conto de fadas". No caso da leitura/escuta da história da menina do chapeuzinho amarelo, esse valor didático se realiza à medida que, pela trama ficcional, as crianças aprendem que é possível enfrentar os seus próprios medos.

Os efeitos de sentido que emergem dessa rede de integração conceptual promovem, por fim, inferências que levarão a uma reconfiguração do espaço

semiótico base. Pela interação com a história Chapeuzinho Amarelo, as crianças poderão relacionar eventos, situações, sentimentos vividos por personagens, no mundo ficcional, a eventos, situações e sentimentos que vivenciam, concretamente, no mundo físico. Pela experiência de construção de referência/sentido que a história de Chico Buarque permite vivenciar, as crianças leitoras podem perceber e aprender como o sentimento do medo é um obstáculo que pode ser superado.

A Figura 15, a seguir, tem por objetivo representar, de forma diagramática, a rede de integração conceptual anteriormente descrita.

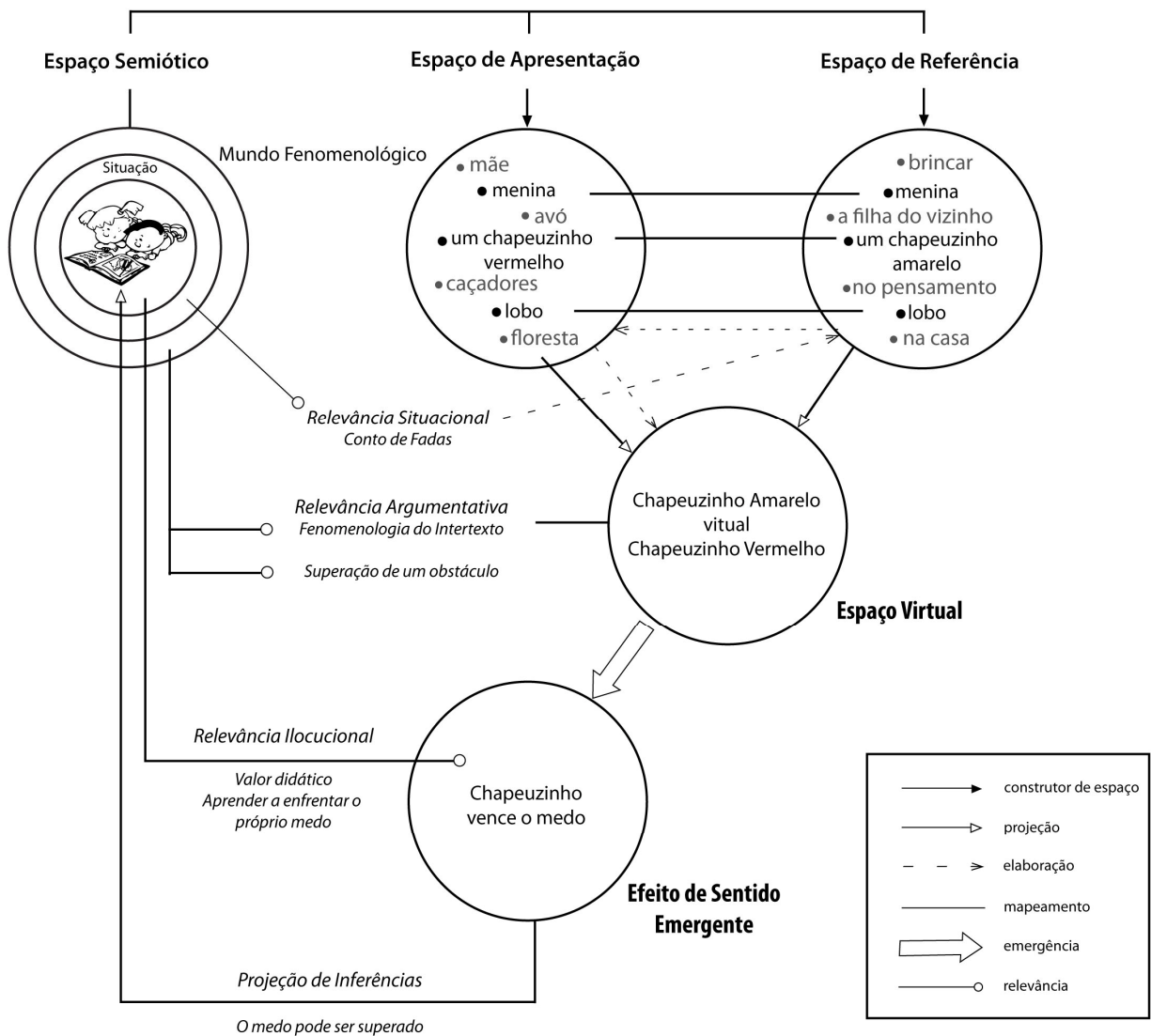


Figura 15 – Rede de Integração Intertextual – Chapeuzinho Amarelo-Vermelho

Diante da análise, um pouco mais detalhada, da dimensão discursiva da história criada por Chico Buarque, deparamo-nos com elementos, fundamentalmente, implicados na experiência de construção de sentido desencadeada pelo texto. Entre esses, poderíamos destacar a criação e articulação de instâncias de enunciação, o uso de tempos e modos verbais, o uso estético da aliteração e da assonância, entre outros. Por essa breve análise, podemos afirmar que uma concreta situação interacional com a narrativa ficcional criada por Chico Buarque permite gerar simultâneas e dinâmicas redes de integração conceptual. Em função dos objetivos propostos para este trabalho de pesquisa, apenas duas foram descritas.

Pela análise da narrativa ficcional *Chapeuzinho Amarelo*, pretendemos ter demonstrado que, se um cenário narrativo é construído com base na estreita relação com um cenário discursivo já existente, esse é um dado que está, fundamentalmente, implicado na experiência de construção de sentido. Sendo assim, é um dado que adquire relevância, de caráter argumentativo, na construção das redes de integração conceptual que subjazem essa experiência.

Neste momento, passaremos à análise de um texto representativo do gênero crônica jornalística em que, como veremos, o fenômeno da intertextualidade também está concretamente indiciado.

### **3.1.3. A crônica jornalística**

A crônica é um texto literário breve, em geral narrativo, de trama quase sempre pouco definida, que apresenta motivos geralmente extraídos do cotidiano da comunidade discursiva em que circula. Compreendida como um gênero textual, em sua origem, a crônica caracterizava-se por relatos verídicos sobre um

determinado fato. O período renascentista é rico na produção de crônicas de viagens, ou seja, textos em que os navegadores relatam as suas impressões sobre um fato concreto: a descoberta de novas terras e novas culturas.

A partir do final do século XIX, as crônicas — então produzidas para serem veiculadas em folhetins — começam a fazer parte do cotidiano cultural brasileiro. Nessa época, Machado de Assis é o grande propulsor de um gênero que passará a integrar características dos discursos jornalístico e literário. Isso ocorre, à medida que o escritor narra, de forma subjetiva, crítica e, marcada por metáforas, a realidade política, social, cultural e econômica do Brasil de sua época. Contemporaneamente, através do gênero crônica, muitos escritores brasileiros continuam revelando — na publicação em jornais e revistas — a sua própria percepção sobre o cotidiano (político, econômico, cultural etc.) do seu tempo.

A crônica jornalística é, portanto, um gênero particular de texto. Esse tipo de texto literário, com frequência, nasce a partir de uma realidade, um assunto ou um tema do dia-a-dia daquela comunidade de leitores. Esse assunto, geralmente, está estampado em manchetes de jornais e revistas, em reportagens, em entrevistas, em textos que circulam socialmente no período em que a crônica está sendo produzida. Nesse sentido, o gênero pode ser considerado uma fonte de dados bastante rica e concreta para estudo do fenômeno da intertextualidade.

As crônicas jornalísticas não apresentam uma estrutura discursiva rígida. Os textos podem ser estruturados na forma de uma narrativa, da encenação de um diálogo, da descrição de uma dada cena ou situação cotidiana etc. Nesse tipo de texto, regularmente, encontramos uma narrativa breve caracterizada pelo uso intencional de metáforas, metonímias, hipérboles, aliteraões, assonâncias etc. Além disso, a crônica jornalística, geralmente, está associada a estratégias de caráter retórico. É tipo de narrativa ficcional que visa sensibilizar o leitor para um assunto considerado relevante naquele contexto cultural, em busca de gerar, como efeito de sentido, a crítica, a ironia, o sarcasmo, o humor.

Moacyr Scliar é um escritor brasileiro que, há anos, semanalmente, publica crônicas no caderno “Cotidiano” do jornal *Folha de São Paulo*. Scliar escreve seus textos a partir da seleção de uma notícia ou reportagem veiculada na *Folha de São Paulo* daquela semana.

Como é possível notar, logo a seguir, o texto selecionado para esta análise tem por título “O amor é reciclável” e foi veiculado no dia 13 de outubro de 2008.

São Paulo, segunda-feira, 13 de outubro de 2008

FOLHA DE S.PAULO **cotidiano**

MOACYR SCLIAR

## O amor é reciclável

*Ambos tinham empregos modestos, ambos trabalhavam muito e ganhavam pouco mas isso não era o pior*

Casal britânico paga lua-de-mel com lixo reciclado. Um casal britânico passou três meses recolhendo lixo para pagar as passagens aéreas de uma viagem de lua-de-mel para os Estados Unidos. John e Ann Till recolheram milhares de latas e garrafas nas ruas da cidade em que vivem, Petersfield, para levar a um centro de reciclagem em um supermercado da rede Tesco, que troca o material por milhas aéreas. “Queríamos uma lua-de-mel especial e estávamos tentando encontrar formas de arranjar dinheiro para isso”, diz John Till, 31. Os dois recolheram o lixo quase todas as noites, durante três meses. “Eu me lembro de que estava nevando uma noite e fazia muito frio, mas ali estávamos, firmes”, conta Ann. Eles afirmam que ficaram satisfeitos em ter recolhido o material reciclável para uma boa causa.

**Folha Online**



NÃO PODERIA HAVER no mundo pessoas mais felizes do que o casal que partia para a lua-de-mel nos Estados Unidos. Eles tinham muitas razões para estarem felizes. Primeiro, claro, porque era lua-de-mel, a culminância de muitos anos de namoro e depois de noivado; depois, porque tinham conseguido o dinheiro para a viagem recolhendo produtos recicláveis. O que, além de ter resultado numa grande solução — pobres, jamais poderiam ter pago as passagens para Nova York—, representava também uma contribuição muito valiosa para a causa da preservação ambiental, da qual ambos, militantes ecológicos, eram fervorosos adeptos. “Estamos começando nossa vida conjugal da melhor maneira possível”,

disse ele, quando embarcaram no avião. Com o que ela concordou, radiante. Sim, a vida conjugal começou bem: a lua-de-mel em Nova York foi maravilhosa, passearam no Central Park, foram a museus e a vários espetáculos na Broadway. Mas tudo termina, inclusive a lua-de-mel, e um dia tiveram de voltar para casa. E aí começou a vida de casados propriamente dita. Que não era muito fácil. Ambos tinham empregos modestos, ambos trabalhavam muito e ganhavam pouco. Mas isso não era o pior. O pior foi descobrir que viver a dois não é uma coisa fácil. Partilhar um quarto (minúsculo), partilhar um banheiro (minúsculo) implicava problemas que não tinham imaginado. Logo as discussões e as brigas começaram. Um ano depois, estavam se separando. Cada um voltou para a casa dos pais, na pequena cidade em que moravam, ambos sofrendo muito, ele, principalmente. Chorava lembrando os bons tempos de namoro e de noivado; mas chorava principalmente lembrando as noites em que, com a noiva, percorria as ruas desertas em busca de latas de refrigerantes e de garrafas plásticas. Uma noite, não agüentou: saltou da cama, vestiu-se, e saiu. Estava nevando, mas isso não importava; ele queria, como naqueles bons tempos, recolher produtos descartáveis. Não tinha andado três quarteirões, na rua deserta, quando, de repente, avistou alguém juntando uma lata de refrigerante da rua. Era ela, naturalmente. Caíram nos braços um do outro. E agora saem todas as noites para sua expedição ecológica. Não sabem ainda para onde vão viajar, mas sabem que será uma segunda, e feliz, lua-de-mel.

**MOACYR SCLiar** escreve, às segundas-feiras, um texto de ficção baseado em notícias publicadas na **Folha**

Da mesma forma como ocorrera na análise dos textos anteriores, a experiência de construção de sentido desencadeada pela interação com o texto de Moacyr Scliar pode ser descrita em termos da construção de simultâneas redes de integração conceptual. Ao focalizarmos atenção no título do texto, identificamos uma metáfora “o amor é reciclável” que, por si só, mesmo que tomada de forma descontextualizada, pode ser compreendida pela instauração de dois espaços mentais que se mapeiam e se integram em um espaço *blend*, virtual. Apresentada como título do texto, essa metáfora conduzirá a atenção do leitor para a identificação, no co-texto, de elementos que lhe permitam construir referência/sentido para um tipo particular de amor (um amor “reciclado”). Retornaremos a essa construção metafórica ao final da análise.

O texto “O amor é reciclável” apresenta, logo após o título, uma epígrafe que permite ao leitor precisar ou restringir um pouco mais os possíveis significados que emergem do título. Nessa epígrafe, através do item lexical *ambos*, o leitor começa a inferir que o amor, elemento discursivo topicalizado no título, será vivenciado por dois agentes.

*Ambos tinham empregos modestos  
ambos trabalhavam muito e ganhavam pouco;  
mas isso não era o pior.*

Esses dois agentes são predicados, caracterizados, como pessoas que, em um momento passado em relação ao presente da enunciação, *tinham empregos modestos, trabalhavam muito, ganhavam pouco*. Essa forma de predicação permite ao leitor inferir que esses dois agentes (de um tipo particular de amor) eram pessoas com poucos recursos financeiros e, mais, eram pessoas que enfrentavam problemas muito mais difíceis do que esse (*isso não era o pior*).

Logo após o título da crônica e a epígrafe, o leitor tem acesso à notícia que o locutor Moacyr Scliar (sujeito empírico) seleciona para escrever a sua crônica. O texto noticioso não é apresentado no corpo da crônica de Scliar de maneira aleatória. Como veremos a seguir, no fragmento da notícia selecionada por Moacyr Scliar, encontram-se alguns dos elementos temáticos e estruturais em que o escritor se baseia para escrever a sua crônica.

A leitura desse fragmento pressupõe a identificação (e compreensão) de, entre outros elementos, agentes, ações, lugares e o tempo em que o evento reportado teria ocorrido. A organização discursiva através da qual esses elementos se instituem no texto em análise permite ao leitor criar uma cena dramática, um espaço mental, em que podem ser identificados:



agentes	o casal John e Ann Till
ações	realizar a lua de mel; recolher lixo reciclado; trocar latas e garrafas por passagens aéreas, arranjar dinheiro etc.
tempo	durante três meses, todas a noites, antes da lua-de-mel,
lugares	Inglaterra, cidade de Petersfield, Estados Unidos
cenários	ruas da cidade, centro de reciclagem de um supermercado da rede Tesco
sentimentos	amor, perseverança; firmeza; satisfação; orgulho
ideologia	simpatia pela causa ecológica

No decorrer do texto jornalístico, o assunto apresentado ao leitor vai sendo predicado, reconfigurado, de diferentes maneiras. Isso ocorre através da apresentação das diferentes ações realizadas pelo casal (agentes), por meio da definição do tempo (presente e passado) e da caracterização dos lugares em que essas ações ocorrem (Inglaterra, Estados Unidos), através da explicitação do estado ou dos sentimentos desses agentes (amor, perseverança, firmeza).

Os elementos discursivos constitutivos do texto noticioso são apresentados ao leitor a partir de uma instância zero de enunciação. Nessa Instância, identificam-se duas outras Instâncias de enunciação. Uma, em que o marido John Till declara ao jornalista *"Queríamos uma lua-de-mel especial e estávamos tentando encontrar formas de arranjar dinheiro para isso"*. Outra, em que a esposa Ann conta ao jornalista *"Eu me lembro de que estava nevando uma noite e fazia muito frio, mas ali estávamos, firmes"*. A instauração e a integração de diferentes instâncias enunciativas em um texto são uma estratégia fundamentalmente implicada na experiência de construção de sentido. Essa estratégia coloca em cena os diferentes "dizeres", os diferentes pontos de vista que, no texto, se integram para fins da construção da referência/sentido.

Quando os seres humanos interagem, fazem-no por intermédio de textos que se constituem em diferentes semioses (linguagem verbal, gestos, pintura,

escultura etc.). Os textos produzidos em linguagem verbal (oral e escrita) são por excelência polifônicos. Ao se instituírem de forma simultaneamente subjetiva e intersubjetiva, colocam em cena variados pontos de vista e, portanto, diferentes instâncias enunciativas. Na notícia em análise, identifica-se o ponto-de-vista de um enunciador observador (E0), que narra os fatos a partir da sua própria percepção sobre os mesmos e o ponto-de-vista do casal, manifestado pelo “dizer” do marido e da mulher. Essas três diferentes instâncias de discurso se constituem e se integram para apresentar e predicar o elemento referencial “lixo reciclado” em uma dada situação discursiva e, portanto, em um dado gênero textual (uma notícia de jornal).

As duas instâncias de enunciação (E1 e E2), identificadas na notícia selecionada por Scliar, instituem-se a partir da e na instância zero do discurso. Na produção da notícia, um locutor empírico, aquele que exerce o papel de jornalista no Portal Folha Online, institui-se como um enunciador que exerce a função de reportar, de narrar ao leitor detalhes sobre um determinado fato. Esse fato vira notícia por ser considerado, por algum motivo, extraordinário, excepcional, merecedor de destaque, merecedor da atenção de um certo tipo de interlocutor (o leitor do jornal).

A seleção de um fato, como o uso de lixo reciclado para pagar a lua de mel de um casal, ocorre em uma situação interacional concreta que pressupõe a existência de um sujeito empírico que exerce o papel e a função de jornalista. Esse sujeito, ao exercer esse papel, toma para si a função de interagir com outros sujeitos empíricos, através do texto que produz para ser veiculado em um jornal. Dessa forma, configura-se uma situação interacional concreta em que um jornalista escreve uma matéria e, para isso, seleciona um assunto, um elemento referencial que diz respeito a um uso diferente, incomum, do lixo reciclado. Dessa forma, configura-se o espaço semiótico base, identifica-se a forma como o fato será narrado, ou seja, por meio da atualização do gênero textual notícia.

O processo de produção/recepção da notícia instaura, simultaneamente, um espaço de referência e um espaço de apresentação. Nesse espaço de referência, identifica-se o elemento referencial e, no espaço de apresentação, a forma como esse elemento é configurado, ou seja, as circunstâncias de enunciação propriamente ditas. Sendo assim, na notícia, o lixo reciclado passa a ser configurado como um elemento referencial que gera uma situação inusitada, incomum, excepcional.

Os conhecimentos compartilhados socialmente sobre lixo e, mais especificamente, sobre lixo reciclado, são esquematicamente ativados para a instauração do espaço de referência. Esses conhecimentos - o que é o lixo, quem produz o lixo, como o lixo é produzido, quem o coleta, quem o recicla — são mapeados, na situação enunciativa concreta da notícia, ou seja, aquela em que um casal britânico paga a lua de mel com o lixo reciclado. Da integração entre esses dois espaços mentais resulta uma mescla em que o lixo reciclado é a lua de mel de um casal.

Um dado de relevância argumentativa implicado na configuração do espaço semiótico base e, portanto, na constituição da mescla conceptual, diz respeito ao quão merecedor de destaque, ao quão extraordinário, o fato é. Desse processo de integração conceptual pode decorrer um efeito de sentido que, no caso da notícia, parece ser associado ao fato de que o lixo reciclado é um produto que gera dinheiro e felicidade. Isso foi o que aconteceu no caso do casal britânico. Esse efeito de sentido, por sua vez, traz implicações pragmáticas para o espaço semiótico base. Se a coleta de lixo reciclado gera dinheiro e felicidade, esse fato precisa ser divulgado e, assim sendo, é um fato que pode gerar um novo comportamento, uma nova atitude entre os leitores: maior sensibilidade para a coleta e venda de lixo reciclado. Dessa forma, o fato ocorrido no caso do casal britânico pode ocorrer novamente, com outras pessoas, por outros motivos, em outros momentos.

De acordo com o modelo adotado por este trabalho de pesquisa, a experiência de construção de sentido desencadeada pela notícia poderia ser descrita através da Figura 16 a seguir.

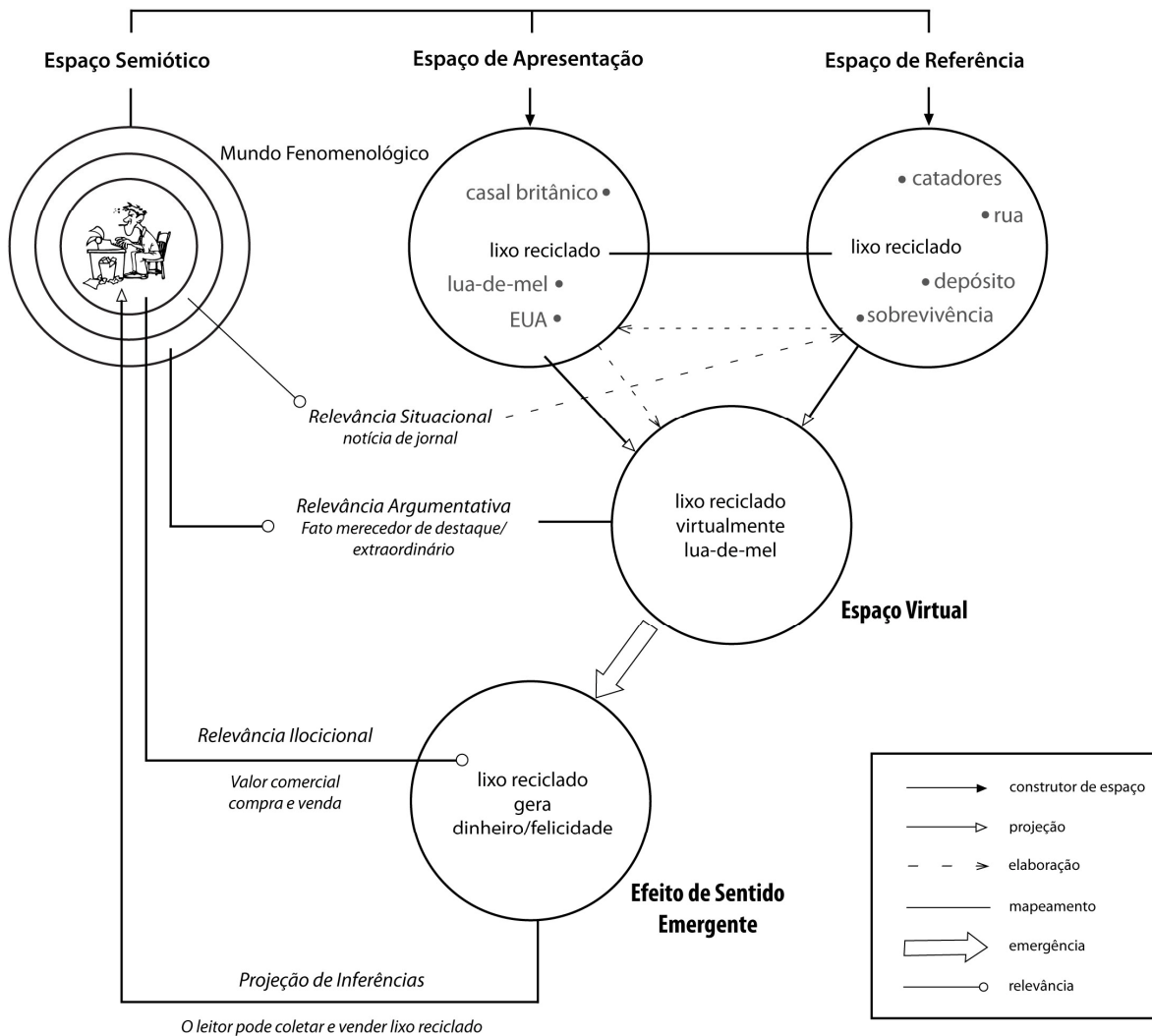


Figura 16 – Rede de Integração Intertextual – Notícia

Como veremos a partir de agora, alguns dos elementos constitutivos da experiência de construção de sentido que a notícia instaura podem ser flagrados na crônica de Moacyr Scliar. Discursivamente, o processo de construção de

referência/sentido do texto jornalístico está implicado no processo de construção de referência/sentido do texto literário por dois motivos:

1. por ter sido, intencionalmente, selecionado por Scliar como elemento referencial (como tema) a partir do qual sua crônica seria escrita;
2. por ser, explicitamente, apresentado ao leitor, mesmo que de maneira sintética, na estrutura da própria crônica.

A maneira como a notícia se configura discursivamente é objeto de atenção para o sujeito empírico — o locutor — Moacyr Scliar. Esse objeto de atenção é, concretamente, compartilhado com o leitor à medida que a notícia (uma síntese dela) se integra à estrutura própria da crônica.

Como vimos anteriormente, o amor é um elemento referencial que, partindo do título da crônica, passa a ser predicado com base em diferentes estratégias. Uma das estratégias identificadas no texto de Scliar é a explicitação de que a crônica a ser lida fora produzida a partir de outra narrativa — a narrativa de um fato real tornado notícia. Nesse sentido, uma das estratégias identificadas na crônica é a recontextualização, em um cenário discursivo atual, de um cenário discursivo já compartilhado.

Se construída de maneira intertextual, a crônica (texto alvo) revela elementos que a notícia (texto fonte), também coloca em cena. Dentre esses elementos, destacam-se: agentes que realizam ações, em um determinado lugar, em um determinado tempo e, por conseguinte, são caracterizados por diferentes estados e sentimentos.

Através de uma instância de enunciação zero, em que se institui a voz de um enunciador olímpico, onisciente, os protagonistas da narrativa ficcional (o casal) e as ações que realizam (partir para lua-de-mel, conhecer Nova York, voltar para casa, começar a vida de casados propriamente dita, brigar, separar-se, reencontrar-se, planejar uma segunda lua-de-mel) são caracterizados, são predicados, ou seja, configurados e reconfigurados no decorrer da narrativa.

Assim, da mesma maneira como as ações que as personagens realizam se modificam, no decorrer da narrativa, os sentimentos desses protagonistas também sofrem mudanças (felicidade, tristeza, raiva, alegria etc.).

A organização discursiva por intermédio da qual esses elementos se instituem na narrativa ficcional de Moacyr Scliar permite ao leitor criar uma pequena cena dramática, um espaço mental, em que podem ser identificados:

agentes	um casal
ações	partir para lua-de-mel, conhecer Nova York, voltar para casa, começar a vida de casados propriamente dita, brigar, separar-se, reencontrar-se, planejar uma segunda lua-de-mel
tempo	no decorrer de um ano a partir do embarque para a lua-de-mel
lugares	na cidade em que moram, em Nova York, na pequena cidade onde moravam
cenários	aeroporto, Central Park, museus, espetáculos na Broadway, casa (quarto e banheiro minúsculos); casa dos pais; ruas desertas à noite
sentimentos	amor; felicidade; perseverança; satisfação; desapontamento; raiva; orgulho; tristeza; saudade
ideologia	militância ecológica

Esse espaço mental se constrói à medida que um locutor (o sujeito empírico Moacyr Scliar) se institui enunciador e, simultaneamente, institui um enunciatário com vistas à construção da referência, ou seja, com vistas à predicação, aqui compreendida como a configuração e reconfiguração do elemento referencial “amor”, e não mais “lixo”.

O processo de referenciação/significação desencadeado pela crônica em estudo pressupõe a identificação e integração de uma segunda instância enunciativa em que o marido assume o papel de enunciador e declara, com a concordância da esposa, a sua satisfação com o início da vida conjugal. “*Estamos*

*começando a nossa vida conjugal da melhor maneira possível, disse ele, quando embarcaram no avião. Com o que ela concordou radiante*". Essa instância (E1) é instituída na/pela instância zero do discurso.

A instauração das duas instâncias de enunciação descritas anteriormente é uma entre outras estratégias adotadas por Scliar para utilizar o texto fonte (uma notícia) como base para a produção do texto alvo (uma crônica). O escritor faz isso criando um enunciador olímpico que narra a partida de um casal para a sua lua-de-mel nos Estados Unidos, dando ênfase ao fato de que essa viagem de lua-de-mel só foi possível com a venda de produtos recicláveis. Como ocorre na notícia, na crônica, a felicidade do casal está associada à conquista da lua-de-mel nos Estados Unidos e à sua contribuição para uma justa causa (a causa ecológica).

Em termos conceptuais, a experiência de construção de sentido desencadeada pela crônica pressupõe que seja instaurado um mapeamento, de caráter analógico, com a notícia. Isso ocorre tanto na dimensão da forma (da maneira como o fato é narrado) quanto do conteúdo (do tema em questão). Dito de outra maneira, o processo de intertextualidade é flagrado, na crônica de Scliar, à medida que o leitor desencadeie, por analogia, um mapeamento em que são identificadas contrapartes entre os diferentes cenários conceptuais que os textos constituem. Na crônica em análise, podemos reconhecer — da notícia — a história de um casal que paga sua lua-de-mel para os Estados Unidos com dinheiro conseguido pela coleta de lixo reciclável.

Tanto para o escritor (Moacyr Scliar) quanto para o leitor frequente do jornal *Folha de São Paulo*, conhecimentos esquemáticos relativos ao gênero "crônica jornalística" (ser um texto ficcional em que personagens realizam ações, enfrentam conflitos, em um determinado lugar, de uma determinada forma) adquirem relevância situacional. Esses são conhecimentos implicados no processo de instauração dos espaços mentais de referência e de apresentação. Do mapeamento instaurado entre esses espaços, decorre uma projeção para o espaço mescla no

qual temos uma cena dramática nova. Nessa, a crônica é virtualmente a notícia. Outras formas de conhecimentos esquemáticos também adquirem relevância na rede de integração conceptual. Um dado de relevância argumentativa, no espaço semiótico base em que se encontram escritor e/ou o leitor, constitui-se com base no que, neste trabalho, denominamos fenomenologia do intertexto. Na Coluna semanal de Moacyr Scliar, o processo de encenação discursiva instaurado pela crônica pressupõe a recontextualização de um cenário discursivo já existente. Esse é um dado de relevância argumentativa a ser considerado no processo de construção de sentido desencadeado tanto no ato de produção quanto no ato de leitura do texto em análise. Esse dado de relevância argumentativa exerce a função de calibrar, de estabilizar, o espaço mescla. Dessa forma, é possível que emerja um efeito de sentido segundo o qual a crônica de Scliar é escrita como a notícia, a partir da notícia. Esse efeito de sentido permite evocar uma forma de conhecimento esquemático que exerce importância ilocucionária específica naquele espaço semiótico base. Esse é um conhecimento relativo ao valor metalinguístico da crônica de Moacyr Scliar produzida para aquela coluna da *Folha de São Paulo*. Pelo efeito de sentido anteriormente descrito, o escritor e o leitor podem evocar conhecimentos relativos à maneira como uma crônica (um texto ficcional) é ou pode ser escrita. A rede de integração conceptual, assim constituída, permite a criação de inferências que geram implicações semanticopragmáticas no espaço semiótico base. Uma inferência como “a vida pode inspirar a ficção” permite reconstruir, reconfigurar, o espaço semiótico base e, assim, desencadear inúmeras novas, dinâmicas e simultâneas redes de integração conceptual.

A Figura 17, a seguir, permite revelar como o processo anteriormente descrito pode ser representado na forma do diagrama proposto pela escola de Aarhus.



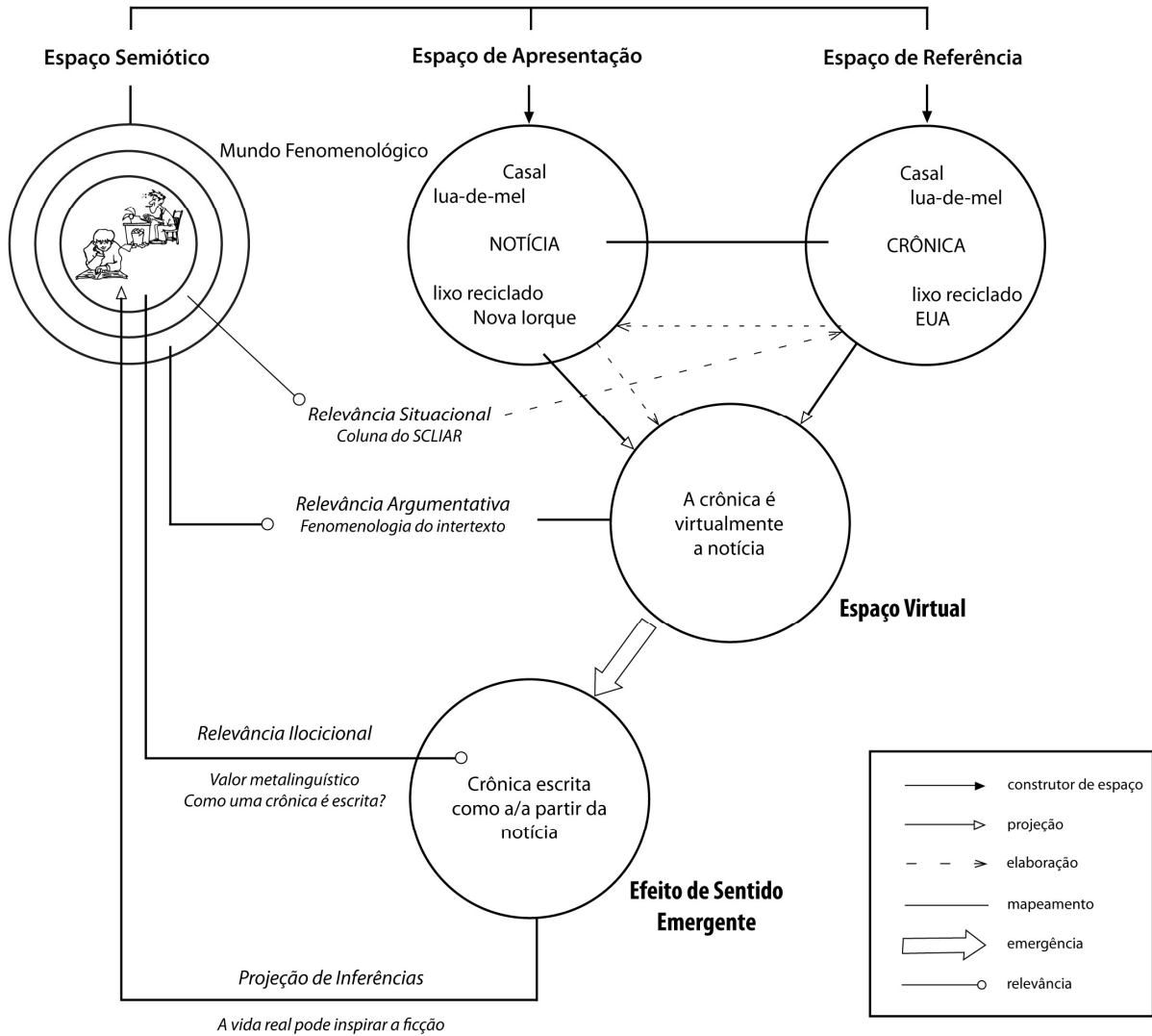


Figura 17 – Rede de Integração Intertextual – Crônica/Notícia

Como descrevemos anteriormente, o processo de encenação discursiva da crônica se institui à medida que um enunciador olímpico narra ações realizadas pelo casal enfatizando, além do espaço em que essas ações ocorrem (ruas de uma cidade, aeroporto, Nova York etc.), o tempo (um ano a partir da lua-de-mel) e o sentimento do casal (felicidade, orgulho, tristeza etc.). Esse enunciador olímpico instaura, em seu dizer, uma instância de enunciação em que o ponto-de-vista (o dizer) do casal também se institui. A mesma estratégia é adotada na estruturação discursiva da notícia.

O processo de construção de referência/sentido que decorre da interação com a crônica não se restringe, portanto, à identificação de elementos que encontram contraparte conceptual no cenário criado pela notícia, mas implica também um mapeamento relativo à forma, à maneira como a notícia se estrutura discursivamente.

A identificação das relações de contraparte anteriormente descritas não basta para a explicitação da experiência de construção de sentido desencadeada pela leitura da crônica. O processo de referenciação/significação desencadeado pela crônica implica a identificação de elementos que estabelecem um também conflito, desanalogia, com a notícia.

Um desses elementos diz respeito ao evento gerador da narrativa, ou seja, à maneira como o evento lua-de-mel é predicado, conceptualizado nos dois textos. Enquanto a notícia narra o fato de um casal pagar a lua-de-mel com a coleta de lixo reciclável, a crônica narra as diferentes fases de amor de um casal, a partir da lua-de-mel que fora paga com a coleta de lixo reciclável. Outro elemento diz respeito à maneira como os sentimentos do casal são predicados, configurados. Enquanto, na notícia, a alegria e a felicidade do casal são descritas com base em um evento pontual (a conquista da lua-de-mel em Nova York), na crônica, esses sentimentos se modificam e essa mudança está associada a diferentes eventos na vida do casal (partir para a lua-de-mel, voltar para casa, separar-se, reencontrar-se etc.).

Devemos atentar, por fim, à forma como o evento “lua-de-mel” está associado à maneira como a noção de tempo é construída nos dois textos. Enquanto a notícia narra a conquista da lua-de-mel como o evento que decorre da ação de coletar lixo reciclável, todas as noites, por um período de três meses, a crônica narra a história de uma vida conjugal atribulada e curta a partir da lua-de-mel (um ano depois, o casal está separado). Devemos observar, portanto, que a lua-de-mel, para ambos os textos, além de um evento, funciona conceptualmente

como um marco temporal. A notícia se encarrega de narrar o evento como o presente de um período que teria durado três meses. A crônica focaliza o mesmo evento como o primeiro momento de um período que duraria um ano.

Na notícia, o enunciador olímpico, ao narrar o fato, o faz logo depois do evento lua-de-mel. Essa proximidade temporal qualifica o fato como notícia. Na narrativa ficcional, o ponto de vista do narrador o coloca distante, em mais de um ano, dos acontecimentos relatados na notícia (a lua-de-mel e as ações que antecedem a ela). O narrador descreve o que aconteceu mais de um ano depois do ocorrido. A aproximação ou o distanciamento temporal, criados por um processo de encenação discursiva que privilegia o ponto de vista do narrador (enunciador olímpico), faz com que o leitor estabeleça, por empatia com o narrador, um distanciamento ou uma aproximação com o fato ocorrido. Esse é um dado que está implicado na experiência de construção de sentido de cada um dos textos em particular<sup>33</sup>.

O amor, selecionado como elemento referencial em torno do qual a narrativa ficcional se constrói, é um conceito que também pode ser identificado na notícia, mas de maneira implícita. Não há, na notícia, qualquer referência a esse sentimento; no entanto, pressupõe-se que um casal que realize o ato de recolher lixo pelas ruas, à noite, por um período de três meses, para fins de pagar a lua-de-mel, é um casal que deve cultivar o sentimento do amor.

Na crônica em análise, o amor é metaforizado em termos de um objeto, um produto e, portanto, pode sofrer mudanças, pode ser transformado e, assim, como outros objetos, é algo “reciclável”. A construção metafórica que dá título à crônica não é construída de maneira aleatória. Ela é motivada pela relação que esse texto, explicitamente, estabelece com a notícia. A cena conceptual que o texto noticioso permite construir se institui a partir de um fato que gira em torno do conceito de

---

<sup>33</sup> O papel exercido pelo enunciador olímpico em textos noticiosos e ficcionais é um assunto que merece ser melhor investigado na perspectiva conceptual. A Linguística Cognitiva já apresenta fundamentos teóricos e metodológicos que permitem esse tipo de investigação.

lixo reciclável. Enquanto, na notícia, o lixo (produto descartável) se transforma no produto reciclável que permite a lua-de-mel de um casal, na crônica, o amor (sentimento em crise) é conceptualizado, predicado, como um sentimento descartável. Assim conceptualizado, é um sentimento (um objeto) que também pode ser renovado, transformado.

Como temos visto desde o início das análises, de acordo com o modelo teórico adotado nesta pesquisa, à medida que os seres humanos interagem com outros seres humanos e com os artefatos culturais que o cercam, o processo de referenciação/significação se institui. Esse processo é desencadeado com base nas experiências que os seres humanos acumulam e compartilham (filogenética e ontogeneticamente). Em consonância com Brandt (2004, p. 33-67), estamos imersos em um mundo fenomenológico que se organiza a partir de quatro domínios semânticos básicos: D1 (domínio natural), D2 (domínio cultural), D3 (domínio mental) e D4 (domínio espiritual), esse último, o domínio da performatividade. O processo de interação humana pressupõe o acesso a conhecimentos e à integração desses diferentes domínios.

No mundo fenomenológico, são criadas situações semióticas em que, em uma dada semiose, sujeitos empíricos elegem um dado elemento referencial como objeto de sua atenção e criam estratégias de predicação, de configuração, desse elemento referencial. A partir de uma interação concreta entre sujeitos empíricos que se instituem discursivamente enunciadore, em uma dada situação semiótica, instauram-se dois diferentes tipos de espaços mentais: um espaço de referência e um espaço de apresentação.

A partir da descrição discursivocognitiva de aspectos que estão, por analogia e desanalogia, implicados na relação intertextual que a crônica estabelece com a notícia, descreveremos uma experiência de construção de sentido desencadeada pela interação com a crônica, em outra perspectiva.

Um espaço semiótico base em que a crônica “O amor é reciclável” passe a ser objeto de atenção pode se configurar a partir da interação que um sujeito empírico (um leitor assíduo da Folha) possa estabelecer com a coluna de Scliar daquele dia. Essa experiência pressupõe a instauração dinâmica e simultânea dos espaços de referência e de apresentação.

O espaço de referência institui-se a partir de elementos que decorrem de conhecimentos esquemáticos sobre o conceito de “amor” (construção linguística que dá nome a um sentimento humano, compartilhado entre casais, entre pais e filhos, entre amigos, ritualizado em situações como o namoro, o noivado, o casamento). No espaço de apresentação, identificam-se elementos implicados na estratégia utilizada, na crônica, para predicar “amor”. Sendo assim, identificam-se elementos que decorrem do conhecimento que o leitor possui quanto ao conceito “reciclável” (construção linguística utilizada para predicar um objeto que, depois de utilizado e descartado, pode ser coletado e reutilizado para outra finalidade).

Entre o elemento identificado, no espaço de referência, e a forma como é predicado, no espaço de apresentação, institui-se um mapeamento de caráter analógico. Em um espaço, temos conhecimentos esquemáticos relativos a agentes que podem vivenciar — “encontrar e perder” — o sentimento do amor<sup>34</sup>. Em outro, relativos a agentes que, no mundo físico, podem encontrar, selecionar e vender um objeto reciclável.

Desse mapeamento, emerge, no espaço mescla, uma faceta de significado em que o amor é virtualmente (um objeto, lixo) reciclável. Esse significado não emerge de maneira aleatória. Ele está associado a formas de conhecimento que adquirem relevância argumentativa para o espaço semiótico base. No caso da rede de integração conceptual aqui descrita, duas formas de conhecimento esquemático adquirem esse tipo de relevância.

---

<sup>34</sup> Essa forma de conhecimento pode ser compreendida em termos da metáfora conceptual AMOR É UM OBJETO. Sobre o assunto, conferir Lakoff (1987).

Uma forma diz respeito ao que poderíamos chamar conhecimentos sobre os “ciclos da existência”, perceptíveis pela experiência que os seres humanos acumulam com os fenômenos naturais (dia, noite, chuva, sol, frio, calor), com as fases por que passam os seres vivos (nascimento, vida, morte) e, por que não, com o tempo de utilidade dos produtos criados pelo próprio homem (objetos, instrumentos, utensílios, adornos, enfeites). A outra forma de conhecimento diz respeito ao que, neste trabalho, denominamos Fenomenologia do Intertexto, ou seja, diz respeito à estreita relação que o jogo de encenação discursiva criado pela crônica, foco de sua atenção, estabelece com o jogo de encenação identificado em outro texto (a notícia sobre o casal britânico).

Ao evocar esses dois tipos de conhecimento esquemático, é possível que a metáfora permita gerar, como efeito de sentido, algo como “o amor pode ser modificado, descartado, renovado”. Os efeitos de sentido que decorrem desse processo de integração conceitual permitem ao leitor evocar conhecimentos esquemáticos relativos à compreensão que possa ter sobre o que são os sentimentos humanos e, em particular, o que é o amor. Assim configurada a rede de integração conceptual, pela força enunciativa do jogo interacional em cena, o leitor cria inferências. A crônica permite ao leitor inferir que o amor (sentimento nobre) pode ser, ironicamente, compreendido e, portanto, caracterizado, como um objeto, um produto reciclável qualquer. Como vimos em outras análises, as inferências, que a cada rede de integração conceptual serão sempre novas, desencadeiam implicações semanticopragmáticas no espaço semiótico base, do qual novas redes de integração conceptual serão instauradas.

A Figura 18 permite descrever, na forma do diagrama, a análise aqui realizada.

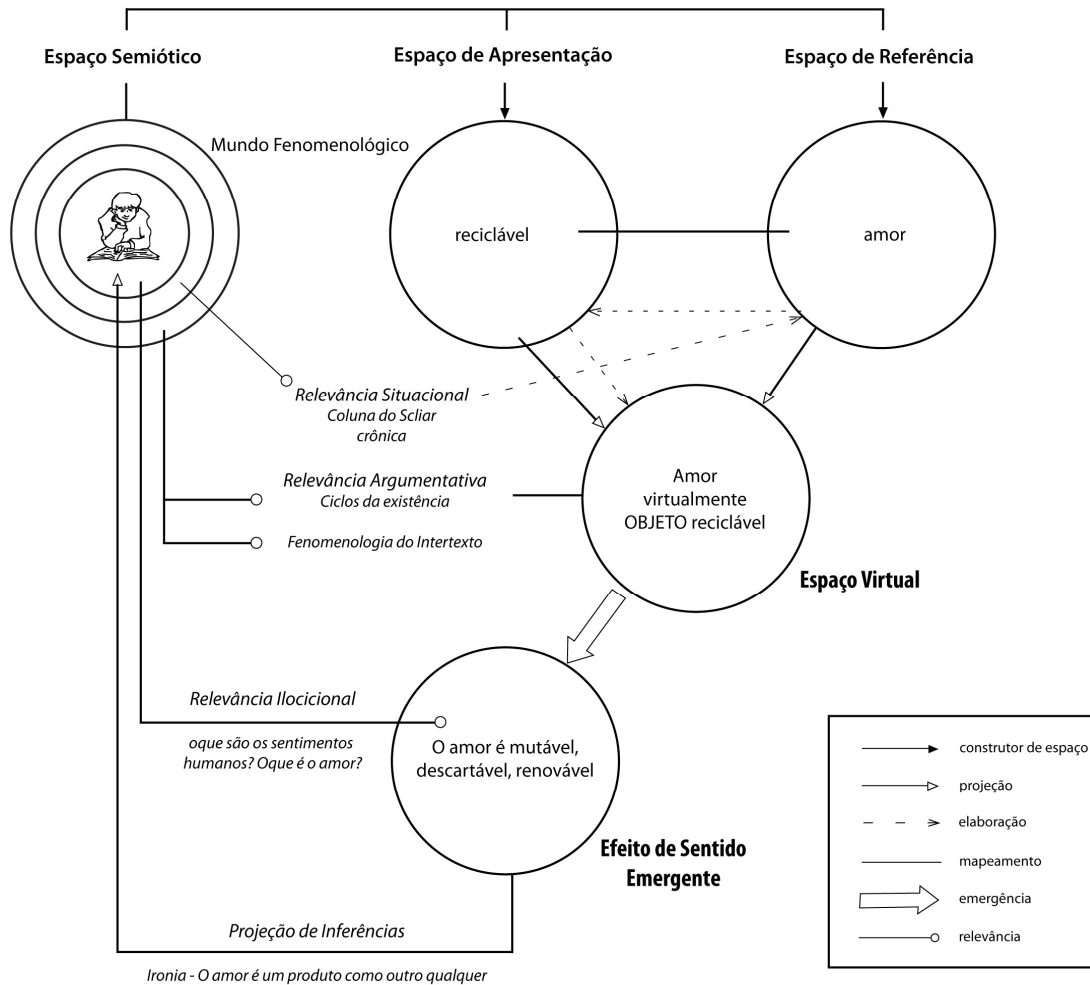


Figura 18 – Rede de Integração Conceptual – Crônica

Pela análise dos dados, que realizamos até este momento, pretendemos ter demonstrado que, discursivamente, o fenômeno da intertextualidade manifesta-se em textos representativos de diferentes gêneros e pode estar indiciado nas diferentes dimensões constitutivas do texto.

Com base no conjunto de análises desenvolvidas até este momento, é possível constatar que o fenômeno em estudo:

- está, fundamentalmente, implicado na experiência humana de construção de referência/sentido;

- não pode ser descrito, apenas, em termos de uma “retomada” ou “recontextualização” de elementos proeminentes em um cenário discursivo já existente em um cenário discursivo atual. Como ocorre no campo da publicidade, o fenômeno pode estar implicado na criação de um cenário discursivo novo, a partir do qual, intencionalmente, outros cenários discursivos passam a ser criados;
- caracteriza-se, conceitualmente, pelo mapeamento — analógico e desanalógico — de elementos identificados em cenários discursivos diferentes;
- pode ser, conceitualmente, compreendido e descrito em termos do processo de integração conceptual;
- deve ser compreendido, no processo de integração conceptual, como uma forma de conhecimento esquemático que adquire relevância argumentativa na configuração do espaço semiótico base, a partir do qual as redes de integração conceptual são instauradas.

Na seção 3.1.4., a seguir, apresentamos um breve estudo de caso. Como descrito no Capítulo 2, esse estudo caracteriza-se pela análise qualitativa de dados coletados, empiricamente, através de uma atividade de caráter metacognitivo. Através desse estudo, pretendemos descrever, ainda que de maneira preliminar, como um pequeno grupo de usuários da língua demonstra compreender alguns dos aspectos implicados na natureza do fenômeno em estudo.

### **3.1.4. Um breve estudo de caso**

No conjunto das análises realizadas no âmbito desta tese, passaremos à sistematização de resultados bastante preliminares alcançados com a proposição



de uma atividade de caráter metacognitivo, realizada em ambiente escolar, a partir da leitura e discussão do texto “Chapeuzinho Amarelo” de Chico Buarque.

Como descrito no Capítulo 2, em que apresentamos os fundamentos metodológicos do trabalho de pesquisa, essa atividade teve por objetivo flagrar, mediante registro de textos escritos e orais, como os estudantes realizam as tarefas que lhes são propostas (ler, recontar e analisar individualmente um texto) e como compartilham suas reflexões pessoais sobre a realização dessas mesmas tarefas em uma situação comunicativa real de uso da língua oral.

A primeira tarefa caracteriza-se pela proposição ao estudante de uma análise Linguística introspectiva do texto em questão; a segunda, por uma reflexão consciente sobre o trabalho de análise introspectiva que realizaram, nesse sentido, como uma tarefa de caráter metacognitivo.

A execução dessa atividade não nos permite afirmar que, no processo de leitura/escuta, análise e compreensão de um dado texto (foco da atenção do leitor, ouvinte), os seres humanos ativem, necessária e espontaneamente, um processo de analogia/desanalogia com outros textos (textos fonte). Podemos constatar, no entanto, que eliciada a atitude de comparação (semelhanças e diferenças entre textos), as respostas dos participantes dessa atividade revelam a sua capacidade cognitiva de identificação e de explicitação da presença e da ausência de características nesses textos. Isso ocorreu tanto na fase escrita (individual) quanto na fase oral (em grupo) da atividade proposta.

Pela análise preliminar a ser apresentada a seguir, é possível ter uma ideia do tipo de dado que essa atividade permite coletar. Através do uso da linguagem espontânea, é possível acessar a consciência dos usuários da língua sobre um determinado aspecto ou fenômeno da linguagem. No caso da proposição dessa atividade, parece ser possível acessar a consciência de usuários da língua sobre o modo como compreendem processos discursivocognitivos subjacentes à manifestação do fenômeno da intertextualidade.

### 3.1.4.1. Dos resultados do protocolo de leitura

Uma análise discursiva dos resultados do protocolo de leitura nos permite observar que, apesar de os sujeitos informantes responderem aos questionamentos que lhes foram propostos de maneira diferente, é possível identificar semelhanças em suas respostas. Nesta seção, serão descritas algumas dessas semelhanças.

Tendo sido orientados para que recontassem o texto de forma livre, três dos quatro sujeitos informantes iniciam o seu relato utilizando uma estratégia discursiva de caráter metalinguístico, ou seja, assumindo o papel de um enunciador que observa, que analisa o texto lido. Esses informantes assumem, portanto, uma perspectiva de focalização de sua atenção para um objeto externo a si mesmos, um artefato cultural que, no seu ponto de vista, apresenta características que merecem ser apontadas no ato de recontar. O excerto a seguir permite observar como os informantes constroem esse ponto de vista.

S1	<i>O texto é uma narrativa escrita em versos e conta a história da Chapeuzinho Amarelo.</i>
S2	<i>O texto "Chapeuzinho Amarelo", de Chico Buarque, conta a história de Chapeuzinho Amarelo.</i>
S3	<i>O texto narra a história de Chapeuzinho Amarelo, uma menina que tinha medo de tudo.</i>

O quarto sujeito informante assume o ato de recontar tomando como base, no entanto, a situação enunciativa construída pela narrativa ficcional. Esse informante adota uma perspectiva que poderíamos chamar de interna ao texto, à situação enunciativa. Dessa forma, alinha o seu ponto de vista ao do narrador do texto que acaba de ler, ou seja, utiliza-se da mesma estratégia discursiva identificada no texto fonte: a construção de um enunciador olímpico que começa a sua narrativa descrevendo as características da personagem protagonista.

S4	<i>Era uma Chapeuzinho amedrontada, daquelas que não se deixava colocar em nenhuma situação de perigo, nenhuma mesmo.</i>
----	---

No ato de recontar a narrativa ficcional que acabaram de ler, todos os informantes identificam as personagens “Chapeuzinho Amarelo” e “Lobo” como agentes. Os quatro sujeitos apresentam “Chapeuzinho Amarelo” como a protagonista em torno da qual a narrativa ficcional se constrói. Todos os informantes caracterizam a protagonista a partir da relação que estabelece com o medo e, mais especificamente, com o Lobo, personagem que representa o maior de todos os medos. Dois informantes utilizam a categoria “menina” para predicar a personagem e um informante utiliza a categoria “criança”. Apenas um dos informantes não predica a protagonista utilizando, explicitamente, as categorias anteriormente descritas.

S1	<i>[...] Chapeuzinho Amarelo é <u>uma menina que tem medo de tudo</u> [...]. O seu maior <u>medo</u> era o <u>de encontrar o lobo</u>.</i>
S2	<i><u>Ao encontrar o tal lobo, Chapeuzinho perdeu, aos poucos, o grande medo que tinha dele.</u></i>
S3	<i>O texto narra a história de Chapeuzinho Amarelo, <u>uma menina que tinha medo de tudo</u>. [...] A <u>superação desses medos</u> [...] é <u>devida ao enfrentamento de seu maior medo, o lobo</u>.</i>
S4	<i>Sendo assim, não se pode imaginar o que ela imaginava de seu maior inimigo: o lobo mau. <u>De tanto medo</u> encontrou-se com o lobo da exata forma que o imaginava, e agora?</i>

Independente do ponto de vista que assumem diante do texto, ao recontarem a história, os quatro informantes identificam o “medo” como o elemento gerador da tensão existente entre Chapeuzinho (a protagonista) e o Lobo (seu antagonista). Além disso, todos eles identificam uma mesma correlação de forças entre as personagens: no primeiro momento da narrativa, Chapeuzinho assumindo o papel de uma força passiva diante do medo (lobo) e, ao final, o papel de uma força (re)ativa, superadora, da ação do medo (lobo).

S1	<i>E agora é assim que a Chapeuzinho faz quando tem medo, transforma cada monstro em algo diferente.</i>
S2	<i>Aliás, ela não só perdeu os medos que tinha, mas fez de cada um deles um amigo, companheiro para suas brincadeiras.</i>
S3	<i>A superação desses medos, acima citados, é devida ao enfrentamento de seu maior medo, o lobo.</i>
S4	<i>Agora Chapeuzinho e medo são amigos, a ideia é expandir tal amizade [...]</i>

Diante da proposta de refletir se o texto lido lembra algum outro e, em caso afirmativo, qual ou quais textos ele faz lembrar, três informantes apresentam o conto de fadas Chapeuzinho Vermelho como resposta. Dentre esses, um dos informantes acrescenta que o texto lembra uma música (Lobo Bobo). Apenas um dos informantes não apresenta o conto de fadas Chapeuzinho Vermelho como resposta. Segundo esse informante “O texto lido lembra o livro *Fita Verde*, de *Guimarães Rosa*”.

Diante da proposta de refletir sobre o processo como esses textos podem ser identificados no texto lido, todos os informantes apontam para as semelhanças existentes entre o texto lido (foco de sua atenção) e o texto fonte (aquele lembrado no ato da leitura). Dentre as semelhanças, todos os informantes destacam a presença das mesmas personagens (Chapeuzinho e Lobo) e da mesma tensão (o medo). Dentre as diferenças identificadas entre texto em foco e textos fonte, os quatro informantes dão destaque para a linguagem adotada e os efeitos de sentido que o texto alvo (Chapeuzinho Amarelo) permite criar. Para os quatro sujeitos informantes, a linguagem e o “significado” são os elementos que marcam diferença entre um texto e outro.

S1	<i>Apesar da linguagem ser a mesma, a forma é bem diferente. Em Chapeuzinho Amarelo, o texto é mais direto, inusitado, e não respeita padrões. O texto é separado em estrofes apesar de ser bem narrativo, recurso que gera um ritmo diferente.</i>
----	---

S2	<i>Na história de Guimarães Rosa, há a perda da inocência. Na história de Chico Buarque, a perda do medo. A linguagem de Guimarães Rosa é mais elaborada que a linguagem utilizada por Chico Buarque.</i>
S3	<i>A principal diferença entre as duas histórias é a superação do medo, no texto de Chico Buarque. Fato esse que não ocorre em Chapeuzinho Vermelho. Na realidade, a superação do medo possui dimensões distintas.</i>
S4	<i>O significado metafórico das personagens é a mais notável diferença entre os três textos. A “Chapeuzinho Vermelho” é uma garota saudável, feliz e boazinha, que encontra o malvado lobo mau em seu caminho. Ele é um obstáculo muito negativo para a Chapeuzinho, a qual, ajudada por um forte e destemido lenhador, consegue vencer tal obstáculo e salvar sua avó. A “Chapeuzinho Amarelo” é uma Chapeuzinho inicialmente cabisbaixa, que tem como projeto de vida a cultivação de seus medos, mas que, ao encontrar-se com o seu maior pesadelo, o lobo, entende finalmente que sua maior alegria é vencer os obstáculos, fugindo da inércia inicial. Já o texto musicado de João Gilberto possui um enfoque completamente diferente: o lobo é o maior protagonista, que sente uma forte atração física pela “Chapeuzinho de maiô”. A sexualidade nesse texto é fortemente marcada, o lobo é visto como um admirador da bela Chapeuzinho, e por ela passa de mau a bobó.</i>

Faz-se importante observar que, ao serem convidados a refletir se o texto de Chico Buarque é um texto criativo e, ainda, em caso afirmativo, em que medida e por que os informantes apontam para o fato de, apesar de ter sido feita uma retomada de outro texto, o texto em análise constrói um cenário novo, dois dos informantes enfatizam o trabalho com a linguagem (rimas, jogos de palavras) como elemento importante para a construção do novo cenário narrativo e, portanto, de novos efeitos de sentido.

S1	<i><u>Sim. Ele consegue romper um padrão e através desta ruptura, constrói algo completamente novo e inusitado. A criatividade do texto está justamente no fato do autor ter se aproveitado de outra obra. Isso já vem sendo feito há bastante tempo, resta saber quem foi o verdadeiro “criativo”: o Chico Buarque ou os outros que já utilizaram deste recurso para produzir textos.</u></i>
S2	<i><u>A criatividade do texto está presente nas diversas rimas e no jogo de palavras utilizado pelo autor. O texto é divertido e leve. Apesar de trazer à tona a memória da fábula, as histórias se distanciam logo, dando ao leitor a oportunidade de imaginar novos acontecimentos dentro da fábula (como se essa pudesse ser reescrita de outra maneira).</u></i>

S2	<i>Ao meu ver, o texto é muito criativo, pois <u>trabalha com uma história muito conhecida. E com elementos da mesma, elabora uma outra história distinta</u>, mas com diversos pontos em comum, como foi citado nas perguntas anteriores.</i>
S4	<i>O texto lido pode parecer simples e sentido em um primeiro momento. Sua marca polissêmica é, todavia, áurea, e em cada perspectiva analisada podemos obter diversos tipos de interpretação; até <u>os jogos de palavras</u> (“Chapeuzinho Amarelo”; Lobo-Bolo) <u>que são imediatos e podem nos proporcionar diversos tipos de imagens e interpretações, evitando reflexões forçadas</u>. A linguagem é simples, visto que o autor retoma um conto lúdico, mas é sem dúvida bastante criativa.</i>

O exercício de análise Linguística introspectiva realizado pelos sujeitos informantes fora desencadeado com base em questões que pressupõem a capacidade cognitiva de criar analogias e desanalogias, de identificar a presença e a ausência de características diante de artefatos culturais de diferentes espécies. No caso da tarefa proposta, essa capacidade permitiu aos sujeitos informantes identificar e selecionar, no artefato cultural “texto narrativo ficcional”, elementos ou facetas que, em sua percepção, são proeminentes, significativas.

Uma análise discursiva dos resultados do protocolo de leitura nos permite constatar que as respostas dos sujeitos informantes parecem dar ênfase a aspectos importantes da análise realizada com base no modelo de integração conceptual da escola de Aarhus. Dentre esses aspectos, podemos destacar a identificação:

- de um sujeito empírico (Chico Buarque, um autor) que, intencionalmente, cria um texto (uma narrativa ficcional) ;
- dos elementos constitutivos da trama ficcional, dentre os quais os agentes (Chapeuzinho e Lobo), o motivo da tensão entre esses agentes (o medo) e as características dos agentes (amarelada de medo, criativa, o maior de todos os medos);
- de elementos análogos entre o texto foco de sua atenção (“Chapeuzinho Amarelo”) e textos “fonte” evocados em sua memória (“Chapeuzinho Vermelho”, “Lobo Bobo”, “Fita Verde no Cabelo”);

- \_ de elementos que diferenciam o texto alvo (foco de atenção) de textos “fonte” (o trabalho com a linguagem, os efeitos de sentido, tipos de imagem e interpretação).

Como pretendemos ter demonstrado na seção anterior, em que analisamos textos representativos de diferentes gêneros à luz do quadro teórico proposto por Brandt (2004) e Brandt e Brandt (2005), os elementos destacados pelos informantes, no exercício de análise introspectiva que realizam do texto ficcional *Chapeuzinho Amarelo*, estão fundamentalmente implicados na descrição do processo de integração conceptual que subjaz a manifestação do fenômeno da intertextualidade.

#### 3.1.4.2. Dos resultados da Roda de Leitura

Os dados coletados no processo de interação promovido pela Roda de Leitura nos permitem examinar evidências naturalísticas sobre a percepção que os informantes revelam ter sobre o processo de leitura e de análise do texto “Chapeuzinho Amarelo”. A apreensão dessas evidências pode ocorrer com base em uma análise qualitativa de excertos da discussão transcrita<sup>35</sup>.

Como poderemos constatar, no decorrer da Roda de Leitura, os sujeitos informantes compartilham a intenção de realizar uma tarefa: discutir as suas respostas ao protocolo de leitura. No cumprimento dessa tarefa, os informantes

---

<sup>35</sup> Como não seria feita uma análise de aspectos prosódicos do texto oral, a transcrição da interação oral dos sujeitos informantes fora realizada de acordo com as regras do padrão escrito da língua portuguesa, destacando-se, para efeito dessa análise, apenas o turno de cada sujeito informante (S1, S2, S4, S4). Por turnos, compreendemos, neste momento, os enunciados que se encadeiam e se alternam, sucessivamente, no decorrer do fluxo discursivo. Além disso, foram utilizados alguns sinais gráficos que permitem revelar informações específicas quanto ao excerto em análise. Dentre esses sinais, faz-se importante observar: ( ) para incompreensão de palavras ou segmentos; “ ” para citações literais ou a leitura de textos no decorrer da conversa; / para truncamento; ... para pequenas pausas; :: ou ::: para alongamento de vogal ou consoante.

compartilham sua atenção para a análise de diferentes dimensões do texto, mais precisamente, para aspectos relativos às dimensões lexical, sintática, semântica e pragmática.

Outro elemento a ser considerado na análise dos resultados obtidos pela Roda de Leitura é que, no decorrer da interação oral, para compartilhar atenção, os informantes apreciam, positiva ou negativamente, a percepção que seu interlocutor teve ou tem do texto de Chico Buarque. Dessa forma, é possível flagrar como os sujeitos informantes configuram e reconfiguram a experiência de construção de sentido desencadeada pela leitura e análise do texto *Chapeuzinho Amarelo*.

Uma primeira análise da transcrição da Roda de Leitura nos permite observar que os informantes enfatizam a importância de estruturas Linguísticas como nomes próprios, adjetivos, elementos dêiticos e verbos epistêmicos no processo de leitura e de compreensão do texto.

De maneira mais precisa, os informantes destacam os elementos canonicamente constitutivos do gênero “conto de fadas” como uma “chave” para a leitura e compreensão do texto em análise. Dentre esses elementos, concordam em destacar o nome da personagem protagonista (*Chapeuzinho*) e de seu antagonista (*o Lobo*), a estruturação gramatical prototípica do gênero contos de fadas (“era uma vez”) e aquilo que seria o tema (o elemento referencial) que, na sua percepção, teria motivado a produção do texto de Chico Buarque: o medo.

No decorrer da Roda de Leitura, os elementos destacados pelos informantes como essenciais para a compreensão e análise do texto em estudo parecem ser, portanto, aqueles que Fauconier e Turner (2002) apresentam como “construtores de espaços mentais” e que, como vimos, no modelo da escola de Aarhus, podem ser caracterizados como constituintes ou constitutivos dos espaços mentais de referência e de apresentação. Com o fim de observar como isso ocorre no processo



de interação entre os informantes, passemos à análise de alguns excertos da transcrição.

Como poderemos constatar logo a seguir, no momento da Roda de Leitura, os sujeitos informantes reafirmam que o “medo” é o elemento referencial que une as duas narrativas ficcionais. Na percepção dos informantes, os dois textos se integram (em suas palavras, um texto “está” no outro) porque tratam de um mesmo assunto e fazem isso de forma parecida. Em diferentes momentos da Roda de Leitura, é possível notar que os informantes demonstram consciência de que a intertextualidade, no caso do texto “Chapeuzinho Amarelo”, pode ser uma estratégia adotada por Chico Buarque (autor) para fazer uma reflexão com o leitor sobre os medos infantis.

Como podemos observar no EXCERTO 1, os informantes identificam o elemento referencial “medo” e refletem sobre as estratégias que o texto em análise apresenta para caracterizar ou predicar esse elemento referencial. O excerto nos permite notar que, na percepção dos informantes, um sujeito empírico (“ele”, Chico Buarque, o autor) constrói, com o texto, uma forma de “falar do medo”, de “brincar com a fábula”, de “contar uma história completamente diferente” e que, fazendo isso, permite ao leitor “imaginar uma outra história acontecendo dentro da fábula”.

#### EXCERTO 1 <sup>36</sup> (00: 09: 10)

S1	<i>e tipo, <b>ele fala do medo...</b> do <u>medo de encontrar</u> o lobo, tipo assim, na verdade <u>ela tinha medo</u> de...</i>
S2	<i>de temer</i>

<sup>36</sup> A transcrição completa dos dados videografados a partir da Roda de Leitura encontra-se no DVD em anexo. A informação numérica, apresentada em cada excerto, diz respeito aos minutos e segundos em que o texto pode ser localizado no filme.

S1	<i>de enfrentar o medo, de encontrar com o medo, a hora que ela tipo, não ficou rodeando dentro dela, ela conseguiu encarar e ela viu que não era tão assim, né, tipo::</i>
S3	<i>achei legal, achei que foi um pouco assim, exatamente isso, porque ela superou <u>aquele medo</u>, enfrentou de uma forma ou de outra e superou os outros::</i>
S2	<i>ah não, eu gostei de... porque <b>ele brinca</b>, né, com a... <u>com a fábula</u> e eu <b>acho que ele</b>, acho que o legal do texto é..., a impressão que eu tenho assim, <u>você imagina uma outra história acontecendo dentro da fábula</u></i>
S1	<i>não, é verdade</i>
S4	<i>e tipo assim</i>
S2	<i>não, é porque ele faz</i>
S3	<i>ah, tá, entendi::</i>
S2	<i><b>ele ligou o nome</b>, você tipo, logo você vê o título, você pensa, nó, <u>a fábula</u> e tal, aí <u>todo mundo sabe como é a história</u> e daí <b>ele conta uma história completamente</b></i>
S3	<i><u>Diferente</u></i>
S2	<i><u>diferente</u>, assim, <u>um é recontado diferente</u>, né, assim::</i>
S1	<i>e <u>com os elementos</u>, né, <u>da fábula</u></i>
S3	<i>é, exatamente</i>
S2	<i>e aí, <u>você deixa a pessoa imaginar uma outra história dentro da história que já tá tão gravada assim pra gente</u></i>

Ao discutirem as semelhanças existentes entre o texto “Chapeuzinho Amarelo” e o conto de fadas “Chapeuzinho Vermelho” (EXCERTO 2), os informantes S4 e S3 concordam com as reflexões apresentadas por S1 acerca da estratégia linguisticogramatical dêitica utilizada por Chico Buarque para marcar uma “retomada” do texto fonte “*tinha medo de tudo aquela Chapeuzinho*”. Logo em seguida, S2 e S3 concordam naquilo que denominam ser “a raiz” dos textos em discussão (“Chapeuzinho Amarelo”, “Chapeuzinho Vermelho”, “Fita Verde no Cabelo”). Segundo S2 e S3, essa “raiz” diz respeito aos “*principais elementos da história (...) que é a menina e o lobo*”. S3 insiste em destacar, no texto em análise, elementos que podem ser flagrados no texto fonte “Chapeuzinho Vermelho”: “*o carão, é... um orelhão, lembra? Tem uma parte que fala carão de lobo, olhão de lobo, bocão*”

tão grande, né, aí tipo”. Por fim, S4 aponta para o fato de que os textos que estão em discussão apresentam “os mesmos personagens principais” do texto de Chico Buarque e que “todos eles possuem significados metafóricos”.

## EXCERTO 2 (00:14:03)

S1	<i>é... se sim como os outros textos podem ser identificados no texto lido?... ou, eu, o negócio é o seguinte, eu comecei a responder essa pergunta e os elementos são, tipo, é... tipo, <u>a linguagem</u> que é a mesma, mais a forma e eu falei, uma coisa que eu achei que, tipo, muito que dá pra você vê que existe um texto antes que toma como base foi que, tipo, <u>ele fala “aquela Chapeuzinho”, bem no início, “tinha medo aquela Chapeuzinho”, tipo existem outras Chapeuzinhos, tipo</u></i>
S4	<i>eu não tinha reparado nisso</i>
S3	<i>é verdade</i>
S2	<i>o:: que eu coloquei foi que, tipo, os dois, os dois textos, né?! que eu coloquei só o da Fita Verde como o texto que me lembra, <u>os dois têm a raiz na Chapeuzinho Vermelho e os dois têm os principais elementos da história assim que é a menina e o lobo e, e a maior, assim, melhor forma de identificar uma semelhança, um texto dentro do outro é a <u>alusão que faz à fábula</u>, assim, então, tipo, <u>como se a fábula tivesse ligando os dois textos</u></u></i>
S3	<i>é, eu achei, eu grifei, tipo, eu fui um dos mais técnicos, eu peguei falas assim e três assim, aquela parte da Chapeuzinho Vermelho quando ele, quando, não sei se vocês lembram, acho que ele fala, <u>o carão, é... um orelhão, lembra? Tem uma parte que fala carão de lobo, olhão de lobo, bocão tão grande, né, aí tipo</u></i>
S2	<i>vocês viram? Essa parte eu achei tão legal que ele fala, <u>“principalmente um bocão tão grande que era capaz de comer</u></i>
S3	<i><u>de comer, é...</u></i>
S2	<i><u>duas avós, um caçador, rei, princesa, 7 panelas de arroz e um chapéu... chapéu é ela, véi</u></i>
S1	<i><u>é mesmo</u></i>
S3	<i>eu não pensei no chapéu não, vei, é verdade</i>
S4	<i>ou, eu pensei, tipo, que esse... vocês viram aquele filme “Deu a louca na Chapeuzinho”? naquela hora que ela sai voando assim com o capuz assim, sabe? Ela fala “Chapeuzinho, o capuz...”</i>
S1	<i>ou, muito engraçado, Chapeuzinho sempre é retomada</i>
S4	<i>é, tipo isso, eu até ia colocar, só que aí eu falei, tipo, eu vou ficar colocando as coisa</i>

S3	<i>eu achei que era uma coisa mais técnica, na verdade, uma <u>coisa mais técnica</u>, tipo, <u>igual elemento</u>, entendeu? então não fui muito pra fazer uma alusão com... fui mais assim, mas tipo, que mais você colocou, tem outra coisa</i>
S4	<i>eu coloquei, tipo, não, eu só coloquei, tipo, eu fiz <u>uma análise da linguagem</u>, tipo, <u>os personagens principais da... da... do conto, da música, eles são, tipo, eles são os mesmos personagens principais desse texto e tipo...</u> e todos eles possuem significados metafórico em todos os três textos e, tipo, eu fiz tipo uma análise cor amarela assim, porque amarelo, tipo, vermelho, tipo...</i>

Ao discutirem os efeitos de sentido gerados pelo texto de Chico Buarque (EXCERTO 3), os sujeitos informantes acabam por compará-los com aqueles gerados pelos outros textos. Em suas palavras, “as cargas simbólicas”, identificadas através da caracterização das personagens Fita Verde e Chapeuzinho Amarelo, são um elemento que permite estabelecer, ao mesmo tempo, semelhança e diferença entre os textos em discussão. Segundo os informantes, em comum, haveria a imagem e função do lobo (“*ele é o agente causador da perda dessa, dessa inocência*”; “*ela enfrenta o lobo e aí ela perde os medos*”) e, por outro lado, o fato de as personagens serem caracterizadas diferentemente, uma pela atitude de inocência, a outra, de medo. Na percepção dos informantes, isso pode ser interpretado pelo que denominam “carga simbólica das cores” verde e amarelo identificadoras das duas personagens.

### EXCERTO 3 (00: 28:10)

S1	<i>é, o que há de semelhante</i>
S2	<i>os elementos, eu acho que... <u>as cargas simbólicas</u> são praticamente as mesmas, assim, pelo menos no Fita Verde e no Capas Amarelas, assim, <u>tem a menina e... ela é, assim, de certa forma, inocente</u>, né? no Fita Verde é uma inocência, inocência mesmo, assim, de não saber de perigo nem nada do mundo e no Chapeuzinho Amarelo é mais uma inocência assim de ter medo de tudo <u>e tem a carga simbólica das cores</u>, né</i>
S1	<i>É</i>
S2	<i>que:: que traz os dois textos</i>
S1	<i>porque que <u>a Chapeuzinho é Vermelho</u></i>

S2	<i>eu não sei</i>
S1	<i>acho que é só por ser, assim, tem um significado?</i>
S3	<i>ah, deve ter</i>
S2	<i>deve ter um significado</i>
S3	<i>com certeza</i>
S2	<i>e o:: e o lobo que ele representa um papel assim, <u>ele é o agente causador da perda dessa, dessa inocência, assim</u></i>
S3	<i>ah tá, no Fita Verde?</i>
S2	<i>no Fita Verde, <u>ele, ele, tipo, representa o con::</u>, assim ela entra em contato com o lobo, ela entra em <u>contato com as coisas do mundo e aqui</u></i>
S1	<i>também</i>
S2	<i><u>ela enfrenta o lobo e aí ela perde os medos</u></i>
S1	<i>É</i>

Diante das diferenças que identificam entre o texto em alvo (foco de sua atenção) e os textos base, acessados em sua memória, os informantes passam a discutir o fato de o Lobo ser uma personagem criada por outra personagem, ou seja, o fato de que, na narrativa, a personagem Lobo — da mesma forma que o medo que ela representa — é uma “criação” da personagem Chapeuzinho Amarelo. O EXCERTO 4 permite observar que S2 compreende e caracteriza o Lobo como “um meio” que Chapeuzinho Amarelo encontra para “perder o estado que ela tinha antes”, ou seja, esse informante conceptualiza o Lobo, simultaneamente, como um agente (a personagem que vai promover a mudança de estado de uma outra personagem) e como um instrumento para uma ação (“um meio” que a Chapeuzinho encontra de perder o medo e, portanto, de mudar de estado). Diante da reflexão de S2, S3 concorda e apresenta novos argumentos para reforçar a compreensão que S2 manifesta sobre essa personagem: “o lobo, na verdade, é uma criação dela, entendeu? ela não enfrenta o lobo, imagina que enfrenta”. Para não haver dúvida, S3 apresenta Chico Buarque como o sujeito empírico que cria essa estratégia, que a constrói discursivamente, no decorrer da narrativa: “ele coloca no texto”; “ele fala, tem hora que ele fala”. No decorrer da conversa, S3 e S2 concordam

com o fato de o Lobo ser uma realidade epistêmica (“*pode não existir materialmente*”, (...) “*mas pra ela existe*”).

O EXCERTO 4 permite flagrar, portanto, como os sujeitos informantes conceptualizam as personagens protagonista (Chapeuzinho) e antagonista (Lobo) do texto de Chico Buarque e como conceptualizam a relação que essas personagens estabelecem entre si: “(...) *um confronto imaterial*”.

#### EXCERTO 4 (00: 29:35)

S2	<i>tipo, o lobo é, é um meio que ela encontra pra perder a... o estado que ela tinha</i>
S3	<i>e o legal do negócio</i>
S2	<i>quando a história começa</i>
S3	<i>e o lobo, na verdade, é uma criação dela, entendeu? ela não enfrenta o lobo, imagina que enfrenta, ele coloca no texto, agora o lobo não existe...</i>
S2	<i>É</i>
S3	<i>então é uma coisa</i>
S2	<i>é um, é um, é um confronto imaterial, né, não um confronto... então...</i>
S3	<i>é, exatamente, exatamente</i>
S4	<i>mas, tipo assim, eu não sei essa parte, tipo, que o lobo não existe é interpretação, tipo, de vocês, né?!</i>
S3	<i>não, mas ta escrito</i>
S4	<i>porque ... que o lobo não existe?</i>
S3	<i>não, ele fala, eu te falo</i>
S4	<i>fala?</i>
S3	<i>Fala</i>
S4	<i>Tipo, o lobo não existe?</i>
S3	<i>acho que até sublinhei, tipo...</i>
S4	<i>ah, tipo, “um lobo que não existia”</i>
S2	<i>ele falou, “vai ver que tal lobo nem existe”</i>
S3	<i>ele fala, tem hora que ele fala</i>
S1	<i>não, aí depois ele tinha colocado o lobo, o lobo que não existia</i>
S2	<i>aí depois ele fala, “um lobo que não mais existia”</i>
S3	<i>é, igual você falou, tudo isso acontece na... é uma coisa totalmente imaterial</i>
S2	<i>pode não existir materialmente, né?</i>
S3	<i>não, existe</i>
S2	<i>mas pra ela existe sim</i>

O EXCERTO 5, a seguir, permite-nos observar a forma como S3 conceptualiza o sujeito empírico Chico Buarque e as estratégias por ele utilizadas no processo de escrita do texto *Chapeuzinho Amarelo*. Na percepção de S3, a narrativa ficcional permite ao leitor/ouvinte se identificar com os medos da personagem. Nesse sentido, o texto criado por Chico Buarque é uma forma de representação dos medos que acometem os seres humanos, no caso, as crianças: “*à medida que ela supera aquilo (...) e é o que acontece... a verdade quando a gente tem medo, muito medo de alguma coisa (...)*”.

**EXCERTO 5 (00:34:28)**

S3	<i>não, e o que é interessante, eu achei assim de quando ele começa o texto aqui, olha só, <b>ele fala</b> “<i>tinha medo de tudo</i>”, <b>ele vem enumerando</b> do que ela tinha medo, tipo assim, quando ela supera aquilo como é que aquele medo, como é que aquilo, tipo, acabava a vida dela na verdade, o quanto limitava ela, entendeu? então, tipo assim, <b>talvez ele tenha até esse objetivo</b>, eu acho que tem na verdade, que <b>ele coloca o seguinte</b>, tem, talvez, quando <b>ele coloca o seguinte</b>, quando esse medo tanto que atrapalhava a vida dela na verdade, que ela não fazia nada, que <b>ele vai colocando</b>, tipo, de tudo, tudo, tudo e <u>à medida que ela supera aquilo, tanto que aquele medo limitava, e é o que acontece... a verdade quando a gente tem medo, muito medo de alguma coisa, como é que a gente pode notar que a gente fica limitado</u></i>
(...)	(...)
S3	<i>mas <b>acho que o Chico Buarque, ele, ele teve...</b> acho que foi muito claro, na verdade, a coisa que mais, tipo, me pulou aos olhos foi exatamente isso, <b>ele quis deixar claro uma coisa</b>, oh, é o seguinte, como é que.. o medo limitando ela, entendeu? tipo, uma coisa bem clara, eu acho, pelo menos eu entendo dessa forma</i>

Essa breve análise de cinco momentos da Roda de Leitura, da mesma forma como ocorrera com os dados coletados pelo Protocolo, parece apontar para a coerência da análise do texto *Chapeuzinho Amarelo* que o modelo de integração conceptual da escola de Aarhus permite realizar.

Alguns dos elementos constitutivos do processo de descrição do fenômeno da intertextualidade, à luz do modelo teórico adotado nesta pesquisa, podem ser flagrados no processo de interação dos estudantes. No primeiro excerto, isso pode

ser feito à medida que esses estudantes identificam o elemento referencial “medo” como aquele que Buarque elege para, em torno do qual, construir a sua narrativa ficcional. No excerto 2, pelo fato de identificarem, na materialidade do texto de Buarque, pistas que lhes permitem associar o texto alvo a outros textos (“*tinha medo de tudo aquela Chapeuzinho*”). Dessa forma, de acordo com o quadro teórico aqui adotado, os informantes revelam reconhecer os elementos que são mapeados como contraparte entre as duas narrativas ficcionais (*a menina* — no papel de protagonista, *o lobo* — no papel de antagonista e ações que os mobilizam - “*principalmente um bocão tão grande que era capaz de comer...*”). Pelo excerto 3, é possível apreender a percepção dos informantes da dimensão simbolicocultural das cores identificadas nos nomes de duas personagens (“Fita verde” e “Chapeuzinho Amarelo”) e da dimensão conceptual da personagem Lobo (“*ele é o agente causador da perda da inocência*”, “*ele representa o con:: (...) o contato com as coisas do mundo*”). O excerto 4 permite observar uma outra forma de os informantes conceptualizarem a personagem Lobo; além de um “agente”, a personagem também é conceptualizada como um “meio”, um “instrumento” criado pela própria personagem Chapeuzinho para a superação de seus medos. No excerto 5, um dos informantes enfatiza a ação de um sujeito empírico (Chico Buarque) produzir aquela narrativa ficcional. Interessante observar, nesse excerto, a metáfora conceptual do contêiner, ou seja, para S3 o texto que os informantes têm em mãos é um lugar em que alguém (um sujeito empírico) “coloca” algo (“*ele coloca o seguinte*”; “*ele coloca o seguinte*”; “*ele vai colocando*”).

Por essa breve análise de dados coletados pela Roda de Leitura, é possível notar que os sujeitos informantes explicitam uma percepção de que a narrativa ficcional criada por Chico Buarque apresenta diferentes dimensões.

Na dimensão enunciativa, os informantes destacam a relação que há entre o sujeito empírico Chico Buarque e o jogo enunciativo que esse sujeito intencionalmente cria. Na dimensão léxico-gramatical, os informantes



demonstram perceber e compreender que o texto apresenta marcas linguísticas que servem de pistas para o processo de construção de referência/sentido, entre as quais, o uso de elementos dêiticos, de nomes próprios, de verbos epistêmicos. Na dimensão semântico-pragmática, os informantes demonstram perceber, conscientemente, que o texto coloca em cena estratégias discursivas (escolhas lexicais, organização gramatical, jogos de palavras, rimas etc.) a serviço da construção de determinados efeitos de sentido. Na experiência de construção de sentido desencadeada pela leitura, os informantes buscam, na situação de produção do texto ficcional, elementos que justifiquem as estratégias adotadas pelo sujeito empírico Chico Buarque. No decorrer do processo de interação sobre o texto ficcional, os informantes enfatizam o papel e as possíveis intenções daquele que escreve (fala, conta) a história para crianças.

Os dados coletados por essa atividade permitem revelar que, para esses estudantes, o processo de construção de referência/sentido desencadeado pela interação com o texto de Chico Buarque pressupõe que um sujeito empírico fale e escreva para outros sujeitos empíricos sobre um dado elemento referencial, de uma determinada forma, e com determinados objetivos interacionais.

Os dados coletados permitem observar ainda que, de acordo com esse pequeno grupo de estudantes, a intertextualidade é, sim, um fenômeno que pressupõe uma espécie de mapeamento de elementos análogos e desanálogos identificados em diferentes dimensões dos textos em questão (dimensão enunciativa, dimensão léxico-gramatical, dimensão semântico-pragmática).

Se nos basearmos na sensibilidade dos informantes, no decorrer do processo de análise do texto de Chico Buarque, podemos afirmar que cada um desses textos (“Chapeuzinho Amarelo”, “Chapeuzinho Vermelho”, “Fita Verde no Cabelo”, “Lobo Bobo”) constitui uma cena, um todo significativo, uma unidade de significação que, construída e compartilhada em determinadas situações interacionais, pode ser acessada, de forma gestáltica, pela memória (*e aí, você deixa*

*a pessoa imaginar uma outra história dentro da história que já tá tão gravada assim pra gente*). O acesso a essa cena narrativa parece ocorrer a partir de um estímulo que pode ser identificado em qualquer uma das dimensões anteriormente descritas ou, ao mesmo tempo — como parece ser o caso do texto de Buarque — a partir de estímulos identificados em diferentes dimensões (ou facetas) desse artefato simbólico-cultural.

### **3.1.4.3. Da potencialidade metodológica da atividade metacognitiva**

Pela breve análise de dados coletados em uma situação escolar empírica, é possível ter uma ideia do tipo de dado que uma atividade de caráter metacognitivo permite coletar e do tipo de análise qualitativa que esses dados permitem produzir. Através do uso da linguagem espontânea, é possível acessar a consciência dos usuários da língua sobre um determinado aspecto ou fenômeno da linguagem, no caso, o fenômeno da intertextualidade.

Como afirmamos no início desta seção, os resultados alcançados com a execução dessa atividade não nos permitem afirmar que, no processo de leitura/escuta, análise e compreensão de um dado texto (foco da atenção do leitor, ouvinte), os seres humanos ativem, necessária e espontaneamente, um processo de analogia/desanalogia com outros textos (textos fonte).

O que podemos constatar por este breve estudo qualitativo é que, eliciada a atitude de comparação (semelhanças e diferenças entre textos), os participantes revelam uma percepção de diferentes dimensões implicadas no processo de construção de referência/sentido desencadeado pela interação concreta com o texto. De acordo com o modelo teórico adotado neste trabalho de pesquisa, a percepção das diferentes dimensões está implicada no processo de construção de

redes de integração conceptual subjacentes à manifestação do fenômeno da intertextualidade.

A atividade aqui proposta para coleta de dados empíricos é uma estratégia metodológica coerente com o contexto de escolarização da leitura, simples de ser implementada e viável de ser reaplicada com a utilização de outros textos e com um número mais representativo de estudantes (informantes).

A transcrição dos dados gerados pela atividade nos permite acreditar que, no caso da intertextualidade, a sensibilidade dos usuários da língua para identificar o fenômeno e para explicar como, na sua percepção, esse fenômeno se manifesta pode ser uma forma de validar o trabalho de análise introspectiva do pesquisador.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao compreender o texto como um artefato simbólico criado pelo homem para se comunicar cooperativamente, constatamos que a construção e o uso desse artefato simbólico pressupõem uma estreita relação com a construção e o uso de outros artefatos simbólicos já existentes. Esta parece ser a essência da concepção clássica de intertextualidade. No ato de produzir e compreender um texto, podemos identificar “a presença de um texto em outro”.

No campo da linguagem verbal, a intertextualidade pode ser identificada em gêneros textuais bastante diversos e em contextos comunicativos muito variados. Em trabalhos clássicos realizados no campo da Teoria Literária e da Linguística Textual, podemos constatar que, tipologicamente, a manifestação da intertextualidade vem sendo caracterizada por diferentes termos: alusão, paráfrase, paródia, pastiche, citação, epígrafe. O fenômeno pode ser flagrado em gêneros textuais orais, que variam de uma conversa espontânea a uma conferência científica, e em gêneros textuais escritos. Dentre os quais, em gêneros:

- literários: lírico, dramático, narrativo;
- acadêmicos: resumo, resenha, artigo, dissertações, teses; conferência;
- jornalísticos: editorial, artigo de opinião, notícia, reportagem, carta ao editor, crônica;
- multimidiáticos: telejornal, telenovela, videopropaganda, teledocumentário, radiojornal, radiopropaganda, minisséries, filmes de curta metragem, filmes de longa metragem;
- digitais: *email*, bate papo, fórum de discussão, *blog*, *podcast*.

A constatação de que esse é um fenômeno que se manifesta recursivamente no uso da linguagem verbal e da linguagem não-verbal (na música, na pintura, na

escultura, na matemática<sup>37</sup>), nos coloca frente a dois questionamentos de caráter científico: **por que esse é um fenômeno desencadeado em contextos comunicativos tão diversos? Que princípios, operações e mecanismos cognitivos subjazem a manifestação desse fenômeno?** Este trabalho de pesquisa teve por objetivo contribuir na busca de respostas para esses questionamentos.

Os resultados alcançados por esta pesquisa nos permitem afirmar que a intertextualidade é um fenômeno que, para além de revelar um princípio constitutivo da linguagem (BAKHTIN, 1929; KRISTEVA, 1979; BARTHES, 1979 e muitos outros), decorre de capacidades cognitivas básicas da espécie humana, mais precisamente, o pensamento dialógico e a perspectivização (TOMASELLO, 2003a; 2003b; 2008).

Como discutido no Capítulo 1, o diálogo — consoante ou dissonante — entre textos, entre diferentes vozes enunciativas já indiciadas no *continuum* discursivo em que estamos inseridos, explicita um princípio definatório da própria linguagem humana: o dialogismo. Esse é um princípio, fundamentalmente, implicado na manifestação linguisticodiscursiva do fenômeno da intertextualidade. Como afirmamos, no início deste trabalho, interagimos, no decorrer de toda a vida e em situações as mais diversas, através de textos, e não de um inventário de palavras ou de expressões linguísticas desamarradas entre si, des(con)textualizadas e não intencionais. Os textos que produzimos e com os quais interagimos indiciam, materialmente, uma relação com outros textos, uma recontextualização de textos já existentes. Constatar que um texto pressupõe estreitas formas de relação com outros textos não significa, ainda, uma resposta para os questionamentos anteriormente apresentados.

---

<sup>37</sup> “A história da matemática é uma área de estudos na qual um exame minucioso revelou uma miríade de maneiras complexas pelas quais indivíduos e grupos de indivíduos tomam o que recebem das gerações anteriores e fazem as modificações necessárias para lidar com novas práticas e novos problemas científicos mais eficientes”. (TOMASELLO, 2003a, p. 63)

Diante de resultados de pesquisas realizadas no campo da Psicologia Evolucionária, podemos afirmar que, em uma perspectiva ontogênica, o pensamento dialógico é uma capacidade constitutiva da cognição humana. O fato de que os seres humanos, desde a mais tenra idade, envolvem-se dialogicamente com outras mentes dialógicas, compartilhando padrões intersubjetivos de atenção e adotando pontos-de-vista ou perspectivas diferentes, é uma experiência fundamentalmente implicada na capacidade humana de se comunicar e, portanto, de produzir e de compreender textos.

Pelo processo de interação linguística, através do uso do artefato simbólico a que denominamos “textos”, o ser humano cria um complexo jogo de encenação discursiva. Esse jogo se organiza a partir da instauração de vozes que polemizam entre si, se completam ou respondem umas às outras. Essa é a essência da comunicação linguística dos seres humanos modernos. Essa é uma das concretas formas de manifestação das capacidades cognitivas do pensamento dialógico e da perspectivação. Através desse jogo de encenação polifônico, o ser humano pode evocar, a partir da interação com um texto que passe a ser foco de sua atenção, outros dizeres, outros textos, já ditos, compartilhados, experienciados em contextos comunicativos diferentes do aqui-e-agora do discurso. Através de um jogo de encenação discursiva intertextual, podemos afirmar que os seres humanos constroem um cenário discursivo novo, atual, pela evocação de conhecimentos esquematizados por sua experiência de construção de sentido com cenários discursivos já compartilhados culturalmente.

De acordo com a perspectiva cognitiva aqui adotada, a intertextualidade não é compreendida como um fenômeno que se restringe a relações que possam ser estabelecidas e identificadas entre um texto e outro(s) texto(s), mas como um fenômeno que ocorre por que os seres humanos esquematizam sua experiência de construção de sentido na forma de pequenas cenas conceptuais que podem ser evocadas e integradas, de maneira criativa e inventiva, em situações concretas de

interação semiótica. Nessa perspectiva, o fenômeno da intertextualidade passa a ser, conceptualmente, compreendido e descrito em termos de uma manifestação do processo de integração conceptual. Assim sendo, é fenômeno que, conceptualmente, se institui pelo mapeamento — analógico e desanalógico — de elementos identificados em cenários discursivos diferentes: um cenário foco, alvo da minha atenção e um cenário fonte, já compartilhado culturalmente.

Neste trabalho de pesquisa, a descrição do processo de integração conceptual subjacente a diferentes formas de manifestação do fenômeno em estudo nos permite demonstrar que, cognitivamente, a intertextualidade pode ser caracterizada, por um lado, como uma forma de conhecimento esquemático que adquire relevância argumentativa na configuração do espaço semiótico base, a partir do qual toda experiência de construção de sentido é desencadeada. Por outro, como uma forma de apresentação de um dado elemento referencial, ou seja, uma estratégia adotada no processo de produção e de compreensão de textos para fins de predicar um dado elemento referencial.

Como buscamos demonstrar no Capítulo 3, destinado à análise de dados, a intertextualidade é uma forma de conhecimento esquemático evocada em situações interacionais as mais diversas, para fins argumentativos. Se considerarmos que o fenômeno em estudo se manifesta quando, no processo de produção e de compreensão de um texto alvo da atenção, os seres humanos identificam elementos característicos de um texto fonte, já compartilhado na comunidade discursiva, esse fenômeno também está, fundamentalmente, implicado na experiência de construção de sentido desencadeada pela leitura deste trabalho científico.

Com base nas reflexões sistematizadas no capítulo de fundamentação teórica, podemos afirmar que a evolução cultural humana é cumulativa, assim sendo, depende de dois processos — inovação e imitação — que têm de ocorrer dialeticamente, ao longo do tempo, de forma que um passo do processo propicie o



próximo. Essa forma de evolução cultural, compreendida metaforicamente como “efeito catraca”, traz consequências cognitivas para a espécie. Pela aprendizagem cultural, os seres humanos preservam estratégias recém-inovadas no grupo social até que haja outra inovação para substituí-las (TOMASELLO, 2003a, p. 53-55). Assim, ontogeneticamente, em decorrência do efeito catraca, os seres humanos aprendem que toda ação, palavra ou obra humana pode refletir uma estreita relação com outra ação, palavra ou obra humana já existente. Conceptualmente, essa é uma forma de conhecimento relevante para a experiência de construção de sentido desencadeada por textos em que fenômeno da intertextualidade esteja explicitamente indiciado. Sendo assim, essa é uma forma de conhecimento relevante para a experiência de construção de sentido desencadeada pela interação com todo e qualquer trabalho de caráter científico. “Este meu texto não escapa à regra: ele a expõe e se expõe a ela.”

Uma situação semiótica concreta em que um leitor, especialista em Estudos Linguísticos, interaja com este trabalho científico pressupõe a instauração de inumeráveis e inextricáveis redes de integração conceptual. Uma dessas redes poderia ser descrita a partir da instauração de um espaço semiótico base em que elementos referenciais em torno dos quais o trabalho se organiza fossem focalizados como objetos de atenção por esse leitor.

De acordo com o modelo teórico adotado neste trabalho, esse espaço semiótico base se institui pela instauração de dois espaços mentais distintos. No espaço de referência, pequena cena dramática em que se comprimem todas as informações relativas ao assunto de que trata a tese, podemos identificar e destacar elementos como “Cavalcante, 2009” (autor, ano de realização do trabalho); “intertextualidade” (fenômeno em estudo) e “uma perspectiva cognitiva” (abordagem teórica proposta). No espaço de apresentação, podemos identificar elementos utilizados, no decorrer do texto científico, para predicar, para compreender e descrever o fenômeno em estudo. Nesse espaço, podemos

identificar, entre muitos outros possíveis, aqueles elementos relativos a um cenário academicodiscursivo específico, já compartilhado: Brandt e Brandt, 2005 (autores, ano de realização do trabalho); metáfora (fenômeno em estudo); integração conceptual (abordagem teórica proposta).

Para que o espaço semiótico base seja instaurado, diferentes formas de conhecimento esquemático são simultaneamente evocadas por esse leitor. Conhecimentos esquemáticos relativos ao gênero acadêmico em questão e, mais precisamente, aos objetivos deste texto acadêmico adquirem relevância de caráter situacional. Nesta tese, a autora (Cavalcante) pretende descrever um determinado fenômeno linguisticodiscursivo (a intertextualidade), em uma determinada abordagem teórica (em uma perspectiva cognitiva). Do mapeamento, de caráter analógico/desanalógico, instaurado entre elementos constitutivos dos espaços de referência e de apresentação, são projetadas para o espaço mescla informações que permitem ao leitor compreender “intertextualidade como integração conceptual”.

Na configuração desse espaço semiótico base, conhecimentos esquemáticos, relativos ao que denominamos “fenomenologia do intertexto”, também são evocados. Esses adquirem relevância de caráter argumentativo. Ao interagir com o artefato cultural “tese” (Cavalcante, 2009), o leitor sabe “esquemáticamente” que esse estudo científico sobre a intertextualidade pode refletir uma estreita relação com estudos científicos já realizados. Além disso, esse leitor especialista também sabe que estudos sobre o assunto, já compartilhados socialmente, serão retomados para fins de serem contestados ou para validarem, com argumentos de autoridade, o estudo em questão. Essas diferentes formas de conhecimento esquemático — “fenomenologia do intertexto” e “argumento de autoridade” — têm a função de calibrar um espaço mescla, do qual pode emergir como efeito de sentido uma proposição: “a intertextualidade é uma manifestação do processo de integração conceptual”. Esse efeito de sentido permite ao leitor evocar novas formas de conhecimento esquemático que adquirem, no espaço semiótico base, relevância de

caráter ilocucionário. Esses conhecimentos dizem respeito ao valor acadêmico que textos do gênero em questão assumem, revelam. No caso, teses de doutoramento precisam apresentar um novo ponto de vista sobre um dado objeto do conhecimento. Esse efeito de sentido permite gerar implicações semanticopragmáticas que levarão ao reequilíbrio do espaço semiótico base. Entre essas implicações pode estar a possibilidade de realização ou não de novas pesquisas sobre o assunto na perspectiva proposta pela tese.

A Figura 19 permite apresentar, em forma de diagrama, a análise da experiência de construção de sentido anteriormente realizada.

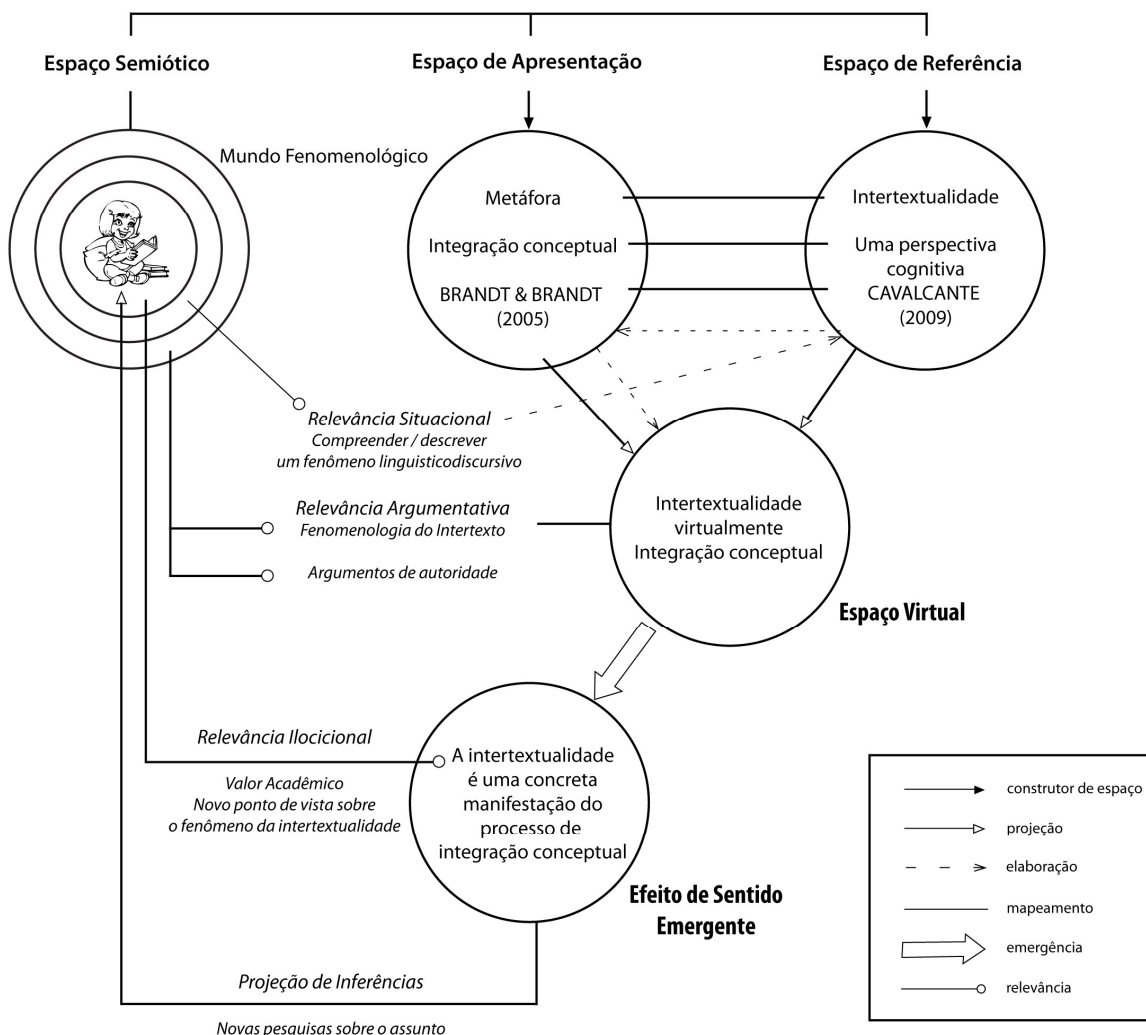


Figura 19 – Rede de Integração Conceitual – Intertextualidade/Integração Conceitual

Através desta breve análise descritiva de uma das possíveis experiências de construção de sentido desencadeada pela interação com este trabalho científico, pretendemos reiterar que o modelo de integração conceptual proposto pela escola de Aarhus permite compreender, em uma perspectiva cognitiva, o fenômeno em estudo indiciado em contextos comunicativos os mais diversos.

Esta breve descrição, produzida com base nos mesmos parâmetros teóricos e metodológicos utilizados no conjunto de análises apresentadas no Capítulo 3, nos permite reiterar, neste momento, a definição preliminar proposta para o fenômeno, no capítulo de Fundamentação Teórica.

Em termos operacionais, a intertextualidade pode ser compreendida como um processo de encenação discursiva desencadeado por interlocutores que, em um dado contexto comunicativo, recontextualizam, reperspectivam, intencionalmente, aspectos de um cenário discursivo prévio e, dessa forma, predicam, um cenário discursivo novo, atual.

Na perspectiva cognitiva aqui adotada, podemos afirmar que o processo de encenação discursiva intertextual, indiciado em textos de diferentes tipos e funções, ocorre porque os seres humanos compartilham capacidades cognitivas — dentre as quais o pensamento dialógico e a perspectivação — e, ainda, porque os seres humanos são capazes de desenvolver uma operação cognitiva básica subjacente à experiência de construção de sentido: a integração conceptual.

Com base nos princípios teóricos e metodológicos do modelo de análise adotado nesta tese, a intertextualidade passa a ser caracterizada em termos de uma dupla face conceptual:

- i. de um lado, um tipo de conhecimento esquemático evocado, no processo de integração conceptual, para fins de exercer a função de apresentar, de predicar, um elemento referencial novo, atual;
- ii. por outro lado, um tipo de conhecimento esquemático que, evocado no processo de integração conceptual, permite aos seres humanos

reconhecerem que artefatos culturais novos podem estabelecer uma estreita relação com outros já existentes.

Essas duas diferentes faces conceptuais de um mesmo fenômeno decorrem ambas da experiência humana de aprendizagem cultural. Aprendemos, desde a infância, a utilizar “textos” já compartilhados socialmente para fins de predicar, de caracterizar “textos” novos, atuais. Simultaneamente, aprendemos que todo e qualquer texto novo, atual, pode estabelecer uma estreita relação com textos já compartilhados socialmente.

Através dos resultados alcançados por este trabalho de pesquisa, pretendemos ter demonstrado por que, academicamente, o fenômeno da intertextualidade deve ser abordado por um ponto de vista ainda pouco explorado nos Estudos da Linguagem.

A despeito do valor da proposição de uma abordagem cognitiva para compreensão e descrição do fenômeno, reconhecemos, no entanto, que este trabalho apresenta aspectos que precisam ser retomados, aprofundados, ajustados em estudos posteriores. Dentre esses aspectos, três são aqueles que caracterizamos como “pontos cegos” deste estudo.

O primeiro diz respeito à aplicação do modelo teórico adotado para análise do fenômeno em estudo. Como vimos no Capítulo 1, Brandt e Brandt (2005, p. 227) explicam que o espaço semiótico base pressupõe três tipos de determinação que, neste modelo teórico, são representadas por uma disposição concêntrica de três esferas. Em uma esfera, identifica-se o ato expressivo de interação entre os sujeitos implicados na cena enunciativa. Essa esfera está contida em uma esfera maior que “comprime” informações relativas às circunstâncias que caracterizam a situação específica em que os participantes se encontram. Por fim, a esfera mais ampla “comprime” as condições que são universalmente dadas pelo mundo fenomenológico.

Assim compreendido, o espaço semiótico base é configurado a partir da instauração e evocação de conhecimentos esquemáticos relativos aos diferentes domínios semânticos de que trata Brandt (2004, p. 33-67)<sup>38</sup>. Apesar de, no decorrer do trabalho de análise de dados, termos explicitado que tipos de conhecimentos esquemáticos exerceriam papel de relevância na construção das diferentes redes de integração conceptual descritas, seria importante investigar que relações essas diferentes formas de conhecimento esquemático podem estabelecer com a arquitetura de domínios semânticos proposta por Brandt (2004).

O segundo ponto diz respeito ao fato de que a manifestação do fenômeno em estudo não pode ser compreendida, apenas, em termos de princípios e operações cognitivas, mas também, sobretudo, em termos do uso, da emergência, de habilidades cognitivas básicas como a percepção, a atenção e a memória. Esse é um vasto campo de estudos que, no caso do fenômeno da intertextualidade, merece e precisa ser profundamente investigado.

O terceiro ponto cego diz respeito à natureza e diversidade dos dados selecionados para análise. Apesar de responderem ao critério de representação de diferentes campos de discurso (publicitário, literário, jornalístico) e de diferentes gêneros textuais, o número restrito de dados analisados não permite generalizações. O que podemos afirmar, ao final desta pesquisa, é que o modelo de investigação adotado permite descrever teoricamente a experiência de construção de sentido desencadeada pela interação com textos representativos de diferentes campos discursivos e diferentes gêneros textuais. Um estudo que enfatizasse uma maior variedade de dados poderia ser construído a partir da seleção de textos em que a tipologia clássica proposta para o fenômeno pudesse também ser investigada. Dessa forma, poderiam ser realizadas análises que permitissem revelar em que medida o modelo teórico aqui proposto permite

---

<sup>38</sup> Para retornar ao assunto, conferir seção 1.4.1.4.

descrever o fenômeno manifestado, em diferentes situações comunicativas, na forma de alusão, paráfrase, paródia, pastiche, citação, epígrafe.

Neste momento, faz-se importante enfatizar que, no decorrer de toda a pesquisa, muitos foram os *insights* relativos à possibilidade e, porque não, necessidade de realização de trabalhos de natureza empírica sobre o fenômeno da intertextualidade. Esses também podem significar encaminhamentos futuros para este trabalho de pesquisa. A partir desses *insights*, na forma de breves notas pessoais, registramos o desejo e a possibilidade de realizar:

1. trabalhos de análise do fenômeno que permitam triangular o método de introspecção teórica com métodos de caráter experimental;
2. estudos de caráter experimental, envolvendo as habilidades de atenção e de memória, no que se refere ao processamento e compreensão do fenômeno da intertextualidade;
3. experimentos que visem à investigação do processamento de “intertextos”, em diferentes faixas etárias e, preferencialmente, por crianças, em ambiente escolar;
4. experimentos que busquem validar, na perspectiva psicocognitiva, diferentes aspectos do modelo de análise aqui proposto. Dentre esses aspectos, privilegiar: o processo de instauração de espaços mentais e de evocação de *frames* de relevância.

Por fim, muitos são os aspectos que podem ser destacados em termos da necessidade de um maior aprofundamento e de perspectivas futuras para o estudo aqui apresentado. Que esses sejam o início de novos percursos investigativos. No longo caminho a ser trilhado em busca da explicitação de princípios, habilidades e operações cognitivas implicadas na concreta manifestação e compreensão do fenômeno da intertextualidade, este trabalho de pesquisa deve ser considerado, apenas, um primeiro passo.

## REFERÊNCIAS



ALLEN, Graham. *Intertextuality*. London: Routledge, 2000.

BAKHTIN, Mikhail (Volochinov). *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2002 [1929].

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003 [1979].

BAKHTIN, Mikhail. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Trad. Paulo Bezerra. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005 [1929].

BARRETO, Sônica Menna. The Trip. 1999. Glicée. 40x50 cm. Disponível em: <<http://www.mennabarreto.com/originais/198.htm>>.

BARTHES, Roland. *Inéditos*. São Paulo: Martins, 2004 [1993].

BENVENISTE, E. *Problemas de linguística geral II*. Trad. Eduardo Guimarães et al. Campinas: Pontes, 1989 [1974].

BRAIT, Beth. Bakhtin e a natureza constitutivamente dialógica da linguagem. In: BRAIT, Beth (Org.). *Bakhtin, dialogismo e construção de sentido*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997. p. 91-103.

BRANDT, Line; BRANDT, Per Aage. Making sense of a blend: a cognitive semiotic approach of metaphor. *Annual Review of Cognitive Linguistics*, n. 3, p. 216-249, 2005.

BRANDT, Per Aage. *Spaces, domains and meanings: essays in cognitive semiotics*. Bern: Peter Lang, 2004.

CASHDAN, Sheldon. *Os 7 pecados capitais nos contos de fadas: como os contos de fadas influenciam nossas vidas*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

CLAYTON, Jay; ROTHSTEIN, Eric. *Influence and intertextuality in literary history*. [s.l.]: [s.n.], 1991.

DONALD, Merlin. *Origens do pensamento moderno*. Trad. Carlos de Jesus. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999.

FAUCONNIER, Gilles. *Mappings in thought and language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

FAUCONNIER, Gilles. *Mental spaces: aspects of meaning construction in natural language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994 [1985].

FAUCONNIER, Gilles. *Pragmatic and cognitive linguistics*. [s.l.]: [s.n.], 1998. Mimeografado.

FAUCONNIER, Gilles; SWEETSER, Eve. Cognitive links and domains: basic aspects of mental space theory. In: *Spaces worlds and grammar*. Chicago: U. Chicago Press, 1996. p. 1-28.

FAUCONNIER, Gilles; TURNER, Mark. *The way we think: conceptual blending and the mind's hidden complexities*. New York: Basic Books, 2002.

GENETTE, G. *Palimpsestos: a literatura de segunda mão*. Trad. Luciene Guimarães, Maria Antônia Coutinho. Belo Horizonte: Faculdade de Letras, 2006 [1982].

GEERAERTS, Dirk. A rough guide to cognitive linguistics. In: GEERAERTS, Dirk. *Cognitive linguistics: basic readings*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2006. p. 1-28.

GIBBS, Raymond. Why cognitive linguists should care more about empirical methods. In: GONZALEZ-MARQUEZ *et al.* *Methods in cognitive linguistics*. v. 18. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2006.

GONZALEZ-MARQUEZ *et al.* *Methods in cognitive linguistics*. v. 18. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2007.

GRADY, Joseph; OAKLEY, Todd; COULSON, Seana. Blending and metaphor. In: GIBBS, Raymond W.; STEEN, Gerard J. (Ed.). *Metaphor in cognitive linguistics*. Amsterdam: John Benjamins, 1999. p. 101-24.

JOHNSON, Mark. *The body in the mind: the bodily basis of meaning, imagination, and reason*. Chicago: U. Chicago Press, 1987.

JUVAN, Marko. *History and poetics of intertextuality*. Translated by Tymothy Pogacar. Indiana: Purdue University Press, 2008.

KÖVECSES, Z. *Metaphor: a practical introduction*. New York: Oxford University Press, 2002.

KRISTEVA, Julia. *Introdução à semiótica*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

LAKOFF, George. *Women, fire and dangerous things*. Chicago: University of Chicago Press, 1987.

LAKOFF, George; Mark Johnson. *Metaphors we live by*. Chicago and London: University of Chicago Press, 1980.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. *Philosophy in the flesh: the embodied mind and its challenge to Western Thought*. Chicago and London: University of Chicago Press, 1999.

LANGACKER, Ronald W. *A course in cognitive grammar: discourse in cognitive grammar*. Partial Preliminary Draft. San Diego: University of California, 2004.

LANGACKER, Ronald W. *Concept, image, and symbol: the cognitive basis of grammar*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 2002.

LANGACKER, Ronald W. *Grammar and conceptualization*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 2000.

MARTINS, Helena. Três caminhos na filosofia da linguagem. In: MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. (Org.). *Introdução à lingüística: fundamentos epistemológicos*. São Paulo: Cortez, 2004. p. 439-472.

MITHEN, Steven. *A pré-história da mente: uma busca das origens da arte, da religião e da ciência*. Trad. Laura Cardellini B. de Oliveira. São Paulo: Ed. Unesp, 2002.

MORIN, Edgard. *A religação dos saberes: o desafio do século XXI*. Jornadas temáticas idealizadas e dirigidas por Edgar Morin. Trad. e notas Flávia Nascimento. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

MORIN, Edgard. *O método 3: a consciência da consciência*. Trad. Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina, 1999.

OAKLEY, Todd; HOUGAARD, Anders. *Mental spaces in discourse and interaction*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Pub Co.; 2008.

SALOMÃO, Margarida. *Educação em linguagem: mudança de paradigma*. Disponível em: <[http://www.letras.ufrj.br/abralin/boletim/boletim25\\_tema11.html](http://www.letras.ufrj.br/abralin/boletim/boletim25_tema11.html)>. Acesso em: 21 jul. 2004.

SAUSURRE, Ferdinand de. *Escritos de lingüística geral*. Trad. Carlos Augusto Leuba Salum; Ana Lucia Franco. São Paulo: Cultrix, 2002.

SINHA, Chris. Grounding, mapping and acts of meaning. In: JANSSEN, Theo; REDEKER, Gisela (Ed.). *Cognitive linguistics: foundations, scope and methodology*. Berlin & New York: Mouton de Gruyter, 1999. p. 223-255.

TALMY, Leonard. Foreward. In: GONZALEZ-MARQUEZ *et al.* *Methods in cognitive linguistics*. v. 18. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2006. p. XI-XXI.

TALMY, Leonard. *Toward a cognitive semantics: concept structuring systems*. v. I. USA: MIT, 2003a.

TALMY, Leonard. *Toward a cognitive semantics: typology and process in concept structuring*. v. II. USA: MIT, 2003b.

TOMASELLO, Michael. *Origens culturais da aquisição do conhecimento humano*. Trad. Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2003a [1999].

TOMASELLO, Michael. *Origins of human communication*. Cambridge: MIT Press, 2008.

TOMASELLO, Michael. The key is social cognition. In: GENTNER, Dendree; GOLDIN-MEADOW, Susan (Ed.). *Language in mind*. 2. ed. Cambridge: MIT Press, 2003b. p. 47-57.

TOMASELLO, Michael. Usage-based linguistics. In: GEERAERTS, Dirk. *Cognitive linguistics: basic readings*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2006. p. 439-458.

TURNER, Mark. *Cognitive dimensions of social science: the way we think about politics, economics, law, and society*. New York: Oxford University Press, 2001.

TURNER, Mark. *The artful mind: cognitive science and the riddle of human creativity*. Edited by Mark Turner. New York: Oxford University Press, 2006.

TURNER, Mark. *The literary mind: the origins of thought and language*. Oxford: Oxford University Press, 1996.

VEALE, Tony. *Pastiche*. 1996. Unpublished manuscript.

WALTY, I.; PAULINO, G.; CURY, M. Z. F. *Intertextualidades: teoria e prática*. 2. ed. Belo Horizonte: Lê, 1995. 155 p.

## Referências Cinematográficas

O Diabo veste Prada

Título original: *The Devil Wears Prada*

Gênero: Comédia

Tempo de Duração: 109 minutos

Ano de Lançamento (EUA): 2006

Site Oficial: [www.devilwearspradamovie.com](http://www.devilwearspradamovie.com)

Estúdio: 20th Century Fox / Peninsula Films

Distribuição: 20th Century Fox Film Corporation

Direção: David Frankel

Roteiro: Aline Brosh McKenna, baseado em livro de Lauren Weisberger

Produção: Wendy Finerman

Música: Theodore Shapiro

Fotografia: Florian Balhaus

Desenho de Produção: Jess Gonchor

Direção de Arte: Anne Seibel e Tom Warren

Figurino: Patricia Field

Edição: Mark Livolsi

Efeitos Especiais: Lola Visual Effects

Shrek

Título Original: *Shrek*

Gênero: Animação

Tempo de Duração: 93 minutos

Ano de Lançamento (EUA): 2001

Site Oficial: [www.shrek.com](http://www.shrek.com)

Estúdio: DreamWorks SKG / Pacific Data Images

Distribuição: DreamWorks Distribution L.L.C. / UIP

Direção: Andrew Adamson e Vicky Jenson

Roteiro: Ted Elliott, Terry Rossio, Joe Stillman e Roger S.H. Schulman, baseado em livro de William Steig

Produção: Jeffrey Katzenberg, Aron Warner e John H. Williams

Música: Harry Gregson-Williams e John Powell

Edição: Peck Prior

## Referências Publicitárias

Campanha Hollywood

Ano de Lançamento: 2007

Agência: MP Publicidade

Criador(es): Pedro Bullos, Daniel Galvão, Gabriel Campos, Gustavo Mendonça

Peças veiculadas: 22 placas veiculadas

Mídias: Outdoor, Televisão, Painéis Luminosos, Metrô Mídia

Ponto de Venda (Mídias): Banners, Cartazes

Campanha Meus seis anos

Ano de Lançamento: 2007

Agência: AlmapBBDO

Site Oficial: <http://www.almapbbdo.com.br>

Criador(es): Marcello Serpa, Marcus Kawamura, Eduardo Andrietta, Renato Fernandez, Cassio Zanatta e Giba Lages

Direção de Criação: Marcello Serpa

Peças veiculadas: 2 comerciais (60" e 30"), anúncios, peças eletrônicas.

Direção do Comercial: Gustavo Leme

Delicatessen Filmes - São Paulo

Mídias: televisão aberta e a cabo, rádio, internet, outdoors, revistas semanais.

## Bibliografia Complementar

BARTHES, R. *Theorie du Texte*. Article Encyclopaedia Universalis, 1973. In: CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. Trad. Fabiana Komesu. São Paulo Contexto, 2004.

BENVENISTE, E. *Problemas de linguística geral I*. Trad. Novak *et al.* 4 ed. Campinas: Pontes, 1995.

FLAVELL J. H.; MILLER P. H.; MILLER S. A. *Desenvolvimento cognitivo*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

GIBBS, Raymond W, Jr. *The poetics of mind: figurative thought, language and understanding*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

JOHNSON, Mark. Introduction. In: *Metaphor in the philosophical tradition*. Chicago: U. Chicago Press, 1981. p. 3-47.

KOTTHOFF, Helga. Irony, quotation, and other forms of staged intertextuality: double or contrastive perspectivation in conversation. In: GRAUMANN, Carl F.; KALLMEYER, Werner. *Perspective and perspectivation in discourse*. Philadelphia: John Benjamins, 2002.

KRISTEVA, Julia. *Desire in language: a semiotic approach to Literature and Art*. New York: Columbia University Press, 1980.

SALOMÃO, Margarida. A questão da construção do sentido e a revisão da agenda dos estudos da linguagem. *Revista Veredas*, v. 3, n. 1, p. 61-79, 1999.

SILVA, Augusto Soares. A lingüística cognitiva: uma breve introdução a um novo paradigma em lingüística. Universidade Católica - Faculdade de Filosofia de Braga. Disponível em: <[http://www.facfil.ucp.pt/lingcognit.htm#\\_ednref17](http://www.facfil.ucp.pt/lingcognit.htm#_ednref17)>. Acesso em: 23 maio 2004.

SINHA, Cris; LÓPEZ, Kristne Jensen. Language, culture and the embodiment spatial cognition. *Cognitive Linguistics*, n. 11, p. 17-41, 2000.

SWEETSER. Whose rhyme is whose reason?: Sound and sense in *Cyrano de Bergerac*. *Language and literature*, v. 15, n. 1, p. 29-54, 2005.

TURNER, Mark. *Reading minds: the study of English in the age of cognitive science*. Princeton: Princeton University Press, 1991.

VAN DIJK, T. A. *Discourse and context: a sociocognitive approach*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

VAN DIJK, T. A. Discourse, interaction and cognition. *Discourse Studies*, v. 8, n. 1, special issue, 2006.

VAN DIJK, T. A. *Society and discourse: how social contexts influences text and talk*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.